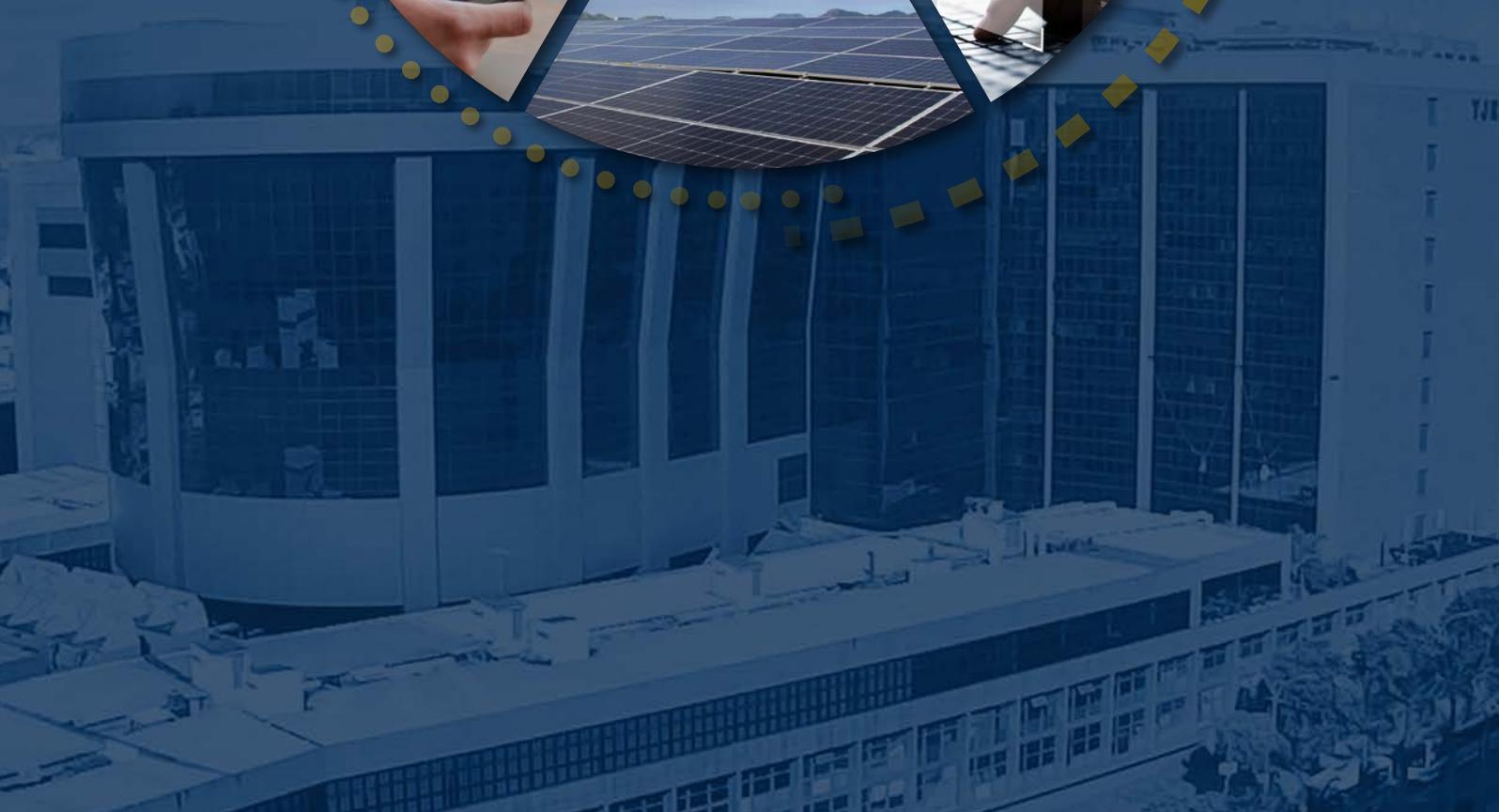




PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



RELATÓRIO
ANUAL
2023







Des. Ricardo Rodrigues Cardozo
PRESIDENTE

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

3º VICE-PRESIDENTE

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

ÓRGÃO ESPECIAL

VAGAS DE ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Claudio de Mello Tavares

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargador Mauricio Caldas Lopes

Desembargador José Carlos Varanda dos Santos

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos

Desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

VAGAS DE ELEIÇÃO

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio

Desembargador José Muiños Piñeiro Filho

Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'Orto

Desembargadora Claudia Pires dos Santos Ferreira

Desembargador Fernando Cerqueira Chagas

Desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto

Desembargador Cesar Felipe Cury

Desembargador Augusto Alves Moreira Junior

Desembargador Luiz Fernando de Andrade Pinto

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio
Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa
Desembargador Suely Lopes Magalhães
Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho
Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira
Desembargador Gilmar Augusto Teixeira
Desembargador Agostinho Teixeira de Almeida Filho
Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes
Desembargador Luciano Silva Barreto

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juíza Fernanda Xavier de Brito
Juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros
Juiz Daniel Vianna Vargas
Juiz João Luiz Ferraz de Oliveira Lima
Juíza Renata Guarino Martins
Juiz Alberto Republicano de Macedo Junior
Juiz Marcelo Martins Evaristo da Silva
Juiz Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa

UNIDADES EXECUTORAS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

Gilvan Alves Faria

SUBCHEFE DE GABINETE

Mariana Simas Claveland de Oliveira

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)

Jacqueline Leite Vianna Campos

SECRETARIA-GERAL DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (SGCOL)

Erick Roberto Huguenin da Silveira Gomes

SECRETARIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES)

Gabriel Albuquerque Pinto

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

Carlos Mauro Brasil Cherubini

SECRETARIA-GERAL DE LOGÍSTICA (SGLOG)

Bruno Coelho Silva

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

Andre Luiz de Saboya Moledo

SECRETARIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (SGSEI)

Francisco Costa Matias de Carvalho

SECRETARIA-GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

Antônio Francisco Ligiero

SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

Daniel de Lima Haab

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJUD)

Rafaella Sapha Acioli Soares

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

Sthefania Mendonça Rodrigues

OUVIDORIA GERAL

Juíza Juliana Kalichsztein

Escolas para Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Servidores e Auxiliares da Justiça

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo (Diretor-Geral)

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA - EMERJ

Desembargador Claudio Luis Braga Dell'Orto

Desembargador Claudio Brandão de Oliveira

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA – ESAJ

Desembargador Sérgio Seabra Varella (Presidente)

Juíza Auxiliar da Presidência Fernanda Xavier de Brito

Juiz Auxiliar da Corregedoria Bruno Monteiro Rulière

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Lúcia Frota Pestana de Aguiar Silva (Diretora da ESAJ)

ESCOLA DE MEDIAÇÃO (EMEDI)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Desembargador Cesar Felipe Cury (Presidente)

Juíza Auxiliar da Presidência Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros

Juiz de Direito Daniel Konder de Almeida

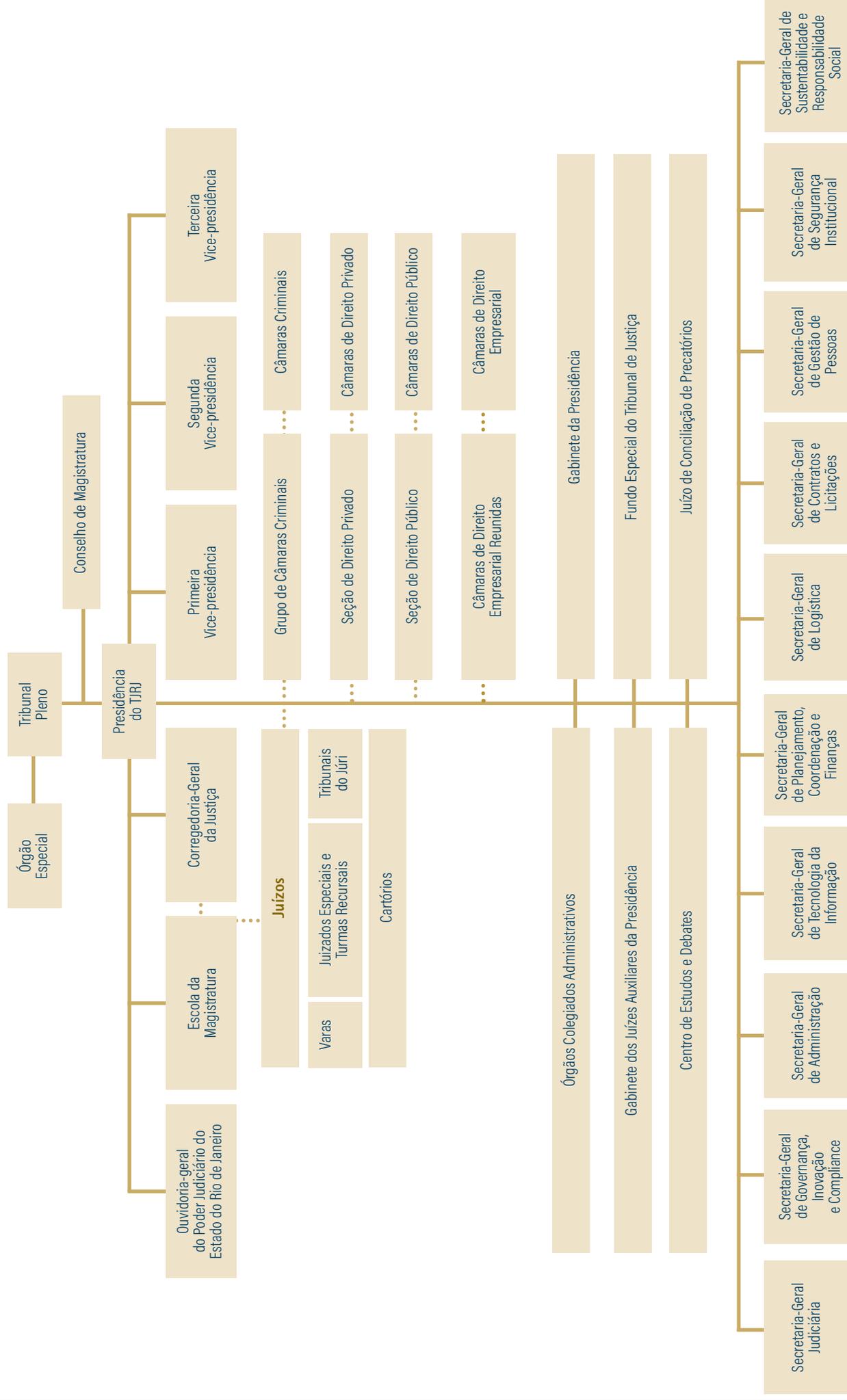
Juiz de Direito Francisco Emilio de Carvalho Posada

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Claudia Maria Ferreira de Souza (Assessora do NUPEMEC)

Adriano Moura da Fonseca Pinto (Diretor de Departamento da EMEDI)

Organograma | Administração Superior



Direcionadores Estratégicos do PJERJ

Missão

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

Valores

- Ética
- Probidade
- Transparência
- Integridade
- Acesso à Justiça
- Celeridade
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Efetividade
- Modernidade

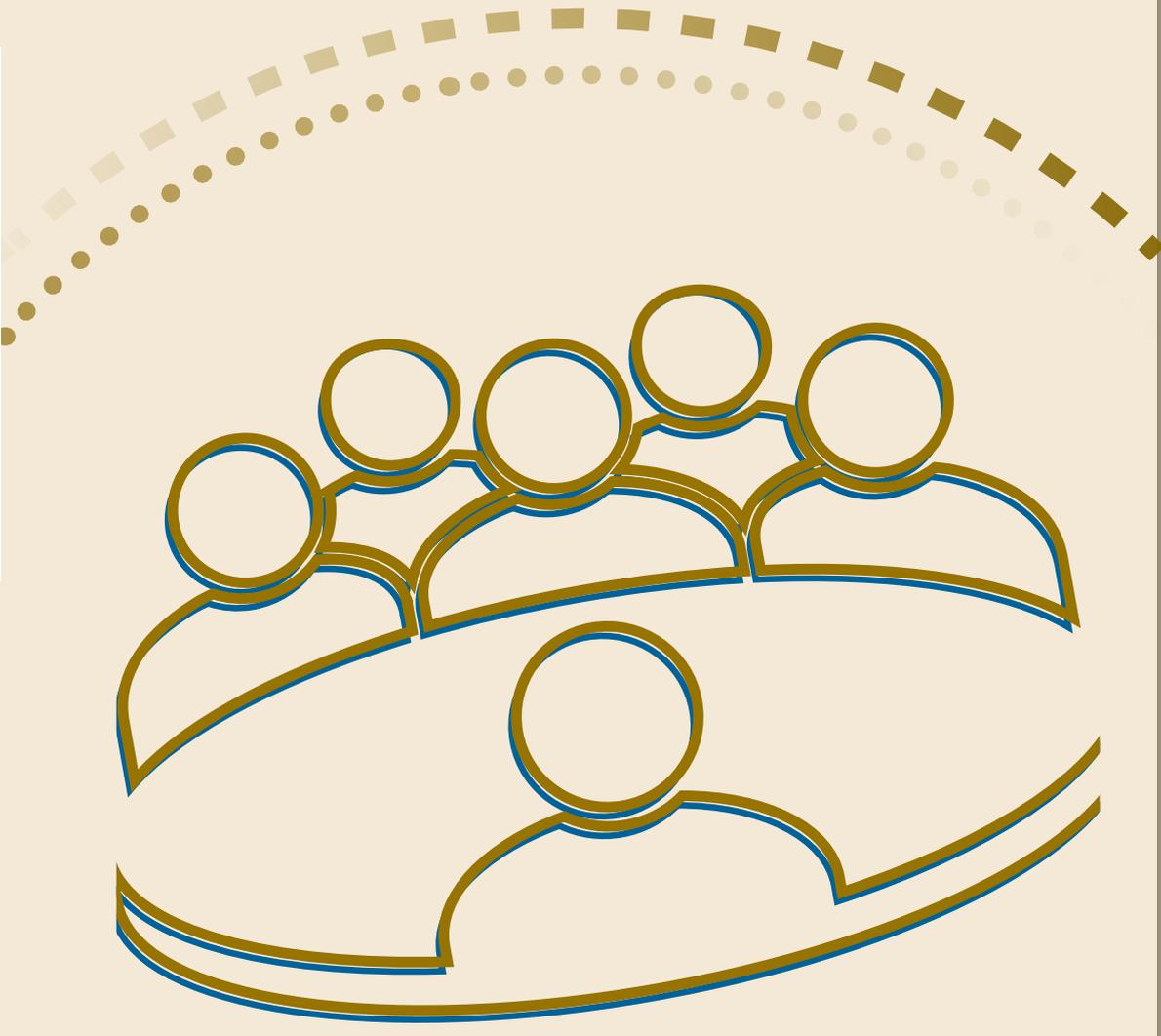
Política da Qualidade

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.



Sumário

1.	Apresentação	13
2.	Plano Geral do Relatório	17
3.	Planejamento e Gestão	21
4.	Prêmio de Qualidade CNJ	33
5.	Garantia dos Direitos Fundamentais	37
6.	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	55
7.	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	129
8.	Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	179
9.	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária	183
10.	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	227
11.	Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa	239
12.	Promoção da Sustentabilidade	243
13.	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	251
14.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	267
15.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	285
16.	Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança	313
17.	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	359
18.	Palavras Finais	375



1. Apresentação



1. Apresentação

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, o grande desafio do Judiciário é garantir a eficácia dos direitos e promover um serviço de qualidade. Em 2023 direcionei as ações do Poder Judiciário do Rio de Janeiro em prol de uma Justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável.

O Programa de Gestão é centrado em três eixos de atuação.

O primeiro eixo, denominado Governança Institucional, busca a continuidade administrativa e a defesa permanente e implacável da independência do Poder Judiciário fluminense e de seus membros, garantindo seus direitos e prerrogativas.

O segundo eixo de atuação está voltado para a Governança Administrativa. Houve a necessidade de remodelagem da estrutura do Tribunal, inserindo novas áreas e conceitos mais adequados ao mundo moderno, alicerçado hoje na tecnologia e na virtualidade.

Com esse propósito, foi criada a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance, que se encarrega de apoiar o planejamento estratégico e coordenar os modelos de gestão aprovados pela Administração Superior para serem adotados pelo Tribunal de Justiça. Também foi criado o Laboratório de Inovação, denominado IdeaRio, cujo objetivo principal é receber, analisar e desenvolver ideias capazes de impulsionar novos projetos no âmbito do Poder Judiciário.

De agora em diante, o TJRJ conta com um espaço que possibilita o desenvolvimento de ideias criativas para solucionar problemas complexos. Assim, o Tribunal está se preparando para o futuro, buscando garantir condições de inovar para aprimorar o que já é feito e criando projetos que contribuirão para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Importante, de igual modo, foi a criação da Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, incumbida de planejar e coordenar as ações referentes aos projetos especiais de Acesso à Justiça e Ação Social e de Sustentabilidade.

Fez-se necessário consolidar programas que indicam a preocupação do Tribunal com ações de natureza social, favorecendo a inclusão e a acessibilidade, de forma a demonstrar nossa preocupação com uma sociedade sustentável e igualitária.

Para apoiar os órgãos colegiados permanentes e transitórios, bem como divulgar o conhecimento produzido pelo Poder Judiciário fluminense, foi criada a Secretaria-Geral de Administração.

O terceiro eixo é o de Governança Tecnológica. A equipe de Tecnologia da Informação vem empreendendo grandes esforços para alcançar uma governança totalmente digital. A reorganização dessa área é indispensável diante do ingente volume de dados hoje disponíveis, os quais devem ser tratados com a finalidade de extrair-se conhecimento a ser disseminado no âmbito institucional, visando o desenvolvimento da Inteligência Artificial que estará a serviço dos magistrados e das unidades organizacionais do Tribunal.

O ano de 2023 no TJRJ foi marcado por investimentos na área tecnológica. Todos os processos já estão digitalizados e sabemos que vamos obter ganhos graduais. Queremos planejar grande, caminhar rápido e realizar entregas fracionadas que agreguem valor ao usuário.

Ainda nesta área, vale mencionar a criação de uma plataforma de mediação e conciliação com o uso de ferramentas de inteligência artificial, em parceria com a PUC-Rio. A plataforma conta com três pilares fundamentais: facilidade, automação e consenso. Como base para o sistema de IA, foi utilizado o histórico de dados de jurisprudência do Tribunal, extraído de sentenças, petições e contestações. Cerca de 50 mil processos judiciais foram coletados e analisados.

A sociedade moderna tem passado por mudanças profundas e o Judiciário não ficou imune a elas. Milhões de ações estão em andamento no Tribunal e a tecnologia é essencial para agilizar a prestação jurisdicional. Em paralelo ao desenvolvimento tecnológico em curso, esta Administração está empenhada na valorização dos magistrados e dos servidores, que devem caminhar juntos pela promoção de um ambiente de trabalho colaborativo e coeso.

Por fim, registro minha visita ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, por ocasião do Dia do Servidor, na qual fui recebido com imenso carinho e tive o prazer de compartilhar boas notícias: o pagamento do adicional de qualificação, um importante reconhecimento do esforço dos servidores que buscaram aprimorar seus conhecimentos, e a garantia do cumprimento do plano de cargos.

É o Tribunal de Justiça valorizando seu capital humano, patrimônio intangível de inigualável valor para a Justiça fluminense.

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



2, Plano Geral do Relatório



2. Plano Geral do Relatório

Este relatório está organizado a partir dos macrodesafios do planejamento do Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

São eles: garantia dos direitos fundamentais, fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, consolidação do sistema de precedentes obrigatórios, promoção da sustentabilidade, aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal, aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos, aperfeiçoamento da gestão de pessoas, fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados, aperfeiçoamento da estrutura predial, logística e de segurança e, por fim, aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

- Planejamento e Gestão;
- Prêmio de Qualidade CNJ;
- Garantia dos Direitos Fundamentais;
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade;
- Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária;
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
- Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa;
- Promoção da Sustentabilidade;
- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos;
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;
- Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança;
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão no ano de 2023. As demais seções se estruturam de acordo com os macrodesafios adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, desenvolvidos pela Administração.

São relatadas, também, iniciativas da Administração que concorreram para o desenvolvimento de cada macrodesafio específico trabalhado pelo TJRJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte, ao longo do ano.



3, Planejamento e Gestão



3. Planejamento e Gestão

Revisão, execução e acompanhamento do Plano Estratégico

O início de gestão foi marcado pela revisão do Plano Estratégico e da Matriz de Indicadores Estratégicos, por meio do Ato Executivo nº 93/2023, para fins de alinhamento do Planejamento Estratégico aos objetivos da Administração Superior.

No âmbito nacional, tal estratégia, estabelecida pelo Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – com o desenvolvimento de objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento prosseguiria além de uma gestão.

Dessa forma, vários projetos tiveram sua continuidade assegurada, conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2023/2024, garantindo que ações importantes iniciadas por gestões passadas pudessem ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (CO-GEP) formalizou a documentação do planejamento estratégico, a qual foi homologada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Objetivos e temas de planejamento estão reunidos em um Mapa Estratégico que explicita a direção da atuação administrativa e o alinhamento à estratégia nacional instituída pelo Conselho Nacional de Justiça.

Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

MISSÃO		VISÃO	
<ul style="list-style-type: none"> Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado a sua natureza, visando à pacificação social e à efetividade de suas decisões. 		<ul style="list-style-type: none"> Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade. 	
POLÍTICA DA QUALIDADE		VALORES DO TJRJ	
<ul style="list-style-type: none"> Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos. 		<ul style="list-style-type: none"> Ética, probidade, transparência, integridade, acesso à justiça, celeridade, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, efetividade, modernidade. 	
SOCIEDADE	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da garantia dos direitos fundamentais Promoção da garantia dos direitos das minorias e inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da Comunicação Interna Facilitação da Comunicação com a mídia e com a sociedade civil 	
PROCESSOS INTERNOS	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo Priorização da fase de execução dos processos Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização da tramitação de processos de desvio de recursos públicos Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ 	
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da autonomia do Poder Judiciário Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ Aprimoramento das políticas de controle interno Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização do julgamento de casos análogos Redução dos processos de litigância serial 	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas Aperfeiçoamento de rotinas cartorárias Aprimoramento do sistema carcerário 	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	
	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional Aprimoramento logístico do PJERJ 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida 	
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	
<ul style="list-style-type: none"> Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas Ampliação do acesso à tecnologia Aprimoramento da governança de TIC Promoção da proteção de dados organizacionais 		
		APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
		<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos 	

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026 foi aprovado com a edição da Resolução TJ/OE, Nº 11/2021, que instituiu as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Na Resolução TJ/OE nº 12/2021, foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG) – que garante os recursos necessários para a implementação de projetos e iniciativas – a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do TJRJ.

Por meio do Ato Executivo nº 93/2023, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, revisou o Plano Estratégico e a Matriz de Indicadores Estratégicos, alinhando-os aos objetivos da atual Administração Superior.

A Política de Gestão Estratégica do TJRJ, estabelecida na Resolução TJ/OE Nº 11/2021, está baseada nos seguintes objetivos:

- Continuidade administrativa;
- Integração das unidades do TJRJ, com base na implementação de diretrizes institucionais para nortear a atuação estratégica de todos os seus órgãos;
- Definição de conceitos e metodologias padronizadas para os processos de formulação e planejamento, execução e controle da gestão estratégica;
- Implementação de grupos formais de avaliação de questões relacionadas à governança institucional, como integridade, compliance, accountability, riscos, entre outros, além do alinhamento da estratégia organizacional das diretrizes de governança a serem estabelecidas.

Projetos Estratégicos

- O Plano Estratégico foi revisado pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), contemplando 19 Projetos Estratégicos aprovados pela Administração Superior do PJERJ.
- Seguindo a diretriz estabelecida pelo Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 19 projetos aprovados, 6 são de continuidade, tendo sido mantidos para garantir que ações importantes iniciadas por gestões passadas possam ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional.

São eles:

- Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência;
- Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Digitalização de processos físicos;
- Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro;

- Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2;
- Modernização da Gestão Fiscal.

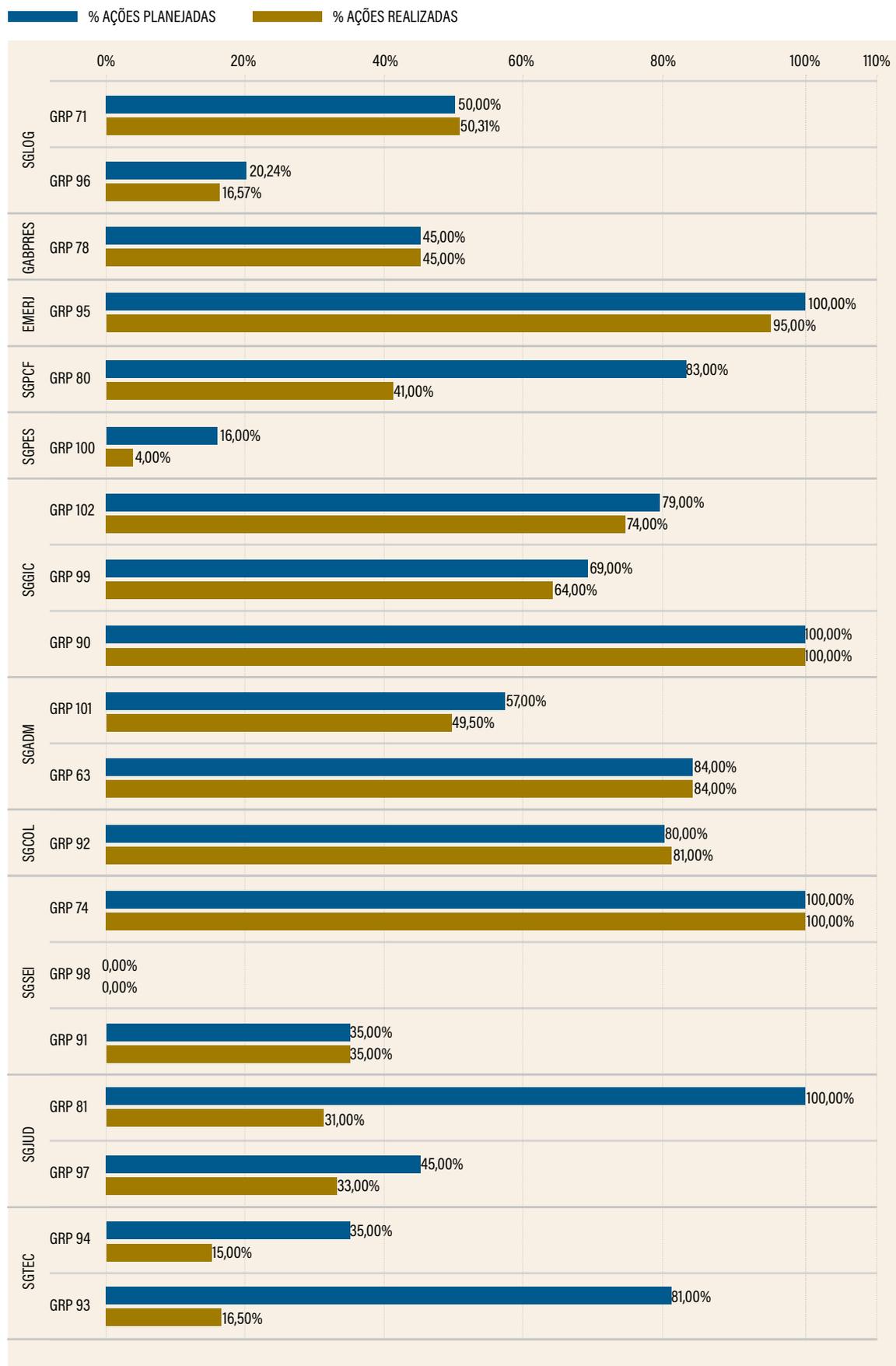
Os Projetos Estratégicos novos são os seguintes:

- Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso;
- Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud);
- Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica;
- Curso mestrado profissional em Direito para magistrados;
- Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas;
- Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos;
- Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4;
- Implementação e Execução de Política de Governança Institucional;
- Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ;
- Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ;
- Novo Sistema de Pessoal;
- Política de Revitalização do Museu da Justiça;
- Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ.

O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos se baseia na análise dos dados, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações, diligenciando as respectivas pendências da Secretaria responsável ou de outras Secretarias.

Até dezembro de 2023, o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 49,20% em relação ao total de ações planejadas para o biênio 2023/2024.

Percentual de implementação – dezembro/2023

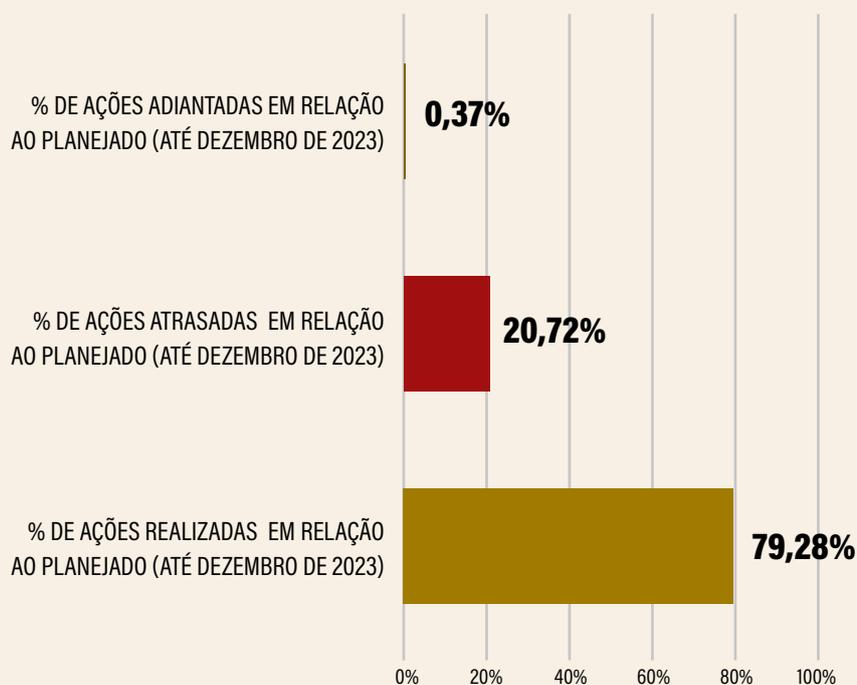


Implementação dos Projetos Estratégicos

Em relação ao biênio



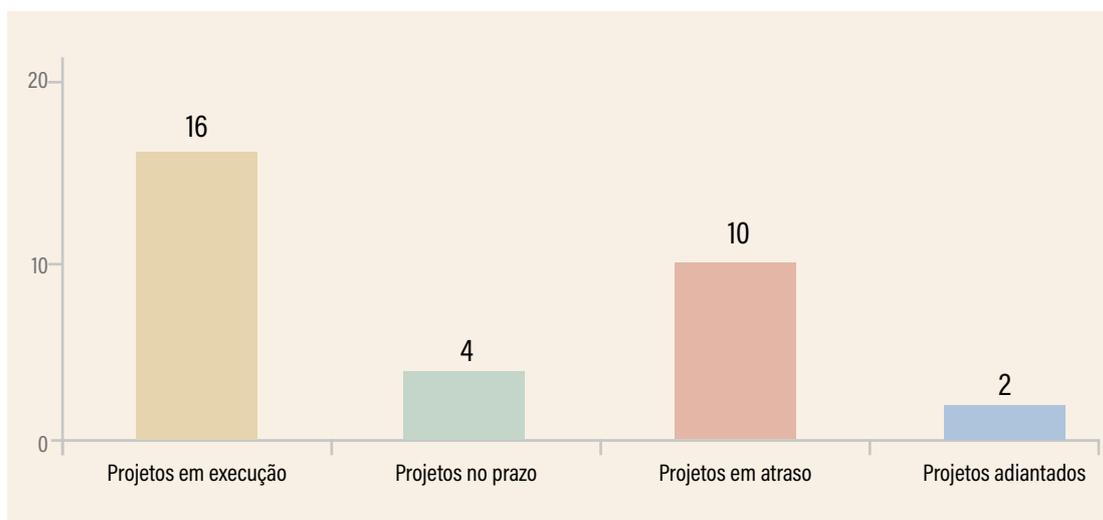
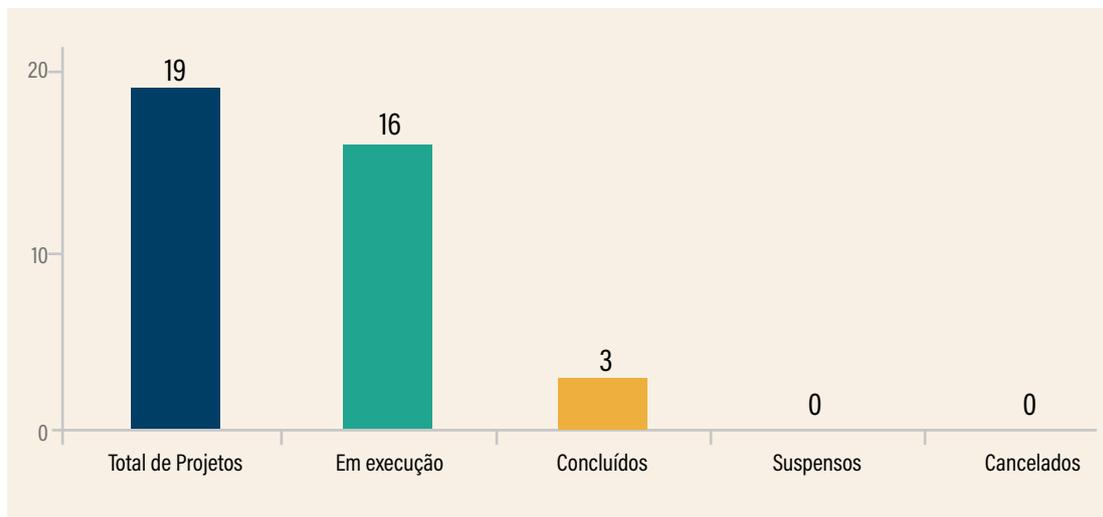
Até dezembro/2023



Situação dos Projetos Estratégicos – até dezembro/2023

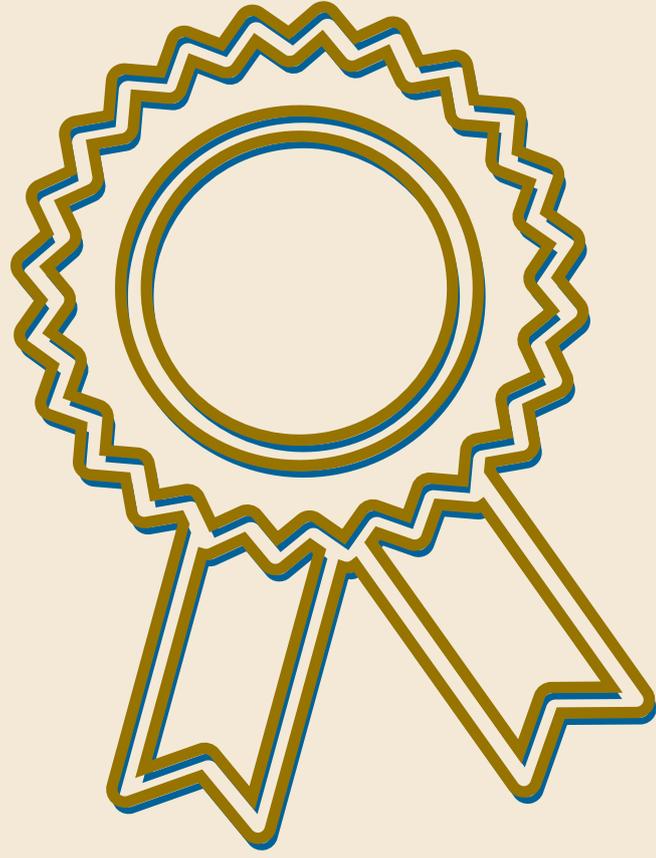
ID PE (GRP)	NOME DO PROJETO ESTRATÉGICO	SITUAÇÃO
GRP 71	Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)	ADIANTADO
GRP 96	Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica	EM ATRASO
GRP 78	Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2 (continuidade)	NO PRAZO
GRP 95	Curso mestrado profissional em Direito para magistrados	CONCLUÍDO
GRP 80	Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)	EM ATRASO
GRP 100	Novo Sistema de Pessoal	EM ATRASO
GRP 102	Implementação e Execução de Política de Governança Institucional	EM ATRASO
GRP 99	Implementação do Programa de Integridade/ Compliance e Gestão de Riscos	EM ATRASO
GRP 90	Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ	CONCLUÍDO
GRP 101	Política de Revitalização do Museu Da Justiça	EM ATRASO
GRP 63	Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade)	NO PRAZO
GRP 92	Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ	ADIANTADO
GRP 74	Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)	CONCLUÍDO
GRP 98	Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas	NO PRAZO
GRP 91	Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso	NO PRAZO
GRP 81	Digitalização de Processos Físicos (continuidade)	EM ATRASO
GRP 97	Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ	EM ATRASO
GRP 94	Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4	EM ATRASO
GRP 93	Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)	EM ATRASO

Situação dos Projetos Estratégicos – até dezembro/2023



Execução Orçamentária Estimada (Exercícios 2023 e 2024)

SGLOG	GRP 71	R\$21.521.730,48
	GRP 96	R\$16.023.815,35
GABPRES	GRP 78	R\$540.000,00
EMERI	GRP 95	R\$6.089.834,40
SGPCF	GRP 80	R\$5.845.717,63
SGPES	GRP 100	A DEFINIR
	GRP 102	R\$1.231,68
SGGIC	GRP 99	R\$68.800,00
	GRP 90	R\$2.463,36
SGADM	GRP 101	R\$768.024,00
	GRP 63	R\$37.037,86
SGCOL	GRP 92	R\$150.000,00
	GRP 74	R\$428.421,07
SGSEI	GRP 98	R\$872.146,00
	GRP 91	R\$7.565.138,56
SGIUD	GRP 81	R\$3.043.250,00
	GRP 97	R\$0,00
SGTEC	GRP 94	R\$0,00
	GRP 93	R\$6.602.755,56



4, Prêmio de Qualidade CNJ

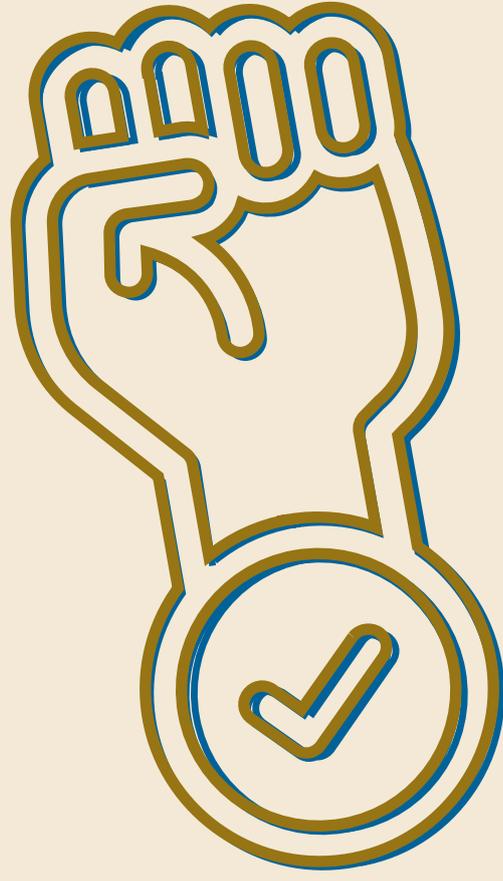


4. Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade é um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que cumprem requisitos relacionados à implementação de boas práticas de gestão e excelência em nível nacional aos seguintes eixos: governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia.

Regulamentado pela Portaria CNJ nº 82/2023, cuja alteração ocorreu pela edição da Portaria CNJ nº 138/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro obteve o percentual de 59,01% de atendimento aos requisitos estabelecidos, com destaque para os eixos governança e transparência.

Sobre o Ranking da Transparência, dos 84 itens constantes do ranking, foram enviados links para 83 (o melhor envio histórico de dados pelo TJRJ). Além disso, dos 83 itens enviados, houve negativa de apenas 5. No ano de 2021, foram 19 itens negativados e no ano de 2022, foram 12 itens negativados. Novamente, obteve-se o melhor resultado histórico do TJRJ, com alcance de 91,71% de cumprimento dos requisitos do ranking da transparência (em 2022, o resultado foi de 86,1% de cumprimento).



5. Garantia dos Direitos Fundamentais



5. Garantia dos Direitos Fundamentais

A implementação de ações estruturadas para promover as melhores práticas de sustentabilidade, de responsabilidade social e de promoção da cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e faz parte dos valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As ações desenvolvidas pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) estão em consonância com o Mapa Estratégico do PJERJ e fazem parte dos macrodesafios “Garantia dos Direitos Fundamentais” (perspectiva sociedade) e “Promoção da Sustentabilidade” (perspectiva processos internos), bem como estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Acompanhamento do saldo da conta de Prestação Pecuniária Judicial

A SGSUS é responsável pelo acompanhamento dos valores depositados por meio de GRERJ Eletrônica no código 2217-8 (Prestação Pecuniária Judicial), em razão do Art. 1º do Ato Executivo nº 1453/2014, que regulamenta as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 154/2012 sobre a matéria. Os referidos valores devem ser destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, ou que desempenhem atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e que tenham sede ou exerçam a atividade a ser custeada no estado do Rio de Janeiro.

No ano passado, foi lançado Edital (Processo SEI 2022-06009606) convidando instituições a apresentarem projetos. Foram registrados 172 processos, resultando na seleção de 55 instituições, que receberam neste ano um total de R\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais), atendendo a critérios rigorosos de documentação e certidões.

A distribuição dos recursos cobriu todas as regiões fluminenses, beneficiando projetos em 48 municípios e atendendo a cerca de 73% das demandas requeridas. Notavelmente, 28 das entidades selecionadas solicitaram sistemas de captação de energia solar, representando 48% dos projetos com foco em sustentabilidade.

Além do acompanhamento dos valores, a SGSUS também é encarregada de visitar as entidades beneficiadas para avaliar suas condições físicas e fornecer relatórios à Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP). Após a apro-

vação da COAPP, as instituições recebem os fundos, e a SGSUS realiza visitas subsequentes para assegurar a conformidade com os planos de trabalho estabelecidos.

No último trimestre de 2023, quando do vencimento dos primeiros prazos para execução dos projetos, foram fiscalizadas 15 (quinze) instituições o que totalizou 1.260Km percorridos.

Parcerias e Convênios

As parcerias, convênios e demais ajustes formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSC), Órgãos Públicos diversos e outros entes constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar as ações de cunho social e ambiental.

Ajustes não onerosos celebrados ou prorrogados em 2023

Em 2023, a SGSUS/DIACO acompanhou, na condição de órgão técnico, 220 (duzentos e vinte) convênios/acordos de cooperação, ativos, que têm por finalidade encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários das penas ou medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais, para entidades ou órgãos públicos, a fim de dar efetividade ao caráter socioeducativo das referidas penas e medidas. Dentre esses, 42 (quarenta e dois) foram celebrados em 2023. Em processamento existem 45 (quarenta e cinco) convênios/acordos de cooperação, o que reforça o compromisso do TJRJ com as ações de ressocialização dos beneficiários.

Em relação aos ajustes não onerosos de cunho social e ambiental, com finalidade diversa do cumprimento de medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais, a SGSUS acompanha diversos ajustes ativos e direciona ou auxilia na formalização de outros, dentre protocolos de intenções, convênios ou acordos de cooperação, de modo a robustecer a responsabilidade genuína do TJRJ com as ações de cunho social e ambiental. Dentre esses, destacamos os seguintes:

- **SEI 202306074186** - Formalização de acordo de cooperação técnica interinstitucional visando a criação e instalação do Comitê Interinstitucional de Atenção à População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro – CIPOP-RUA/RJ, com o objetivo de lhes assegurar acesso à Justiça, documentação, habitação, saúde, educação e empregabilidade.
- **SEI 202306112355** – Visa à formalização de acordo de cooperação técnica com a União, representada pela Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, para implantar Ponto de Atendimento Virtual da Receita Federal - PAV, no CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERÁVEIS - CIPOP-RUA/RJ, para auxiliar na prestação de

serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a serem realizados por servidores, designados pelo TJERJ e treinados pela RFB, mediante orientação de obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos a um Processo Digital, para pessoas físicas (CPF), oferecendo assim à população em situação de rua e vulneráveis, alternativas para utilização dos serviços prestados, bem como redução do fluxo de contribuintes e profissionais nas unidades de atendimento da Receita Federal do Brasil.

- **SEI 202306127742** – Visa à formalização de acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando implantar Ponto de Atendimento Permanente do INSS, no CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERÁVEIS - CIPOP-RUA/RJ, para auxiliar na orientação, instrução e requerimento de benefícios e serviços previdenciários e assistenciais, com encaminhamento à análise do INSS, oferecendo assim ao cidadão que se encontre em situação de rua ou de vulnerabilidade, alternativas para utilização dos serviços prestados nas unidades de atendimento do INSS.
- Tratativas para a renovação de convênio com o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde - SES, cujo objeto consiste no fornecimento de subsídios técnicos-normativos para análise de pedidos de liminar e tutela provisória nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para saúde, insumos nutricionais, tratamentos médicos, procedimentos médicos não emergenciais (consultas, exames, cirurgias, e internação hospitalar), para as serventias com competência fazendária da Comarca da Capital, bem como emissão de pareceres técnicos para os pedidos judiciais de urgência/emergência durante o plantão judiciário, atualmente tratado no originado no processo administrativo SEI 202306037339. No acompanhamento do tema, foram movimentados 03 (três) outros processos correlatos (registrados no SEI sob os nºs 202306003947, 202306039973 e 202306036779).
- **SEI 202306132466** – Tratativas para aquisição de cordões de Girassol (sensibilização e identificação de pessoas com deficiências ocultas) para distribuição aos participantes de eventos promovidos pelo Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).
- **SEI 202306104339** – Acompanhamento e instrução de solicitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a respeito de coleta seletiva, nas salas por essa ocupada, nos Fóruns de Volta Redonda e Barra Mansa.
- **SEI 202306106837** - Tratativas para a formalização de Protocolo de Intenções com a Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ) e o Estado do Rio de Janeiro (por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, com interveniência do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE),

da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda e da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação), voltado para o encaminhamento de adolescentes e jovens, preferencialmente que tenham medidas socioeducativas ou medidas protetivas aplicadas, ou, ainda, em vulnerabilidade social ou de baixa renda, objetivando que sejam contratados como jovens aprendizes.

Ajustes Onerosos

Em relação às parcerias onerosas, no segundo semestre de 2023, concluída a análise dos documentos referentes ao projeto “Jovens Mensageiros” (2023-06016962), elaborados por esta Secretaria, foi publicado o Chamamento nº 03/2023 cuja sessão inaugural ocorreu em 06/12/2023. Cabe mencionar, ainda, o acompanhamento do processo administrativo referente ao projeto “Jovens Mensageiros” (2020-0637143) em vigor. Neste, foi formalizado e publicado 02 (dois) aditivos no ano de 2023.

No ano de 2023, também foram concluídas as formalizações e iniciadas as parcerias onerosas dos projetos “Inclusão Legal” (2020-0615218), “Justiça pelos Jovens” (processo 2020-0674522) e “Começar de Novo” (processo 2020-0674883). O acompanhamento dos mesmos resultou em 04 (quatro) termos aditivos formalizados, 1 apostilamento e 1 termo aditivo em vias de ser formalizado.

Em relação a outros ajustes onerosos, destacamos a formalização, acompanhamento e início do contrato visando a prestação de serviço especializado de diagnósticos por perícia de DNA dos beneficiários da gratuidade de justiça, nas ações judiciais do PJERJ (2022-06126822).

Ademais, encontram-se em elaboração as documentações necessárias para a licitação objetivando a realização de Inventários Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, para o PJERJ, originado no processo administrativo SEI! 2020-0602276.

Prestações de Contas

A prestação de contas das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento dos Projetos Sociais onerosos da SGSUS é realizada de acordo com a lei nº 13.019, regulamentada neste Tribunal pelo Ato Normativo 06/2018, cujo objetivo é a comprovação da regular utilização dos recursos utilizados pelas instituições parceiras, bem como a análise da conformidade das documentações apresentadas.

Atualmente, encontram-se em execução os projetos “Jovens Mensageiros”, “Justiça pelos Jovens”, “Começar de Novo” e “Inclusão Legal” cujo processamento das notas de débito, assim como a análise das prestações de contas foram realizadas no ano de 2023.

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde (NATJUS/RJ)

O programa foi desenvolvido por meio da parceria entre o TJRJ e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), para prestar assessoria ao Judiciário na elaboração de pareceres técnico-normativos em pedidos de liminar e tutela provisória, nas ações que visam fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para a saúde, tratamentos e procedimentos médicos não emergenciais. A SGSUS é fiscal e gestor do convênio, sendo responsável pelo apoio administrativo e logístico, conforme Portaria nº 1976/2021, que dispõe sobre o funcionamento do NATJUS no âmbito do PJERJ.

Encontra-se em andamento o processo SEI 2021-0665713, para desenvolvimento de sistema em plataforma online que contemple os processos de trabalho do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS/RJ) e atenda ao disposto no art. 2º e parágrafo único da Resolução nº 238/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A equipe técnica do NATJUS/RJ elaborou em 2023, um total de 4356 pareceres: 1815 na Capital e 2541 no interior do Estado.

Programas de Cidadania

As ações solidárias e as campanhas institucionais fazem parte do comprometimento da SGSUS com a responsabilidade social e com o desenvolvimento das melhores práticas de promoção da cidadania. Elas consistem em ações de sensibilização e mobilização do público interno e externo do PJERJ.

- **Hemorio**

Em parceria com o HEMORIO, a SGSUS promove campanhas de doação de sangue e palestras. No dia 22 de março, foi realizada nova campanha no Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga nº 115 - Lâmina III, com a coleta de 96 bolsas de sangue. Foi realizada outra campanha no dia 14 de setembro, com a coleta de 103 bolsas de sangue.



- **Casamento Comunitário**

O Casamento Comunitário faz parte do conjunto de ações desenvolvidas pela SGSUS. No evento ora citado, é realizada a conversão da união estável em casamento para pessoas que comprovadamente já coabitam, são hipossuficientes e residentes no Estado do Rio de Janeiro. Cumpre informar que os participantes se inscrevem na SGSUS e é elaborada uma lista de espera. Conforme os eventos acontecem, os inscritos são chamados para a entrega e para a conferência da documentação pela equipe SEPIS.



No dia 18 de maio, nas dependências do TJRJ (antigo Tribunal do Júri), foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 49 casais hipossuficientes.

No dia 26 de agosto foi realizado novo evento, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, com 185 conversões.

No dia 01 de dezembro foi realizado mais um Casamento Comunitário nas dependências do TJRJ (Antigo Tribunal do Júri), com 50 casais

hipossuficientes. O evento contou com a participação do Coral do Tribunal, servidores voluntários e Magistrados voluntários.

• **Campanha Suipa**

A Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), em parceria com a SGSUS, realizou uma campanha no Fórum da Capital para a doação de produtos de necessidade básica, adoção de animais e venda de produtos.

Houve uma edição em 26 e 27 de junho, onde foram arrecadados: 46Kg de ração, 1 casa de transporte, 10 potes de comida, remédios diversos e foram adotados 2 gatos e 1 cachorro.

Foi realizada outra edição da Campanha ora citada durante o mês de dezembro nos dias 12 a 14 de dezembro, onde foram adotados 2 cachorros e 2 gatos.

• **Campanha Outubro Rosa**

Em comemoração ao movimento internacional de conscientização para o controle do câncer de mama, em parceria com a CAARJ e OAB, foi realizada a campanha de coleta de mechas de cabelo, lenços, turbantes. Foram obtidos 47 mechas, 79 Lenços e 1 chapéu.

• **Campanha Natal Solidário**

A campanha para obtenção de brinquedos novos foi realizada no mês de dezembro. Esta ação ocorreu em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e todos os brinquedos arrecadados são distribuídos. Foram arrecadados e distribuídos 430 brinquedos.

• **Campanha Mc Dia Feliz**

A Campanha é realizada nas dependências do Tribunal de Justiça e tem por objetivo a venda antecipada de tickets do Big Mac. Toda renda arrecadada é revertida para o Instituto Ronald MC Donald. A ação ocorreu nos seguintes fóruns:

- Fórum Regional do Méier - 87 tíquetes (dia 09/08)
- Fórum Regional Barra - 64 tíquetes (dia 17/08)
- Fórum Central - 476 tíquetes (dias 22 e 23/08)

- **Seminário AA**

No dia 31 de maio, foi realizado o seminário AA: “Alcoolismo e Saúde Mental - transtorno afetivo emocional/depressão e ansiedade”, com a presença dos palestrantes: Dra. Thabata da Silva Cardoso Luiz e Dr. João Delfim de Aguiar Nadaes. Ao todo, 1560 pessoas participaram do encontro.

- **Apoio ao Juizado Especial do Torcedor e grandes eventos**

A SGSUS fornece o apoio na instalação das unidades móveis, disponibilizadas por meio do convênio com o SESI, que atuam em eventos esportivos, artísticos e culturais, de competência do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos, visando garantir seu pleno funcionamento. Em 2023, o “Caminhão do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos” atuou nos dias:

- 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 27, 28 e 29/01 - evento Universo Spanta;
- 21/01 - Apoio ao UFC,
- 10/2 - Apoio no Estádio Luso Brasileiro (Taça Guanabara 2023);
- 15/02 - Apoio no Estádio Raulino de Oliveira (Taça Guanabara 2023);
- 17, 18, 19, 20 e 25/02 - Sambódromo (Carnaval 2023);
- 12/03 - Apoio no Estádio Raulino de Oliveira (Taça Guanabara 2023);
- 18/03 - Apoio no Estádio Luso Brasileiro (Taça Guanabara 2023).
- 20, 21, 27 e 28/05 - Apoio em Copacabana - Posto 4 - TIM Music Festival
- 27 e 28/05 - Apoio no Jockey Club - MITA
- 19/11 - 28ª Parada do Orgulho LGBT Rio

- **Feira Gastronômica**

A Feira Gastronômica, realizada no Fórum Central da Capital, é uma ação que tem por objetivo promover a aproximação e a integração entre os funcionários, valorizando seu potencial culinário, bem como promovendo a elevação de sua autoestima, já que todos os produtos comercializados são produzidos exclusivamente por servidores, ativos e inativos, do Quadro Permanente do Tribunal de Justiça e funcionários terceirizados. Neste ano, a feira teve uma edição nos dias 13, 14 e 15 de junho.



- Feira Orgânica



Alimentos orgânicos são aqueles produzidos sem uso de agrotóxicos sintéticos, transgênicos ou fertilizantes químicos, a SGSUS promove a Feira de Produtos Orgânicos e Naturais na Lâmina I do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A feira ora citada é realizada em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Os alimentos orgânicos são vendidos por produtores certificados pela ABIO, de acordo com mecanismos específicos da legislação brasileira, a exemplo do Sistema Participativo de Garantia (SPG), o qual envolve todos os componentes de rede de produção orgânica, atendendo às normas de preservação ambiental e estimulando o desenvolvimento sustentável. A feira teve uma edição em 4 de abril, com a participação de um grupo indígena, uma edição nos dias 2 e 3 de maio, 6 de junho, 4 de julho, 1 e 8 de agosto, 5 e 19 setembro, 3 e 24 de outubro, 7 de novembro e nos dias 5 e 12 de dezembro.

- Festa Julina do PJERJ



O evento tem como finalidade a comercialização de alimentos produzidos exclusivamente por servidores do Quadro Permanente do Tribunal de Justiça, ativos, inativos e funcionários terceirizados. Considerando o sucesso obtido em anos anteriores, realizamos mais uma edição desse evento típico da cultura Brasileira no período de 11 a 13 de julho na Rua Dom Manuel s/nº, térreo.

Na ação, não há ônus para o Tribunal de Justiça, uma vez que os participantes arcam com a despesa do aluguel de suas barracas, necessitando, apenas, da disponibilização do espaço para a montagem e divulgação do evento.

- **Feira de Artesanato**

A feira tem o propósito de promover a integração dos servidores aposentados e ativos, com a exposição de trabalhos artesanais feitos por servidores aposentados e artesãos indicados por funcionários. A feira teve uma edição nos dias 09, 10 e 11 de maio de 2023 e outra edição entre os dias 28 a 30 de novembro.



- **Programa Voluntariado**

O “Programa de Voluntariado Continuado” foi desenvolvido considerando os termos da Lei do Voluntariado (Lei Federal nº 9.608/98), que define o serviço de voluntariado como atividade não remunerada que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. No âmbito do TJ, as condições do exercício do voluntariado são pormenorizadas na Resolução TJ/OE nº 16/2018 e o processo de trabalho estabelecido na RAD-SGSUS-011 (Coordenar Programa de Voluntariado). Ao final de dezembro, data de encerramento deste relatório, o programa contabilizava 528 voluntários ativos. No total, participaram 1424 voluntários durante o ano de 2023.



- **Projeto Uni-Duni-Tê**

O projeto UNI-DUNI-TÊ visa aproximar o Poder Judiciário da população infanto-juvenil, através de palestras para alunos, levando conhecimento sobre o funcionamento do Poder Judiciário e outras instituições que compõem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e da Juventude, bem como noções gerais sobre a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Torcedor, Código Ambiental, Violência Doméstica e outros temas. O projeto tem como benefício esperado a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente do exercício da cidadania. O projeto teve 108 participantes no ano de 2023.



- **Projeto Bem-Me-Quer**

O projeto “Bem-me-Quer” oferece, aos juízes das Varas de Família, a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais litigiosos de separação ou divórcio, união estável, alimentos e/ou guarda dos filhos, a um grupo de reflexão. O objetivo é conscientizar pais, mães e demais familiares envolvidos, de que o litígio continuado acarreta prejuízos à formação da estrutura psicológica dos filhos. Em 2023, o “Bem-me-Quer” realizou 21 palestras e alcançou 165 beneficiários litigantes em Vara de Família, nesses encontros.



Palestras Associadas aos Programas de Cidadania

• Palestras do Casamento Comunitário

- 17/05/2023 – Palestra com os casais do casamento do comunitário com a participação do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª vara de família, com 96 participantes.
- 10/11/2023 – Palestra com os casais do casamento do comunitário com a participação do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª vara de família, com 98 participantes.

Palestras da Justiça Cidadã – Santa Cruz

- 03/08/2023 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário e Justiça Estadual X Federal” – Palestrantes Servidor Público Marcos Rolim e Desa. Tereza Cristina Gáulia, com 44 participantes.
- 08/08/2023 – Palestra “Justiça Restaurativa” – Palestrante Servidora Amanda Torres Simonato, com 36 participantes.
- 10/08/2023 – Palestra “Direito Constitucional - Direitos Fundamentais” – Palestrante Juiz André Souza Brito, com 45 participantes.
- 15/08/2023 – Palestra “Justiça Itinerante” – Palestrante: Juiz Vitor Moreira Lima, com 40 participantes.
- 17/08/2023 – Palestra “Juizados Especiais e Responsabilidade Social” – Palestrante: Juíza Ana Paula Azevedo Gomes, com 37 participantes.
- 22/08/2023 – Palestra “Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais (JECRIM) e Varas de Execuções Penais (VEP)” – Palestrante: Juiz Marcelo Alberto Chaves Villas, com 35 participantes.
- 24/08/2023 – Palestra “Direito das famílias” – Palestrante: Dra. Mylene Glória Pinto Vassal, com 34 participantes.
- 29/08/2023 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso” – Palestrante: Sra. Luiza Rodrigues Martins, com 34 participantes.
- 31/08/2023 – Palestra “Direito do Trabalho e Previdenciário” – Participantes: advogado Márcio Luiz Cabral de Azevedo e o advogado Nathaly dos Santos e Silva, com 38 participantes.
- 05/09/2023 – Palestra “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” – Participantes: juiz Eduardo Marques Hablitschek, com 36 participantes.
- 12/09/2023 – Palestra “Técnicas para Solução de Conflitos” – Participantes: advogada Thayza Vitória Vinhas Silva, com 42 participantes.
- 14/09/2023 – Palestra “Atribuições da Defensoria Pública” – Participantes: defensora Gislane Kepea, com 37 participantes.
- 19/09/2023 – Palestra “Atribuições do Ministério Público” – Participantes: promotor de Justiça Marcio Benisti, com 34 participantes.

- 21/09/2023 – Palestra “Órfãos e Sucessões” – Participantes: servidor Marcos Rolim, com 36 participantes.
- 26/09/2023 – Palestra “Atribuições dos Cartórios Extrajudiciais” – Participantes: advogada Luiza Alves de Castro, com 39 participantes.
- 28/09/2023 – Palestra “Posse, Propriedade, Usucapião” – Participantes: juíza Monique Abreu David, com 39 participantes.
- 03/10/2023 – Palestra “Estatuto da Pessoa com Deficiência” – Participantes: servidor Márcio Castro Aguiar, com 38 participantes.
- 05/10/2023 – Palestra “Direito do Consumidor - Encerramento” – Participantes: juiz Eric Scapim e Des. Tereza Cristina Gaulia, com 38 participantes.

Palestras da Justiça Cidadã – Centro

- 17/10/2023 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário e Justiça Estadual X Federal” – Palestrantes: Servidor Público Marcos Rolim e Des. Tereza Cristina Gáulia, com 36 participantes.
- 19/10/2023 – Palestra “Direito Constitucional - Direitos Fundamentais” – Palestrante: advogado Sérgio Antunes, com 40 participantes.
- 26/10/2023 – Palestra “Atribuições do Ministério Público” – Palestrante: promotor público Guilherme Peña, com 30 participantes.
- 31/10/2023 – Palestra “Juizados Especiais/Responsabilidade Civil” – Palestrante: advogado Márcio Luiz Cabral, com 25 participantes.
- 07/11/2023 – Palestra “Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Vara de Execuções Penais” – Palestrante: advogado Marcelo Alberto Chaves Villas, com 32 participantes.
- 09/11/2023 – Palestra “Direito do Trabalho” – Palestrante: advogada Lilian Menezes Guerra, com 28 participantes.
- 14/11/2023 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente/Estatuto do Idoso” – Palestrante: advogada Luiza Rodrigues Martins, com 20 participantes.
- 16/11/2023 – Palestra “Estatuto da Pessoa com Deficiência” – Palestrante: servidor Márcio Castro Aguiar, com 23 participantes.
- 21/11/2023 – Palestra “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” – Participantes: juiz Eduardo Marques Hablitschek, com 25 participantes.
- 23/11/2023 – Palestra “Técnicas para Soluções de Conflitos” – Participantes: servidora Andréa Christina Vaz Barbosa, com 21 participantes.
- 28/11/2023 – Palestra “Direito das Famílias” – Participantes: advogada Patrícia Correa com 24 participantes.
- 30/11/2023 – Palestra “Justiça Itinerante” – Participantes: juiz Vitor Meireles, com 23 participantes.
- 05/12/2023 – Palestra “Órfãos e Sucessões” – Participantes: servidor Marcos Rolim, com 21 participantes.

- 07/12/2023 – Palestra “Justiça Restaurativa” – Participantes: servidora Amanda Torres Simonato, com 22 participantes.
- 12/12/2023 – Palestra “Posse, Propriedade, Usucapião” – Participantes: juiz Danilo Borges, com 17 participantes.
- 14/12/2023 – Palestra “ Atribuições da Defensoria Pública/ Apresentação de Projeto Social” – Participantes: defensora pública Gislaine Kepe e Nivalda de Aguiar, com 23 participantes.
- 19/12/2023 – Palestra “Direito do Consumidor” - Encerramento – Participantes: juiz Eric Scapim e Desa. Tereza Cristina Gaulia, com 28 participantes.

• **Projetos de Inclusão Social**

Os programas de inclusão social da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social foram criados com o desejo de contribuir para a promoção social, incluir pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando como resultado a mudança de paradigmas e melhora da qualidade de vida. Eles foram idealizados com a finalidade de oportunizar aos participantes a capacitação orientada para o mercado de trabalho, inclusão educacional e projetos sociais e culturais. Os projetos contam com o apoio de instituições parceiras para o acompanhamento e sua execução.

Atualmente, encontram-se em execução o projeto “Jovens Mensageiros”, o projeto “Justiça pelos Jovens, o projeto “Começar de Novo”, o projeto “Inclusão Legal” e os subprojetos “Estudar para Qualificar” e “Circuito Cultural”.

• **Jovens Mensageiros**

O projeto, destinado a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, visa à inclusão social e à capacitação para o mercado de trabalho por meio de uma experiência profissional supervisionada, desempenhando atividades acessórias à mensageria no PJERJ. O projeto também contribui para a elevação da escolaridade, possibilitando a reestruturação das vidas dos participantes e de suas famílias. Cabe ressaltar que o projeto contribui para a operacionalização de atividades de remessa de expedientes em todo o Tribunal.



Em 2023, atuaram um total de 129 jovens, com uma média mensal de 86 Jovens Mensageiros que movimentaram 11.339.244 expedientes, perfazendo uma média de 11.141 expedientes por Jovem Mensageiro, no período.

- **Justiça pelos Jovens**

Após a conclusão do processo de formalização, em 2023, deu-se o reinício do projeto “Justiça pelos Jovens” que oportuniza uma experiência profissional a jovens de 16 a 24 anos, provenientes de medidas socioeducativas, estimulando e proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades e a construção de novos valores. Os jovens atuam nas unidades organizacionais judiciais e administrativas como auxiliares administrativos de documentação em geral. Em 2023, atuaram cerca de 67 jovens desde o início do projeto.



- **Começar de Novo**

Trata-se de um projeto de ressocialização de cidadãos oriundos do sistema penitenciário por meio de atividade laborativa desenvolvidas no PJERJ. Tem como público alvo os egressos que cumpriram pena privativa de liberdade, integralmente, ou foram beneficiados por qualquer causa extintiva da punibilidade, após terem cumprido parte da sanção imposta, o agraciado pela liberdade condicional e os condenados em penas restritivas de direitos. A finalidade do projeto é oferecer oportunidade de trabalho aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em 2023, o projeto contemplou 40 participantes desde o início no mês de julho.



- **Inclusão Legal**

O projeto “Inclusão Legal” visa promover a inserção/reinserção, no mercado de trabalho, de maiores de 18 anos, mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pessoas com vulnerabilidade social, arrimos de família, pessoas com necessidades especiais, idosos e refugiados legalizados no Brasil. O projeto iniciou em novembro com 26 participantes.



- **Circuito Cultural**

A atividade visa agregar valor aos participantes dos projetos de inclusão social, mediante a promoção de atividades culturais, com visitas guiadas a museus e centros históricos.

Durante o ano, o “Circuito Cultural” teve a participação total de 128 jovens dos projetos “Jovens Mensageiros” e “Justiça pelos Jovens”, na visita ao “Cristo Redentor”, em 10 visitas.

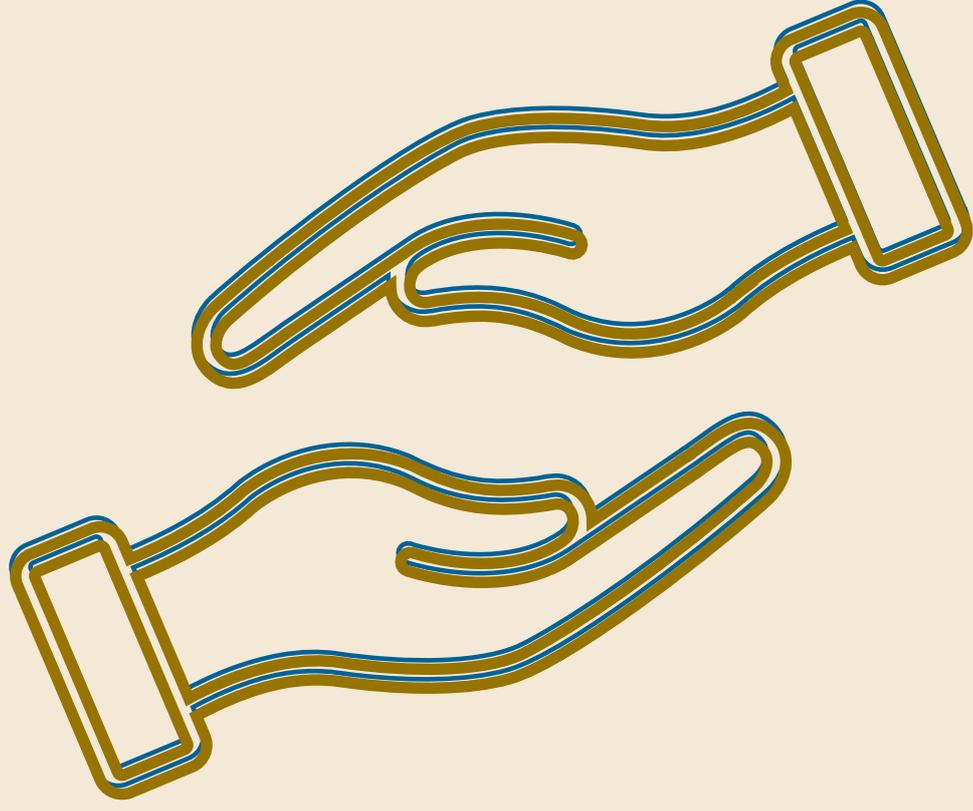


Palestras dos Programas de Ação Social e Acessibilidade

- 10/02/2023 – Palestra “Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis” – Palestrante Sr. Márcio de Araújo Farias, direcionada a 65 jovens do projeto Jovens Mensageiros.
- 27/04/2023 - Oito palestras sobre “Autismo” – Palestrantes: Dra. Keyla Blank de Cnop, Sra. Berenice Piana, Dra. Ana Rosa Frota Aguiar, Sra. Cristina Lúcia Pereira de Farias, Sra. Jade da Mota, Dra. Marina Magalhães Lopes, Sra. Renata Pereira da Silva Gusmão, Kleyton da Silva Gusmão. Direcionada a 30 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 17/05/2023 – Palestra sobre o “Dia Mundial da Reciclagem - A importância da reciclagem na redução do uso dos recursos naturais”. Palestrante Dr. Vinicius Crespo, direcionada a 85 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 13/06/2023 - Seminário Sustentabilidade e Judiciário – Palestrantes: Sra. Eliane Omena, Sra. Carmynie Xavier, Sr. Pablo Saldo e Sr. Paulo Protásio. Direcionada a 58 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 22/06/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade” – Palestrante: Sra. Gabriella Amorim. Direcionada a 15 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 29/06/2023 – Palestra sobre o “Dia Nacional da Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA” – Palestrante: Subsecretário de Cuidados Especiais Guilherme Bussinger; o médico Marco Orsini; o médico Guilherme Barros; e o advogado e diretor da Diretoria de Pessoa com Deficiência da OAB Geraldo Nogueira. Direcionada a 10 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 05/07/2023 - Palestra sobre a “Carreira Militar” – Palestrante: Coronel R1 (PTTC) Jonas de Oliveira Santos Filho. Direcionada a 102 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 04/08/2023 – Palestra “Violência Doméstica e Contra Mulher” – Palestrante Dra. Simone Estrellita. Direcionada a 123 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 20/09/2023 e – Palestra LGBTQIA+ - Palestrantes: Sra. Márcia Guimarães e Sra. Anne Cláudia Félix da Silva. Direcionada a 62 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 22/09/2023 – Palestra LGBTQIA+ - Palestrantes: Sra. Cristiana da Silva Maciel e Sra. Camilla Doudement Oliveira. Direcionada a 57 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 22/11/2023 – Palestra “Dia da Consciência Negra” – Prof. Pedro Henrique Oliveira - Direcionada a 152 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Inclusão Legal.

Serviços de Acessibilidade

- A SGSUS realiza o planejamento, a implementação e o monitoramento das ações que visem ao atendimento da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 401/2021, por meio do Serviço de Projetos, Programas Especiais e Acessibilidade (SEPPE) e em parceria com as áreas de saúde e engenharia.
- No ano de 2023, foram realizadas reuniões com o setor de Engenharia e Arquitetura para fins de melhorias na acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foram desenvolvidas diversas mudanças de acessibilidade nos prédios do TJERJ e no portal Corporativo, conforme listados no documento do link: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18742863/acoes-acessibilidade-deeng-dipea-separ-r01.pdf/17bf63db-75ce-a24c-e00c-eb073baa4280?version=1.0>
- Foi disponibilizado folder de divulgação do setor de Acessibilidade no site e em diversos locais do TJRJ e vídeos com áudio descrição para que todos possam ter acesso aos conteúdos do TJRJ.
- Em promoção à acessibilidade, em janeiro foi realizada a palestra “Programa de Integração Funcional - pif012023 - Sustentabilidade e Programas Sociais”, com 51 participantes de forma presencial e, no dia 29 de junho de 2023, a palestra em alusão ao Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica, com 45 participantes;
- Três de dezembro é o “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”. Em comemoração foi realizada uma palestra em 30 de novembro com a presença dos palestrantes: Dra. Regina Lúcia Passos, Dr. Rafael Rodrigues Carneiro, Dr. Rodrigo Rocha de Jesus, Sra. Cláudia Cavalcante, Dra. Cláudia Márcia Gonçalves Vidal, Sra. Deborah Prates, Prof. Dr. Armando Nembri, Sr. Márcio Castro de Aguiar, Dra. Rosane Pitanga.
- Foi disponibilizado o Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista produzido pelo CNJ por meio do link: [https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/191279995/Manual de atendimento a pessoas com TEA final.pdf/](https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/191279995/Manual%20de%20atendimento%20a%20pessoas%20com%20TEA%20final.pdf/)



6, Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade



6. Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

O Portal do Conhecimento do PJERJ é um repositório virtual de conteúdos organizados, constituído por acervos selecionados de jurisprudência, doutrina, legislação e diversas publicações jurídicas. Esses materiais são elaborados com o objetivo de construir, reter e compartilhar conhecimentos que auxiliem na realização das atividades jurídico-administrativas da Instituição. Além disso, o Portal tem a função de informar a sociedade civil, cujos interesses estão relacionados às ações do Poder Judiciário.

Reformulação do Portal do Conhecimento

No Portal do Conhecimento do PJERJ, foram implementadas em 2023 diversas melhorias e novas funcionalidades.

Destaca-se a criação de um submenu dedicado aos “Atos Formais de Gestão Administrativa”, abrangendo resoluções, avisos e atos executivos. Além disso, foi introduzida uma seção de “Perguntas Frequentes” (FAQ), com atualizações diárias, visando esclarecer dúvidas da sociedade.

O layout do Portal passou por mudanças significativas, incluindo uma nova logomarca desenvolvida em colaboração com o Departamento de Comunicação Interna (DECOI). Adicionalmente, foram criados Ementários Temáticos mensais relacionados a efemérides relevantes para a área jurídica.

Outras iniciativas englobaram a inserção de um botão para Notas Técnicas do Centro de Inteligência, a reformulação dos Atos Normativos para melhor apresentação e a renomeação do “Espaço de Multimídias e Comunidades de Práticas” para “Espaço Multimídias e Boas Práticas,” incluindo o desenvolvimento de uma página dedicada às Boas Práticas.

Foram implementadas, ainda, diversas ações de acessibilidade:

- a) Introdução da ferramenta RYBENÁ, proporcionando maior acessibilidade ao Portal, por meio do uso de um software de Libras (Língua Brasileira de Sinais);
- b) Inclusão de descrições nas imagens nos ementários, juntamente com a utilização da hashtag “paratodosverem” no Boletim SEDIF, visando tornar o conteúdo mais acessível;
- c) Adoção sistemática da prática de descrever imagens com a hashtag “paratodos-

verem” em todos os newsletters e e-mails que divulgam os produtos da DICAC, promovendo a acessibilidade em todas as comunicações;

Essas medidas visam garantir que o conteúdo do Portal seja acessível a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência visual ou auditiva, contribuindo para uma experiência mais inclusiva e igualitária.

Criação da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Neste ano, foi criada a “Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro”, com a instituição do Conselho Editorial, por meio do Ato Executivo n. 68/2023, publicado em 23 de março de 2023.

O Conselho Editorial possui atribuições que incluem definir e manter a política editorial, estabelecer normas para a publicação, propor melhorias no conceito “Qualis”, definir estratégias para o fator de impacto e indexações, deliberar sobre casos não previstos, avaliar critérios dos artigos submetidos, encaminhar para avaliadores, e garantir a publicação em conformidade com requisitos da CAPES e outras normativas científicas. O objetivo é assegurar a qualidade, relevância e conformidade da revista com padrões acadêmicos e científicos.

Foram tomadas diversas medidas para impulsionar a Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, tais como: a instauração de um processo administrativo no Sistema SEI, para adquirir o software gratuito de editoração OJS; a expedição de ofícios aos Tribunais de Justiça, STJ e Tribunais Regionais Federal, para a captação de artigos, buscando enriquecer o conteúdo da Revista; bem como a criação de um corpo de revisores internos e externos, responsáveis pela revisão e avaliação crítica dos artigos submetidos, para garantir a qualidade editorial.

Essas iniciativas visam promover a excelência na publicação, desde a infraestrutura técnica até o conteúdo científico da Revista.

Projeto Estratégico “Aprimoramento do Sistema de Pesquisa de Jurisprudência”

O TJRJ enfrentou descontinuidade na plataforma GSA (Google Search Appliance), utilizada para indexação de documentos, o que impossibilitou a expansão do quantitativo de documentos indexados e a manutenção do sistema. Diante disso, uma consulta técnica levou à indicação da plataforma ElasticSearch como substituta, visando melhorar a performance do Sistema de Pesquisa à Base de Dados de Jurisprudência. O projeto visa agilizar as consultas, proporcionando resultados mais precisos e alinhados às expectativas dos usuários, contribuindo para a eficiência na prestação jurisdicional. A escolha do ElasticSearch também busca otimizar recursos ao consolidar a pesquisa em um único sistema.

Projeto Oráculo da Justiça

A concepção do Oráculo da Justiça originou-se da iniciativa do servidor Wanderlei Barreiro Lemos, também conhecido como W. B. Lemos ou o palhaço/performer Esperando Leitor. Ele distribuía diariamente fragmentos impressos de pensamentos de autores clássicos do Direito, Filosofia e Literatura, visando oferecer uma reflexão diária e sorte aos destinatários.

A proposta evoluiu para o Portal do Conhecimento, onde foi criado um ícone para acesso ao “pensamento do dia”. Essa ferramenta lúdica tem como objetivo disseminar conhecimento e valores éticos de justiça.

O aplicativo Oráculo da Justiça, inspirado no formato de horóscopo, busca não apenas ampliar o acesso e a imagem institucional, mas também proporcionar conhecimento ético, jurídico, histórico, filosófico e literário, utilizando conteúdo de obras relevantes.

Até o momento, 44 artes (ilustrações e textos) foram elaboradas e a página do Oráculo já contabilizou 2.855 acessos até 30/11/2023. A iniciativa promete contribuir significativamente para a difusão do saber e valores éticos por meio de uma abordagem atrativa e acessível.

Ementários Semanais

Práticas de divulgação e compartilhamento de jurisprudências representam uma estratégia eficaz para fornecer informações atualizadas e relevantes à comunidade jurídica. Ao publicar semanalmente no Diário de Justiça Eletrônico e disponibilizar no Portal do Conhecimento, o Tribunal demonstra seu compromisso com a transparência e a disseminação do conhecimento jurídico.

Os Ementários Cíveis, Ementários das Turmas Recursais e Ementários Criminais, publicados em diferentes semanas do mês, abrangem uma variedade de julgados, garantindo uma cobertura abrangente das áreas cível, criminal e fazendária. A possibilidade de encaminhamento de jurisprudências pelos Gabinetes dos Desembargadores ou pelas Secretarias das Câmaras adiciona uma dimensão colaborativa e diversificada ao processo de seleção.

Em conjunto, essas práticas contribuem para a construção de um corpo de jurisprudência robusto, acessível e relevante, beneficiando não apenas os profissionais do direito, mas também a sociedade em geral ao promover a transparência e compreensão do sistema judicial.

- 26 Ementários Cíveis;
- 11 Ementários Criminais;
- 10 Ementários de Turmas Recursais

Releases Semanais

Elaborado e enviado para o SEDIF ao menos uma notícia semanal em forma de release para divulgação no Portal do Conhecimento, totalizando pelo menos 47 novas notícias sobre os ementários semanais. Envio de notícias sobre novas pesquisas selecionadas ou atualização para divulgação no Portal do Conhecimento.

Ementários Mensais Temáticos

Foram disponibilizados 10 ementários temáticos. Atividade teve início em março de 2023.

Março de 2023	Mulheres no Judiciário
Abril de 2023	Saúde
Maiο de 2023	Liberdade de Imprensa
Junho de 2023	Meio Ambiente
Julho de 2023	Criança e Adolescente
Agosto de 2023	Feminicídio
Setembro de 2023	Acessibilidade e Inclusão
Outubro de 2023	Idosos
Novembro de 2023	Racismo
Dezembro de 2023	Direitos Humanos



Seções "Em Destaque" e "Outras Notícias"

O Portal do Conhecimento possui uma área destinada a publicação de matérias referentes à Gestão do Conhecimento e às ações relevantes para o público interno e externo do PJERJ. No ano de 2023, foram publicadas 236 matérias no Portal do Conhecimento, sendo 93 na seção "Em Destaque" e 143 em "Outras Notícias". Abaixo, exemplos de publicações:

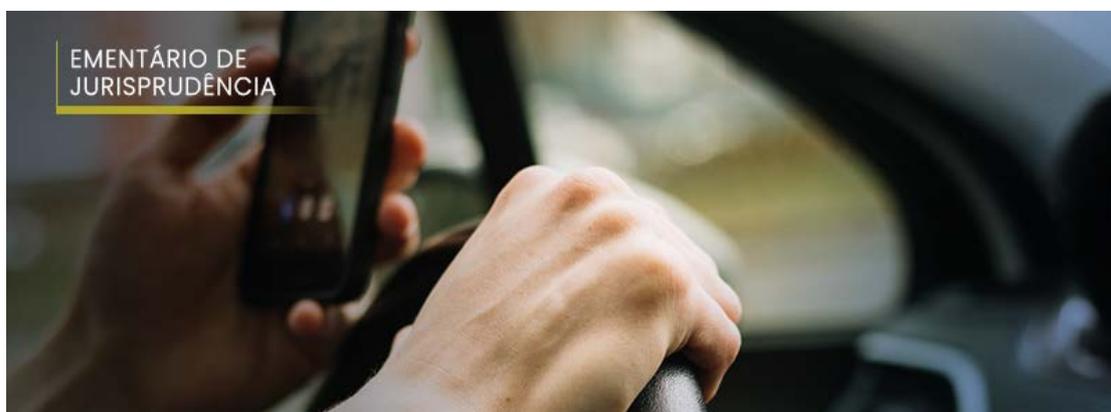


REPERCUSSÃO GERAL

"Tribunal de Justiça mantém prisão preventiva de motorista de aplicativo acusado de estupro de vulnerável"



"Lei impede a guarda compartilhada em casos de risco de violência doméstica"



EMENTÁRIO DE
JURISPRUDÊNCIA

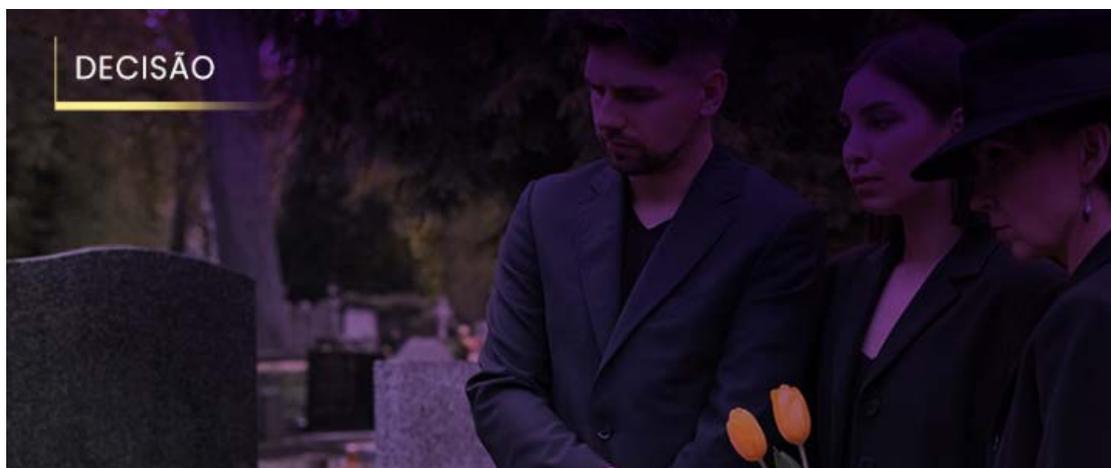
"TJRJ concede indenização a motorista de aplicativo descredenciado sem justificativa ou aviso"



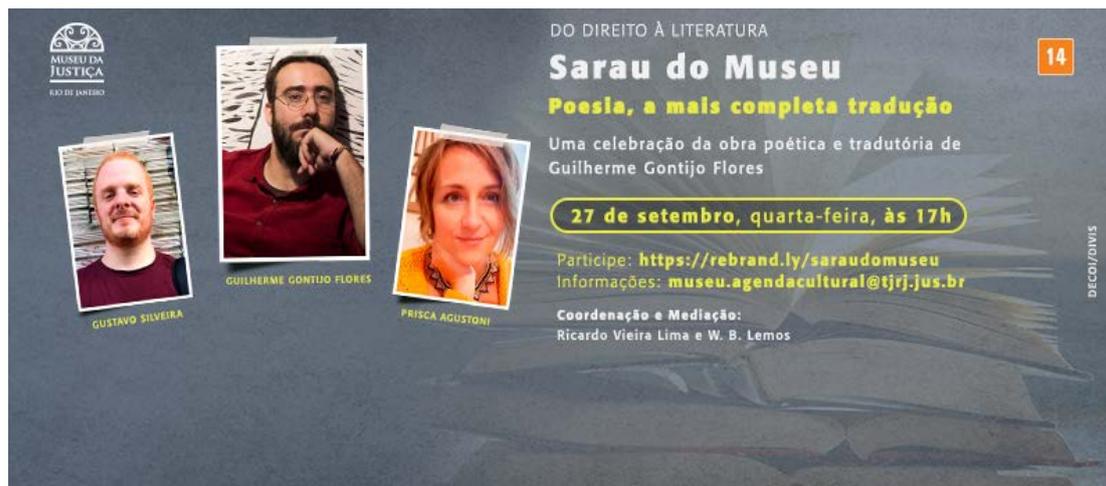
“Lei recente garante pensão especial para filhos e dependentes de vítimas de feminicídio”



“Comunicado da Segunda-Vide Presidência: Repetitivo vai definir se agentes da Polícia Federal podem criar fóruns para apuração de condutas relacionadas à pedofilia”



“Filhos de vítima de feminicídio receberão indenização por dano em ricochete”



“Do Direito à Literatura - Sarau do Museu – Poesia, a mais completa tradução”

Seção “Publicações”

Na Estante Jurídica, houve o desenvolvimento de uma nova página para os Ementários de Jurisprudência - Edições Especiais. Contudo, a inserção do texto de apresentação pela empresa ainda está pendente. Além disso, foram apresentados um novo layout e novas funcionalidades para a página do Boletim SEDIF, sendo solicitado o desenvolvimento correspondente.

Na Estante Institucional, um botão de acesso ao Diário da Justiça Eletrônico foi disponibilizado, ampliando a acessibilidade e praticidade para os usuários. Essas iniciativas visam aprimorar a experiência do usuário, facilitando o acesso e a compreensão das informações disponibilizadas nas estantes jurídica e institucional.

Seção “Gestão em Destaque”

Foram implementados dois combos no Portal do Conhecimento, visando centralizar informações estratégicas e relevantes.

No “Planejamento Estratégico,” foram agregadas páginas dos principais tópicos relacionados ao tema, incluindo Governança, Plano Estratégico, Projetos Estratégicos e Indicadores Estratégicos.

No combo “TJ e Sociedade,” destaca-se a criação do Observatório Judicial da Violência contra a Mulher. Esse combo compreende uma apresentação geral e páginas dedicadas a programas e projetos específicos, como Projeto Violeta, Protocolo Violeta Laranja, Programa Mãos EmPENHAdas, Patrulha Maria da Penha, Semente da Paz, Projeto Inspirar, Projeto Sorrindo para o Futuro, Projeto Novos Rumos e Ronda Maria da Penha - Guarda Protetiva.

Essas iniciativas contribuem para uma organização eficaz do conteúdo, facilitando o acesso e compreensão de informações estratégicas e programas relevantes para o Tribunal de Justiça e a sociedade em geral.

Mídias Sociais



A equipe do Serviço de Difusão dos Acervos do Conhecimento (SEDIF), em parceria com o Serviço de Redes Sociais, utiliza as mídias sociais do TJRJ como instrumento de divulgação da jurisprudência do TJRJ, dos produtos das unidades da DICAC e de matérias de utilidade pública. A partir de 2023, o grupo intensificou as postagens no Instagram e no LinkedIn, em razão do perfil do público-alvo e da abrangência do primeiro, que possui em torno de 120 mil seguidores, e do crescimento do segundo.

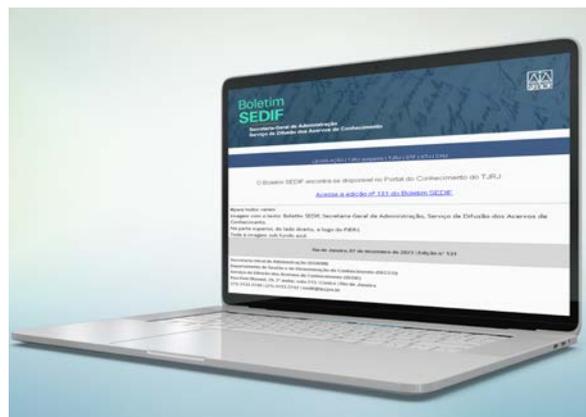
No ano, foram realizados 118 posts, com elaboração de textos de retranca e de divulgação.



Publicações de Periódicos

a) Boletim SEDIF

O boletim é produzido pela equipe do SEDIF, que monitora diariamente no sistema corporativo do TJRJ as decisões indicadas por desembargadores para divulgação, além de acompanhar os processos de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Assunção de Competência, as notícias nos Portais Institucional e do Conhecimento, e os Ementários de Jurisprudência. Em relação aos julgados do STJ e STF, incluindo recursos repetitivos, repercussão geral, súmulas e notícias, a seleção considera o potencial reflexo na atuação do Judiciário fluminense e a repercussão social.



A legislação é pesquisada diariamente nos sites oficiais do Planalto, Diário Oficial do Estado do Rio, ALERJ e Diário Oficial do Município do Rio.

Durante o período, foram divulgados 308 boletins, sendo 131 com matérias de todas as áreas do Direito, 131 exclusivamente de conteúdos cíveis e 46 abordando temas criminais.

Essa prática contribui para manter a comunidade jurídica e a sociedade informadas sobre decisões relevantes, legislação e atualidades jurídicas.

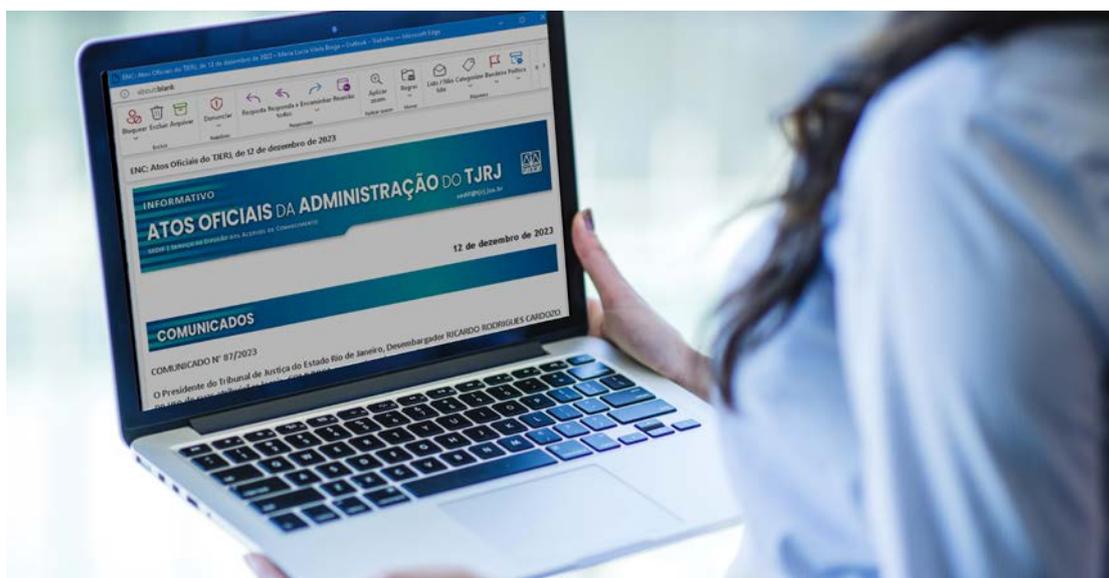
No boletim SEDIF foram selecionados e divulgados 2.907 conteúdos, de todas as matérias, conforme quadro a seguir:

Temas Divulgados	Total de Informações
Edição de Legislação Municipal/Estadual /Federal	540
Embargos Infringentes e de Nulidade	46
Ementários TJERJ	45
Informativos STF/STJ	83
Julgados indicados pelos gabinetes	143
Notícias sobre precedentes	187
Notícias STF	539
Notícias STJ	432
Notícias TJRJ e Portal do Conhecimento	244
Notícias CNJ	353
Súmulas	10
Ações intentadas	125
Outros (ex.: enunciados, comunicados)	160
Total	2907

b) Atos Oficiais da Administração

Foi implementado um novo layout para o Informativo dos Atos da Administração do TJRJ, aprimorando a apresentação e a usabilidade deste recurso.

No período, foram elaborados e enviados aos magistrados do Judiciário fluminense 225 informes com seleção de atos oficiais da Presidência do TJERJ e de outros órgãos internos judiciais e administrativos.



c) Atos Oficiais do TRE-RJ

Em 2023, foram editados e encaminhados 100 boletins com seleção de Atos da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), referentes à designação e à cessação de designação de magistrados do TJRJ convocados para o TRE, bem como Resoluções e Editais de interesse desses magistrados.

Em novembro, foi implementado um novo layout para o Informativo dos Atos da Presidência do TRE, aprimorando a apresentação e a usabilidade deste recurso.



Realização de Pesquisa de Satisfação

O SEDIF conduziu as pesquisas de Satisfação do Portal do Conhecimento e da Revista Justiça & Cidadania. A primeira teve como público-alvo os Magistrados do PJERJ e os assessores de desembargadores, enquanto a segunda direcionou-se exclusivamente aos magistrados do PJERJ. Foi empregado o método quantitativo, cabendo destacar a utilização de aspectos metodológicos definidos pela RAD-PJE-RJ-010 / Revisão 15.

A pesquisa de satisfação abordou questões relacionadas à usabilidade do Portal, incluindo a facilidade de acesso, navegabilidade e layout. Também foram analisadas as características dos conteúdos publicados, como clareza, relevância, organização, completude e atualização. Além disso, foram considerados os diferentes produtos oferecidos pelo Portal.

Recebemos um total de 131 respostas, das quais 112 foram consideradas válidas, ou seja, provenientes de usuários que têm um bom conhecimento ou algum conhecimento sobre o Portal. Em relação à frequência de utilização, 62,5% dos entrevistados afirmaram usar o Portal com frequência, 33,04% ocasionalmente e 4,46% raramente.

Os produtos que receberam maior grau de satisfação foram:

- Suspensão de Prazos e Expediente Forense, com 85,32% de satisfação;
- Boletim SEDIF, com 84,40% de satisfação;
- Ementário Temático, com 83,5% de satisfação; e
- Ementário de Jurisprudência semanal, com 82,24% de satisfação.

O Acordo de Cooperação nº 003/298/2020 (Termo Aditivo nº 003/298/2020) entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Instituto Justiça & Cidadania estabelece que o TJRJ é responsável por disponibilizar exemplares da Revista Justiça & Cidadania aos Magistrados. Durante a vigência do acordo, o Tribunal conduzirá uma pesquisa para avaliar a satisfação dos magistrados em relação ao conteúdo da revista, sendo um critério para a renovação do convênio. A pesquisa abrange diversas seções da revista, como Editoriais, Matérias de Capa, Cobertura de Eventos e Congressos Jurídicos, Artigos e Matérias sobre Direito (Civil, Penal, Privado, Público e Trabalho).

Este processo não apenas atende aos termos do acordo, mas também visa aprimorar continuamente os serviços prestados.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Resumo Índices de Satisfação	
Matérias de capa	73%
Artigos Matérias sobre o DIREITO	71%
Editoriais	68%
Entrevistas e Perfis	64%
Cobertura Eventos e Congressos	50%

Avaliação da revista de forma geral

Foi aplicada a seguinte pergunta para avaliar a revista de uma forma geral:

De uma forma geral, que nota o (a) sr. (a) daria para a Revista Justiça & Cidadania?
(Utilizada escala de 1 a 10)

A nota média obtida como resposta à pergunta foi de 6,95.

Total de acessos: **890.991**

Home – Portal do Conhecimento

2023

Total de acessos: **5.241.779**

Somatório de páginas do Portal do Conhecimento

2023

Em 2023, foi iniciado o Projeto Estratégico de Revitalização do Museu da Justiça, com o objetivo de integrá-lo ao “corredor cultural” do Rio de Janeiro, promovendo modernização museológica para incentivar o turismo e visitação. O plano visa preservar e disseminar a memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Revitalização do Museu:

O processo de revitalização do Museu envolveu várias etapas e iniciativas, incluindo:

- Contratação da empresa Fora Produção Cultural, com o objetivo de captar recursos externos para a revitalização do Museu. Essa medida indica um esforço em buscar financiamento externo para apoiar as melhorias necessárias;
- Contratação da Gerúndio Produções LTDA em agosto de 2023, com término em novembro do mesmo ano.
- Finalização das Obras nas Salas Específicas: Conclusão das obras de revitalização nas salas 305, 307, 309 e 302. Esse marco indica um avanço significativo no projeto de revitalização, com salas específicas recebendo atenção especial para aprimorar o espaço;
- Atualização do Regimento Interno: revisão e atualização do Regimento Interno do Museu. A inserção de capítulos sobre doação e locação de espaços sugere uma abordagem mais abrangente e atualizada em termos de governança e gestão de recursos e espaços dentro do Museu.

Essas ações indicam um esforço coordenado para modernizar, financiar e otimizar o funcionamento do Museu, tornando-o mais eficiente e adequado às necessidades atuais. O investimento em captação de recursos, contratações especializadas e melhorias nas instalações contribui para a revitalização e fortalecimento do Museu como uma instituição cultural.

Foram, ainda, implementadas diversas ações de acessibilidade, visando promover a inclusão e tornar o espaço mais acessível para todos os visitantes. Algumas dessas ações incluem:

- Recepcionistas Capacitadas em Libras: A presença de recepcionistas capacitadas em Libras durante os eventos do museu, proporcionando atendimento inclusivo para pessoas com deficiência auditiva;
- Capacitação em Audiodescrição: Servidores, terceirizados e estagiários matricularam-se no curso de audiodescrição oferecido pela Escola Virtual de Governo, visando aprimorar as habilidades de comunicação para pessoas com deficiência visual;
- Gravação de Eventos com a DETEL: A equipe acionou o DETEL para gravar todos os eventos, disponibilizando os links no ranking da Transparência, garantindo acesso a conteúdo para quem não pôde participar presencialmente;
- Sinalização Inclusiva nas Salas do DECCO: Solicitação de confecção e atualização das placas das salas do DECCO para incluir simbologia em Braille, facilitando a orientação para pessoas cegas e com baixa visão;
- Descrição de Imagens nas Comunicações: Adoção da prática de incluir descrições das imagens nos boletins informativos, convites de eventos e no site do museu,

utilizando a hashtag “paratodosverem”, promovendo acessibilidade para pessoas com deficiência visual;

- Documentários Legendados: Disponibilização de documentários legendados, produzidos pelo Museu, no Portal do Conhecimento, garantindo que o conteúdo seja acessível para pessoas com deficiência auditiva.

Certificação do Museu da Justiça:

Em junho deste ano, foi lançado o plano de ação para a certificação da unidade. Isso incluiu mapeamento de trabalhos, documentação, criação e revisão de RADs (Registros de Atividades Desenvolvidas), além da elaboração de um documento estratégico. Após cumprir todas as etapas definidas pela governança institucional, a unidade foi auditada internamente em 05 de dezembro de 2023, não apresentando não conformidades, apenas sinalizações para melhorias. Este marco representa um avanço no processo de certificação, programado para o primeiro trimestre de 2024.

Celebração de Termo de Doação entre TJRJ e Santa Casa de Misericórdia

- Doação do acervo do Educandário Romão Duarte ao Museu da Justiça.
- Elaboração de livro: “Tribunal De Justiça do Estado do Rio de Janeiro: Lentes da História”
- Início das ações visando à publicação do livro - processo SEI número 2023-06132256.

Troca de Livros

O público pode participar do Troca de Livros, trazendo um livro, em bom estado, e levando outro, de seu interesse. No Museu da Justiça de Niterói, o evento ocorre às terças-feiras, e, na sede do Museu da Justiça, no Rio de Janeiro, as trocas são realizadas às quintas-feiras.

Foram realizadas 76 edições e recebeu 2.161 participantes.

Mostras e Exposições

A título de exemplo:

- Mostra de Quadros Restaurados

O Museu da Justiça inaugura mostra com obras restauradas dos artistas August Bracet (1881 - 1960) e Auguste Petit (1844 - 1927). Os acervos selecionados, que fazem parte da coleção do Museu da Justiça, são pinturas de personalidades do direito fluminense que atuaram entre os anos 1919 e 1933 e compõem a história dos 270 anos dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro. Obras estas conservadas pela museologia.

- **Arte + Sustentabilidade**

A exposição Arte + Sustentabilidade, em parceria com a Secretaria Geral de Sustentabilidade, é uma mostra constituída por incríveis obras de arte elaboradas e produzidas pelo artista Marcos Lanzieiro e pelo Coletivo Artístico por ele criado junto a seus alunos do Colégio São Paulo RJ, com a utilização exclusiva de materiais provenientes de processos de reciclagem, o que insere sua produção artística em um Programa de Educação Ambiental, visando à transformação para uma nova consciência em relação ao meio ambiente, através de uma mudança comportamental.

- Exposição “Maria Collares: a Desembargadora Verde”
- Exposição “Justiça da Infância e Juventude - 100 anos - 1923|2023
- Inauguração da exposição sobre Consciência Negra no Museu de Niterói em 13/11/2023
- Inauguração da exposição 450 anos de Niterói e 100 anos do Palácio da Justiça em 28/11/2023
- Mostra expositiva da Comissão de Gênero “I Mostra Artística e Literária” de 06/11/23 a 10/11/23.

Projeto “Coisas de Museu”

Iniciativa criativa para engajar o público por meio de vídeos sobre itens do acervo do Museu da Justiça. Aqui estão os dados de participação nas redes sociais:

Instagram

- Da praia ao Palácio: 12.422 participantes
- Martelo da Justiça: 31.400 participantes
- A Rebelião dos 21: 8.896 participantes
- Restaurar também é arte!: 10.722 participantes
- O Salão Francês: 10.451 participantes
- Conhecendo o Museu da Justiça de Niterói: 10.960 participantes
- A origem da Toga: 51.395 participantes
- As Constituições e o Museu: 12.145 participantes
- A Deusa da Justiça: 10.890 participantes
- As estátuas da Justiça: 36.685 participantes

Youtube

- Da praia ao Palácio: 54 participantes
- Martelo da Justiça: 57 participantes
- A Rebelião dos 21: 44 participantes
- Restaurar também é arte!: 19 participantes

Programas Realizados pelo Serviço de Agenda Cultural:

Promovida pelo Museu da Justiça, a Agenda Cultural do PJERJ desenvolve programas que buscam proporcionar ao público experiência singular de apreciação artística e estimular o conhecimento no campo da Justiça, fortalecendo o diálogo com a sociedade.

No primeiro semestre de 2023, a Agenda Cultural do PJERJ promoveu 17 programas, realizados em 254 sessões e atendeu um público total de 87.464 pessoas.

Principais números e realizações, demonstrando a extensa e significativa contribuição do Museu da Justiça no ano de 2023:

- Registros de atendimento a pesquisadores, instituições externas e unidades do PJERJ: 5.915
- Documentos consultados por pesquisadores (consultas on-line e presenciais): 7.074
- Avaliações positivas dos usuários (ótimo e bom): 98,1%, regular: 1,9%

Pesquisas Históricas:

- Pesquisas históricas concluídas: 149
- Fontes documentais consultadas: 2.029
- Pesquisas concluídas no prazo estipulado: 100%
- Objetivos incluíram exposições, catálogos, dicionários, suporte à revitalização do Museu, atendimento a dúvidas e solicitações do TJRJ.

Gestão do Acervo Textual:

- Documentos históricos tratados (higienizados e/ou restaurados): 16.503 folhas de 95 volumes
- Documentos históricos digitalizados: 40.931 imagens de 133 volumes

Gestão do Acervo Iconográfico:

- Fundo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Fundo Antonio Izaias da Costa Abreu
- Fotos recolhidas e tratadas: 4.344 e 124 fotogramas

Gestão do Acervo Audiovisual:

- Recolhimento e identificação de 586 DVDs de 318 eventos da programação cultural

Programa de História Oral:

- Entrevistas realizadas a Desembargadores renomados

Destaques:

- Inauguração do Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos;
- Oficinas Demonstrativas de Procedimentos de Restauro;
- Participação no III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário e menção honrosa;
- Conservação e restauro de processos para exposição comemorativa do Centenário do Juízo de Menores;
- Avaliação da documentação histórica da Fundação Romão de Mattos Duarte;
- Visitas técnicas a instituições e suporte ao Projeto de Revitalização do Museu da Justiça;
- Recolhimento e tratamento técnico de conservação e restauro da documentação histórica da Fundação Romão de Mattos Duarte;
- Realização de pesquisas para a elaboração da exposição “Justiça de Infância e Juventude: 100 anos”.

Público atendido no Museu da Justiça	
Presencial Agenda Cultural	15.026
Pesquisadores	6.128
Virtual	221.918
Total	243.072

Gestão de Acervos Arquivísticos

O DEGEA, Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, tem como função central a administração do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ). Suas atribuições abrangem desde o atendimento e coordenação de solicitações de arquivamento e desarquivamento até a criação e manutenção de uma visão integrada de todo o processo de gestão documental dentro do PJRJ.

Seguem listadas abaixo as principais realizações desenvolvidas em 2023 pelo referido Departamento, as quais se encontram devidamente alinhadas às diretrizes da Alta Administração deste Tribunal.

- Manutenção da certificação ISO 9001:2015, após a realização da auditoria externa ocorrida nos dias 18 e 19 de maio de 2023;
- Implementação da Central de Digitalização do Arquivo de São Cristóvão - CDA em outubro de 2023;
- Implementação de um novo contrato de apoio operacional, celebrado com a empresa PRO-MEMÓRIA Serviços Ltda. (Termo nº 003/077/2023), o que possibilitou a retomada das atividades de arquivamento, desarquivamento e descarte, que foram interrompidas em janeiro de 2023 devido a um pedido de rescisão encaminhado pela contratada anterior;
- Deliberações destacadas pelos membros da COPAD, nas reuniões ocorridas em 31 de maio de 2023 e 13 de junho de 2023:
 - elaboração de um novo termo de cooperação, para a retomada do convênio com a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias;
 - aprovação da contratação do IBICT (Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia), para a organização e manutenção de um repositório digital confiável - RDC-arq;
 - elaboração de minuta de resolução, para disciplinar sobre o acesso aos processos de guarda permanente/históricos por pesquisadores, acadêmicos, historiadores e jornalistas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
 - elaboração de minuta versando sobre o regramento das atualizações de prazos de guarda da Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Em cumprimento à Resolução CNJ 324/2020 e à Resolução TJ/OE 08/2022, está sendo viabilizada a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-arq, sistema de tratamento e preservação de documentos digitais considerados importantes para a Instituição, especialmente devido ao seu valor permanente/histórico.
- As plataformas Archivematica e Atom, integrantes do RDC-arq, foram instaladas em ambientes de nuvem, assegurando a manutenção da segurança da informação, bem como a autenticidade dos documentos produzidos digitalmente sob custódia do DEGEA.
- O Grupo de Pesquisa Histórica (GPH), do DEGEA, concluiu, em março de 2023, a pesquisa intitulada “Minorias: violência contra a mulher (1900-2020)”. Os re-

sultados foram apresentados por meio de uma videoconferência na plataforma TEAMS, com o título “A História do Silêncio”, refletindo a abordagem dos dados e informações encontrados. Durante a pesquisa, foram identificados 798 casos de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, por meio da consulta a periódicos, resultando na localização de uma parcela significativa de processos judiciais no período estudado.

- O GPH também pesquisou a temática das “escalas de liberdade” em processos identificados na série pós-abolição do acervo permanente. Na série são identificados processos históricos relevantes que discorrem sobre a trajetória de libertos no estado do Rio de Janeiro. Com o auxílio do Professor de História da UFRJ, Doutor Cesar de Miranda e Lemos, definiu-se que a série comportará processos de 13/05/1888 a 1988, ano da Constituição Cidadã e da efeméride dos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil.
- GPH ainda revisou o instrumento de pesquisa, catálogo da escravidão, que está em fase de reformulação, visando à retirada de processos da série pós-abolição e inclusão no Fundo Documental da Casa de Suplicação (1808-1833) que abordam o tema.
- Foram atendidos 93 pesquisadores (de forma remota e presencial) resultando em 1.193 documentos disponibilizados, contendo temas históricos e de interesse social, que contribuiram para monografias, dissertações, teses, obras acadêmicas, trabalhos jornalísticos e resgate de genealogia familiar.
- Realização de reuniões do Comitê Gestor do PRONAME, que, dentre os assuntos tratados, destacaram-se: (1) III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, ocorrido de 10 a 12 de maio de 2023 em Porto Alegre - RS; (2) o Prêmio “CNJ Memória do Poder Judiciário – edição 2023; (3) o IV Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário de 2024; (4) o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário; (5) a consulta pública do MoReq-Jus; (6) a revisão das Tabelas de Temporalidade da área fim; (7) o módulo de Gestão Documental do PJe e RDC-arq; (8) a minuta do acordo entre o CNJ e o Arquivo Nacional para disponibilização dos arquivos permanentes do Poder Judiciário no Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq) e (9) a revisão do Regimento Interno do Comitê do Proname.
- Foram recebidas visitas técnicas da Coordenadoria de Gestão de Documentos do Departamento Geral de Administração e Finanças da Subsecretaria de Administração da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR, interessados em conhecer a gestão documental e seus instrumentos arquivísticos, os critérios para o atendimento ao pesquisador, o tratamento

do acervo permanente/histórico, bem como o arquivamento, desarquivamento e descarte de documentos. As visitas fortaleceram o diálogo sobre gestão de documentos e arquivos entre as instituições e proporcionaram a disseminação do conhecimento advindas das fontes geradoras de arquivos.

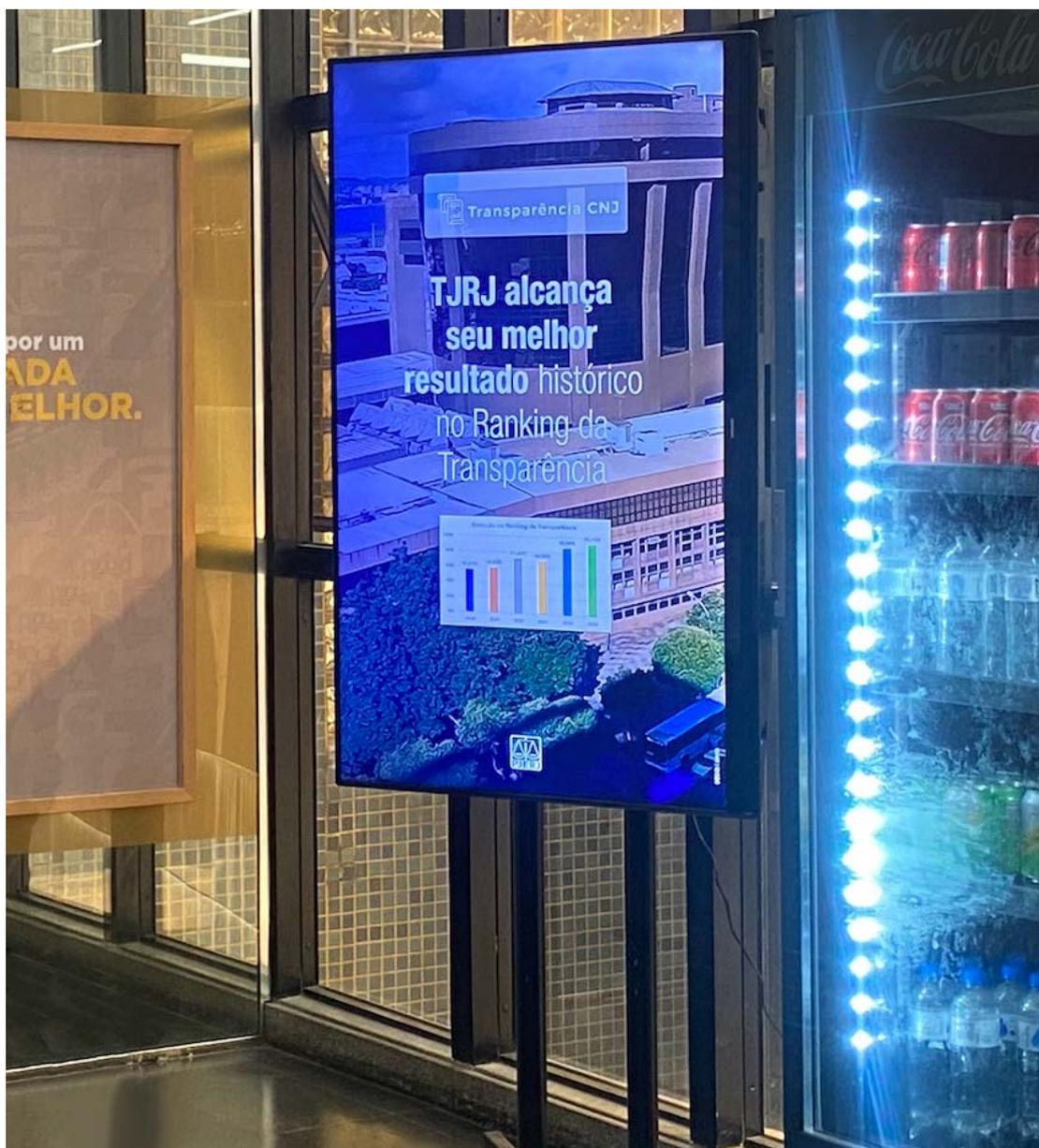
- Participação no Grupo de Trabalho (TJRJ, TRT1, TRF2, TRE-RJ e Justiça Militar-RJ), destinado a apresentar candidatura coletiva dos Tribunais que integram o FOJURJ para sediarem, em 2025, o V Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário (ENAM).
- Implementação de ação de sustentabilidade, que orienta servidores do PJERJ, por meio do Aviso nº 13/2023, a devolverem ao DEGEA os sacos plásticos utilizados na atividade de desarquivamento, para reaproveitamento destes.
- Implementação de novo procedimento para medição e controle das demandas de coletas de caixas-arquivo, em função do novo contrato de apoio operacional (Termo nº 003/077/2023), utilizando as ferramentas do Microsoft Office 365 e dos sistemas corporativos do PJERJ.
- Solicitações de melhoria e desenvolvimento dos sistemas corporativos (ARQGER, GRERJ-Eletrônica, DCP e SISCOA) para operacionalização do Centro de Digitalização do Arquivo Central.

Ações de destaque	Economia objetiva gerada
Eliminação de 352.187 processos em 2023 (dados até novembro 2023)	R\$ 49.579,34

Comunicação interna

O Departamento de Comunicação Interna do TJRJ (DECOI) tem a missão de planejar e coordenar a comunicação institucional, promovendo o fortalecimento da imagem, da missão, das ações e dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Fundado em 2023, o DECOI foi bem-sucedido na implementação de um projeto de comunicação visual, textual e audiovisual marcado pela dinamicidade e assertividade: um exemplo disso foi a disponibilização de totens digitais nos corredores mais movimentados do Fórum Central, que funcionam como uma alternativa mais moderna, econômica e sustentável aos cartazes impressos, evitando desperdícios e ofertando ao público um conteúdo sempre atualizado.



Outro projeto que se destaca é o Estúdio TJRJ, um espaço multimídia inaugurado em outubro de 2023 para gravação de podcasts, videocasts, entrevistas e outras produções audiovisuais.



A cerimônia de lançamento do Estúdio TJRJ contou com a presença do presidente Ricardo Cardozo e do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que participaram do primeiro episódio do podcast Fórum Aberto, mais uma iniciativa do DECOI.

Ciente da importância de manter um fluxo constante de informações atualizadas no site institucional do TJRJ, o Departamento de Comunicação Interna também foi responsável pela elaboração de 258 matérias de interesse do público interno, das quais se destacam as seguintes:

- Fevereiro



[27/02 – TJRJ cria 1ª Escola de Mediação do país](#)

- Março



[09/03 – No Dia da Mulher, TJRJ lança Programa de Proteção Feminina](#)

- Abril



[11/04 – TJRJ reinicia Programa Justiça pelos Jovens](#)



[12/04 – Logística Reversa no TJRJ: ferramenta para o desenvolvimento sustentável](#)



[18/04 – Inovação: magistrados e servidores participam do ciclo de formação de laboratoristas](#)

[26/04 – Infância e adolescência: audiências concentradas atenderão 1556 acolhidos em todo o Estado](#)

- Maio

[04/05 - TJRJ lança campanha no Mês da Conscientização da Auditoria Interna](#)

- Junho

[19/06 - Manual do TJRJ simplifica linguagem aos cidadãos](#)

- Julho



[06/07 - Núcleo de Auditoria Interna do TJRJ recebe prêmio por ações de valorização do trabalho do auditor](#)

- Agosto



“

 Que esse Código de Ética sirva sempre como um norte para todo o quadro de servidores e colaboradores do TJRJ, uma referência nacional que merece toda nossa consideração e respeito
Ministra Rosa Weber, presidente do STF

 Nós, do Judiciário, temos o dever de nos comportar como quem está a serviço da sociedade, procurando atender às demandas da população da melhor maneira possível, e sempre com integridade
Ministro do STF Luís Roberto Barroso

 No Código, buscamos inserir valores e respeito à ética, à sensibilidade, à ponderação e ao equilíbrio nas decisões
Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, presidente do TJRJ

”

Código de Ética
do Servidor e do Colaborador
do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

[25/08 - Código de Ética é lançado pelo TJRJ com a presença de ministros](#)

- Setembro

[14/09 - Bradesco vence licitação: Guia de Custas Judiciais poderá ser paga pelo PIX](#)



[29/09 - Presidente do TJRJ inaugura a exposição “Justiça da Infância e da Juventude - 100 anos” no Museu da Justiça](#)

- Outubro



[10/10 - Ministro Luiz Fux e presidente Ricardo Cardozo inauguram Estúdio TJRJ](#)

- Novembro

[14/11 - Campanha Menos é Mais: unidades judiciais e administrativas do TJRJ devolvem 8 mil bens e equipamentos](#)

- Dezembro



[15/12 - TJRJ recebe menção honrosa do Prêmio “Corregedoria Ética” do CNJ](#)



[19/12 - TJRJ lança a Revista de Direito totalmente digital com artigos de ministros dos tribunais superiores](#)

Indicador de Objetivo Estratégico

Tema: Produção - Comunicação Interna

Tema:	Produção - Comunicação Interna											
Indicador:	Índice de Produção DECOI											
2023	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Resultado no Período
Atendidas	9	21	27	26	24	27	29	15	28	24	28	258
Recebidas	9	21	27	26	24	27	29	15	28	24	28	258
Índice de Atendimento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Somatório de matérias institucionais (direcionadas ao público interno) produzidas pelo DECOI

Em complemento à produção textual, o DECOI realizou a cobertura fotográfica de toda a agenda interna e externa do presidente do TJRJ, totalizando 253 eventos e 6.582 fotos.



Imagem aérea do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



Inauguração da Praça da Justiça

Por fim, foram produzidas 42 edições do boletim informativo TJRJ Conecta, de periodicidade semanal. A iniciativa foi concebida pelo Departamento de Comunicação Interna com o objetivo de promover a integração e o compartilhamento de informações relevantes entre os membros do Judiciário fluminense.

Veiculado semanalmente no formato newsletter, o boletim conta com uma seleção de notícias, vídeos institucionais e banners de divulgação de iniciativas recentes do Tribunal. Além disso, como parte do compromisso em promover uma cultura

de acessibilidade e inclusão no TJRJ, todas as edições do informativo são acompanhadas por um texto descritivo detalhado, permitindo a compreensão plena do conteúdo por magistrados, servidores e colaboradores com deficiência visual.



Dentre os importantes projetos executados pela DECOI, por intermédio da Divisão de Identidade Visual, também são dignos de menção os seguintes projetos expográficos do Museu da Justiça (Rio de Janeiro e Niterói):



- **Maria Collares – A Desembargadora Verde**

Realizada no Salão dos Espelhos do Museu da Justiça do Rio de Janeiro, a exposição foi composta por 22 painéis em homenagem à vida e à obra da desembargadora Maria Collares, pioneira na luta pelas causas ambientais e de sustentabilidade.



- **Consciência e visibilidade: caminhos de luta por liberdade**

Em novembro de 2023, mês da Consciência Negra, o Museu da Justiça de Niterói inaugurou a mostra “Consciência e Visibilidade”, que teve como objetivos principais apresentar o contexto histórico do século XIX e resgatar a luta da população negra por proteção e reconhecimento.

- 450 Anos de Niterói – O Palácio da Justiça Como Testemunha do Desenvolvimento Urbano

A exposição apresenta à população registros do desenvolvimento urbano da cidade e coloca o antigo Palácio da Justiça de Niterói como marco inicial do Judiciário no estado do Rio de Janeiro e testemunha do processo de evolução a partir da Proclamação da República.



- **Justiça da Infância e da Juventude: 100 Anos**

A exposição celebrou o centenário do 1º Juizado de Menores do Brasil e da América Latina, resgatando as nuances do pensamento filosófico e social sobre o assunto no último século e abrindo caminhos para uma reflexão sobre a proteção dos direitos da criança e do adolescente nos dias atuais.



O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, na inauguração da exposição “Justiça da Infância e da Juventude: 100 Anos”. Ambiente criado para expor a Roda dos Expostos, parte do acervo doado pela Fundação Romão Duarte.

Composta por 16 painéis que refletem as mudanças de paradigma em relação à infância e à adolescência no Brasil e no mundo, a mostra contou ainda com a exibição de 5 vídeos produzidos pela Divisão de Mídia Audiovisual, com relatos, entrevistas e imagens que retratam a história do Código Mello Mattos, primeiro dispositivo legal voltado exclusivamente à infância e juventude no país; o funcionamento da Roda dos Expostos e sua abolição no início do século XX; o papel da Fundação Romão Duarte no acolhimento a crianças em situação de abandono e vulnerabilidade; e a atuação dos juízes da Infância e Juventude no passado e no presente.

Por fim, foram produzidas 42 edições do boletim informativo TJRJ Conecta, de periodicidade semanal. A iniciativa foi concebida pelo Departamento de Comunicação Interna com o objetivo de promover a integração e o compartilhamento de informações relevantes entre os membros do Judiciário fluminense.

Veiculado semanalmente no formato newsletter, o boletim conta com uma seleção de notícias, vídeos institucionais e banners de divulgação de iniciativas recentes do Tribunal. Além disso, como parte do compromisso em promover uma cultura de acessibilidade e inclusão no TJRJ, todas as edições do informativo são acompanhadas por um texto descritivo detalhado, permitindo a compreensão plena do conteúdo por magistrados, servidores e colaboradores com deficiência visual.

The screenshot displays the PJERJ portal interface. At the top, there are social media icons, a search bar, and navigation links. The main content area is titled 'BOLETIM INFORMATIVO - TJRJ CONECTA' and includes a link to 'Clique aqui e abra os Informativos TJRJ Conecta Descritivos >>>'. Below this, a grid of 42 colorful buttons is shown, each labeled 'TJRJ Conecta' and 'Edição nº' followed by a number from 1 to 42. An inset image shows a sample of the newsletter content, featuring a headline: 'TJRJ e PGE assinam convênio para acelerar pagamento de precatórios' and a section titled 'Conversa com Judiciário' with a photo of officials.

Boletim Informativo Conecta é publicado semanalmente no Portal PJERJ

Divisão de Identidade Visual – DIVIS

Uma identidade visual sólida e consistente é essencial para a comunicação eficaz com o público, seja ele externo ou interno. Nesse sentido, com acessibilidade e um design gráfico moderno, a Divisão de Identidade Visual transmitiu informações a todo o TJRJ de forma clara e impactante.

De janeiro a dezembro de 2023, foram confeccionadas 3.496 peças de comunicação visual, entre cartilhas, banners, manuais, boletins informativos, logos, projetos expográficos e outros produtos, com um índice de 100% de atendimento das demandas recebidas.

Indicador de Objetivo Estratégico

Tema: Produção - Comunicação Interna

Tema:	Produção - Comunicação Interna											
Indicador:	Índice de Atendimento DECOI-DIVIS											
2023	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Resultado no Período
Atendidas	190	243	329	215	220	203	338	264	336	450	708	3.496
Recebidas	190	243	329	215	220	203	338	264	336	450	708	3.496
Índice de Atendimento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Somatório de peças gráficas produzidas pela Divisão de Identidade Visual

Marcas e Logotipos

Foram produzidas ou reformuladas dezenas de marcas alinhadas à missão, aos valores e aos objetivos específicos dos projetos, campanhas e setores do Tribunal, contribuindo para uma identificação rápida e clara dessas iniciativas, bem como para o aumento de sua visibilidade e engajamento nos mais diversos contextos.





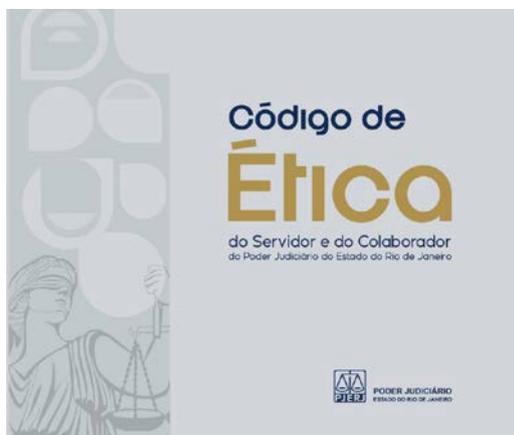
- **Reformulação do site institucional**

Com base em um estudo do GT Layout, um projeto de reformulação da identidade visual do site institucional do TJRJ foi posto em prática pela equipe da DIVIS.



- **Campanhas e projetos**

A Divisão de Identidade Visual trabalha em parceria com todas as Secretarias-Generais do TJRJ, produzindo peças nos mais diversos formatos para a divulgação de suas campanhas e projetos.



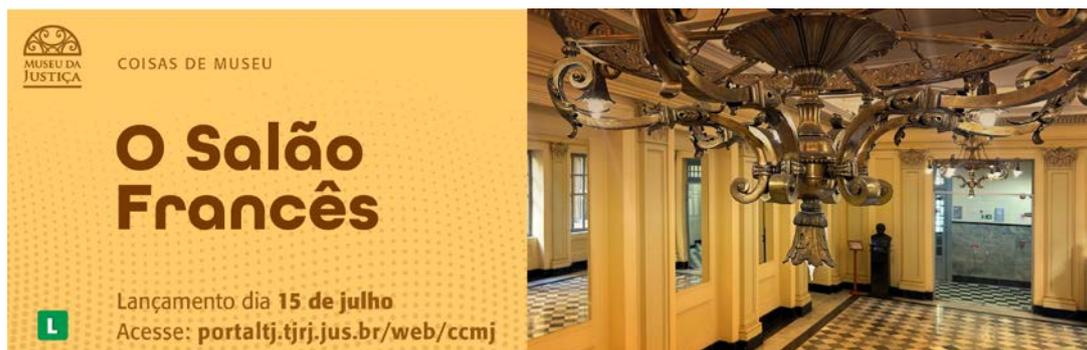
Projetos da publicação do Código de Ética do Servidor e do Colaborador e da cartilha Racismo Institucional – Como identificar?



Identidade visual para o Programa Segurança da Informação e para Projeto TJRJ Apoia Boas Práticas



Reformulação da Revista de Direito do PJERJ



Programação mensal de eventos e atividades do Museu da Justiça

Serviço de Gerenciamento de Conteúdo do Site – SESIT

Vinculado à Divisão de Identidade Visual, o SESIT é responsável pelo gerenciamento do conteúdo do portal institucional do TJRJ. Em 2023, alguns de seus principais objetivos foram o estudo de um novo layout para o site e a busca pela padronização de conteúdos, além de melhorias na acessibilidade e no tempo de atualização das páginas.

- **Atendimento**

A equipe de gerenciamento de conteúdo do site realiza, de forma presencial e remota, o atendimento a dúvidas de usuários e solicitações de inserção de notícias, artes gráficas, vídeos e links de campanhas. Além disso, toda a checagem das informações publicadas é realizada pelo SESIT, com a identificação de material duplicado e/ou desatualizado para posterior exclusão.

- **Novo portal**

O novo site do TJRJ foi elaborado pela DIVIS a partir de um estudo do GT Layout, em parceria com a empresa de tecnologia Vertigo. Nas reuniões, análises realizadas por meio de ferramentas como mapa de calor e Design Thinking subsidiaram a identificação das páginas mais acessadas do site institucional. Adicionalmente, um estudo de cores foi conduzido pelo grupo com o objetivo de otimizar a navegação.

Outras medidas implementadas pelo SESIT foram a reprodução automática de vídeos no site; a atualização de todas as páginas e portais; melhorias na acessibilidade do portal a pessoas com deficiência visual; e a busca pela uniformidade na formatação dos textos e na identidade visual.

Divisão de Mídia Audiovisual – DIMAU

Atendendo à crescente demanda do Tribunal e da sociedade por conteúdo audiovisual, a Divisão de Mídia Audiovisual tem como principais atribuições a produção de vídeos institucionais, podcasts, videocasts e boletins de notícias, além do gerenciamento do Estúdio TJRJ.

A versatilidade é a característica principal dos produtos da DIMAU. Em uma ampla gama de formatos, serviços, campanhas e informações importantes sobre o Tribunal são divulgados ao público de modo dinâmico, cativante e rico em elementos visuais.

- **TJRJ em Ação**

Apresentado no formato de noticiário de TV, TJRJ em Ação é um veículo de reportagem sobre os acontecimentos mais recentes da instituição. Em seus episódios, o programa conta com entrevistas de magistrados, servidores e colaboradores, cobertura de eventos e divulgação de projetos relevantes do Tribunal.



Foram produzidas 16 edições do TJRJ em Ação no ano de 2023.

A importância do projeto está vinculada à necessidade de promover a transparência e a disseminação de informações relevantes por meio de uma abordagem dinâmica e acessível.

- **Fórum Aberto**

Fórum Aberto é o videocast do TJRJ. A cada episódio, magistrados e profissionais do Direito e de outras áreas do conhecimento são convidados a participar de uma conversa sobre questões de interesse da sociedade, sempre com o objetivo de estabelecer um diálogo aberto com a população, solucionando suas dúvidas mais comuns.

O principal objetivo do podcast é aproximar o cidadão do Judiciário, desmistificando tabus e percepções do senso comum sobre a função exercida pelo Tribunal. Outra consequência positiva do programa é a promoção da inclusão, da diversidade e do respeito aos direitos humanos, parte essencial da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em 2023, foram produzidos quatro episódios do podcast:



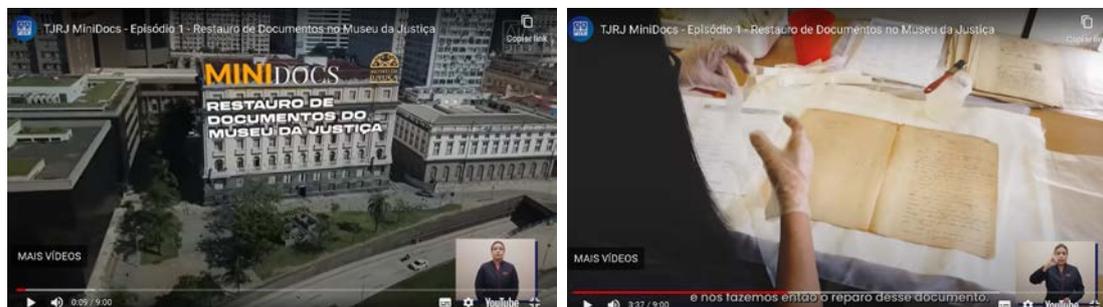
“Justiça e Carreira”, com o ministro Luiz Fux e o presidente do TJRJ Ricardo Cardozo e “Feminicídio, Violência Psicológica e Violência Obstétrica”, com a desembargadora Adriana Ramos de Mello e a delegada Barbara Lomba



“Violência nas Escolas e o uso das Redes Sociais”, com os juizes Sérgio Luiz Ribeiro de Souza e Vanessa Cavaliari e “Arenas Seguras”, com o desembargador Mauro Martins e o vice-presidente do STJD, Felipe Bevilacqua

- **TJRJ MiniDocs**

Ao longo do ano, foram produzidos três minidocumentários sobre a contribuição do Tribunal de Justiça para temas relevantes à sociedade.



No 1º minidocumentário, a equipe do Departamento de Comunicação Interna acompanha o trabalho da nova unidade de preservação da memória do Poder Judiciário fluminense: o Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos do Museu da Justiça.



O 2º vídeo retrata a importância do trabalho do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos para a garantia da paz nos estádios de futebol. Além de depoimentos de representantes dos clubes, do Maracanã e de magistrados integrantes do Juizado, a equipe do DECOI acompanhou dois jogos clássicos do futebol carioca em tempo real.



Por fim, o 3º MiniDoc tem como tema principal o trabalho de proteção à mulher realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM). O documentário aborda a articulação com as redes estadual e municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como os principais projetos da COEM, como o App Maria da Penha, o Projeto Violeta, o Protocolo Violeta Laranja, a Sala Lilás e o Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

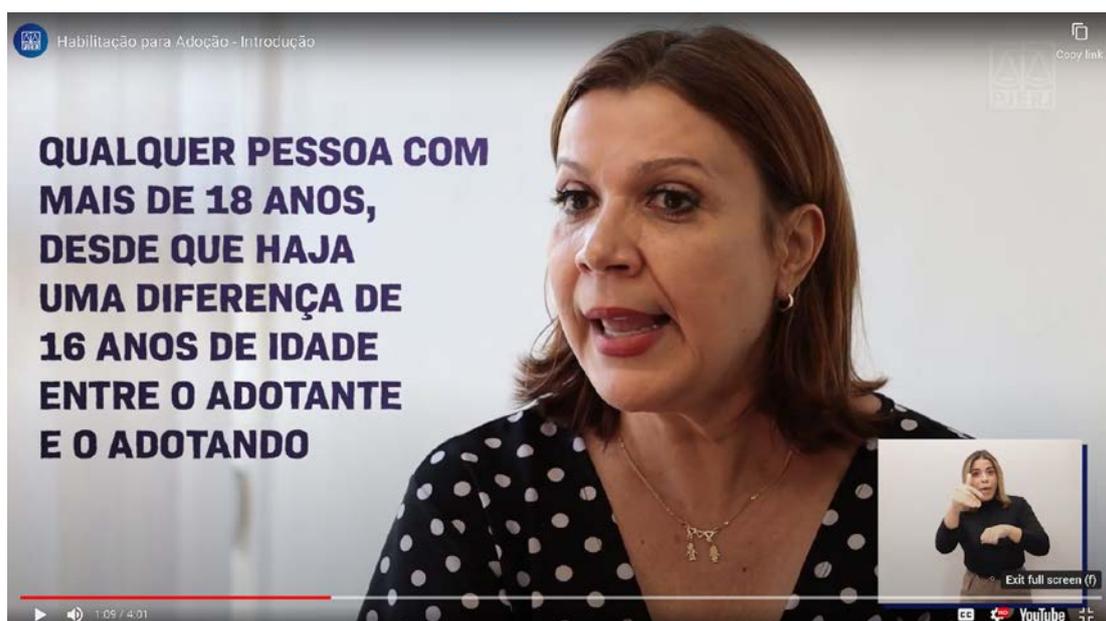
Vídeos institucionais



Vídeo para o Programa Segurança da Informação e TJRJ apoia Boas Práticas



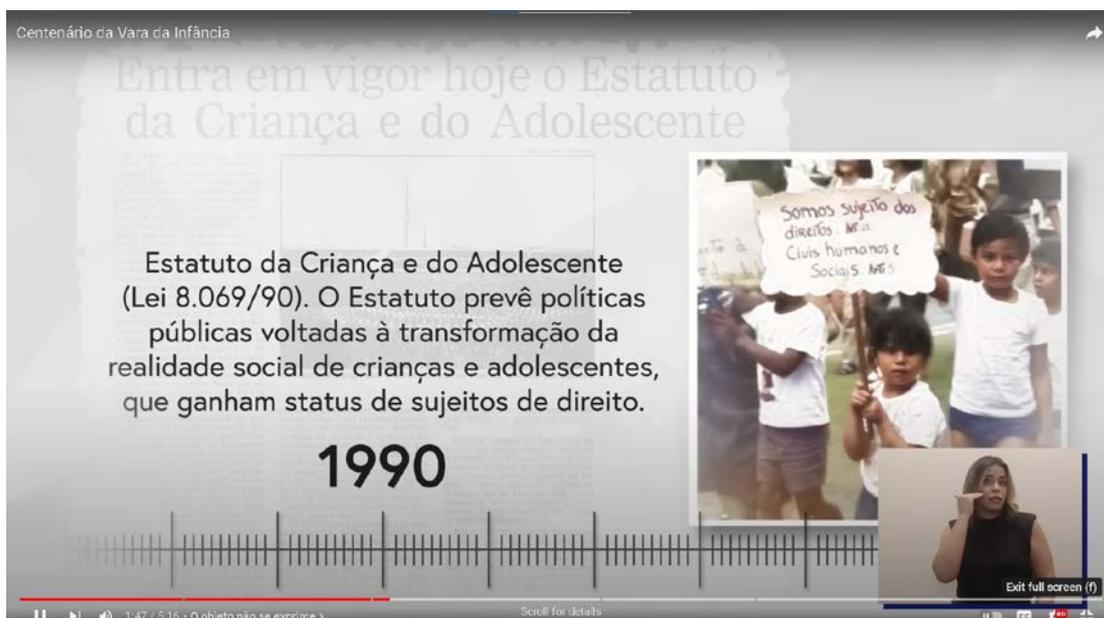
Série de vídeos – Quem sente na pele



Série de vídeos – Habilitação para adoção com 4 edições



Vídeo – Justiça Itinerante



Vídeo – Centenário da Vara da Infância

Acessibilidade

Para garantir uma experiência inclusiva aos espectadores, todos os vídeos produzidos pela DIMAU contam com legendas e tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Alguns vídeos também incluem audiodescrição.

Ao promover a acessibilidade em nossos vídeos institucionais, estamos reforçando o compromisso do Departamento de Comunicação Interna com a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a quebra de barreiras comunicacionais.



Vídeo – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Em 2023, foram produzidos 88 vídeos institucionais, com 165 gravações e aproximadamente 100 mil visualizações no YouTube.

Indicador de Objetivo Estratégico

Tema: Produção - Comunicação Interna

Índice de Atendimento DECOI-DIMAU

Tema:	Produção - Comunicação Interna											
Indicador:	Índice de Atendimento DECOI-DIMAU											
2023	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Resultado no Período
Atendidas	8	13	10	20	14	12	26	11	12	26	13	165
Recebidas	8	13	10	20	14	12	26	11	12	26	13	165
Índice de Atendimento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Somatório de gravações realizadas pela Divisão de Mídias Audiovisuais

Comunicação externa

TJRJ terá posto especial para casos de violência contra a mulher na Sapucaí

Tribunal também está criando protocolo de atendimento. Posto terá juíza como responsável.

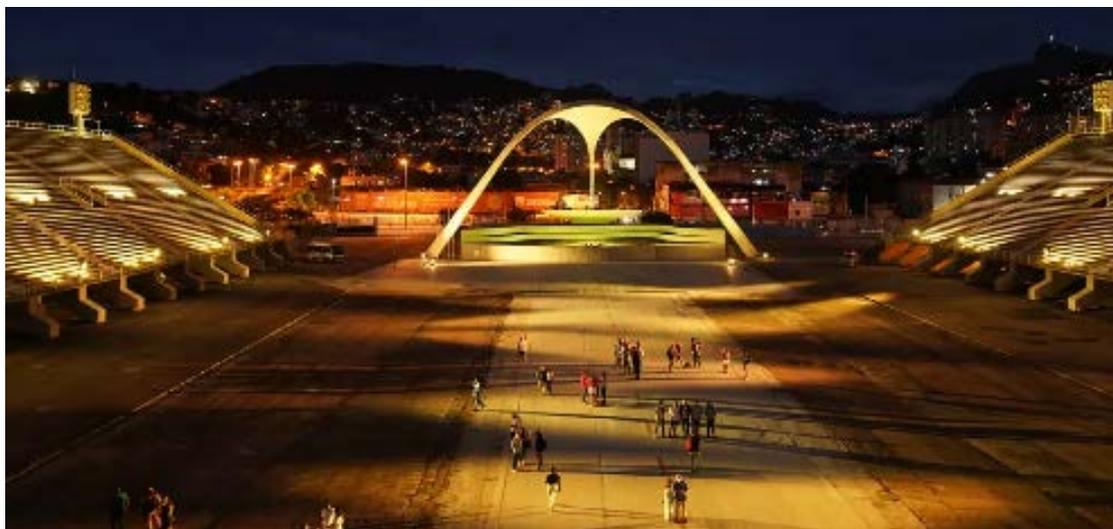
Por g1 Rio (14/02/2023)

Mulheres vítimas de violência terão atendimento especializado no Posto de Atendimento do TJRJ no Sambódromo durante o carnaval do Rio.

O Tribunal afirma que está criando também um protocolo de atendimento em casos de violência contra a mulher durante os desfiles na Marquês de Sapucaí.

O Posto de Atendimento do Juizado Especial dos Grandes Eventos terá uma juíza como responsável e as mulheres terão um espaço próprio para fazerem as denúncias.

“Os casos de feminicídio têm crescido e o Carnaval é uma época em que os abusos e violências contra as mulheres tendem a aumentar. O objetivo do Tribunal de Justiça do Rio é fazer um atendimento especializado, para que as mulheres se sintam mais seguras na hora de fazerem as denúncias”, afirmou o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.



Posto instalado no Fórum do Rio receberá doações de sangue nesta quarta-feira (22)

Unidade é uma parceria do Tribunal de Justiça com o Hemorio, e vai funcionar das 11h às 16h.

Por g1 Rio (21/03/2023)

Um posto instalado no Fórum, no Centro do Rio (Rua Dom Manuel, 37) receberá doações de sangue de voluntários que circulam pelo local nesta quarta-feira (22).

A unidade é uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) e o Hemorio, e funcionará das 11h às 16h, no andar térreo.



A meta é arrecadar 120 bolsas de sangue na ação.

Os interessados em participar da campanha de doação passarão por uma triagem, que vai atestar se preenchem os requisitos para doação de sangue estabelecidos pelo Ministério da Saúde. São eles:

- estar com documento oficial de identidade com foto;
- estar bem de saúde;
- pesar, no mínimo, 50kg;
- não estar em jejum (evitar apenas alimentos gordurosos quatro horas antes da doação e bebidas alcólicas 12 horas antes);
- ter entre 16 e 69 anos (menores de 18 anos devem ter autorização dos pais ou responsáveis legais para doar);
- doadoras mulheres não podem estar grávidas ou amamentando.

O Hemorio reforça que homens podem doar a cada dois meses, até quatro vezes ao ano, enquanto as mulheres podem fazer a doação de sangue trimestralmente, até três vezes ao ano. Mais informações podem ser obtidas pelo Disque-sangue, no número 0800-282-0708.

Responsabilidade social, transparência e inovação

Por Justiça e Cidadania (2 de fevereiro de 2023) | Da Redação

Três dias antes de tomar posse como presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), em pleno turbilhão da transição, o Desembargador Ricardo Cardozo gentilmente concedeu entrevista à Revista JC para falar sobre os planos de sua gestão. Eleito em primeiro escrutínio com o voto de 99 dos 185 desembargadores,

o magistrado é um profundo conhecedor do Tribunal, no qual, além de corregedor e agora presidente, já ocupou o cargo de diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), dentre inúmeras outras atribuições institucionais.

Na carta que enviou aos magistrados e servidores quando se lançou candidato a presidente, em agosto de 2022, Cardozo já havia enumerado alguns dos principais projetos que pretende colocar em prática, como: o aprimoramento dos canais de comunicação interna e externa, em busca de transparência e participação democrática dos servidores e da sociedade fluminense; a criação das secretarias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e de Governança; a construção de novos fóruns em Magé e Seropédica; e a modernização do parque tecnológico.

Nascido em Niterói, o Desembargador Ricardo Cardozo formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1979. Foi defensor público do Estado do Rio de Janeiro por cinco anos antes de ingressar na magistratura fluminense, em 1988, tendo sido promovido a desembargador em 2003. Foi ainda juiz eleitoral titular da 246ª Zona Eleitoral, coordenador regional eleitoral das áreas de Campo Grande e Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, presidente da 15ª Câmara Cível e professor de diversas faculdades de Direito.

Integram a gestão, como corregedor-geral da Justiça o Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, como 1º vice-presidente o Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, como 2ª vice-presidente a Desembargadora Suely Lopes Magalhães, como 3º vice-presidente o Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho e como diretor-geral da Emerj o Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo.

Confira a seguir os melhores momentos da entrevista.

REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA – Desembargador, nossa entrevista acontece com o senhor ainda na condição de corregedor geral da Justiça. Qual é o balanço que faz de sua passagem pelo cargo?

DESEMBARGADOR RICARDO CARDOZO – Como corregedor procurei humanizar a Corregedoria. O que não significa ser complacente com os maus feitos, mas ter um olhar compreensivo tanto para o servidor quanto para o juiz no que toca às suas atividades. Por que o juiz não alcançou aquela meta? Por que o servidor não produz? É preciso indagar se a meta não foi alcançada porque o Tribunal também não está dando ao juiz meios para atingi-la, ou se o servidor agiu de determinada forma porque não teve condições de fazer diferente. Nossa preocupação na Corregedoria foi ter esse foco mais humanizado e partir disso para dar, tanto ao servidor quanto ao magistrado de primeiro grau, a oportunidade de sanar aqueles problemas. Não foi uma corregedoria punitiva. Puniu-se quando realmente tinha que punir. Várias vezes arqueei porque entendi o problema, mas dei ao juiz a oportunidade de se organizar-se e tratar melhor aquele problema.

Outra coisa que também fiz e me deixou muito satisfeito foi reorganizar administrativamente a Corregedoria. Aliás, também o estou fazendo com o Tribunal. Onde chego, reorganizo, pretendendo otimizar os serviços. Sem falsa modéstia, hoje entrego ao Desembargador Basílio uma Corregedoria absolutamente organizada. Para minha imensa satisfação, citando apenas um exemplo, uma diretoria nossa com quatro subdepartamentos e várias subdivisões recebeu o grau máximo na certificação ISO, porque estava tudo absolutamente correto.

Estou entregando a Diretoria de Serviços Extrajudiciais - atividade que sempre causa certo temor, porque o juiz não domina essa matéria - inteiramente organizada, com menos de 500 processos em curso, processos rotineiros que sempre vai haver. Está com as prestações de contas todas em dia, o que me traz muita satisfação. Digo ao Desembargador Basílio que o fato de ter passado pela corregedoria também vai facilitar muito a vida dele, porque serei um presidente que conhece todos os problemas pelos quais o corregedor passa, as angústias, e vou tentar minorá-las.

(...) Ainda sobre os serviços extrajudiciais, para complementar, hoje participei de audiência pública com o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão, para tratar do projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criar um serviço de registros públicos¹ totalmente informatizado e interligado, no Brasil inteiro.

Fui convidado porque apresentamos o primeiro código da atividade extrajudicial adaptado à nova legislação, no qual introduzimos todas as modalidades de serviços on-line. Toda a sociedade vai sentir logo a diferença. Vamos poder fazer escrituras on-line sem ir ao cartório, aqui ou no exterior. Vamos ter vários atos de simplificação, todos eles autorizados pela nova legislação que entra em vigor. Foi um trabalho de aproximadamente um ano, que fizemos ouvindo os delegatários, não é nada de cima para baixo, mas um projeto compartilhado, no qual apenas fomos os condutores. São os delegatários que vivem o dia a dia, que sabem onde dói o calo. Temos que ouvi-los e também a sociedade, os advogados que atuam na área. O que resultou nisso, que logo a sociedade fluminense vai sentir. Hoje mesmo o Ministro Salomão me disse, numa conversa on-line, que ele está se utilizando desse nosso projeto como subsídio para essas reformas que ele quer fazer no âmbito do CNJ.

RJC –Por que o senhor decidiu ser candidato a presidente do Tribunal?

¹ NOTA DA REDAÇÃO: O Desembargador se refere ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), que entrou em vigor na data da entrevista (31/1/2023) e ao qual devem aderir todos os estabelecimentos regulados pela Lei dos Registros Públicos (Lei no 6.015/1973), conforme determina a Medida Provisória no 1.085/2021, que aprovada em maio de 2022 modificou a lei então vigente sobre registros eletrônicos (Lei no 11.977/2009).

DRC – Como disse no dia em que fui eleito, estou vivendo um momento muito especial. Sempre soube o que desejava e esperava para minha vida pessoal e profissional. Desde juiz, tive um objetivo na vida que era galgar e chegar a este patamar. Chegar à chefia do Poder Judiciário sempre foi tratada por mim como uma missão, não como vaidade. Essa busca é lúdica, mas o caminho a trilhar deve ser feito com seriedade, ética e respeito. Aprendi a conhecer o Tribunal nos diversos cargos de administração que exerci. Vou cumprir minha missão com a dedicação de quem se preparou a vida toda para exercê-la, com presteza, respeito ao ordenamento jurídico, em consonância com o trabalho de nossos magistrados e servidores, e, especialmente, com atenção aos anseios da sociedade que deposita na Justiça a sua esperança, fé e confiança. Estou pronto para dar continuidade, modernizar, garantir os direitos que todos nós temos.

RJC – Quais são os principais desafios da sua gestão?

DRC – Se queremos uma Justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável temos muito a fazer. Numa sociedade marcada por profundas desigualdades, o Judiciário ganha especial importância, pois dele se espera o desafio de garantir a eficácia dos direitos com o oferecimento de um serviço de qualidade. Sobre os desafios temos vários, mas destaco dois em especial. O primeiro refere-se à reforma administrativa. Fruto da minha experiência, verifiquei que o TJRJ não está preparado e aparelhado convenientemente para o mundo digital e virtual. Ainda se pensa como se estivéssemos em um mundo analógico. Daí a estrutura administrativa pesada, carregada, burocratizada. Isso precisa mudar. O segundo grande desafio é a informática, que precisamos seguir modernizando para tirar proveitos que tornem a prestação jurisdicional mais rápida e eficiente. Justiça seja feita à administração anterior, que deu início ao processo de renovação digital. É preciso dar continuidade e o farei.

RJC – E as principais metas para o biênio 2023-2024?

DRC – Apresentei meu plano de gestão para desembargadores e juizes há algum tempo. Ele contempla os projetos especiais que pretendo realizar. Dividi em três áreas: institucional, administrativa e tecnológica. Quero dar continuidade a todas as conquistas da atual administração, especialmente no plano financeiro. Pretendo, na área administrativa, proceder a reforma de que falei anteriormente. Desejo que a carreira da magistratura ande, nunca fique parada, especialmente agora, quando há a entrância única. Na área tecnológica, o objetivo é investir maciçamente, explorar ecossistemas e plataformas digitais. A área de tecnologia da informação (TI) merecerá especial atenção, principalmente ante ao grande volume de dados disponíveis, que demandam o devido tratamento para que deles se extraia conhecimento, tornando a informação acessível ao magistrado e servidor como meio de melhora e facilitação do desempenho funcional.

RJC – O Estado do Rio de Janeiro está em regime de recuperação fiscal. O orçamento do TJRJ para 2023 será suficiente para melhorar a remuneração e garantir os direitos funcionais de magistrados e servidores? Como o senhor pretende gerir o fundo financeiro do Tribunal de Justiça?

DRC – Os direitos de nossos servidores e magistrados estão assegurados. Em junho de 2022 o governador sancionou, após aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o novo plano de cargos. O plano é uma conquista e vamos cumprir. A Assembleia aprovou, em dezembro, a proposta orçamentária do Governo do Estado para 2023 e ela contempla o orçamento do Judiciário fluminense. O fundo financeiro do Tribunal de Justiça será gerido como sempre foi, ou seja, com responsabilidade.

RJC – Os tribunais brasileiros enfrentam um histórico congestionamento de processos. O que o presidente tem em mente para contribuir para a diminuição desse acervo? Investimentos em tecnologia? Mediação?

DRC – Como eu disse, nosso plano de gestão tem três eixos e um deles é voltado para o desenvolvimento tecnológico. Acredito muito nos programas de inteligência artificial, que poderão identificar recursos e fornecer soluções. Estamos em plena migração de uma cultura analógica para digital. O Judiciário deve caminhar firme e célere para alcançar uma governança totalmente digital. A tecnologia é fundamental. É nosso foco o investimento maciço em capacitação tecnológica. Vamos explorar os ecossistemas e plataformas digitais. É preciso tratar o grande volume de dados hoje disponíveis, extraíndo conhecimento, tornando a informação acessível ao magistrado, ao servidor e para aqueles que buscam nossos serviços. Objetivamos colocar a inteligência artificial a serviço do magistrado e dos serviços do Tribunal.

Avaliamos, também, que o Tribunal deve desenvolver sistemas de mineração de dados, o que nos ajudará a implantar modelos e planos de fornecimento de serviços, com previsões de demandas, e a detectar problemas previamente. Serão seis pilares para balizamento da gestão tecnológica: inteligência artificial, hardware, software, pessoal qualificado, atenção ao big data e atenção à mineração de dados.

No âmbito da mediação o Tribunal já conta com iniciativas como, por exemplo, a plataforma +Acordo, desenvolvida em parceria com a PUC-Rio, que permite a solução pré-processual on-line de resolução de conflitos. Essa plataforma pode ser ampliada e, sem dúvida, é um bom instrumento. A mediação sempre será um dos caminhos que vamos trabalhar para evitar o aumento do acervo de processos. A ninguém interessa a manutenção de litígios.

RJC – Alguns magistrados do TJRJ apontam que enquanto faltam juízes e serventuários na primeira instância, haveria juízes “sobrando” na segunda instância, com magistrados em cargos administrativos cumprindo funções que poderiam ser desempenhadas por servidores. O senhor pretende promover reformas no organograma do Tribunal para melhorar o equilíbrio entre as duas instâncias?

DRC – Meu plano de gestão tem o eixo da governança institucional. O magistrado que presta a jurisdição, seja do 1º ou 2º grau, há de ter nossa consideração e respeito. A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) será ouvida nos assuntos que tenham repercussão sobre a atividade funcional dos juizes. Haverá diálogo. Por outro lado, temos o eixo da governança administrativa. Destaquei a necessidade de remodelagem da estrutura administrativa do Tribunal, inserindo novas áreas e conceitos mais compatíveis com o mundo moderno, que se alicerça na tecnologia e virtualidade.

Como novidade, está prevista a criação da Secretaria-Geral de Governança, Planejamento e Compliance. Nela estará inserido o laboratório de inovação, denominado IdeiaRio, cuja missão é pensar projetos para o Tribunal. Nessa linha, também teremos a Secretaria-Geral de Responsabilidade Social e Sustentabilidade. É hora de consolidar programas que indiquem a preocupação do Tribunal com ações de natureza social, que favoreçam a inclusão e a acessibilidade, indicando a preocupação do TJRJ com uma sociedade sustentável. Por fim, teremos a Secretaria-Geral de Administração, que apoiará os órgãos colegiados permanentes e transitórios, mas também com a função de divulgar o conhecimento produzido pelo Poder Judiciário. A meta também é desburocratizar o trabalho. Não é possível num mundo digital se pensar em papel e em etapas e estágios que podem ser suprimidos pelo uso da inteligência artificial.

RJC – O senhor tem algum projeto para ajudar a proteger a mulher que sofre violência no Estado do Rio de Janeiro?

DRC – O combate à violência doméstica e contra a mulher seguirá sendo prioridade em nossa gestão. O TJRJ tem trabalho de vanguarda nessa área. Temos o Observatório Judicial de Violência Contra a Mulher, no qual, além de dados, qualquer pessoa encontra informações sobre nossos programas e projetos de como agir e pedir proteção nesses casos. O Tribunal conta com os Juizados Especial de Violência Doméstica e com instrumentos como o Aplicativo Maria da Penha, através do qual a vítima pode pedir ajuda de qualquer dispositivo eletrônico, por meio de um link. Vamos avançar nessa área, sempre prioritária para o Judiciário fluminense.

Homenagem a Rui Barbosa

Por Justiça e Cidadania | 5 de abril de 2023

Ricardo Cardozo | Presidente do TJRJ

Advogado, político, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Essas são algumas das definições das quais nos lembramos quando pensamos em Rui Barbosa, que há cem anos nos deixava. Falar de um dos maiores líderes e defensores da Justiça brasileira é não apenas uma honra, mas uma grande responsabilidade, pela sua importância para todos aqueles que, como eu, defendem a liberdade, a igualdade e a democracia.

O nosso “Águia de Haia” – nome que recebeu após atuar como delegado do Brasil na II Conferência da Paz, em Haia (Holanda, 1907) – foi não só um grande diplomata, mas um profícuo criador de frases, até hoje lembradas: “A força do Direito deve superar o direito da força”, “Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado” são duas dessas frases históricas que demonstram bem o caráter desse grande jurista.

Porém, a frase “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta” é a que mais me toca, enquanto magistrado e presidente do Tribunal de Justiça do Rio. Por isso, em meu discurso de posse, me comprometi a buscar uma justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável, e esse será o caminho que pretendo seguir nos dois anos da minha gestão.

Rui Barbosa acreditava no Judiciário como um Poder essencial à garantia da ordem institucional e do cumprimento da Constituição. Essa posição ficou clara no livro “O dever do advogado”, considerado um clássico sobre a ética profissional do Direito: “Quando quer e como quer que se cometa um atentado, a ordem legal se manifesta necessariamente por duas exigências, a acusação e a defesa, das quais a segunda por mais execrando que seja o delito, não é menos especial à satisfação da moralidade pública do que a primeira. A defesa não quer o panegírico da culpa, ou do culpado. Sua função consiste em ser, ao lado do acusado, inocente, ou criminoso, a voz dos seus direitos legais”.

Após o fim da monarquia e a instauração do governo republicano, assumiu as pastas da Justiça e da Fazenda, sendo favorável à promulgação de uma nova Constituição que modificasse as desigualdades existentes na Constituição de 1824. A nova Carta, promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, foi escrita por uma comissão de cinco pessoas e teve Rui Barbosa como revisor final.

Como ministro da Justiça, Rui Barbosa foi um dos incentivadores da criação do Supremo Tribunal Federal (STF), que teria por missão garantir os direitos e as liberdades da sociedade civil. Foi, também, o responsável pelo primeiro pedido de habeas corpus no STF, em 1892, contra a prisão de opositores do então presidente Floriano Peixoto.

Muito do que vemos hoje no Poder Judiciário devemos às ideias desse grande homem e com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não seria diferente. Voltando novamente ao meu discurso de posse, fiz questão de que minhas palavras iniciais versassem sobre o comprometido com os princípios garantidores da ordem democrática, do respeito às instituições e às hierarquias, como ele defendia.

O Brasil deve muito a Rui Barbosa, não apenas na área do Direito. Foi um dos mais aguerridos defensores da abolição da escravatura, tendo participado de uma sociedade abolicionista fundada, em 1866, pelo poeta Castro Alves. Quase 20 anos depois, em 1885, já era um dos grandes oradores da causa, pronunciando diversas conferências em defesa da emancipação e da libertação dos escravos no Brasil, até



a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888. Foi um processo longo, precedido de pressão internacional e uma grande mobilização dos grupos abolicionistas.

Tendo nascido na Bahia em 1849, seus biógrafos contam que desde criança sempre fora estudioso e bom aluno. Foi também brilhante orador e, com o incentivo de seu pai, João José Barbosa de Oliveira, tornou-se, desde jovem, estudioso da língua portuguesa.

Formou-se em Direito pela Universidade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1870. Na época esse era o melhor curso de Direito do País, e lá Rui Barbosa teve contato com pessoas que se tornaram personalidades importantes na história brasileira.

Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897, ocupando a cadeira nº 10, e seu presidente entre 1908 e 1919. Foi também presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1914 e 1916.

Rui Barbosa também foi defensor do ensino gratuito e obrigatório e acreditava que apenas através do desenvolvimento científico e educacional o País evoluiria. Propôs um sistema de ensino que preparasse as crianças e os jovens para a vida e permitisse aos brasileiros que estudassem da infância até a universidade.

No parecer denominado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública”, publicado no ano de 1883, defendeu um sistema nacional de ensino que contemplasse os conteúdos de desenho, música, canto, ciências e Educação Física no ensino primário.

Rui Barbosa foi, sem dúvida, um homem de muitas facetas e muitos talentos. Que seu legado continue inspirando não só os profissionais do Direito, mas todos aqueles que amam a liberdade e a democracia.

A receita para um Judiciário mais eficaz e humano

Correio da Manhã | 28 de julho de 2023

Por: Des. Ricardo Cardozo²

Uma das missões de minha gestão é democratizar o acesso à Justiça não apenas para aqueles que moram na Capital, mas para todos os cidadãos do nosso estado. Com esse propósito, desde que tomei posse, tenho visitado as comarcas regionais e do interior, para conhecer de perto a realidade e as reivindicações dos juízes que lá trabalham.

Acredito que é preciso aproximar a Administração do Tribunal a todas as comarcas, levando transparência e informações sobre nossa atuação, identificando os principais desafios e, sempre que possível, oferecendo soluções práticas e eficazes. Os juízes, por sua vez, têm a oportunidade de nos apresentar boas ideias e, juntos, somos capazes de melhorar cada vez mais a prestação jurisdicional.

Nesses encontros, apresento os projetos estratégicos da Administração: tecnologia, inovação, parcerias com a Escola de Administração Judiciária, integração entre as Secretarias, capacitação de magistrados como gestores e a digitalização dos processos.

Quero transformar nosso Tribunal no melhor em tecnologia e informação, mas nosso trabalho é, principalmente, feito por pessoas. Por isso, sempre reforço que é indispensável que o juiz e os servidores estejam nas varas, trabalhando presencialmente. Quando chega, o advogado precisa saber que encontrará, além de um sistema informatizado e moderno, pessoas prontas para atendê-lo e resolver suas demandas da melhor maneira possível.

Dando continuidade ao projeto de aproximar minha administração dos magistrados de todas as comarcas, nesta quarta-feira, dia 26, estarei visitando, junto com juízes auxiliares, o Fórum de Volta Redonda, onde conversaremos com magistrados de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Porto Real/Quatis, Resende, Itatiaia, Rio das Flores, Valença e Piraí.

Já estivemos em Petrópolis, na Região Serrana do Rio; na Baixada fluminense; na Região dos Lagos; nos fóruns regional da Barra e do Méier. Nessas visitas reafirmei a importância do trabalho conjunto em prol da sociedade e anunciei, entre outras iniciativas, os planos de modernização na área de informática, que inclui a aquisição de mais de 10 mil novos computadores, que vão substituir as máquinas mais antigas do Tribunal.

Estamos entrando em uma nova era, onde a tecnologia, a informatização, a eficiência operacional e de gestão já são uma realidade. Porém, sem a atuação de pessoas envolvidas e dedicadas ao trabalho, nada disso será eficaz. Essa é a mensagem que pretendo deixar em todos os fóruns que visitar: um Judiciário eficaz se faz com tecnologia, gestão e pessoas capacitadas.

2 - Ricardo Rodrigues Cardozo é desembargador, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Ricardo Rodrigues Cardozo: Tribunal de Justiça do Rio investe na especialização como forma de trazer mais segurança jurídica para o Rio de Janeiro

O Dia RJ Online | Notícias | O Diaredacao@odia.com.br | quarta-feira, 12 de julho de 2023

A previsibilidade e a continuidade na aplicação das leis proporcionam um cenário estável e coerente que é fundamental para que haja segurança entre as relações de negócios. Com esse pensamento, o Tribunal de Justiça do Rio, em minha gestão, tem buscado a especialização como um caminho para a segurança jurídica, oferecendo uma base forte para a atuação dos nossos magistrados e gerando maior confiança por parte dos empresários e dos investidores.

A capacidade do nosso estado em atrair investimentos é proporcional à habilidade do Poder Judiciário em oferecer melhor clareza e compreensão em relação a tomada de decisões, com um grau satisfatório de certeza quanto ao que esperar. Em outras palavras: quanto maior a segurança jurídica, mais tranquilos ficarão os investidores, e quanto mais investimento em nosso estado, mais oportunidades de trabalho e geração de renda para todos.

A instalação das novas Câmaras de Direito Empresarial que acontecerá em breve no Tribunal de Justiça do Rio será uma grande contribuição do Poder Judiciário fluminense em prol da segurança jurídica, pois acredito que a especialização é a melhor maneira de uniformizar entendimentos importantes e auxiliar na tomada de decisões, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do nosso estado.

Os cidadãos são igualmente beneficiados quando há clareza e estabilidade por parte das instituições, pois podem tomar decisões com menor risco de serem surpreendidos com medidas incoerentes ou sem continuidade com as que se vinham praticando até então.

Por fim, a segurança jurídica diminui a pressão sobre o Judiciário, que deixa de ser inundado por ações que poderiam ser evitadas com regras mais claras e compreensíveis para todos.

TJRJ promove mutirão de registro civil nos dias 9, 10 e 11 de maio

O mutirão visa atender, em especial, a população de rua, mais vulnerável e, em geral, sem documentação.

Por g1 Rio (07/05/2023)

O Tribunal de Justiça do Rio participa, nos dias 9, 10 e 11 de maio, da “Semana Nacional do Registro Civil - Registre-se”, promovida pela Corregedoria Nacional de Justiça em parceria com tribunais de todo o país. O mutirão visa atender, em especial, a população de rua, mais vulnerável e, em geral, sem documentação.

A ação, organizada no Rio pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pelo Programa Justiça Itinerante do TJRJ em parceria com dezenas de órgãos públicos, acontece na Praça do Expedicionário, no Beco da Música, ao lado do Fórum Central, das 8h às 13h.

O atendimento é gratuito e através do mutirão será possível obter Certidão de Nascimento, 2ª via da Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito, Carteira de Identidade, CPF, Certificado de Reservista, Título de Eleitor, CadÚnico, e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), entre outros documentos.

No local haverá ainda a oferta de serviços como corte de cabelo, banho, barbeamento, vacinas contra a gripe e Covid (disponíveis na quarta-feira, dia 10), além de atendimento do projeto Passaporte da Cidadania da Pastoral do Menor.

Quase 3 milhões de brasileiros não possuem Certidão de Nascimento

No Brasil, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, quase três milhões de pessoas não possuem certidão de nascimento. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, destaca a importância do esforço concentrado pela erradicação do sub-registro.

Falta de documentos atinge quase três milhões de brasileiros

Repórter Rio | No AR em 28/04/2023

A falta de documentos afeta quase três milhões de pessoas aqui no Brasil. São os chamados “invisíveis”, brasileiros que não têm nenhum tipo de registro civil e que, por isso, acabam tendo dificuldades para acessar direitos básicos como ir à escola, ter atendimento em saúde ou participar de programas sociais.

Muitas pessoas nessa situação encontram a solução na iniciativa chamada de Ônibus da Justiça Itinerante.

Justiça Itinerante realiza mutirão especial de atendimento neste sábado em Jardim Gramacho

A ‘Justiça Itinerante levando cidadania em Jardim Gramacho’ acontecerá no Colégio Estadual Lara de Villela, na Rua Avaré nº 19, das 9h às 15h.

Por Extra – Rio de Janeiro (16/06/2023)



Servidores do TJRJ fazem atendimento inicial no Justiça Itinerante
Foto: Divulgação

O Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Rio promove, neste sábado, atendimento jurídico e serviços para moradores do bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A “Justiça Itinerante levando cidadania em Jardim Gramacho” acontecerá no Colégio Estadual Lara de Villela, na Rua Avaré nº 19, das 9h às 15h.

Ainda sob impacto da convivência com o maior lixão da América Latina – o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, oficialmente fechado em 2012 após 34 anos de funcionamento – a população da região vai poder ter acesso a diferentes atendimentos jurídicos no ônibus da Justiça Itinerante, como registro tardio de nascimento; correção de erro em Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito; colocação de nome na certidão de filhos; registro de filhos após o prazo oficial; pedidos de pensão alimentícia para filhos; solicitação de guarda de criança ou adolescente; pedidos de divórcio; e interdição de pessoa portadora de doença mental ou anomalia psíquica, por exemplo.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, destaca que a edição especial da Justiça Itinerante em Jardim Gramacho é mais uma porta do Judiciário fluminense que se abre para dar atendimento à população.

– Será uma ótima oportunidade para quem precisa recuperar ou adquirir esses documentos gratuitamente e com o suporte de diversos órgãos públicos – enfatiza Cardozo.

Com diferentes parceiros de órgãos públicos como o Detran, ProconRJ, Defensoria Pública e MPRJ, a edição especial da cidadania levará até a população serviços para obtenção de 2ª via de certidões; carteira de identidade; emissão ou regularização do título de eleitor; isenção para documentos; defesa do consumidor; e inscrições em vagas de trabalho.

RJ teve quase 20 mil pedidos de medidas protetivas concedidos em casos de violência contra a mulher nos seis primeiros meses do ano

Polícia Civil intensifica ações para combater a violência contra a mulher no ‘Agosto Lilás’. No período de janeiro a junho de 2023, o Rio de Janeiro registrou 52 casos de feminicídio.

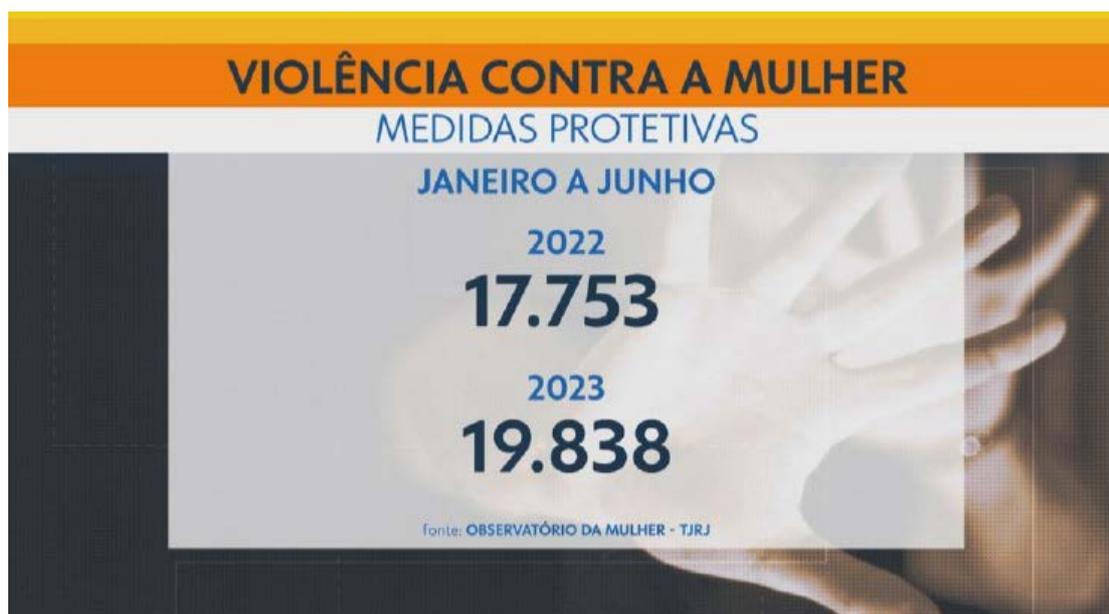
Por Anna Beatriz Lourenço, Bom Dia Rio (01/08/2023)

Polícia Civil intensifica ações de combate à violência contra a mulher

O Estado do Rio de Janeiro registrou quase 20 mil pedidos de medidas protetivas concedidas em casos de violência contra a mulher nos seis primeiros meses deste ano. O número é maior do que no mesmo período do ano passado, quando mais de 17 mil solicitações foram aceitas. Os dados são do Observatório da Mulher, do Tribunal de Justiça (TJRJ).

A Polícia Civil realiza, a partir desta terça-feira (1º), uma operação para combater a violência contra a mulher. A ação “Agosto Lilás” marca os 17 anos da Lei Maria da Penha. Ao longo do mês, as ações com mandados de prisão e busca e apreensão serão intensificadas.

“Vamos também intensificar as nossas operações, vamos criar NIAMS [Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher], como o de Vassouras, que será inaugurado este mês. Somos 14 delegacias de atendimento à mulher e, no lugar onde não tem a Deam, teremos o núcleo de atendimento. É uma parceria com a prefeitura local e com o Tribunal de Justiça”, afirmou a delegada Débora Rodrigues, titular da Deam de São Gonçalo.



RJ teve quase 20 mil pedidos de medidas protetivas concedidas em casos de violência contra a mulher nos seis primeiros meses do ano – Foto: Reprodução/ TV Globo

No período de janeiro a junho deste ano, o Rio de Janeiro registrou 52 casos de feminicídio, uma pequena redução em comparação com o ano passado, que teve 57 ocorrências.

Os dados mostram ainda que, nos seis primeiros meses de 2023, 147 mulheres foram vítimas de tentativas de feminicídio no estado. Foram 143 registros em 2022.

TJRJ pagou mais de R\$ 163 milhões em precatórios judiciais e evitou a evasão de mais de R\$ 5 milhões em fraudes

Por: Agenda Poder (28 de setembro de 2023)

Desde o início deste ano, o Departamento de Precatórios Judiciais (DEPJU) do Tribunal de Justiça do Rio expediu 2.181 ofícios de transferência para pagamento preferencial a idosos, portadores de deficiência e pessoas com doença grave, no valor total de R\$ 163.215.262,15, 142% acima da média histórica para o período.

Todo esse trabalho foi realizado em meio a uma apuração interna do TJRJ para a detecção e prevenção de estelionatos envolvendo precatórios. Essa apuração identificou casos de fraudes no total de R\$ 7.792.905,78.



<https://agendadopoder.com.br/tj-rj-pagou-mais-de-r-163-milhoes-em-precatorios-judiciais-e-evitou-a-evasao-de-mais-de-r-5-milhoes-em-fraudes/>

Para evitar novos casos desse tipo de crime, foram editados os Atos Normativos TJRJ n. 6/2023, 12/2023 e 15/2023, com o objetivo de proporcionar mais segurança a partes e advogados, principalmente em casos que envolvem beneficiários maiores de 80 anos e com créditos superiores a R\$ 250.000,00. Essas providências auxiliaram o Departamento a detectar e evitar novas tentativas de fraudes em casos que somam mais de R\$ 5 milhões, resguardando o patrimônio de beneficiários vulneráveis.

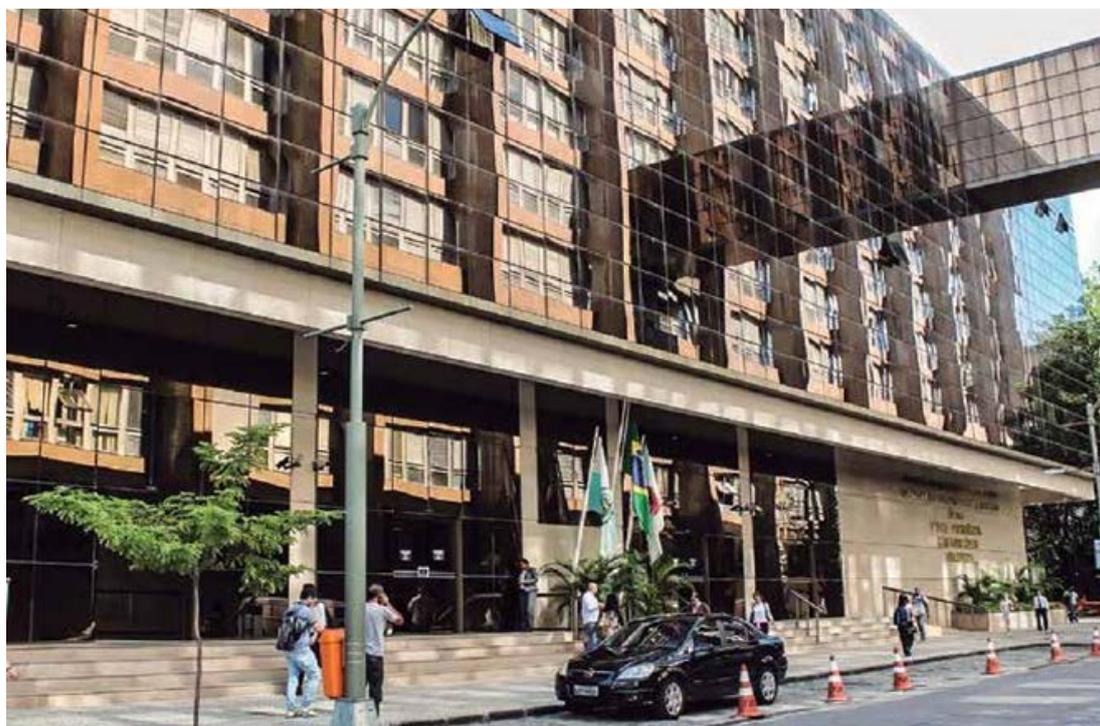
“Todos esses dados denotam a dedicação com que o Tribunal de Justiça promove o adequado pagamento dos precatórios devidos às pessoas vulneráveis, sem descurar do necessário cuidado para evitar que estas sejam vítimas de fraudes ou abusos. Além disso, o Departamento de Precatórios tem prestado toda a assistência necessária aos precatórios e seus advogados, somando, apenas nos meses de agosto e setembro, mais de 3.800 atendimentos presenciais ou por via remota”, afirmou o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.

Em todos os casos de fraudes detectados, tanto o Ministério Público quanto a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro foram informados.

TJRJ promove ação social pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência nesta quinta-feira

Entre os serviços oferecidos estão: inscrições no CadÚnico, Vale Social e Benefício de Prestação Continuada

Por: EXTRA Rio (29/11/2023)



Local onde será realizado o evento – Foto: Divulgação / TJRJ

O Tribunal de Justiça do Rio promove, nesta quinta-feira, das 10h às 17h, uma ação social pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Serão oferecidos diversos serviços para pessoas com deficiência, como inscrições no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais, Vale Social (benefício de gratuidade em transportes), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Banco de Oportunidades, emissão de cartão de estacionamento, emissão de documentos como carteira de identidade, conversão de união estável, entre outros, todos concentrados em um só espaço. O evento será realizado no térreo da Lâmina III do Fórum Central, localizado na Rua Dom Manuel nº 37, Centro do Rio.

Confira os serviços oferecidos

- Vale Social
- Emissão e Regularização de Título de Eleitor, mudança de local de votação e biometria (Tribunal Regional Eleitoral)
- CadÚnico e BPC (Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social)
- Mediação e conciliação (Nupemec)
- Carteira de trabalho digital e banco de oportunidades (Secretaria Municipal de Trabalho e Renda)
- Confecção de currículos e auxílio na garantia de direitos (Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência)
- Cadastro para emissão do cartão de gratuidade na passagem (RIOCARD +)
- Cartão de estacionamento para Pessoa com Deficiência (Secretaria Municipal de Transportes);
- Conversão de união estável em casamento, 2ª via de documentos e serviços judiciais (Justiça Itinerante)
- Feira de artesanato com empreendedores
- Rodas de conversa

Justiça do Rio disponibiliza expedição gratuita de certidão de processos judiciais

O requerimento deve ser realizado através do site do TJRJ e o documento terá um prazo de validade de 90 dias

Por: EXTRA Rio (06/12/2023)

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, disponibiliza, gratuitamente, as certidões de distribuição de processos judiciais cíveis, criminais e fazendários em todo o estado. O requerimento deve ser realizado pelo site do TJRJ. As certidões serão expedidas de forma eletrônica e terão prazo de validade de 90 dias.

O formato eletrônico utiliza o Código Identificador de Certidão (CIC), que possibilita a consulta e validação do documento na página do Tribunal de Justiça e permite sua utilização, sem a necessidade de nova emissão, dentro do prazo de validade. O usuário preencherá o requerimento eletrônico e, no prazo legal de até 8 dias, rece-

berá a certidão por meio do endereço eletrônico informado. Após o recebimento, o usuário poderá visualizar e validar a certidão, sem necessidade de se deslocar até o cartório respectivo.

O CIC contido na certidão poderá ser validado na página de consulta de Selos/CIC do Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, digitando seu número e a sequência aleatória dentro do site. O formulário de requerimento de certidão pode ser acessado diretamente na página inicial do TJRJ ou no Portal Extrajudicial da CGJ.

Segundo o TJRJ, essas certidões servem para informar sobre a existência ou inexistência de processos no nome pesquisado e costumam ser exigidas para formalização de contratos de compra e venda, locação, em processos de licitação, concorrência, para empréstimos e em concursos públicos, entre outros. Há sites privados que disponibilizam estes documentos, porém, cobram pela sua expedição e envio e não têm qualquer relação com o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral é um importante canal de relação do Judiciário com a sociedade. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos que demandam do TJRJ, zelando pela rapidez e qualidade da comunicação. Em consequência, estreitam laços de confiança entre a sociedade e a instituição.

As principais realizações da Ouvidoria Geral no ano de 2023 foram:

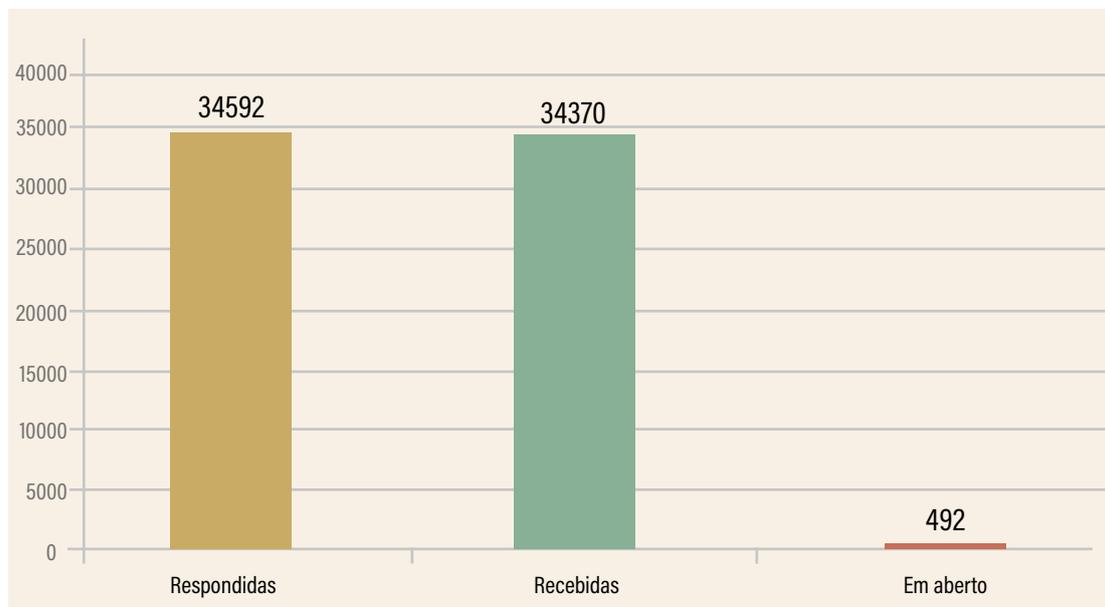
- Participação remota da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, na posse da Comissão Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher (COCEVID) e na I Reunião das Ouvidorias das Mulheres, ambos os eventos realizados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 15.02.2023;
- A Assessoria de Imprensa do TJRJ publicou a matéria “Ouvidoria Geral do TJRJ: canal direto entre o cidadão e o Poder Judiciário” no site do Tribunal de Justiça em 19.02.2023;
- A Ouvidoria Geral gerou e divulgou mensalmente estatísticas baseadas nas manifestações dos usuários;
- Disponibilização dos atendimentos realizados através do Balcão Virtual no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- Inclusão do relatório das 40 Serventias Extrajudiciais mais reclamadas nos últimos 12 meses na Estatística Mensal encaminhada à Alta Administração;
- Atualização mensal do Relatório de Informação ao Cidadão no site da Ouvidoria Geral;
- Realização de reuniões semanais da Ouvidora Geral com os gestores para capacitação, orientação, planejamento e desenvolvimento de ideias e soluções que melhor atendam aos objetivos da gestão;

- Participação da Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, como mediadora da palestra “A integração da participação social através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)”, realizada no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no dia 16.03.2023, em comemoração ao Dia do Ouvidor;
- Para atualizar o site da Ouvidoria Geral foram tomadas algumas medidas, notadamente:
 - Inserção do link “Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD/SIC / Lei de Acesso à Informação – LAI/SIC” no menu do sítio eletrônico da Ouvidoria Geral, remetendo o usuário à página com informações sobre esses serviços;
 - Apresentação do currículo atualizado da Ouvidora Geral;
 - Elaboração de novos textos para as páginas eletrônicas das Ouvidoria Mulher e Ouvidoria Interna;
 - Inclusão da opção “Pesquisa de Satisfação” contendo os gráficos referentes à avaliação dos usuários sobre os serviços prestados pela Ouvidoria Geral;
 - Atualização da regulamentação referente à Ouvidoria Geral.
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no I Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2023;
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no VIII Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2023;
- Inscrição da Prática intitulada “Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania” na 20ª Edição do PRÊMIO INNOVARE;
- Análise qualitativa da Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria Geral com os usuários;
- Seleção da Prática “Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania” como concorrente da 20ª Edição do PRÊMIO INNOVARE;
- Afixação de novas faixas de identificação da Ouvidoria Geral na porta de entrada;
- Atualização mensal da Pesquisa de Satisfação no site da Ouvidoria Geral;
- O Departamento de Comunicação Interna do Tribunal de Justiça (DECOI) realizou, no dia 21.06.2023, a gravação do vídeo institucional da Ouvidoria Geral - publicado na conta do TJRJ no YouTube e na página do portal do Tribunal, respectivamente, em 06.07.2023 e 07.07.2023;
- Instalação do letreiro e da placa de inauguração do atual espaço físico;
- Disponibilização do vídeo institucional no site da Ouvidoria Geral - 10.07.2023;
- Apresentação da Prática “Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania” para a consultora do PRÊMIO INNOVARE, Dra. Viviane Machado - realizada na Ouvidoria Geral em 12.07.2023;
- O Ouvidor da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, Senhor Willian Brand, visitou, em 09.08.2023, a estrutura da Ouvidoria Geral, visando melhorar os processos e métodos de atuação da ouvidoria daquela secretaria;

- Participação remota da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, na Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Resolução CNJ nº 432/2021, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho em 29.08.2023;
- Solicitação de procedimento informatizado junto à Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTEC), no qual foram alcançadas as seguintes finalidades:
 - Realização de “Backup” de todas as pastas de e-mail da caixa de entrada da Ouvidoria Geral, as quais foram devidamente armazenadas em ambiente local e de nuvem;
 - Limpeza ampla das referidas pastas para liberação de espaço e melhor gestão das informações nelas contidas.
- A Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, foi indicada, em 13.09.2023, pelo Presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais (COJUD), Desembargador Altair de Lemos Junior, para integrar o grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 213, de 28 de agosto de 2023, com vistas à elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para formulação de especificações e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias;
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no II Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM), realizado na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, nos dias 22, 23 e 24 de novembro;
- Revisão e atualização da Rotina Administrativa da Ouvidoria Geral;
- No Sistema Informatizado da Ouvidoria Geral - ESOU – ocorreram mudanças, destacando-se:
 - Alteração dos títulos dos gráficos estatísticos;
 - Inclusão de filtros para extração de novos relatórios estatísticos relativos às reclamações e elogios;
 - Inserção de ferramenta para identificar a localização dos processos judiciais que tramitam no sistema PJe;
 - Criação do relatório Tempo Médio de Resposta da Ouvidoria ao Usuário;
 - Elaboração dos gráficos Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Dias e Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Percentual;
 - Aperfeiçoamento do relatório de estatística Por Tipo de Manifestação para possibilitar a extração de dados relativos aos itens de todos os tipos de manifestações gerados no ESOU.
- Ao longo do ano de 2023 foram realizadas junto com a equipe técnica da SGTEC um total de 09 “SPRINTS” (reuniões periódicas) para planejamento, entrega e implementação de melhorias no sistema ESOU, a fim de atender às necessidades da Ouvidoria Geral, conforme calendário descrito abaixo:

Calendário das Sprints trabalhadas pela Ouvidoria no ano de 2023:

Sprint	Início	Fim
74	21-dez	05-jan
75	06-jan	20-jan
76	23-jan	03-fev
77	06-fev	17-fev
81	06-abr	20-abr
83	08-mai	19-mai
86	21-jun	05-jul
88	21-jul	04-ago
94	23-out	09-nov

Gráfico – Manifestações Recebidas, em Aberto e Respondidas – Anual/23
Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

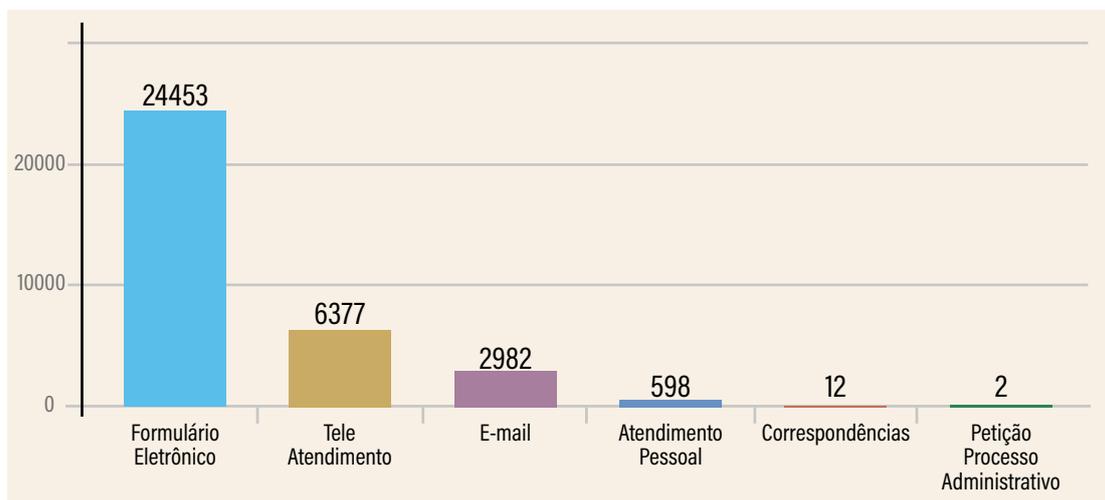
Fonte: Sistema E-SOU

O Sistema Eletrônico da Ouvidoria (ESOU) registrou o recebimento de 34.370 manifestações no ano de 2023, o que representa um aumento significativo em relação aos

anos anteriores. Ressalte-se que o total de manifestações recebidas não coincide com as respondidas/em aberto porque as análises ou respostas podem ocorrer nos dias/meses anteriores ou posteriores ao período selecionado para extração do gráfico.

Gráfico – Manifestações Por Canal de Acesso

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

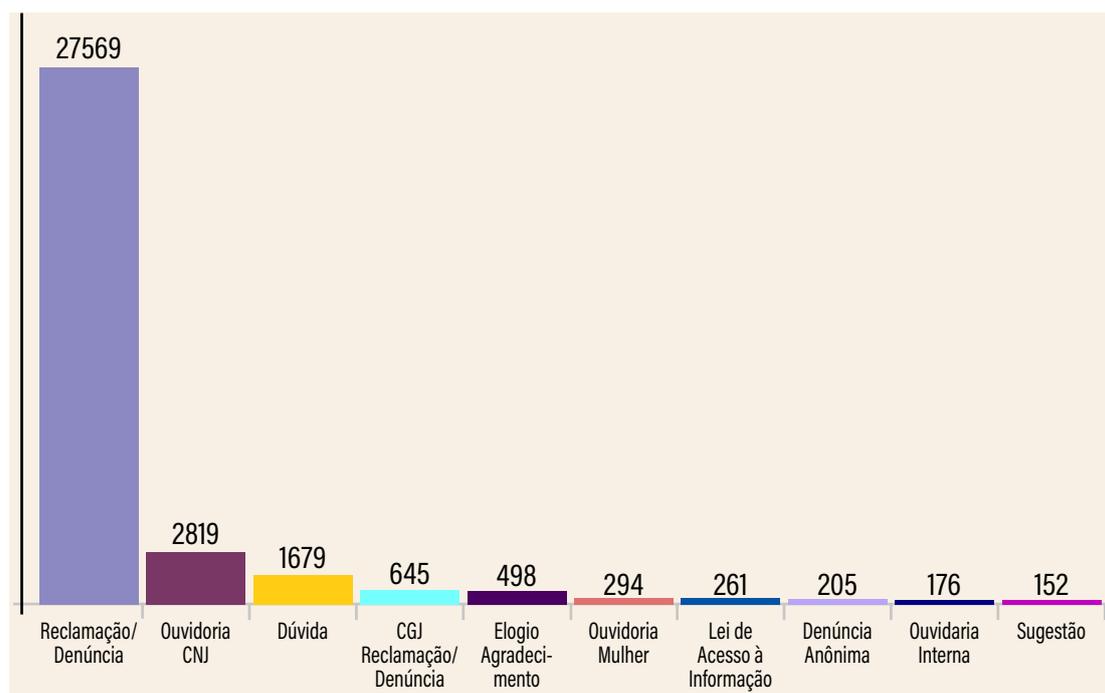


Fonte: Sistema E-SOU

Observa-se que, acompanhando a tendência do ano passado, o Formulário Eletrônico (24.453) foi o canal de acesso mais utilizado pelos usuários dos serviços da Ouvidoria Geral, sendo acompanhado pelo Teleatendimento (6.377) e pelo e-mail (2.928).

Gráfico – Tipo de Manifestações

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

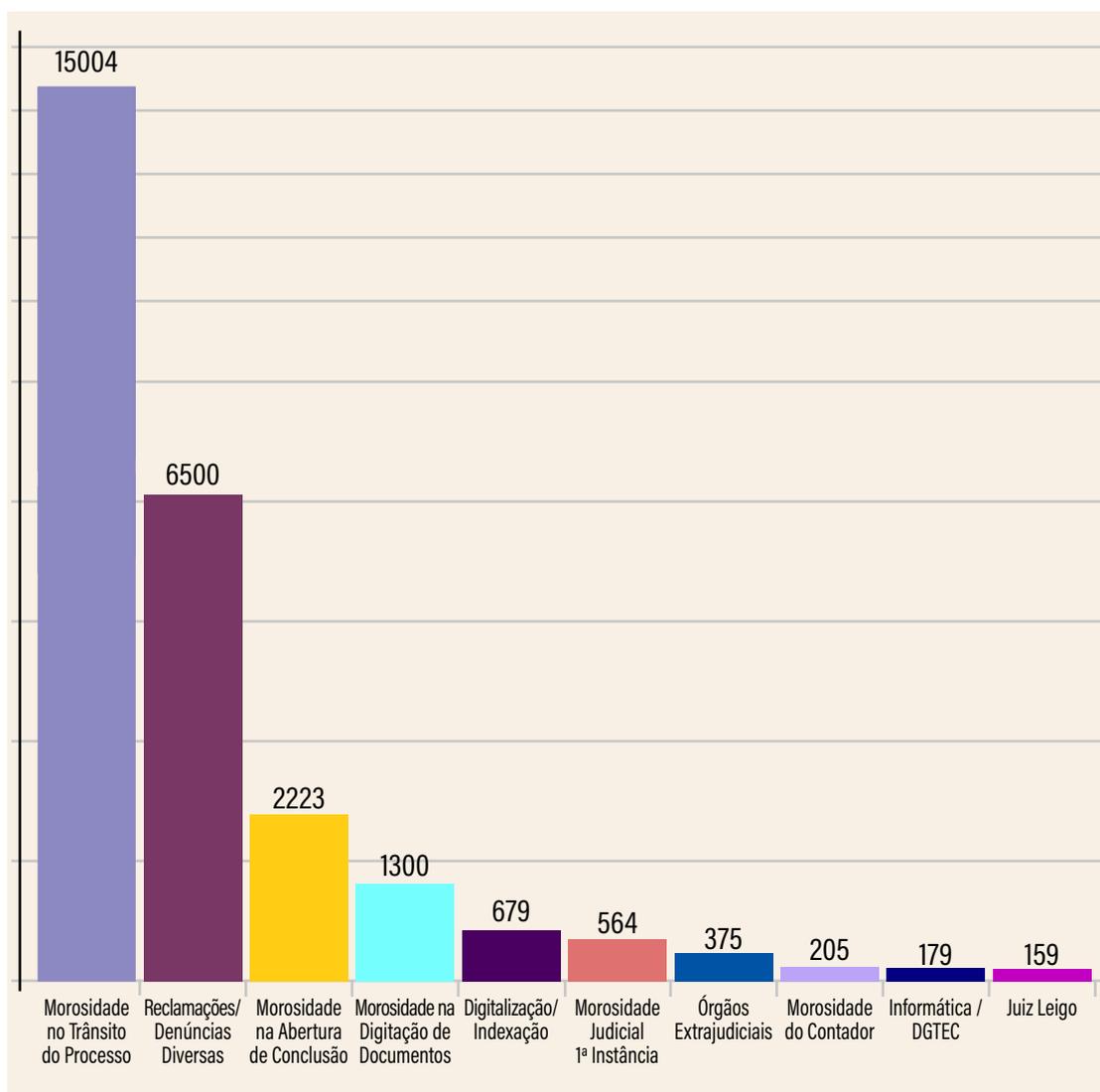


Fonte: Sistema E-SOU

As Reclamações/Denúncias continuam como a demanda predominante na Ouvidoria Geral. Ao final de 2023, esse tipo de manifestação alcançou alto patamar com um total de 27.569 manifestações, seguido da Ouvidoria CNJ (2.819), Dúvidas (1.679), CGJ-Reclamação/Denúncia (645), Elogios (498), além dos outros.

Gráfico – Manifestações de Maior Incidência por Tipo de Reclamação

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

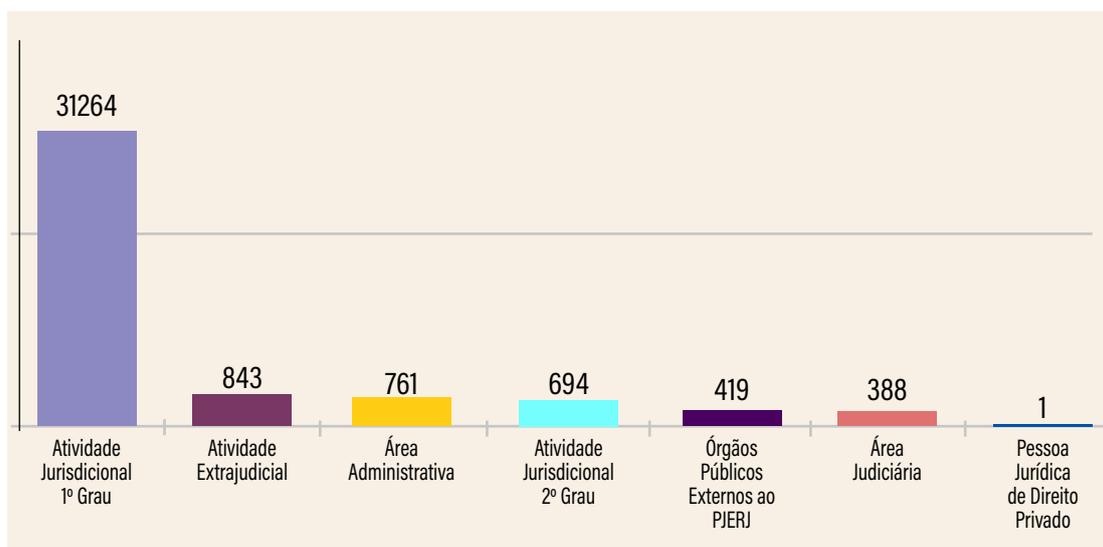


Fonte: Sistema E-SOU

Dentre os variados tipos de reclamação ilustrados no gráfico, destacaram-se a Morosidade no Trâmite do Processo (15.004), as Reclamações/Denúncias Diversas (6.500), a Morosidade na Abertura de Conclusão (2.223) e a Morosidade na Digitação de Documentos (1.300).

Gráfico – Manifestações por Área

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

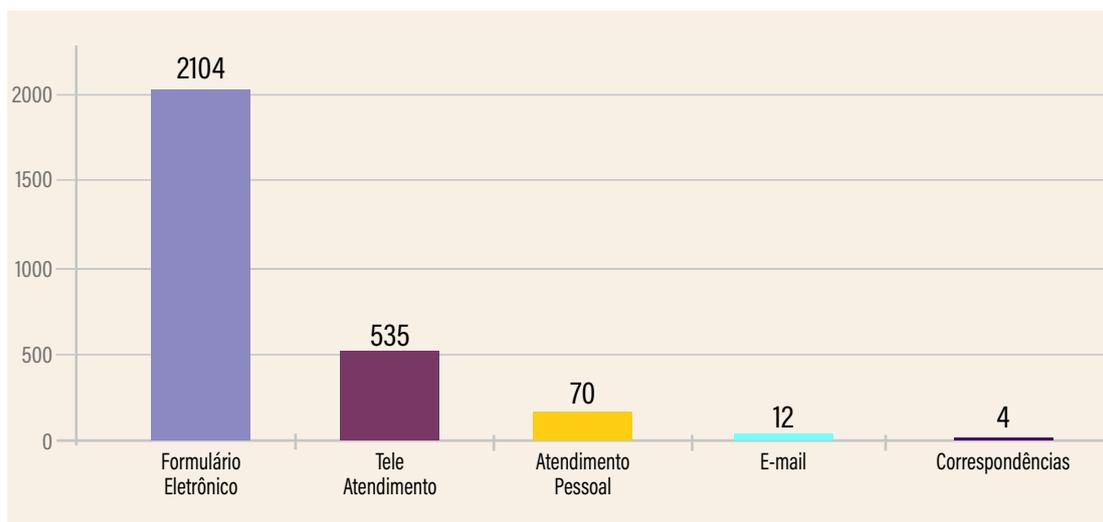


Fonte: Sistema E-SOU

O gráfico demonstra que a Atividade Jurisdicional de 1º grau (31.264) figurou como a área de manifestação mais demandada pelos usuários, sendo seguida pela Atividade Extrajudicial e pela Área Administrativa.

Gráfico – Manifestações Remetidas à CGJ

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

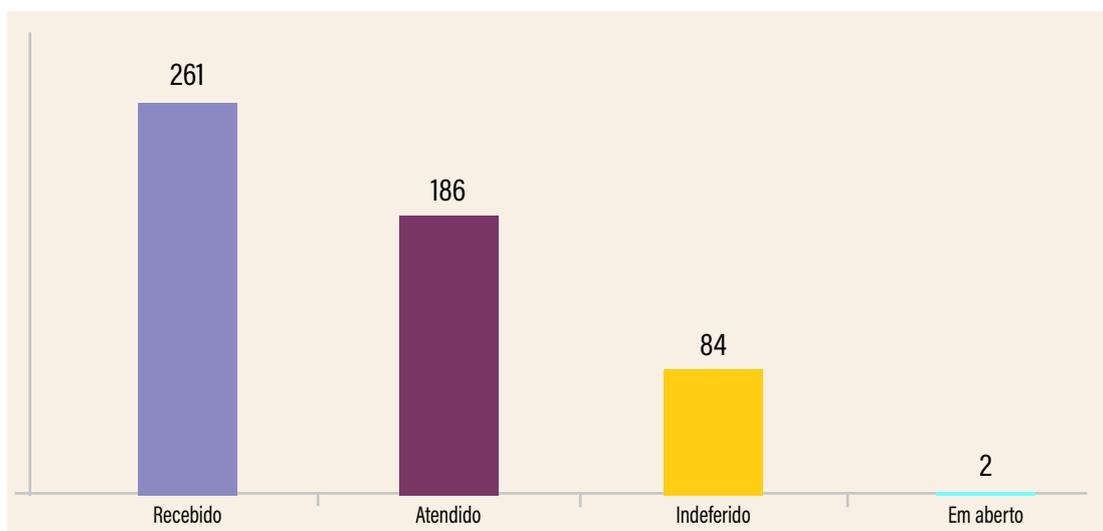


Fonte: Sistema E-SOU

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) recebe manifestações que foram classificadas no momento da abertura e, também, àquelas remetidas no momento da resposta, por iniciativa da equipe da Ouvidoria. Por isso o número total de manifestações remetidas à CGJ é elevado.

Gráfico – Manifestações – Lei de Acesso à Informação

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

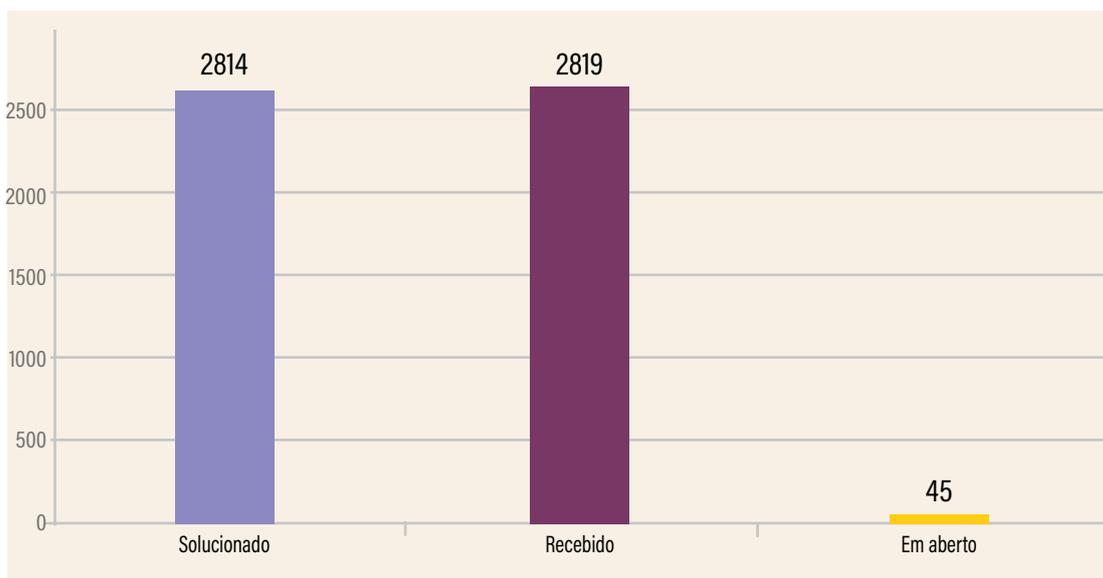


Fonte: Sistema E-SOU

Com relação às demandas baseadas na Lei de Acesso à Informação, houve o registro de 186 pedidos atendidos, 84 indeferidos e 2 em aberto ao final do ano de 2023.

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria CNJ

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023



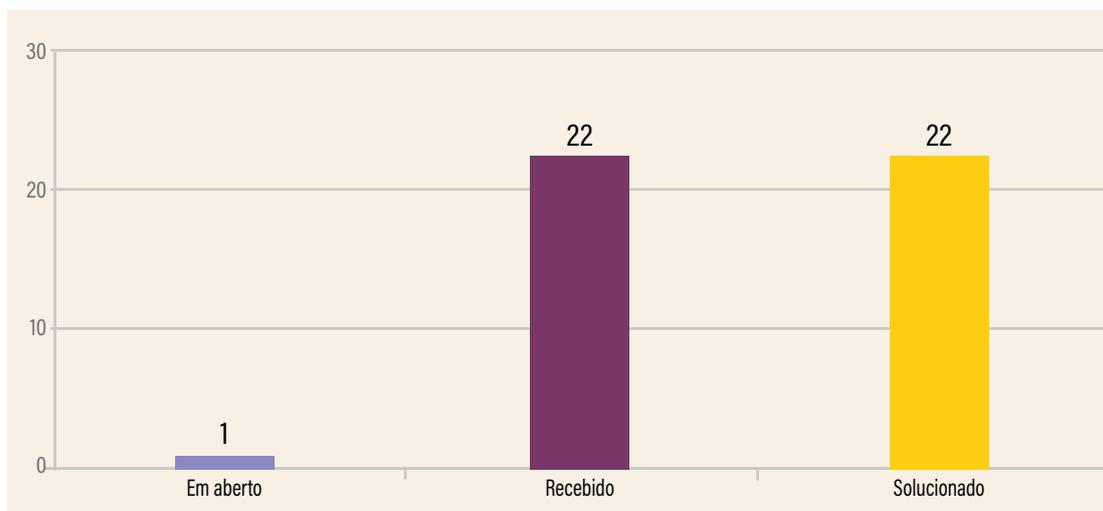
Fonte: Sistema E-SOU

As manifestações do tipo Ouvidoria CNJ representam parcela expressiva no cômputo das demandas processadas na Ouvidoria Geral, sendo observado um aumento significativo no número de relatos encaminhados em comparação aos anos anteriores.

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria CNJ

Ouvidoria Nacional da Mulher

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

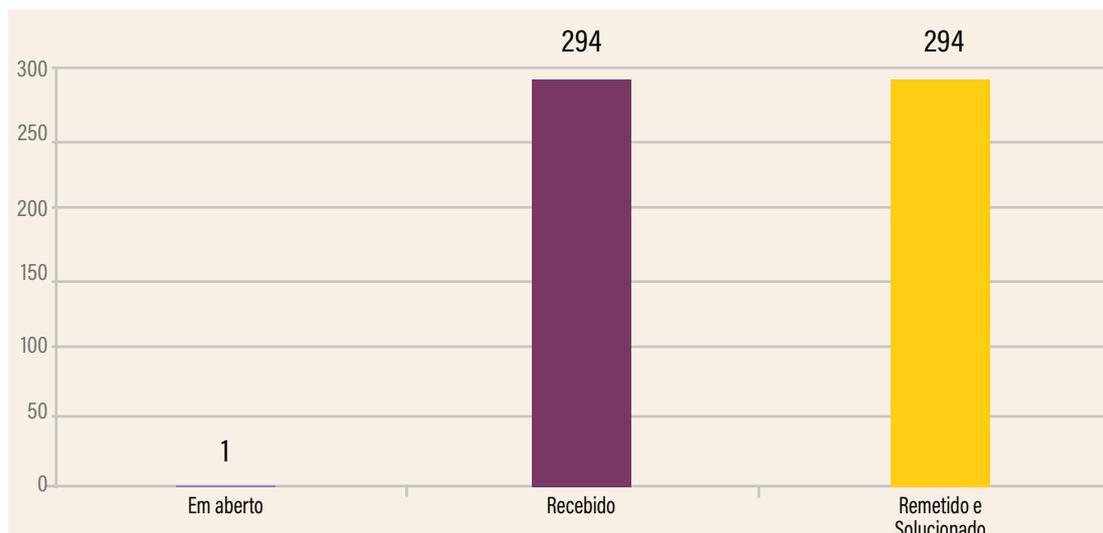


Fonte: Sistema E-SOU

As demandas oriundas da Ouvidoria Nacional da Mulher criada em 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, são registradas no Sistema ESOU. Após o recebimento das respostas dos órgãos com atribuição, a Ouvidoria Geral comunica o resultado ao CNJ e ao(à) usuário(a).

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria Mulher

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

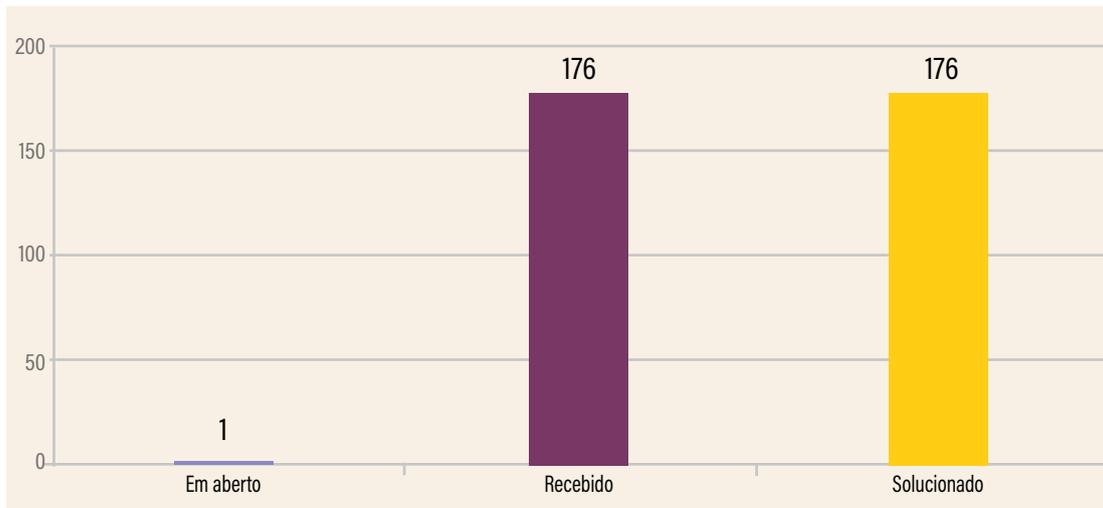


Fonte: Sistema E-SOU

A Ouvidoria Mulher é um canal para facilitar o acesso das mulheres, ou de quem as represente, que tenham dúvidas, reclamações, elogios ou sugestões relativas a processos já existentes na competência de Violência Doméstica, bem como prestar informações em caso de não existência de processo em curso.

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria Interna

Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023

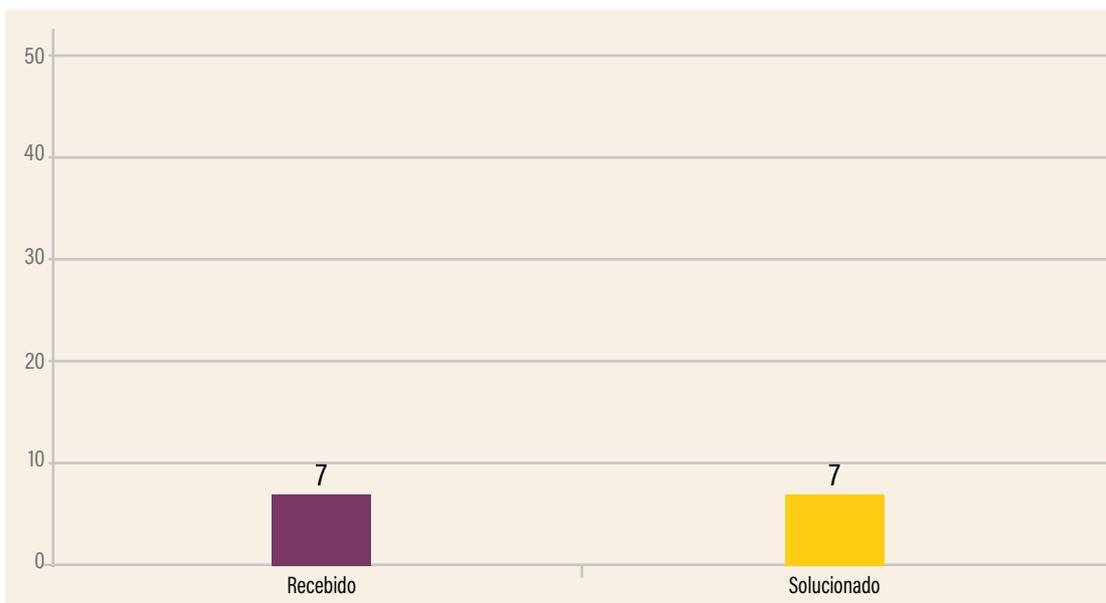


Fonte: Sistema E-SOU

A Ouvidoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi criada em julho de 2022, com a missão de canal de comunicação direta entre o Servidor do Tribunal de Justiça e a instituição. Ressalte-se que houve um crescimento importante no número dessas demandas em 2023.

Gráfico – Manifestações – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

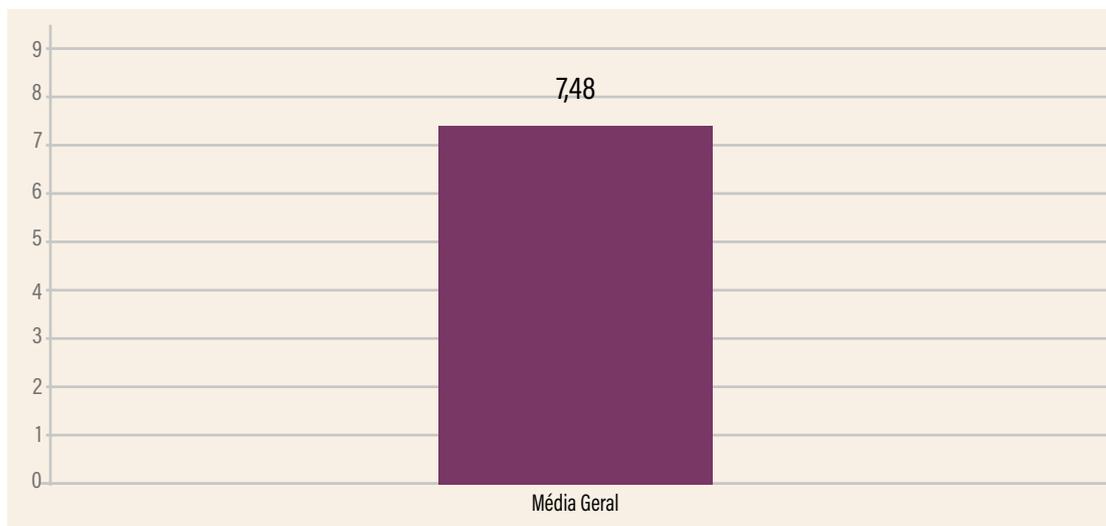
Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023



Fonte: Sistema E-SOU

As manifestações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são remetidas ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), momento em que se encerra a atribuição da Ouvidoria Geral.

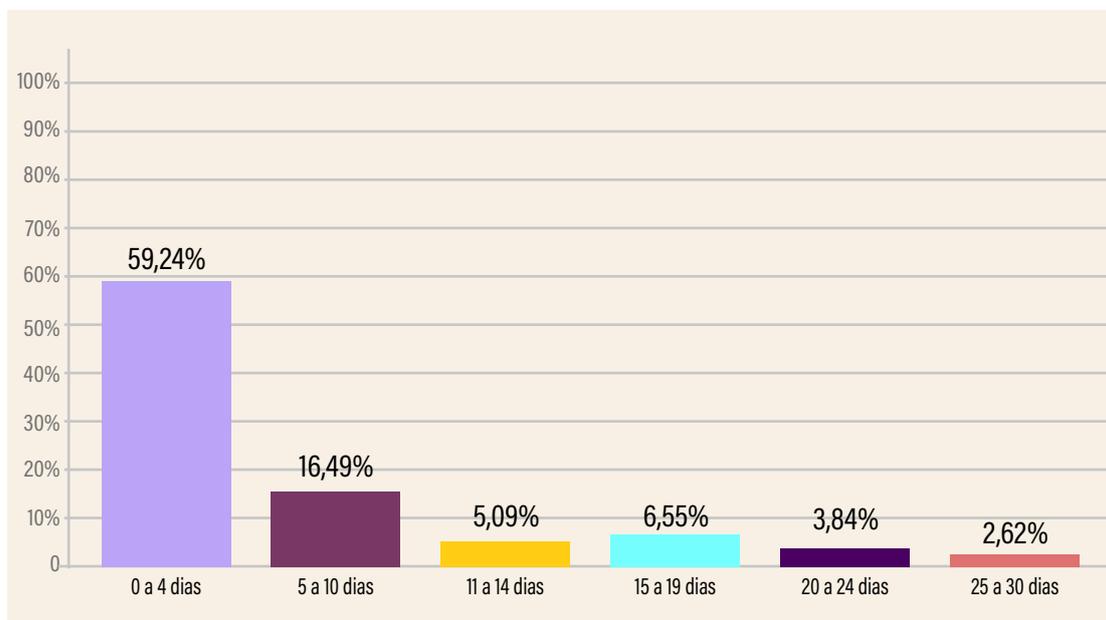
Gráfico – Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Dias Janeiro a Dezembro/2023 Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023



Fonte: Sistema E-SOU

No ano de 2023 o tempo médio de resposta ao usuário foi de 7,48 dias.

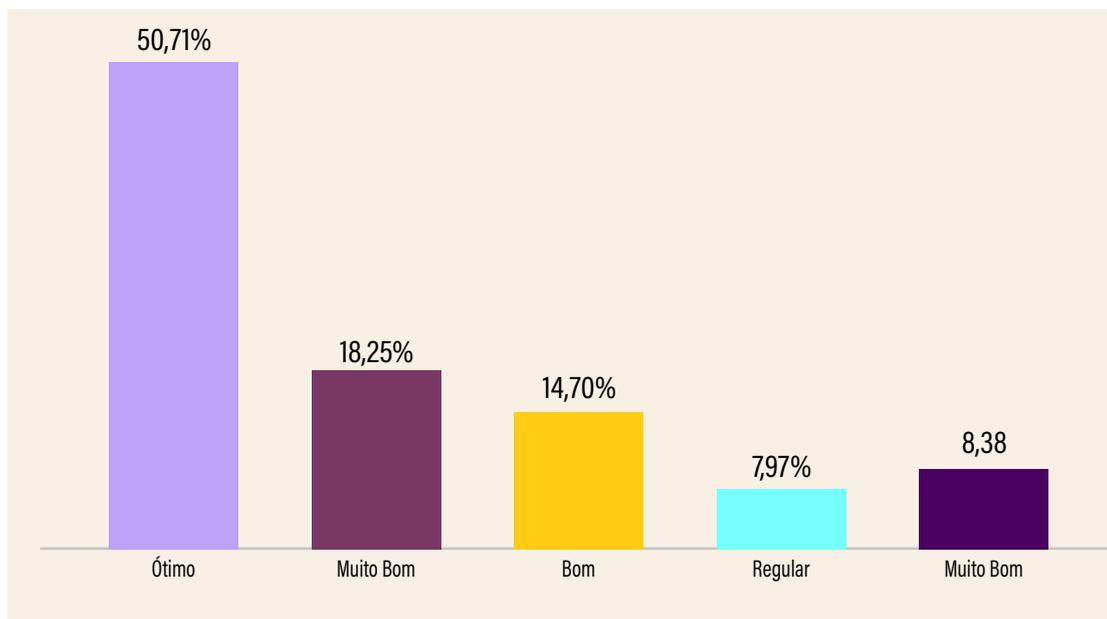
Gráfico – Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Percentual Janeiro a Dezembro/2023 Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023



Fonte: Sistema E-SOU

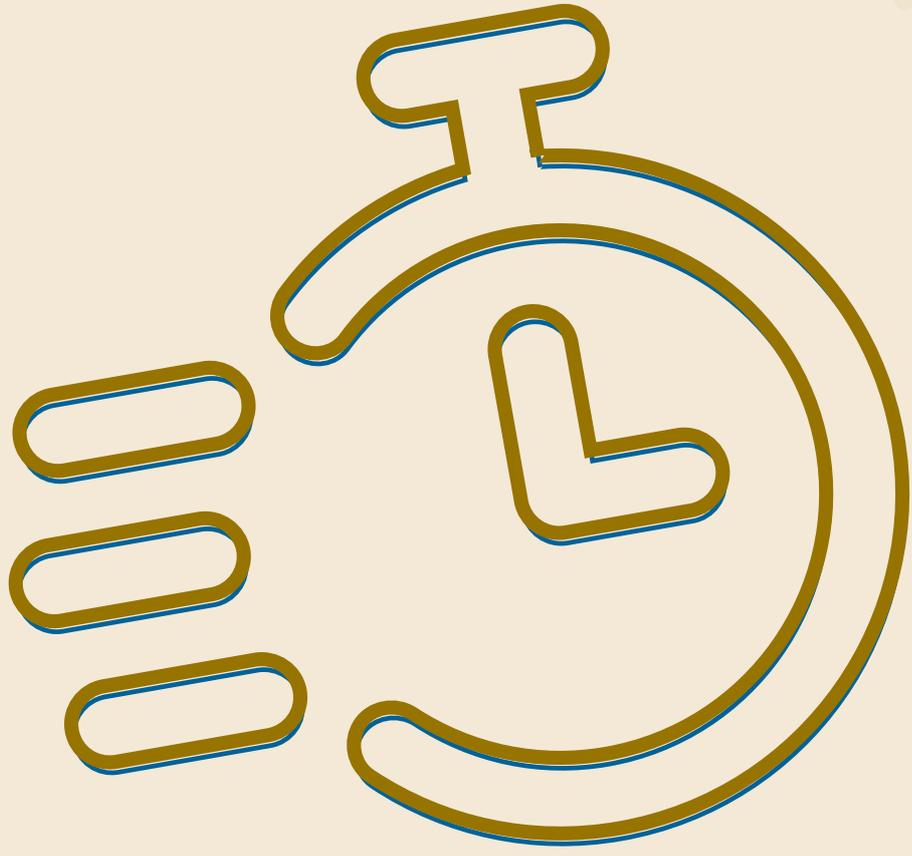
Observa-se que a grande maioria das respostas aos usuários foi dada no intervalo entre 0 a 4 dias.

Gráfico – Pesquisa de Satisfação Ouvidoria Geral – Percentual por Respostas
Período de Referência: 01.01.2023 a 31.12.2023



Fonte: Sistema E-SOU

Os dados apresentados no gráfico apontam um resultado positivo acima de 80% relacionado à satisfação do usuário com os serviços oferecidos pela Ouvidoria Geral no ano de 2023.



7. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



7. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Criação da Secretaria-Geral Judiciária

Criada pela Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023, de 3 de fevereiro de 2023, a Secretaria Geral Judiciária (SGJUD) e seus Departamentos e Divisões (Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas, Departamento de Apoio ao Segundo Grau de Jurisdição, Divisão de Processos Judiciais e Divisão de Suporte às Sessões) reúnem órgãos de alta importância nos julgamentos da Corte.

Certidões de Distribuição da Segunda Instância

À SGJUD incumbe promover a expedição de certidão de “nada consta” de pessoa física e jurídica, referente ao 2º grau de jurisdição.

No ano de 2023, de acordo com o relatório constante no Sistema SEI, foram gerados 2.904 processos, referentes às seguintes certidões:

Tipo	Certidão (Magistrado)	Certidão (Público Externo)	Certidão (Resolução 156/2012)	Certidão (Comprobatória Exercício)	Total
JAN	-	154	1	1	155
FEV	-	194	1	-	195
MAR	-	354	-	-	354
ABR	1	207	-	-	208
MAI	-	220	-	-	220
JUN	2	176	1	1	179
JUL	1	163	1	1	166
AGO	-	202	-	-	202
SET	-	176	-	-	176
OUT	176	-	-	-	176
NOV	531	-	-	-	531
DEZ	1	341	-	-	342
Total	5	2.894	3	2	2.904

Fonte: Sistema SEI

Outrossim, de acordo com dados fornecidos pelo sistema EJUD, foram extraídas diretamente no site do TJRJ, no ano de 2023, 17.581 certidões, da seguinte forma:

- 9.875 certidões de 2º Grau, exclusiva para nomeação/designação em cargo público em órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ 156/2012);
- 7.706 certidões para apresentação na Justiça Eleitoral.

Acesso a convênios

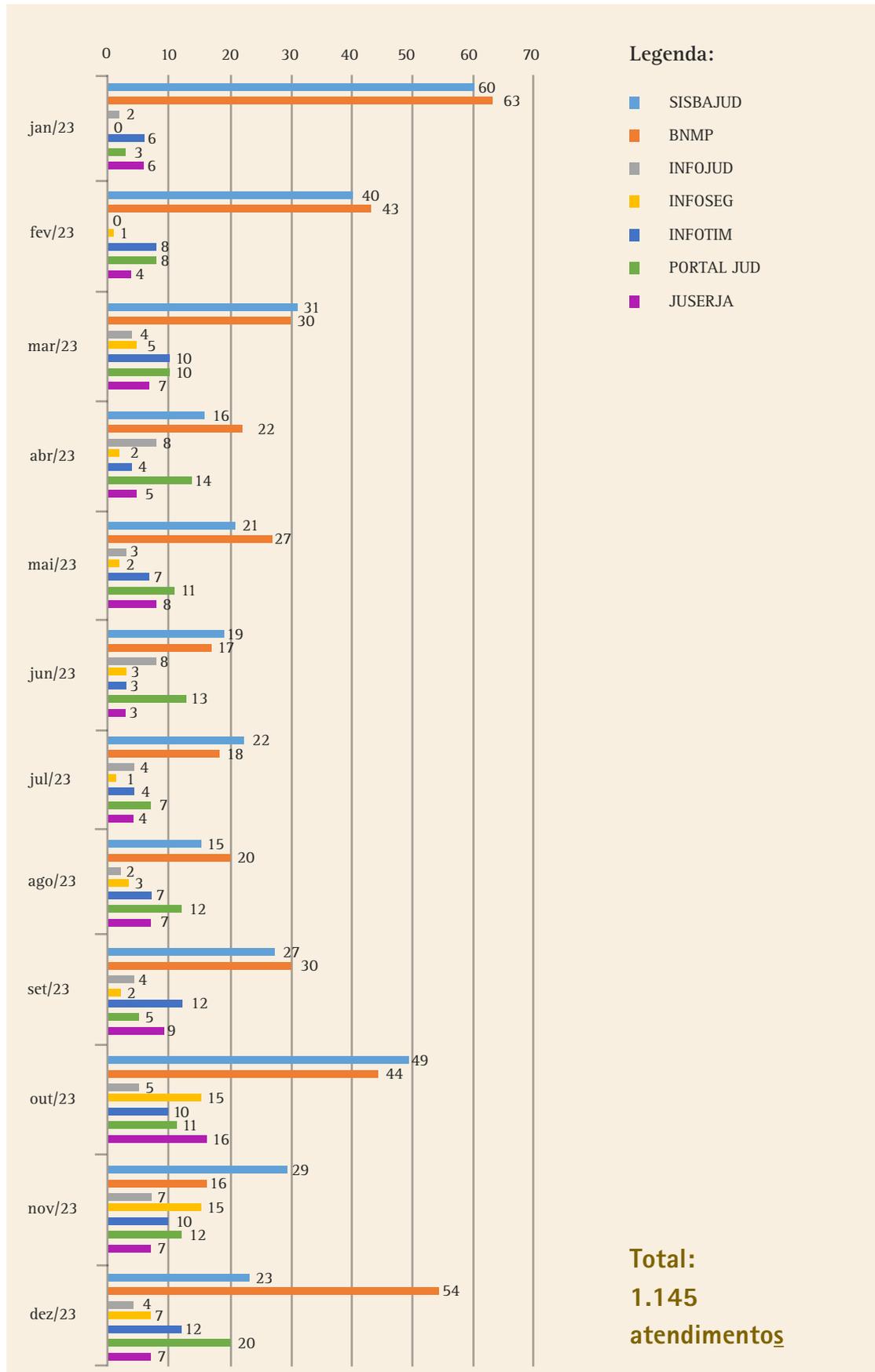
Foi realizado o cadastramento de magistrados nos sistemas INFOJUD, SISBAJUD, BNMP, INFOSEG, Portal JUD (VIVO), INFOTIM e JUCERJA, bem como de servidores nos três últimos, em razão de convênios celebrados entre o TJRJ e órgãos externos. Segue demonstrativo do atendimento às solicitações de acesso pela SGJUD no ano de 2023:

Convênios SGJUD 2023

2023	SISBAJUD	BNMP	INFOJUD	INFOSEG	INFOTIM	PORTAL JUD	JUCERJA	TOTAL	TOTAL TRIMESTRAL	TOTAL SEMESTRAL	TOTAL ANUAL
JAN	60	63	2	0	6	3	6	140	341	557	1145
FEV	40	43	0	1	8	8	4	104			
MAR	31	30	4	5	10	10	7	97			
ABR	16	22	8	2	4	14	5	71	216		
MAI	21	27	3	2	7	11	8	79			
JUN	19	17	8	3	3	13	3	66			
JUL	22	18	4	1	4	7	4	60	215	588	
AGO	15	20	2	3	7	12	7	66			
SET	27	30	4	2	12	5	9	89			
OUT	49	44	5	15	10	11	16	150	373		
NOV	29	16	7	15	10	12	7	96			
DEZ	23	54	4	7	12	20	7	127			

Fonte: SGJUD

Convênios SGJUD 2023



Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas ao longo do ano:

- Readequação do layout da estrutura física do Gabinete, Departamentos e Divisões, concentrando suas Unidades na Lâmina I do 9º andar;
- A Secretaria Geral Judiciária foi contemplada com o Prêmio Selo de Boas Práticas 2023, nas seguintes categorias:
 - Bronze: Divisão de Processos Judiciais;
 - Prata: Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas e Divisão de Suporte às Sessões;
 - Ouro: Gabinete da Secretaria Geral Judiciária, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura e Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.

Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

No Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, foram computados os seguintes dados no ano de 2023:

Acervo total de 23.582 processos;

Acervo de 20.605 processos de competência do Presidente, em andamento, dentre os quais se destacam 19.325 Cumprimentos de Sentença e 1.018 habilitações, sendo verificado em comparação ao mesmo período do exercício anterior, na seguinte proporção:

- Aumento de 41% quanto ao acervo de processos de competência do Presidente (passou de 14.600 para 20.605);
- Aumento de 47% quanto ao número de Cumprimentos de Sentença (passou de 13.133 para 19.325), e;
- Redução de 18% quanto ao número de habilitações (passou de 1.238 para 1.018).

No período apurado foram distribuídos 2.564 processos, com média mensal de 213,66 processos/mês;

No período apurado foram autuados e recebidos 9.267 processos na classe 'Cumprimento de Sentença' e 381 processos na classe 'Habilitação', de competência do Presidente, com uma média mensal de 914 processos, que, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, indica aumento de 85,74% com relação aos cumprimentos de sentença (4.989) e aumento de 13,39% quanto às habilitações (336);

Arquivamento de 5.780 processos no período, dentre os quais se destacam 3.741 cumprimentos de sentença e 371 habilitações, com média mensal de 481 processos arquivados/mês;

Expedição de 363 precatórios judiciais, em processos de competência do Presidente;

Expedição de 5.976 RPVs em processos de competência do Presidente;

Expedição de 3.706 mandados de pagamento, totalizando o valor de R\$ 97.865.216,63 (noventa e sete milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), em processos de competência do Presidente;

Realização de 4 (quatro) audiências em Dissídios Coletivos de Greve, sendo que em 1 (um) deles foi homologado acordo em 1ª fase;

Elaboração de 217 minutas de Avisos para divulgação de julgamentos de ações de inconstitucionalidade;

Instauração de 5 (cinco) Processos Administrativos Disciplinares;

Julgamento de 5 (cinco) Processos Administrativos Disciplinares, em 2ª fase;

Arquivamento de 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares;

Realização de 3 (três) leilões em processos criminais em fase de execução;

Expedição de 410 certidões de débitos judiciais ao DEGAR;

Realização de 4 (quatro) sessões do Tribunal Pleno: posse da Administração Superior, preenchimento de vagas para o Tribunal Regional Eleitoral e aprovação do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça;

Edição de 03 Resoluções do Tribunal Pleno: Implementação da especialização de competências *ratione materiae* na seara cível; criação de 2 (duas) Câmaras de Direito Público e aprovação do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça;

Realização de 45 (quarenta e cinco) sessões de julgamento ordinárias presenciais do Órgão Especial, com 416 processos julgados;

Realização de 43 (quarenta e três) sessões de julgamento virtuais do Órgão Especial, com 2.115 processos julgados;

Aprovação de 25 (vinte e cinco) Resoluções e 5 (cinco) Anteprojeto de Lei, pelo Órgão Especial;

Promoção de 6 (seis) Juizes de Direito ao cargo de Desembargador, pelo Órgão Especial;

Saneamento parcial do acervo de processos antigos com inconsistências de migração do sistema JUD para o eJUD, em curso;

Alteração do funcionamento do Serviço de Processamentos Especiais, com a transferência temporária de 6 (seis) servidores e do acervo decorrente do Mandado de Segurança nº 0021549-38.1998.8.19.0000, em tramitação no Órgão Especial, para o Núcleo de Execuções Individuais das Ações Coletivas Originárias (NEIAC), a contar de 01.11.2023, conforme Atos Executivos nº 215 e 216/2023.

Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas

Com o advento da Resolução nº 03/2023, publicada no DJe de 31/01/2023, que extinguiu a Seção Cível deste Tribunal de Justiça e dispôs sobre a especialização de competências na segunda instância, relativamente à criação da Seção de Direito Privado, da Seção de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas, do ponto de vista administrativo, os grandes desafios enfrentados no período consistiram na instalação do Departamento de processos dos novos Órgãos Julgadores (Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado, devendo-se observar que, até a presente data, não foram instaladas as Câmaras de Direito Empresarial Reunidas), bem como no gerenciamento da migração do acervo.

A gestão do período de transição contemplou a adaptação dos sistemas operacionais da unidade, a adequação da página deste Tribunal de Justiça, além de ajustes estrutural e pessoal, mormente quanto à criação de Serviços próprios (Serviço de Apoio à Seção de Direito Público e Serviço de Apoio às Seções de Direito Privado e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas) e à realização de sessões de julgamento.

O novo Departamento e o Departamento de Autuação de Distribuição Cível (1ª Vice-Presidência) desenvolveram projeto em parceria com a SGTEC, a fim de que a redistribuição do acervo se desse de modo “automático”, via sistema eJUD, dadas as dificuldades sistêmicas que se enfrentariam com a utilização das ferramentas que se dispunham.

Quanto aos processos remanescentes no local da extinta Seção Cível no sistema eJUD (gradativamente devolvidos de conclusão ou posteriormente advindos de órgãos externos, como os Egrégios Tribunais Superiores), restou decidido que seriam redistribuídos pela SGTEC à Seção previamente apontada pela 1ª Vice-Presidência, semanalmente.

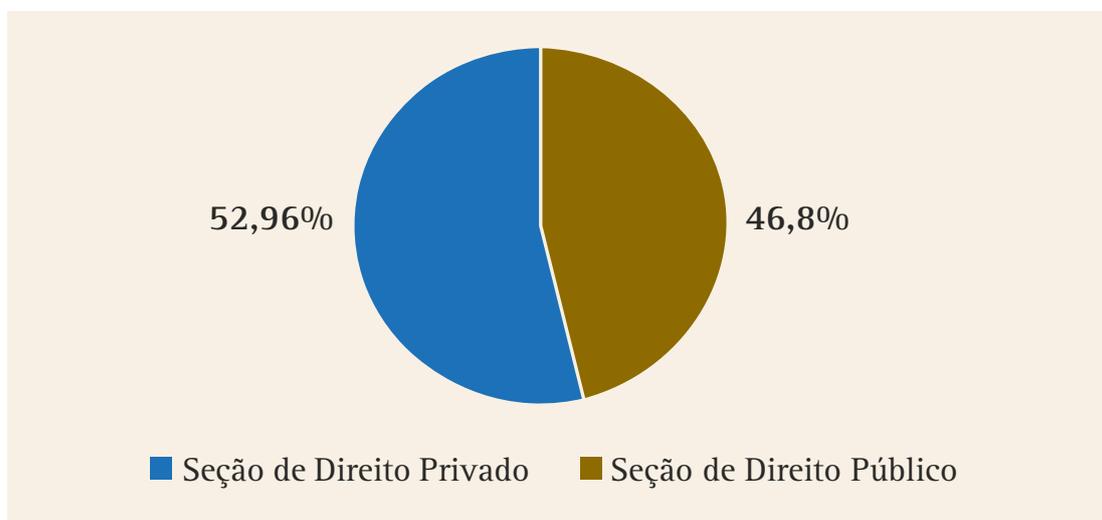
A finalização da redistribuição do acervo da extinta Seção Cível para as Seções especializadas ocorreu em outubro deste ano.

Do ponto de vista normativo, deve-se destacar a edição da Portaria nº 01/2023 e, após, da Portaria nº 02/2023, que disciplinam o julgamento virtual e por videoconferência na Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista estatístico, o DEPSE possui, hoje, o seguinte retrato:

Acervo equivalente a 1.194 processos, dos quais 580 competem à Egrégia Seção de Direito Público e 614 à Egrégia Seção de Direito Privado, refletindo 46,8% e 52,96%, respectivamente.

Acervo - DEPSE



Fonte: Locais virtuais do Sistema eJUD + relatório autos conclusos (Sistema eJUD)

Este ano foram apreciados na Seção de Direito Público 14 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas com os seguintes resultados: 9 inadmissões, 3 admissões e 2 julgamentos de mérito com fixação de tese e 2 Incidentes de Assunção de Competência, ambos inadmitidos. Na Seção de Direito Privado, foram apreciados 13 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas com os seguintes resultados: 11 inadmissões e 2 admissões e 2 Incidentes de Assunção de Competência, 1 inadmitido e 1 prejudicado.

Foram distribuídos ou redistribuídos da extinta Seção Cível 852 processos (média mensal de 71) para a Seção de Direito Público e 973 processos (média mensal de 81) para a Seção de Direito Privado.

Foram realizadas 9 sessões de julgamento presenciais e 9 sessões de julgamento virtuais na Egrégia Seção de Direito Público, com 194 processos julgados (80 em sessão presencial e 114 em sessão virtual).

Realizou-se, ainda, 11 sessões de julgamento presenciais e 11 sessões de julgamento virtuais na Egrégia Seção de Direito Privado, com 240 processos julgados (66 em sessão presencial e 174 em sessão virtual).

Processos do Conselho da Magistratura

No Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, desde o início da atual gestão, em 03 de fevereiro de 2023, foram autuados 977 processos e distribuídos 1.092 processos.

Em 33 sessões de julgamento (21 virtuais, 10 presenciais e 2 híbridas), foram julgados 627 processos (510 em sessões virtuais e 117 em sessões híbridas/presenciais).

Por decisão monocrática, foram apreciados 408 processos de licenças, sendo 302 referentes a Juízes de Direito e 106 referentes a Desembargadores.

Ao longo do período apurado, foram baixados definitivamente 991 processos.

Estatística de Autuação

Tipo	Classe	Total
1	Licenças de Juízes de 1ª Instância	299
3	Recursos Administrativos Hierárquicos	118
11	Processos não Abrangidos Tecnicamente nos outros tipos	42
12	Processos Relativos a Justiça de Paz	79
14	Processos Relativos a Decisões Proferidas pelos Juízes de Registro Público	322
16	Licenças de Desembargadores	117
	Total Geral	977

Fonte: Sistema eJUD

O Departamento de Processos do Conselho da Magistratura passou por Auditoria Externa realizada pela Fundação Vanzolini, no dia 01/11/2023, oportunidade na qual foi recomendada recertificação do Sistema de Gestão de Qualidade da unidade organizacional, sem apontamentos.

Por fim, o Conselho da Magistratura aprovou 9 Resoluções.

Apoio ao 2º Grau de Jurisdição

Com o advento da Resolução TJ/OE nº 4, de fevereiro de 2023, o Departamento de Apoio ao 2º Grau de Jurisdição passou a ter na sua estrutura o Serviço de Protocolo e Cadastro (SGJUD/SEPCA) e o Serviço de Apoio ao Plantão de 2º Grau (SGJUD/SEPLA), além de permanecer no apoio às atividades administrativas das Secretarias das Câmaras de Direito Privado, de Direito Público, de Direito Empresarial e Criminais; gerenciando projetos Estratégicos Digitalização de Processos Físicos (continuidade) e Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ.

Realização e conclusão do mapeamento para a reorganização das informações relacionadas aos órgãos julgadores de segunda instância, com o objetivo de criar página no Portal Institucional do TJRJ reunindo todas as informações que hoje estão esparsas.

A fim de sanar inconsistências de informações referentes a processos antigos de 2ª instância, sem movimentação há vários anos, decorrentes da migração da base de dados do Sistema JUD para o Sistema eJUD, foram adotadas medidas que possibilitaram a regularização de 2.914 processos.

Proposição e acompanhamento de soluções para melhoria da performance do sistema eJUD, inclusive mediante reuniões com a equipe técnica da SGTEC. Aprovação de diversas de Listas de Requisição (LR) para implantação ou alteração do funcionamento de sistemas eletrônicos.

Realizado também o envio semanal das comunicações ao Sistema INFODIP da Justiça Eleitoral (totalizando 46, em 2023), com frequentes revisões das comunicações enviadas ao INFODIP (aproximadamente 460, em 2023).

O Serviço de Protocolo e Cadastro (SGJUD/SEPCA) passou a receber os processos eletrônicos oriundos do PJe, que inicialmente estavam sendo direcionados diretamente para as Vice-Presidências, reduzindo o índice de processos encaminhados indevidamente pela 1ª instância, realizando triagem inicial e devolvendo os processos indevidos, colaborando com o serviço diário dos setores de Autuação e Distribuição da 1ª e 2ª Vice-Presidências, agilizando a prestação jurisdicional.

Ao longo de 2023 o SEPCA atuou em um total de 134.330 processos/documentos.

O Serviço de Apoio ao Plantão de 2º Grau (SGJUD/SEPLA) tem por principal atividade dar suporte à realização dos plantões de 2º grau de jurisdição, com envio de informações e material de apoio necessário, para os Desembargadores Plantonistas e seus gabinetes. Para tanto, foram elaborados e atualizados o Manual de Processamento em Plantão Judiciário, no sistema DCP e o Manual de Acesso e Assinatura no Sistema BNMP.

O SEPLA elaborou a minuta do Ato Executivo que regulamentou o Plantão de Recesso 2023/2024, além de elaborar planilha com os contatos das Câmaras escaladas e Gabinetes, de forma a propiciar a comunicação direta e eficaz para aqueles que atuaram durante o período de recesso.

Ao longo de 2023, no período de fevereiro a dezembro, foram distribuídos ao plantão judicial do 2º grau de jurisdição 2.410 processos, sendo que desse total 852 processos durante o plantão do recesso forense.

Plantão de Segunda Instância - 2023

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total	-	159	109	189	113	159	132	135	129	139	161	133
Total Anual	1558											

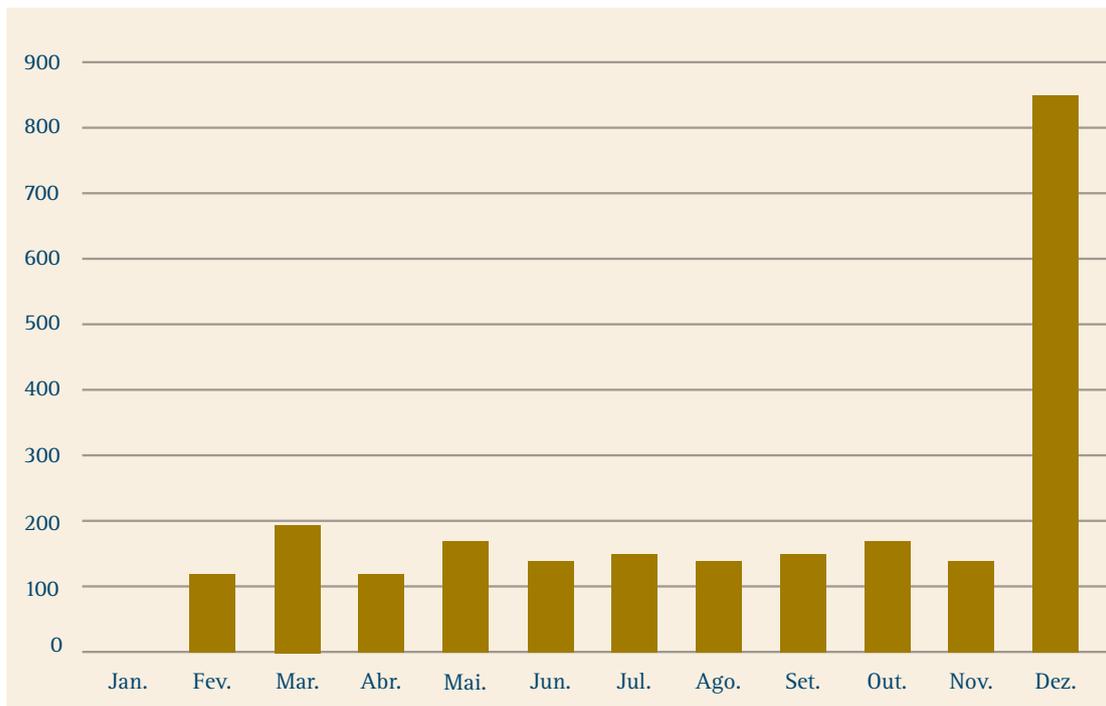
Fonte: Sistema DCP

Plantão de Recesso 2023/2024

Plantões	852
----------	-----

Fonte: Sistema DCP e Sistema eJUD

Estatística Plantão 2º Grau - 2023



Merecem destaque, ainda, as seguintes atividades:

GEAP Secretarias

Neste ano de 2023, o Departamento de Apoio ao 2º Grau de Jurisdição permaneceu apoiando a coordenação dos Grupos de Apoio Emergencial de Auxílio Programado aos Órgãos Julgadores – GEAP Secretarias.

Os Grupos continuaram com apoio técnico da SGTEC e monitoria/supervisão técnica exercidas pelos Secretários do Órgãos Julgadores, objetivando o acompanhamento dos trabalhos.

Resultados GEAP

Órgãos Julgadores	Total de Movimentos Realizados
4ª Câmara de Direito Público (antiga 7ª Câm. Cível)	3.824
11ª Câmara de Direito Privado (antiga 27ª Câm. Cível)	2.597
15ª Câmara de Direito Privado (antiga 20ª Câm. Cível)	1.060
21ª Câmara de Direito Privado (antiga 19ª Câm. Cível)	1.269
SEESP - Órgão Especial	18.241
Total Geral	26.991

Fonte: Dados repassados pelos Secretários das Câmaras.

GEAP Processo Eletrônico

Regulamentado pelo Ato Executivo 134/2021, que criou o Grupo Emergencial de Auxílio Programado para a transformação dos processos físicos em eletrônicos, iniciou as atividades em 01 de setembro de 2021.

Nesta gestão, o GEAP retomou suas atividades na data de 17 de março de 2023, contando, à época, com 530 servidores que desenvolviam atividades de indexação/revisão dos processos digitalizados.

Atualmente o GEAP é constituído por 16 grupos, 02 coordenadores, 16 monitores e 396 colaboradores.

No ano de 2023 foram virtualizados 172.314 (cento e setenta e dois mil, trezentos e quatorze) processos.

SGJUD- GEAP Processo Eletrônico

Mês	Processos	Volumes
Março	15.872	23.348
Abril	21.197	32.305
Maio	19.760	29.702
Junho	17.455	24.974
Julho	18.128	22.059
Agosto	33.315	37.244
Setembro	30.665	36.789
Outubro	13.516	15.298
Novembro	656	1.351
Dezembro	1.750	1.742
Total	172 314	224.812

Fonte: Sistema de Apoio à Central de Digitalização - SACDIG

Suporte às Sessões

Por possuir interface com o Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE) e com o Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas (DEPSE), a Divisão de Suporte às Sessões, no ano de 2023, organizou 45 (quarenta e cinco) sessões de julgamento ordinárias presenciais do Órgão Especial, com 416 processos julgados e 43 (quarenta e três) sessões de julgamento virtuais do Órgão Especial, com 2.115 processos julgados.

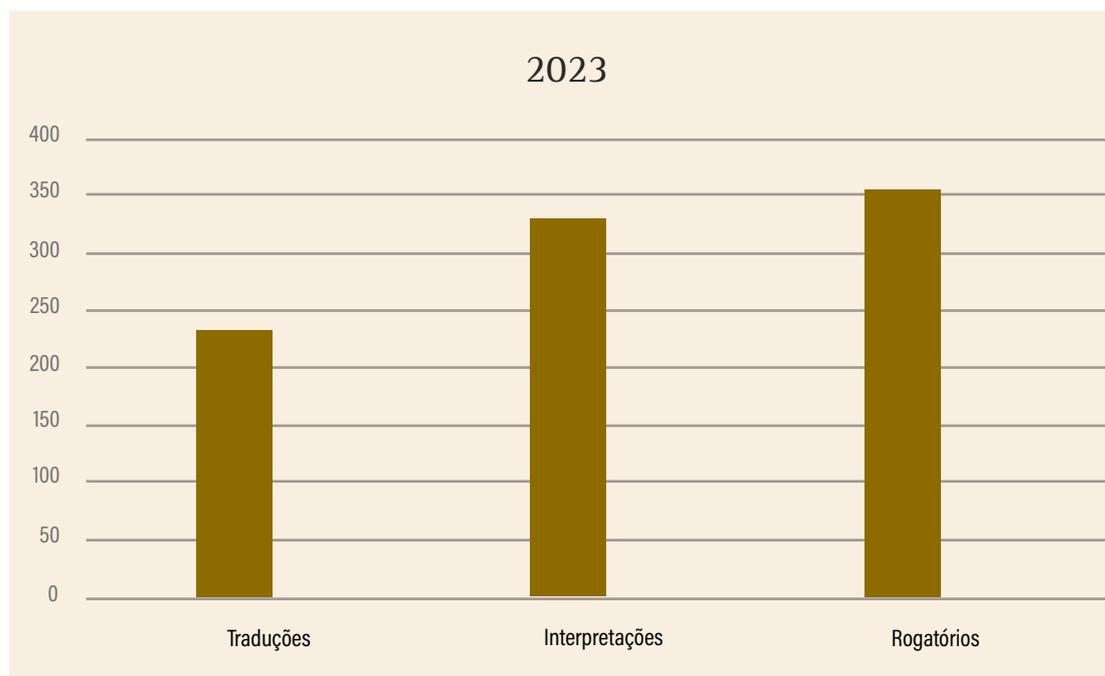
Processos Judiciais

A Divisão de Processos Judiciais tem por escopo, dentre outros, o apoio e análise de consultas dos processos em tramitação no Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE) e no Departamento de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas (DEPSE), implementando práticas padronizadas, de forma a agilizar o processamento dos feitos naquelas Unidades, merecendo destaque:

Tradutores, Intérpretes

Em apoio à prestação jurisdicional, foram disponibilizados tradutores e intérpretes de libras pelo Serviço de Rogatórias, Extradicações e Interpretação (SEREI/DIPJU/SGJUD), de 01 de janeiro a 20 de dezembro de 2023, nas ações em que a parte requerente é beneficiária de gratuidade de justiça.

Com relação aos serviços de rogatórias, extradicações e interpretação prestados nos dois semestres do exercício de 2023 foram realizadas 232 traduções e 272 interpretações, em processos sob o pálio da justiça gratuita, com custo total de R\$ 715.404,22 (setecentos e quinze mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), assim como foram processadas 355 cartas rogatórias.



Fonte: Planilha SEREI e Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico Web 2.0

Justiça Itinerante



Atendimento da Justiça Itinerante

O Programa surgiu como um novo paradigma de realização da prestação jurisdicional. Na verdade, a Justiça Itinerante é um programa vanguardista, prático e acessível, principalmente em relação aos cidadãos com maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um projeto inovador porque, ao contrário das práticas exercidas, a própria Justiça vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

Nestes 19 anos de funcionamento, o Programa se faz presente em 26 Postos da Justiça Itinerante, nos municípios de Aperibé, Areal, Bel-ford Roxo, Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes (Morro do Coco e Goytacazes), Japeri, Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco, Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Gonçalo (Jardim Catarina), São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e no Rio de Janeiro (Campo Grande, Cidade de Deus, Maré/Manguinhos, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo e Vila Cruzeiro/Alemão), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Durante o ano de 2023, diversas atividades, eventos e ações foram realizadas, conforme será observado a seguir. A seguir, as Ações e informações devidamente pontuadas:

Justiça Itinerante - Mutirão de Requalificação Civil

Trata-se de ação da Justiça Itinerante realizada a convite do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDIVERSIS / DPRJ), com o objetivo de prestar atendimento à população LGBTQIAPN+ da região nas ações de requalificação civil, nos mesmos moldes das ações realizadas na unidade da Justiça Itinerante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Data	Local	Total atendimentos
19/01/2023	Mesquita	108
30/06/2023	Cabo Frio	106
20/10/2023	Niterói	132
17/11/2023	Nova Iguaçu	144
Total		490

Projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário

O projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário foi implementado em junho de 2017, com o propósito de levar cidadania aos internos das unidades prisionais do Rio de Janeiro e seus familiares, atuando principalmente em registro de nascimento tardio, reconhecimento de paternidade, retificação de registro, casamento e divórcio.

Um dos objetivos principais do projeto é estancar o número de pessoas dentro do sistema prisional sem certificação e a documentação civil.

Data	Local	Total atendimentos
27/01/2023	Instituto Santo Expedito (feminino) - Bangu	93
27/02/2023	Presídio Alfredo Tranjan (masculino) - Bangu	114
17/03/2023	Presídio Nelson Hungria (masculino) - Bangu	98
24/04/2023	Penitenciária Talavera Bruce e Unidade Materno Infantil (feminino) - Bangu	157
08/05/2023	Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho (masculino) - Bangu	453
14/07/2023	Instituto Penal Oscar Stevenson (feminino) - Benfica	112
28/07/2023	Presídio Nilza da Silva Santos (feminino) - Campos	162
18/08/2023	Presídio Romeiro Neto - Magé	245
22/09/2023	Penitenciária Muniz Sodré - Bangu	381
27/10/2023	Penitenciária Milton Dias Moreira - Japeri	274
24/11/2023	Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira - Bangu	120
15/12/2023	Penitenciária Lemos de Brito - Bangu	106
	Total	2.315

Justiça Itinerante em Ação – Evento em Cordovil

Por autorização do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, a Divisão de Justiça Itinerante participou do Evento “JI-CORDOVIL”, localizado na Praça Laguna, 40, na Escola Municipal São João Batista no dia 11.02.2023, tendo como parceiros, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Conselho Tutelar.

A proposta é levar a Justiça Itinerante aos bairros, para atender às demandas dos moradores nos locais da cidade do Rio onde não há ônibus regulares da JI.

Data	Local	Total atendimentos
11/02/2023	Conselho Tutelar de Cordovil	152
Total		152

Justiça Itinerante – Policiais Penais da SEAP

Além do atendimento aos internos do Sistema Penitenciário, a Justiça Itinerante realiza também ações para atendimento aos agentes penitenciários da Secretaria de Administração Penitenciária, atuando especialmente a retificação de registro, a conversão de união estável em casamento, ação de divórcio consensual ou litigioso, reconhecimento de paternidade, ação de alimentos etc.

A proposta é levar a Justiça Itinerante, não só para atender os internos, mas também atender as demandas dos policiais penais e seus familiares.

Data	Local	Total atendimentos
03/03/2023	CIESP - Complexo de Gericinó	104
Total		104

Projeto Justiça Itinerante Marítima

A proposta é levar a Justiça Itinerante para atender as demandas da população das ilhas e regiões da costa litorâneas do Rio de Janeiro, principalmente da Costa Verde, priorizando o atendimento aos cidadãos mais carentes residentes nas áreas distantes do centro urbano, como nas ilhas populosas do litoral, em especial indígenas, caiçaras e pescadores.

4ª edição da Justiça Itinerante Marítima, atendendo em 3 municípios da região, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba:

Data	Local	Total atendimentos
27/03/2023	Paraty	372
28/03/2023	Angra dos Reis/Mambucaba	401
29/03/2023	Angra dos Reis/Bracuí	372
30/03/2023	Angra dos Reis/Japuíba	546
31/03/2023	Mangaratiba/Conceição de Jacareí	273
Total		1.964

5ª edição da Justiça Itinerante Marítima, atendendo em 3 municípios da região, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba:

Data	Local	Total atendimentos
06/11/2023	Paraty	373
07/11/2023	Angra dos Reis/Mambucaba	384
08/11/2023	Angra dos Reis/Bracuí	286
09/11/2023	Angra dos Reis/Japuíba	562
10/11/2023	Mangaratiba/Muriqui	291
Total		1.896

Registre-se! Semana Nacional do Registro Civil

A ação vem no sentido de dar cumprimento ao Provimento n. 140/2023 do Conselho Nacional de Justiça, visando à erradicação do sub-registro civil, com enfoque em pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo da população de rua ou privada de liberdade. No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o evento foi dividido em três momentos, conforme quadro abaixo.

Além dessa agenda, 24 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), de todo o Rio de Janeiro, atuaram com especial atenção à população em situação de rua, disponibilizando o Registro Civil de Nascimento ou Casamento.

Data	Local	Total atendimentos
08/05/2023	Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho	427
09 a 11/05/2023	Praça do Expedicionário	12.151
12/05/2023	Justiça Itinerante do Registro Civil	749
Total		13.327

Projeto Justiça Itinerante Curta a Praça

O projeto Curta a Praça é de iniciativa dos colaboradores, responsáveis e alunos voluntários do Projeto de Ação Social do Colégio Cruzeiro - unidade Centro -, em parceria com o TJRJ através da Justiça Itinerante, a Subprefeitura do Centro e algumas ONGs que atuam com população em situação de rua.

A proposta da participação da Justiça Itinerante é leva-la à Praça da Cruz Vermelha para atender às demandas na área judicial e documental dessa parcela invisibilizada da população.

Data	Local	Total atendimentos
28/05/2023	Praça Cruz Vermelha	759
Total		759

Projeto Justiça Itinerante Levando Cidadania

O projeto Justiça Itinerante Levando Cidadania vem em busca do público socioeconomicamente vulnerável, que habita áreas precárias e com baixíssimo IDH, nos verdadeiros bolsões de pobreza, objetivando ampliar o acesso à Justiça e à documentação básica, levando os atendimentos jurisdicionais itinerantes, tirando as pessoas da invisibilidade, reconhecendo o seu direito de existir como cidadão.

Data	Local	Total atendimentos
17/06/2023	Jardim Gramacho, Duque de Caxias	928
30/09/2023	Magé	1095
09/12/2023	Belford Roxo	375
Total		2.398

Projeto Justiça Itinerante Promovendo Dignidade

O projeto Justiça Itinerante Promovendo Dignidade vem com o objetivo de garantir acesso à Justiça nas principais áreas de prostituição do Rio de Janeiro, marcadas pelas dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por essa parcela da população.

Assim, foi realizado o 1º evento na Vila Mimosa, uma das regiões tradicionalmente direcionadas à atividade, ampliando o acesso das pessoas que ali vivem e/ou trabalham aos seus Direitos fundamentais:

- Entrevistas para os casos de Registro Tardio pela Justiça Itinerante;
- Elaboração de petição inicial em ações de Registro Civil, Família, além de ofício de busca da 2ª via da certidão pela Defensoria Pública;
- Realização das respectivas audiências pelo Magistrado, com acompanhamento do Promotor e Defensor;
- Emissão da carteira de identidade e realização da pesquisa datiloscópica pelo DETRAN;
- Vacina, orientação e teste rápido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- CAD Único, emissão de CPF, Cartão do SUS e Estética pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

Data	Local	Total atendimentos
05/10/2023	Vila Mimosa	314
Total		314

Projeto "Mutirão POP RUA JUD"

A convite do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base na Resolução CNJ nº 425/2021, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, a Justiça Itinerante do TJRJ atuou como parceira do Segundo Mutirão Pop Rua Jud do Rio de Janeiro, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2023, na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A segunda edição seguiu o mesmo formato do ano de 2022, quando foram atendidas cerca de 3 mil pessoas e efetivados mais de 20 mil atendimentos.

A proposta é levar a Justiça Itinerante, com seu ônibus adaptado, para atender à população em situação de rua, nas ações de registro tardio, busca de certidões inacessíveis e demais demandas judiciais a nível estadual.

Data	Local	Total atendimentos
12 /09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	212
13/09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	199
14/09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	320
Total		731

Justiça Itinerante – FIOCRUZ PRA VOCÊ

A convite da Fundação Oswaldo Cruz, a Justiça Itinerante participou da 30ª edição do FIOCRUZ PARA VOCÊ, no sentido de garantir acesso à Justiça, com enfoque no público LGBTQIAPN+, demandante das ações de Requalificação Civil.

A ação visa associar o Dia Nacional de Vacinação a um dia por uma vida saudável e digna para todos, com integração e engajamento dos funcionários da FIOCRUZ com as comunidades vizinhas, promovendo ações de conscientização sobre saúde, disseminação de conhecimento, ciências, além de atividades culturais, artísticas e de promoção da saúde. Na última edição, em 2019, o campus da instituição recebeu um público estimado de 8 mil pessoas.

Data	Local	Total atendimentos
18/11/2023	Campus de Manguinhos	176
Total		176

Justiça Itinerante – "Cidadania e Acessibilidade"

A Justiça Itinerante participou da Ação Social em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, destinada ao atendimento das Pessoas com Deficiência e seus familiares, visando à promoção de ações inclusivas e de garantia de seus direitos, promovendo Conversão de União Estável em Casamento, 2ª Via de documentos, atendimento jurídico, diversas demandas registras e de família e esclarecimento sobre feitos em andamento e possíveis violações de direitos sofridas pelos jurisdicionados

Data	Local	Total atendimentos
30/11/2023	Tribunal de Justiça - Lâmina III	39
Total		39

Perícia Genética

O programa é coordenado pelo Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), ligado ao Departamento de Acesso à Justiça, Ação Social e Acessibilidade (DEAJU), e tem por objetivo dispor sobre a realização de exames de tipagem por DNA, quando as partes forem beneficiárias da assistência judiciária gratuita, deferidos nos autos das ações judiciais, nas comarcas do estado do Rio de Janeiro.

Cabe ao Serviço de Perícias Genéticas:

- Controlar as atividades referentes à realização de exames de DNA solicitados por órgão julgador;
- Fiscalizar os polos de coleta em todo o estado;
- Conferir e encaminhar faturas de pagamento;
- Prestar apoio aos polos, laboratório contratado e serventias.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram recebidas e cadastradas 5.568 (cinco mil e quinhentos e sessenta e oito) solicitações de agendamento de exames de DNA, pelo SEGEN.

Perícia Judicial

As perícias judiciais são levantamentos de provas e laudos feitos por responsáveis técnicos da área: os peritos judiciais. Seu objetivo é apresentar informações para ajudar a determinar a resolução de uma ação judicial.

O Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD) é órgão administrativo, normatizado pela Resolução CM nº 2/2018, vinculado ao Departamento de Acesso à Justiça, Ação Social e Acessibilidade (DEAJU), responsável pelo gerenciamento do cadastro dos

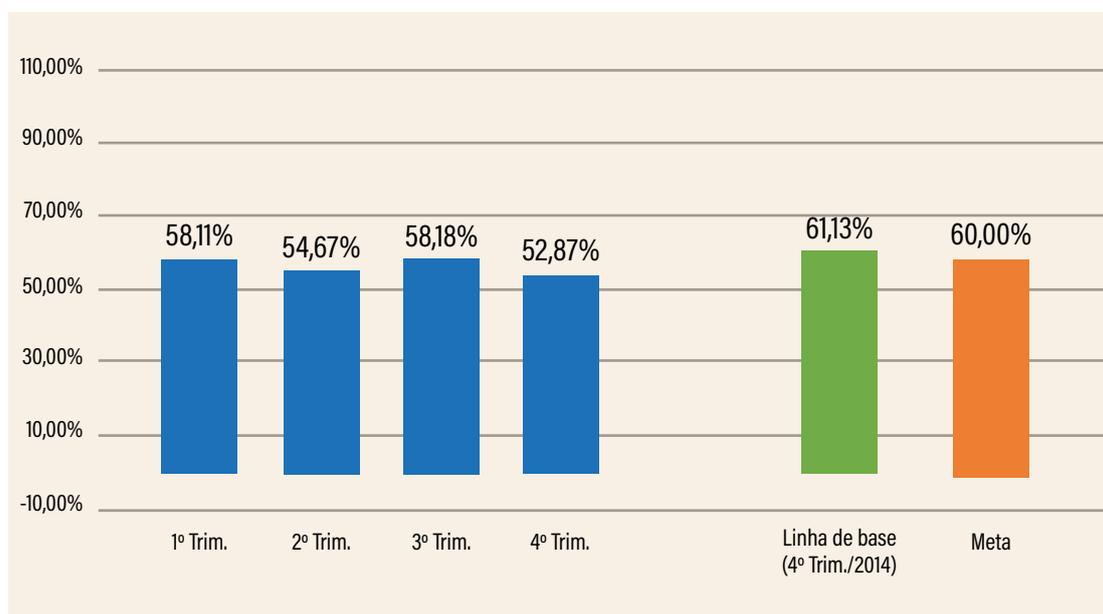
peritos judiciais e da organização do pagamento das ajudas de custo a esses auxiliares da Justiça. No ano de 2023, foram realizadas 12.230 (doze mil e duzentos e trinta) solicitações de pagamentos de peritos.

Indicadores e métricas institucionais

Taxa de Congestionamento

Global – Fase Conhecimento

Congestionamento na Fase de Conhecimento - GLOBAL

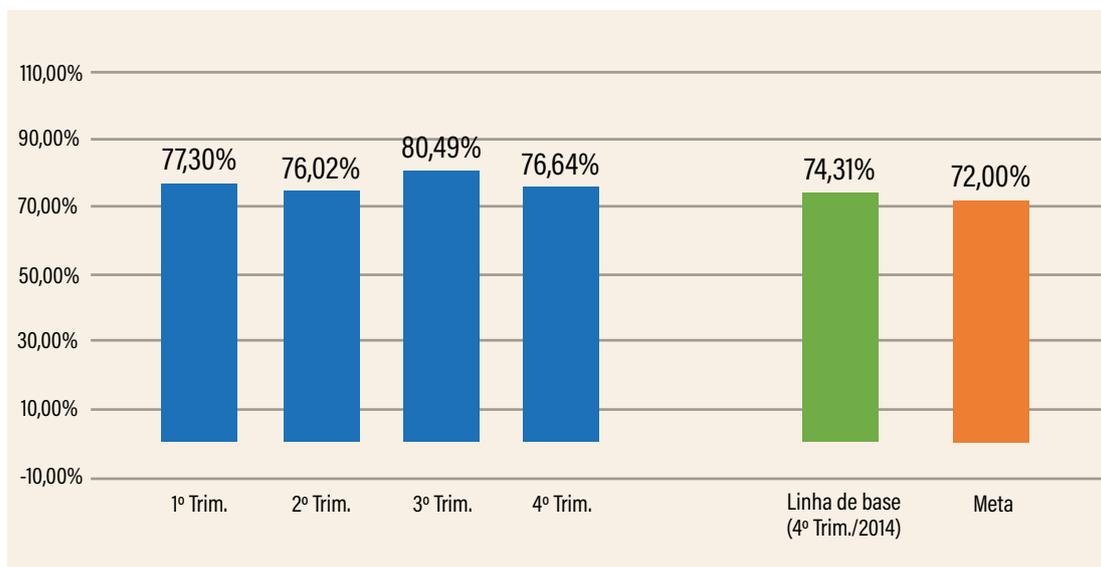


Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento global na fase de conhecimento. Somam-se os indicadores de 2º grau, 1º grau, juizados e turma recursal. O sentido de melhoria é quanto menor, melhor. No 1º trimestre de 2023, o valor apurado no indicador foi de 58,11%. No 2º trimestre, o índice se reduz para 54,67%. No 3º trimestre, o índice sobe para 58,18% e no 4º trimestre, a meta retorna para 52%. O ano de 2023 encerra com congestionamento de 52,87%. META ALCANÇADA. OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau – Fase Conhecimento

Congestionamento na Fase de Conhecimento - GLOBAL



Análise geral:

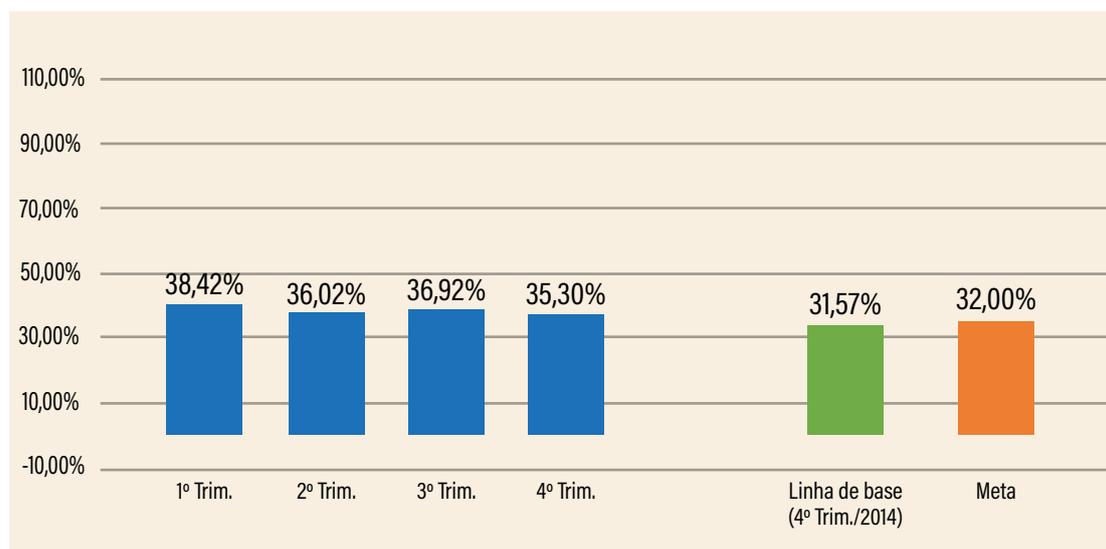
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau.

Em 2023, identifica-se instabilidade na queda no indicador: no 1º trimestre, 77,30%; no 2º trimestre, 76,02%; no 3º trimestre, 80,49% e com o 4º trimestre em 76,64%. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria “quanto menor, melhor”. META NÃO ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

2º Grau

Congestionamento no 2º Grau

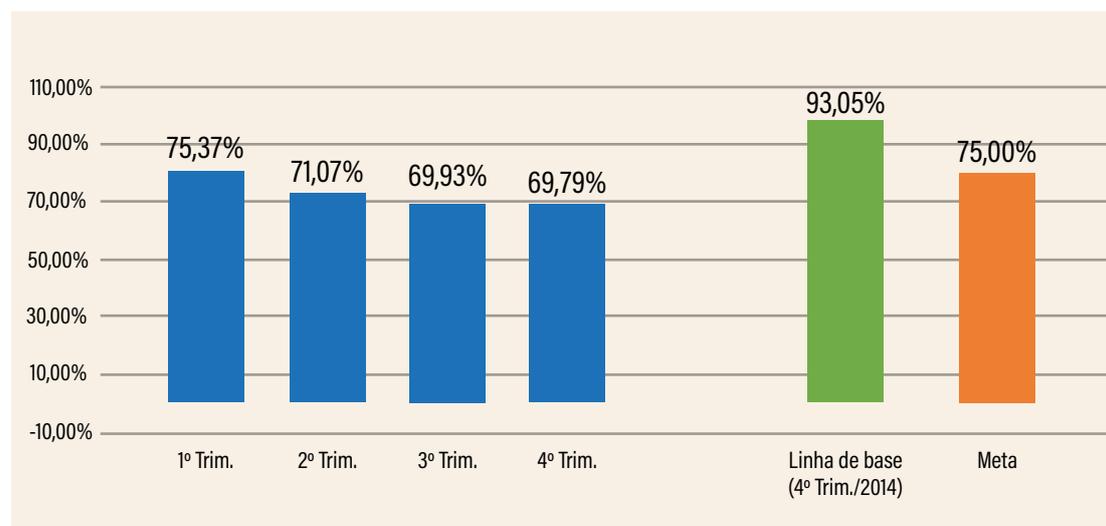


Análise geral:

A taxa de congestionamento no 2º Grau considera o total de casos pendentes e dos processos baixados. O sentido de melhoria é de quanto menor, melhor. No 1º e no 2º trimestre de 2023, o comportamento do indicador foi descendente, passando de 38,42% para 35,30% ao final de 2023. Apesar da tendência de queda, META NÃO ALCANÇADA.

Global – Fase de Execução

Congestionamento na Fase de Execução - GLOBAL



Análise geral:

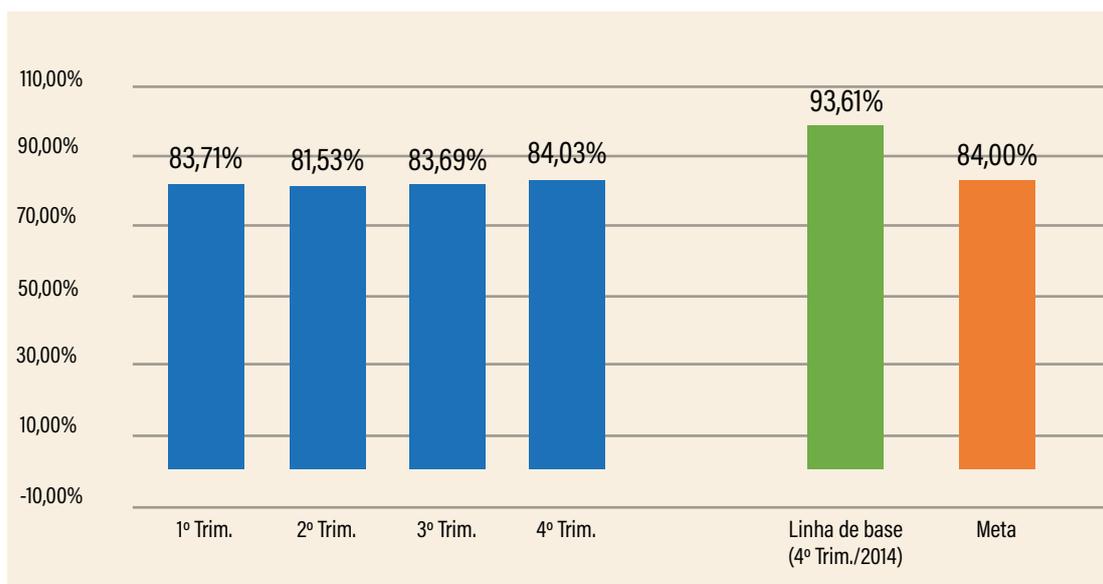
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento global na fase de execução. Somam-se os indicadores de 1º grau e juizados, apenas.

No 1º trimestre de 2023, o índice se inicia em 75,37%; no 2º trimestre, a taxa atinge 71,07%, mostrando tendência de queda no índice, que inclui os processos de execução fiscal. Os 3º e 4º trimestres confirmam a queda, encerrando 2023 com 69,79%. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau – Fase de Execução

Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL)



Análise geral:

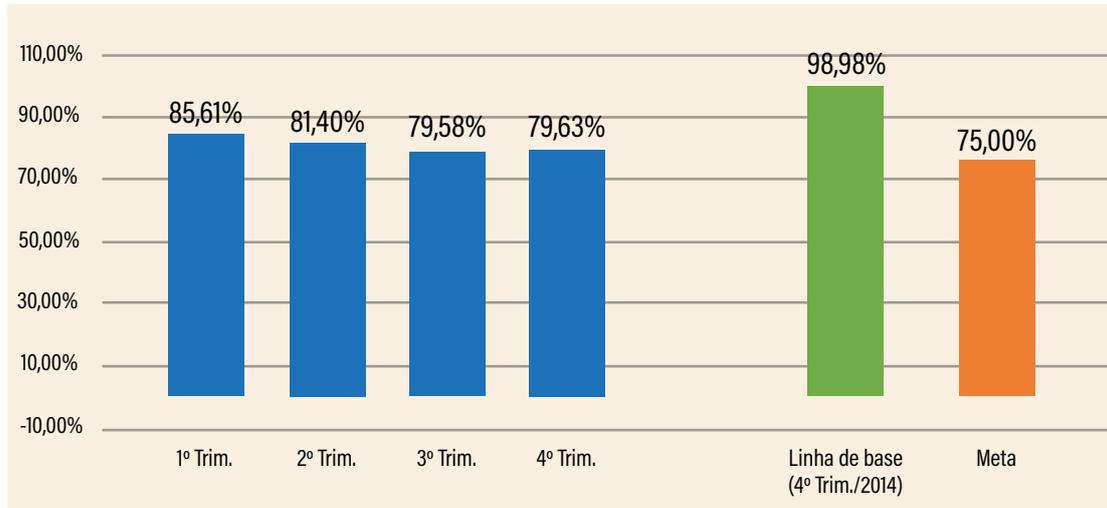
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas do 1º grau, excluída a execução fiscal.

Em 2023, identifica-se tendência de oscilação no indicador, variando de 83,71% no 1º trimestre para 84,03% no 4º trimestre. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. A Meta estabelecida é de 84%, revelando a META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Ações de Execução Fiscal

Congestionamento das ações de execução fiscal



Análise geral:

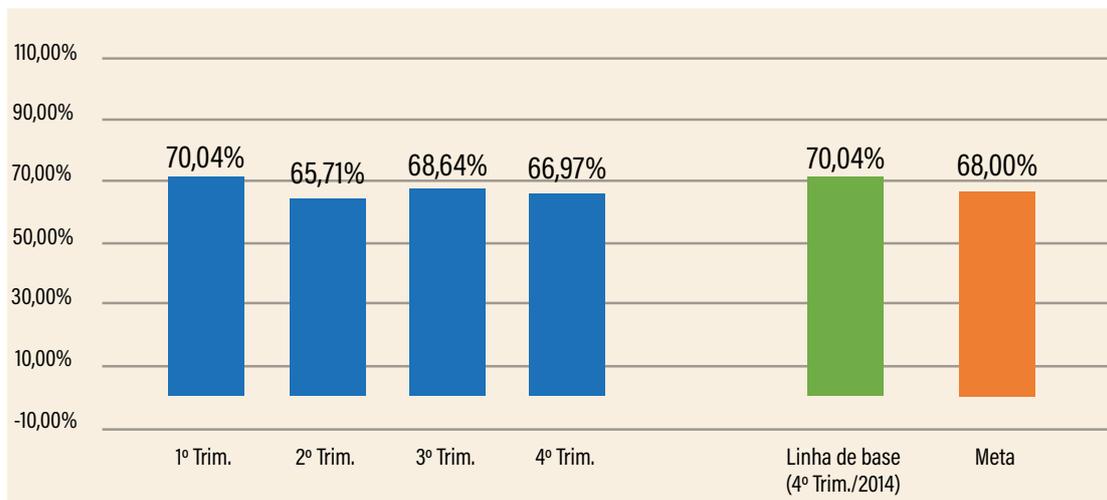
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas dos juizados especiais.

Em 2023, identifica-se tendência de elevação no indicador, de 38,62% no 1º trimestre para 40,55% no 2º trimestre. O aumento permanece, atingindo 50,47% no 3º e 51,82% no 4º trimestre. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. META NÃO ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Competência Criminal

Índice de atendimento à Demanda - Global



Análise geral:

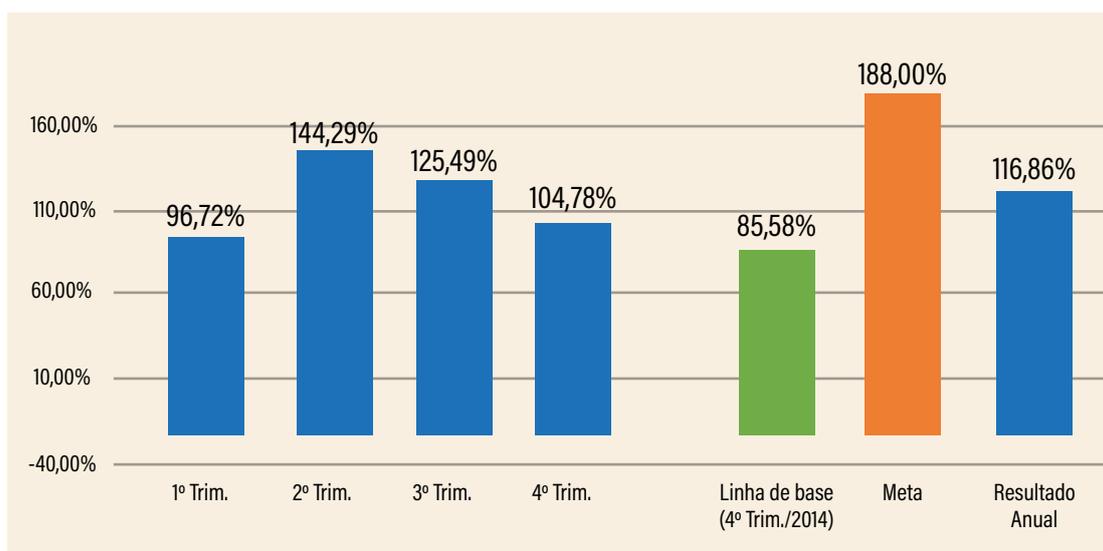
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico, considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau CRIMINAL.

Em 2023, identifica-se tendência de queda no indicador: no 1º trimestre, 70,04%; no 2º trimestre, 65,71%; no 3º trimestre, 68,64% e no 4º trimestre em 66,97%. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Atendimento à Demanda

Global



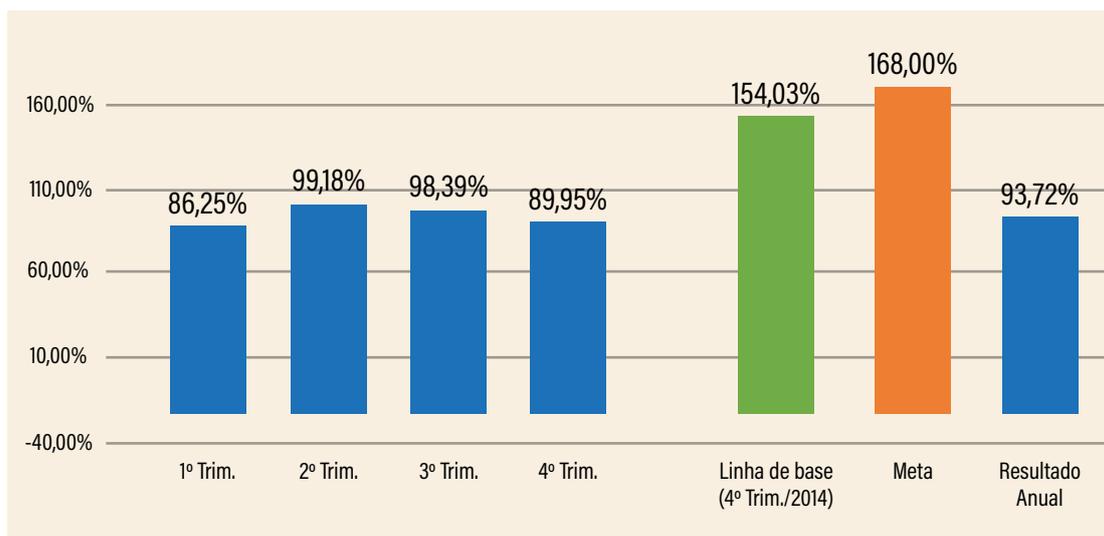
Análise geral:

O Índice de atendimento à Demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”, pois se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD global do PJERJ, incluindo conhecimento e execução, no âmbito do 2º grau, 1º grau, juizados e turmas recursais. O indicador vem demonstrando índices maiores de processos baixados em relação a casos novos desde 2019, pontuando o empenho do Tribunal em atender à demanda. A meta estipulada atualmente é de 188%. Em 2023, o índice total atingiu 116,86%. META NÃO ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau - Conhecimento

Índice de atendimento à Demanda no 1º grau (Conhecimento)



Análise geral:

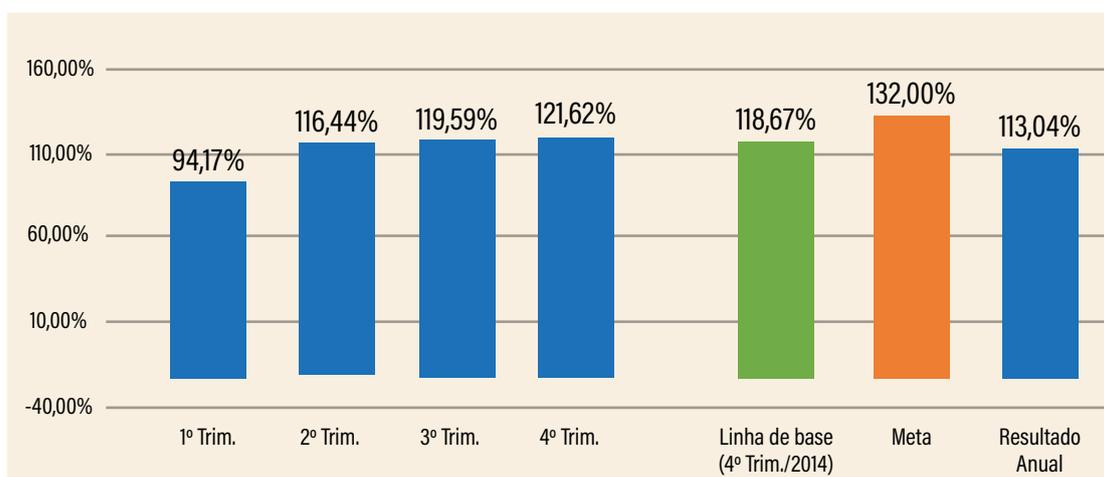
O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo específico concentra-se na fase de conhecimento do 1º grau.

No ano de 2023, o primeiro trimestre atingiu 86,25%, enquanto o 4º atinge 89,95%, mostrando distância da meta estabelecida. O total em 2023 foi de 93,72%. META NÃO ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais - Conhecimento

Índice de atendimento à Demanda no PJERJ (Conhecimento) - Juizados Especiais

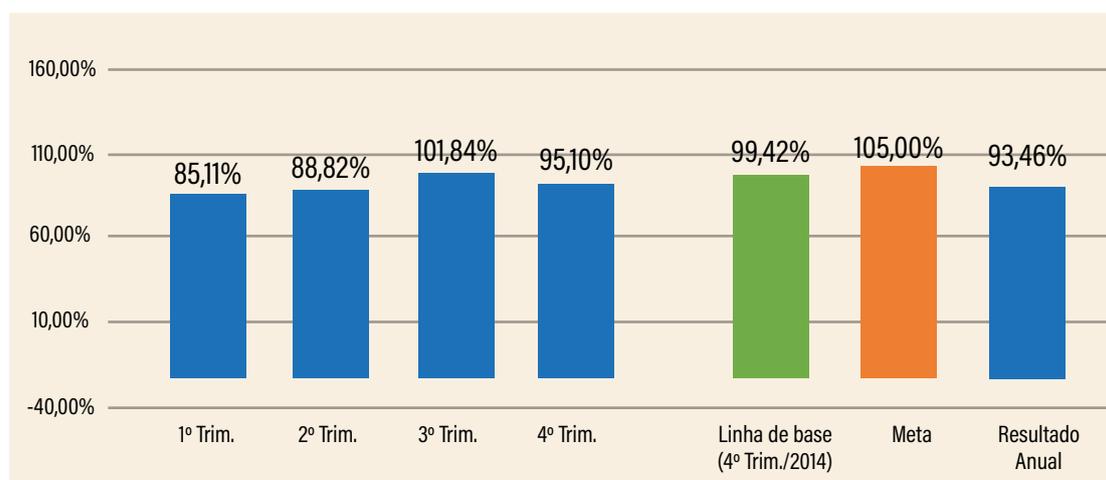


Análise geral:

O Índice de atendimento à demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD na fase de conhecimento dos juizados.

A meta estipulada é de 132,00%. Em 2023, atingiu-se 94,17% no 1º trimestre; no 4º, 121,62%. Embora a tendência apurada seja de melhoria no indicador, não foi suficiente para alcance da meta. **META NÃO ALCANÇADA.**

Turmas Recursais



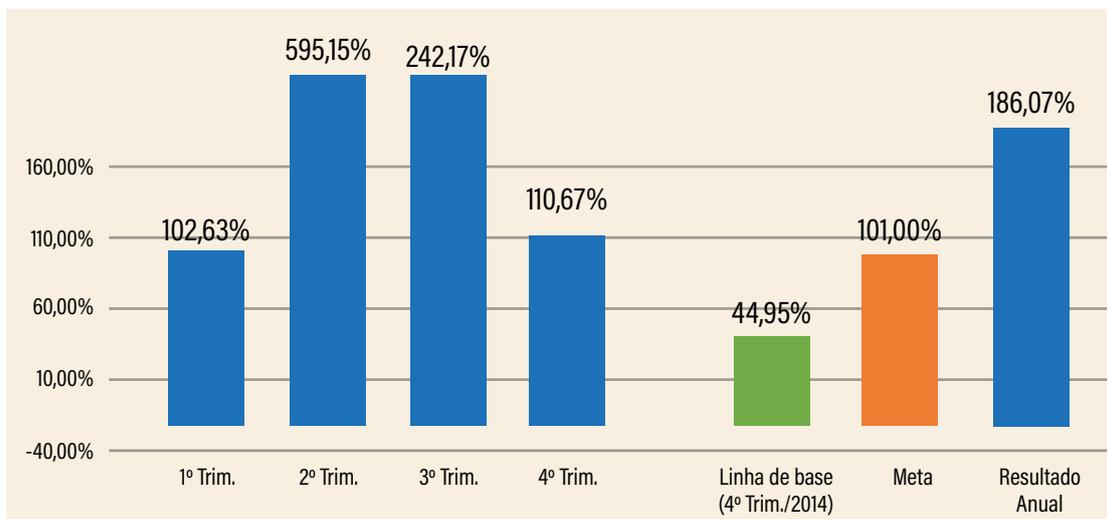
Análise geral:

O Índice de atendimento à demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD nas turmas recursais.

A meta foi ajustada em 105,00%. O resultado do 1º trimestre foi de 85,11%; no 4º, de 95,10%. O total anual foi de 93,46%. **META NÃO ALCANÇADA.** OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau (sem execução fiscal) – Fase de Execução

Índice de atendimento à Demanda na fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL)



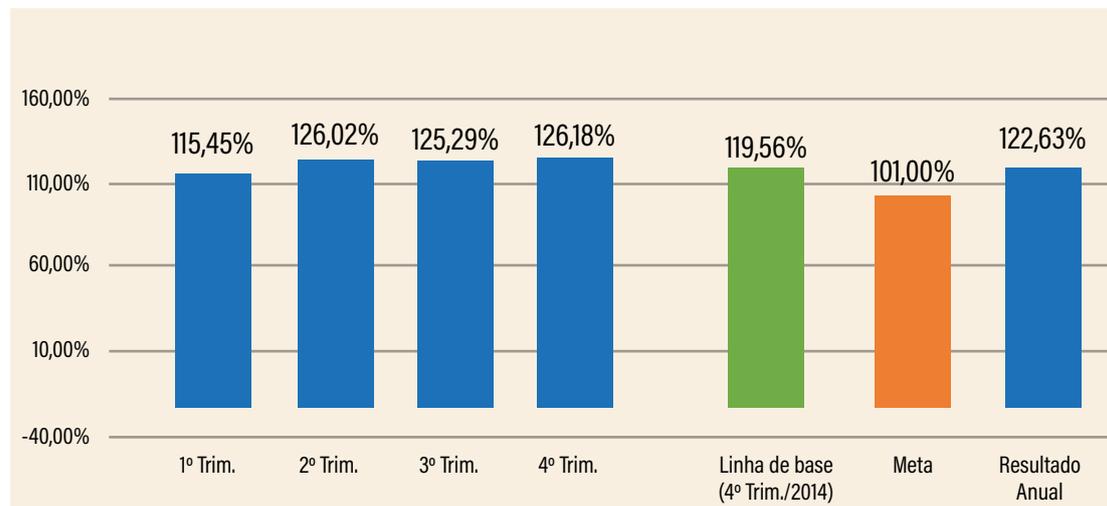
Análise geral:

O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo específico concentra-se na fase de execução do 1º grau, excluindo as execuções fiscais.

A meta estipulada foi reajustada para 101,00%. O resultado do 1º trimestre de 2023 foi de 102,63% e no 4º, de 110,67%. O total no ano foi de 186,07%. META ALCANÇADA. OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Fase de Execução

Índice de atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais



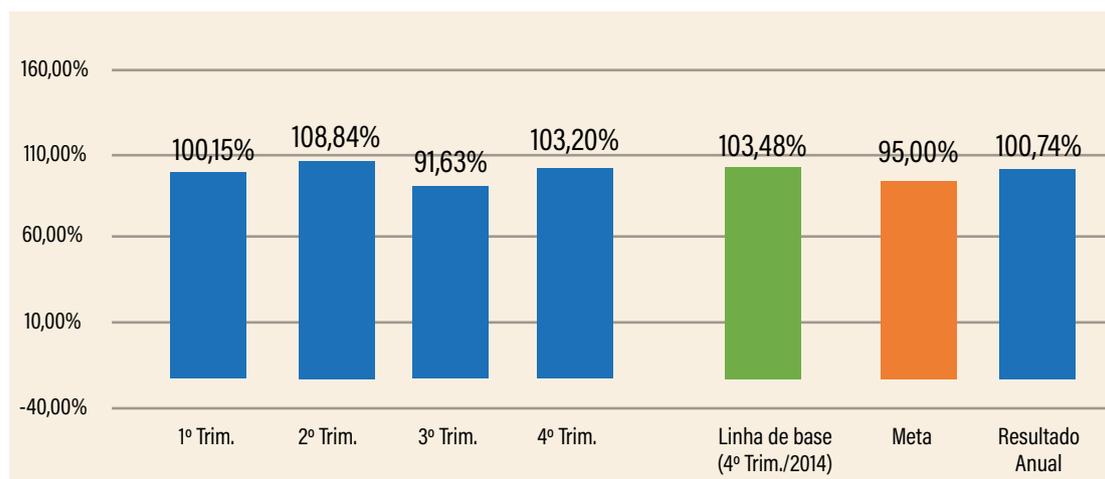
Análise geral:

O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”.

Este estudo específico concentra-se na fase de execução dos juizados. Os valores de total de processos baixados e total de casos novos são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos.

Em 2023, o resultado do 1º trimestre é de 115,45 % e no 4º, é de 126,18%. O total anual foi de 122,63%. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

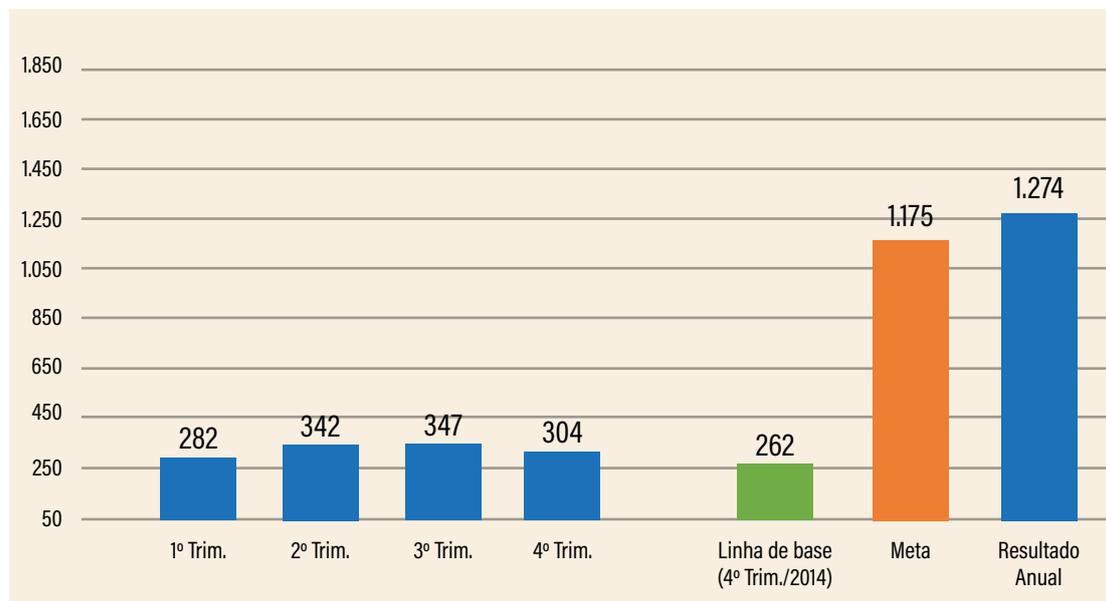
2º Grau**Índice de atendimento à Demanda no PJERJ - 2º Grau****Análise geral:**

O índice de atendimento a demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os casos novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. No 1º trimestre de 2023, tivemos um total de 100,15%. No 4º trimestre o percentual encerrou 2023 em 103,20%. O total de 2023 foi de 100,74%. META ALCANÇADA.

Produtividade do Magistrado

1º Grau – Fase de Conhecimento

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Análise geral:

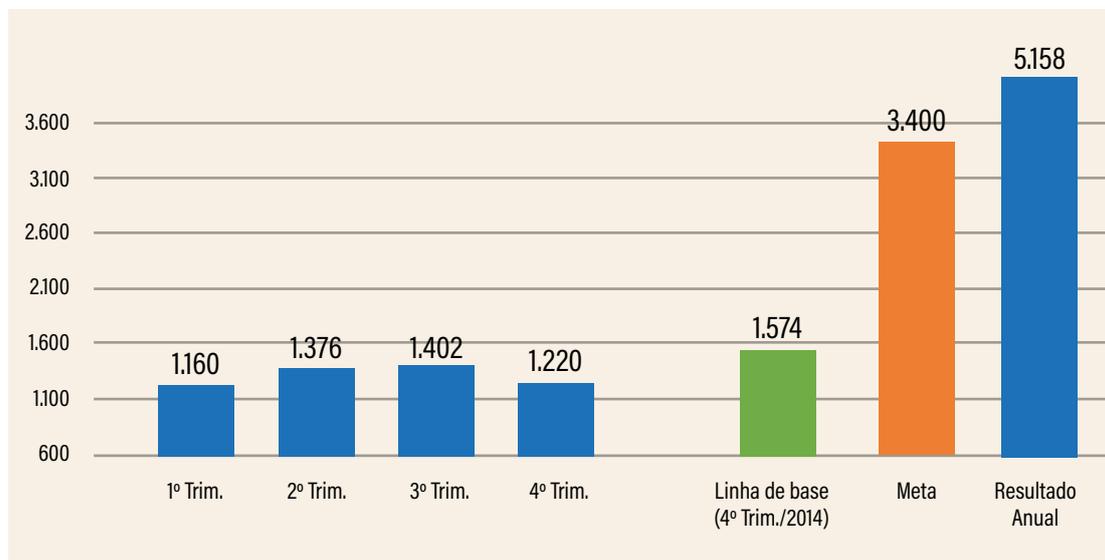
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de conhecimento foi estipulada a meta de 1.175 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Este indicador é, efetivamente, a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2023, somando-se os 4 trimestres, foram proferidas 1.274 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Fase de Conhecimento

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais



Análise geral:

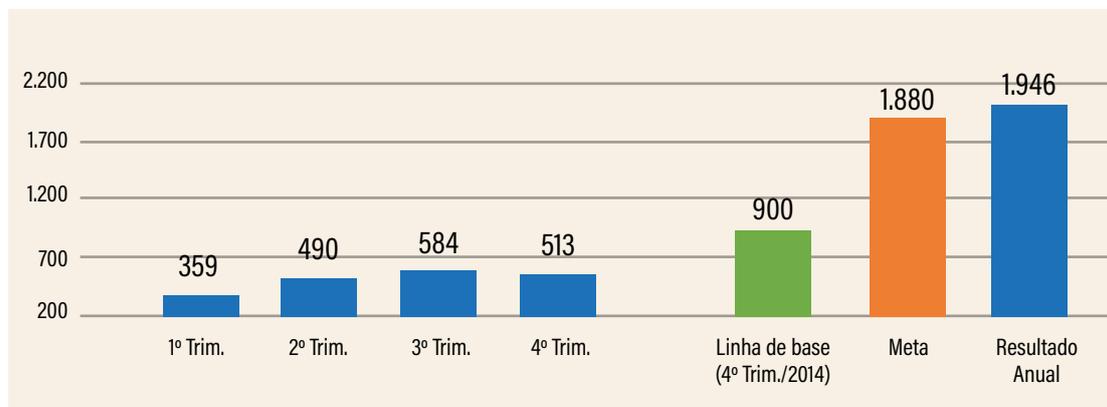
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos juizados na fase de conhecimento foi reajustada a meta para 3.400 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano das sentenças proferidas. No ano de 2023, somados os 4 trimestres, foram proferidas 5.158 sentenças/magistrado, superando a meta estipulada. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Turmas Recursais

Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais



Análise geral:

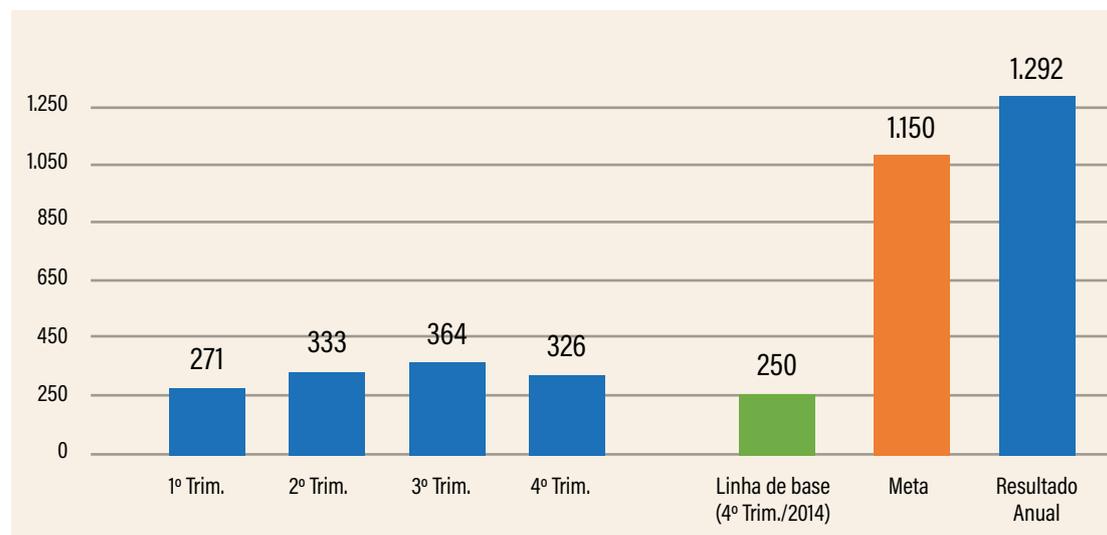
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes das turmas recursais, foram consideradas as decisões, tendo sido ajustada a meta para 1.880 decisões/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano das decisões proferidas, que em 2023 foram 1.946/magistrado. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

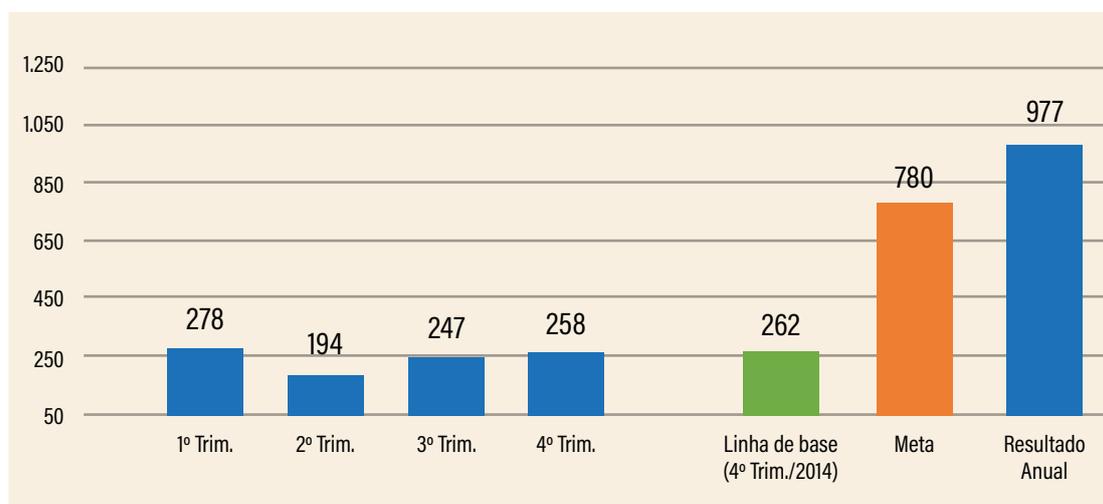
2º Grau

Produtividade do Magistrado no 2º Grau



Análise geral:

Este indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada Desembargador no 2º grau com a meta anual de 1.150 decisões por magistrado, cujo sentido de melhoria é “quanto maior, melhor”. Observa-se que até o momento, houve um total de 249.391 decisões (Dec2º), média de 1.292 decisões por Magistrado. META ALCANÇADA.

1º Grau (com execução fiscal) – Fase de Execução**Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL)****Análise geral:**

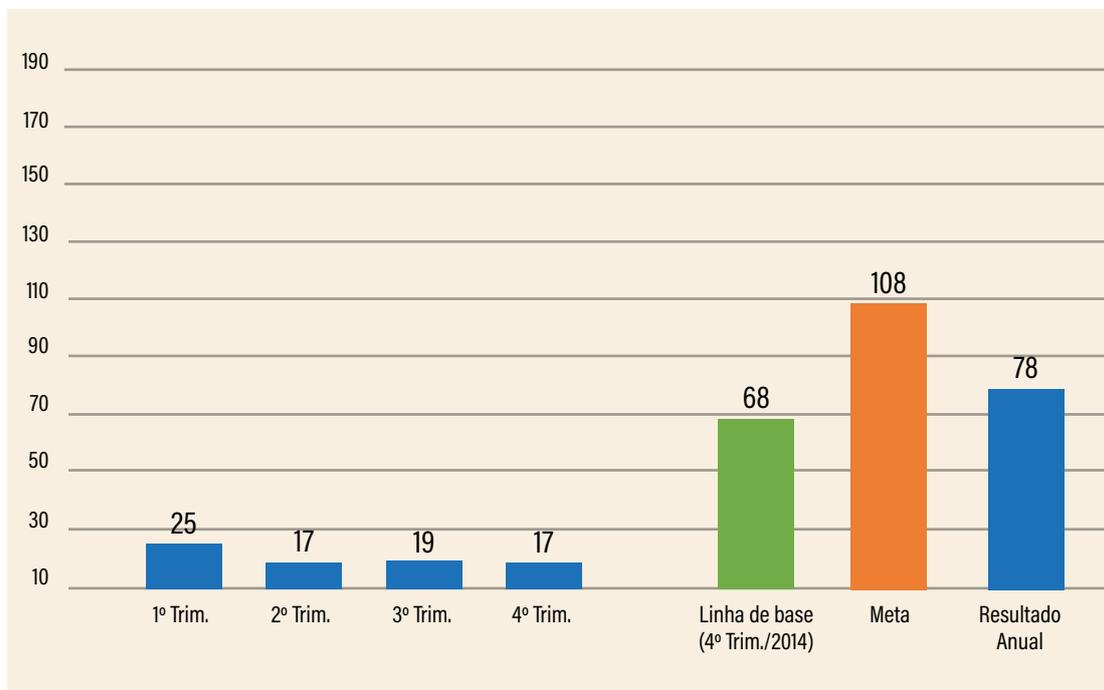
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de execução, incluindo a execução fiscal, foi estipulada a meta de 780 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Este indicador é, efetivamente, a totalização das sentenças proferidas ao final do ano, que em 2023 alcançou 977 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Fase de Execução

Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos juizados na fase de execução, foi reajustada para 108 a meta de sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”. Os valores de Sentença em execução nos Juizados Especiais são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos.

Este indicador é a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2023, somados os 4 trimestres, foram proferidas 78 sentenças/magistrado das 108 necessárias para cumprimento da meta. **META NÃO ALCANÇADA.**

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 1



FONTE: Painel de Estatística DataJud -

<https://https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 2

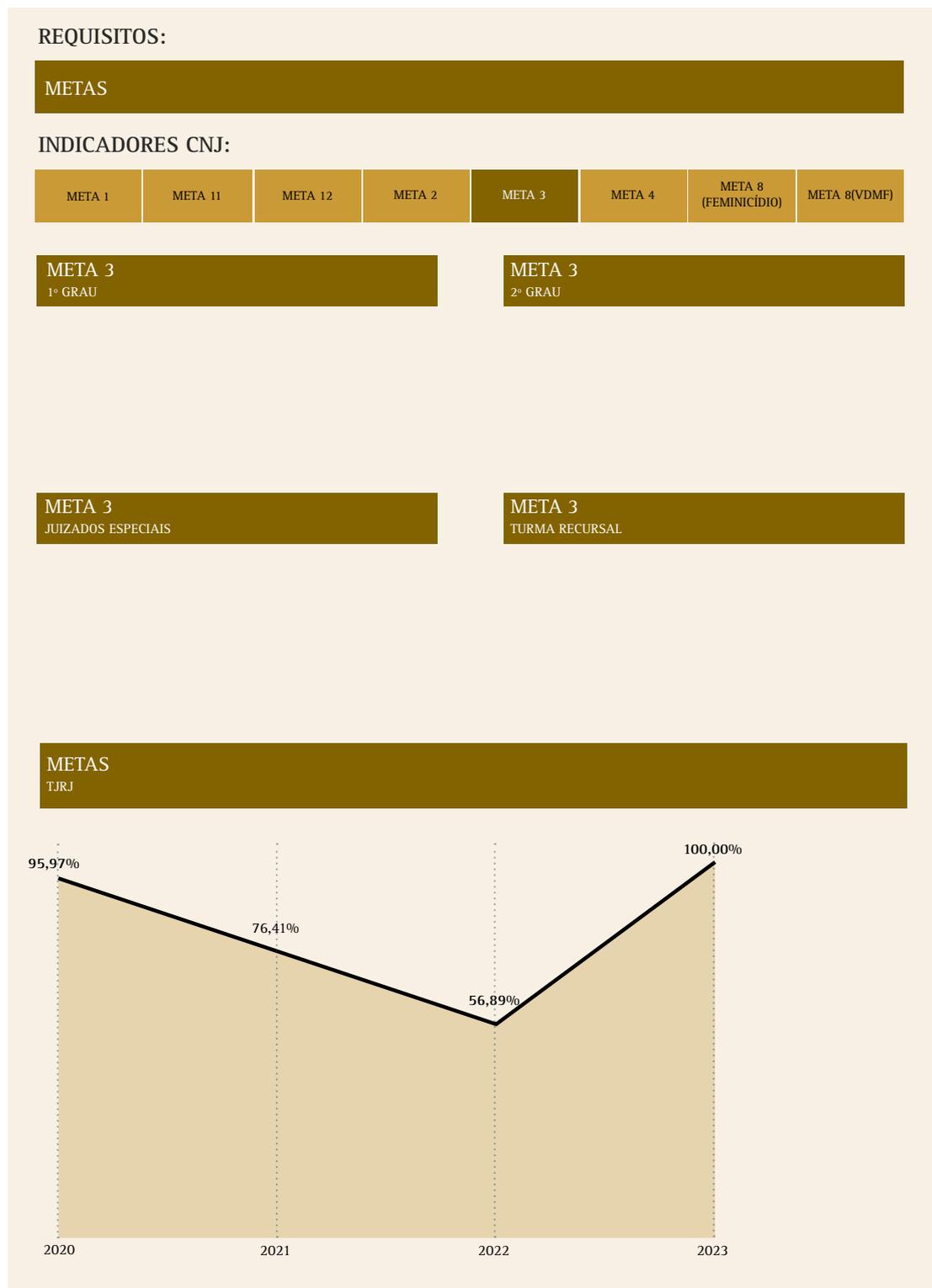


FONTE: Painel de Estatística DataJud -

<https://https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 3

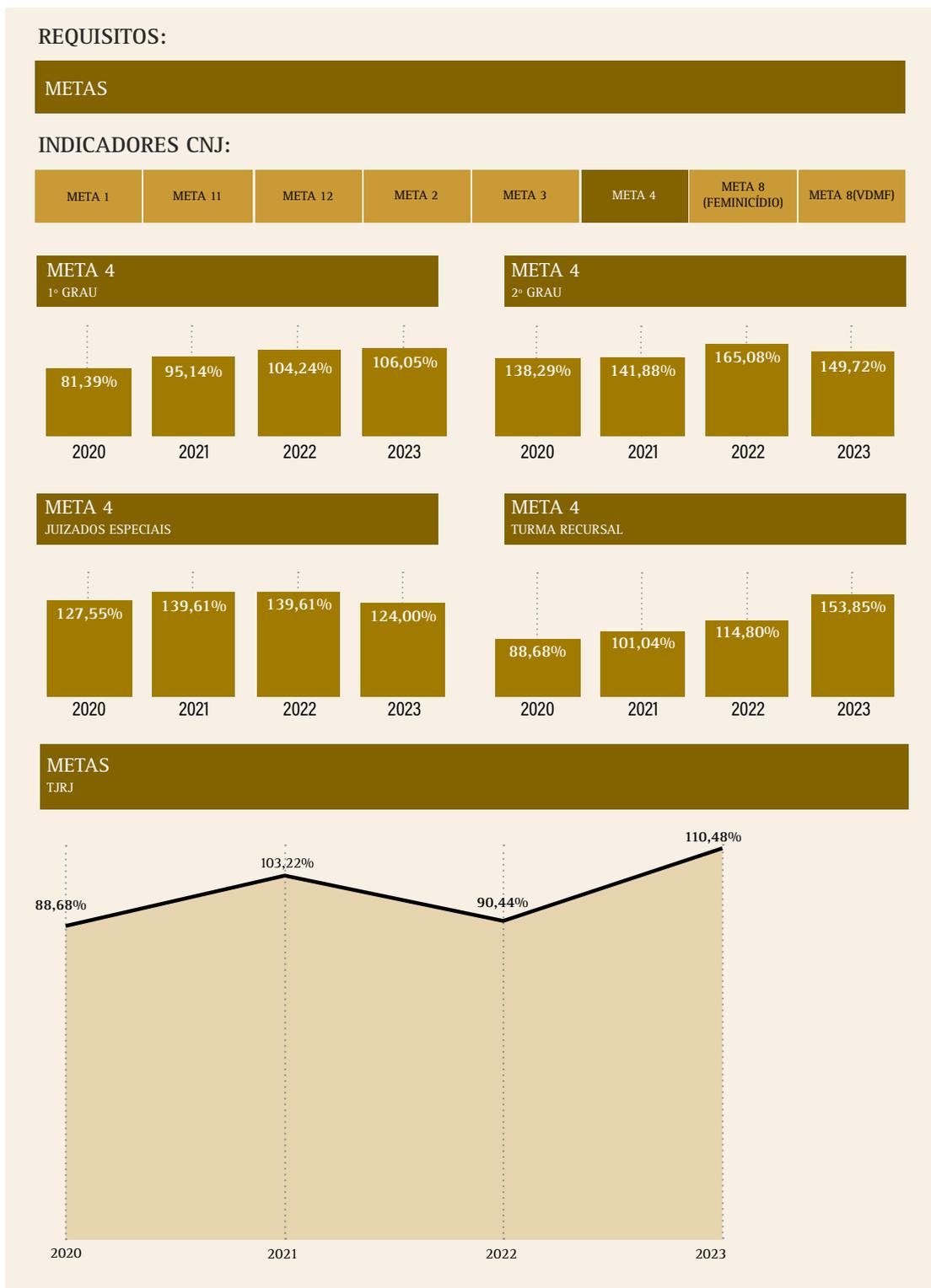


FONTE: Painel de Estatística DataJud -

<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 4

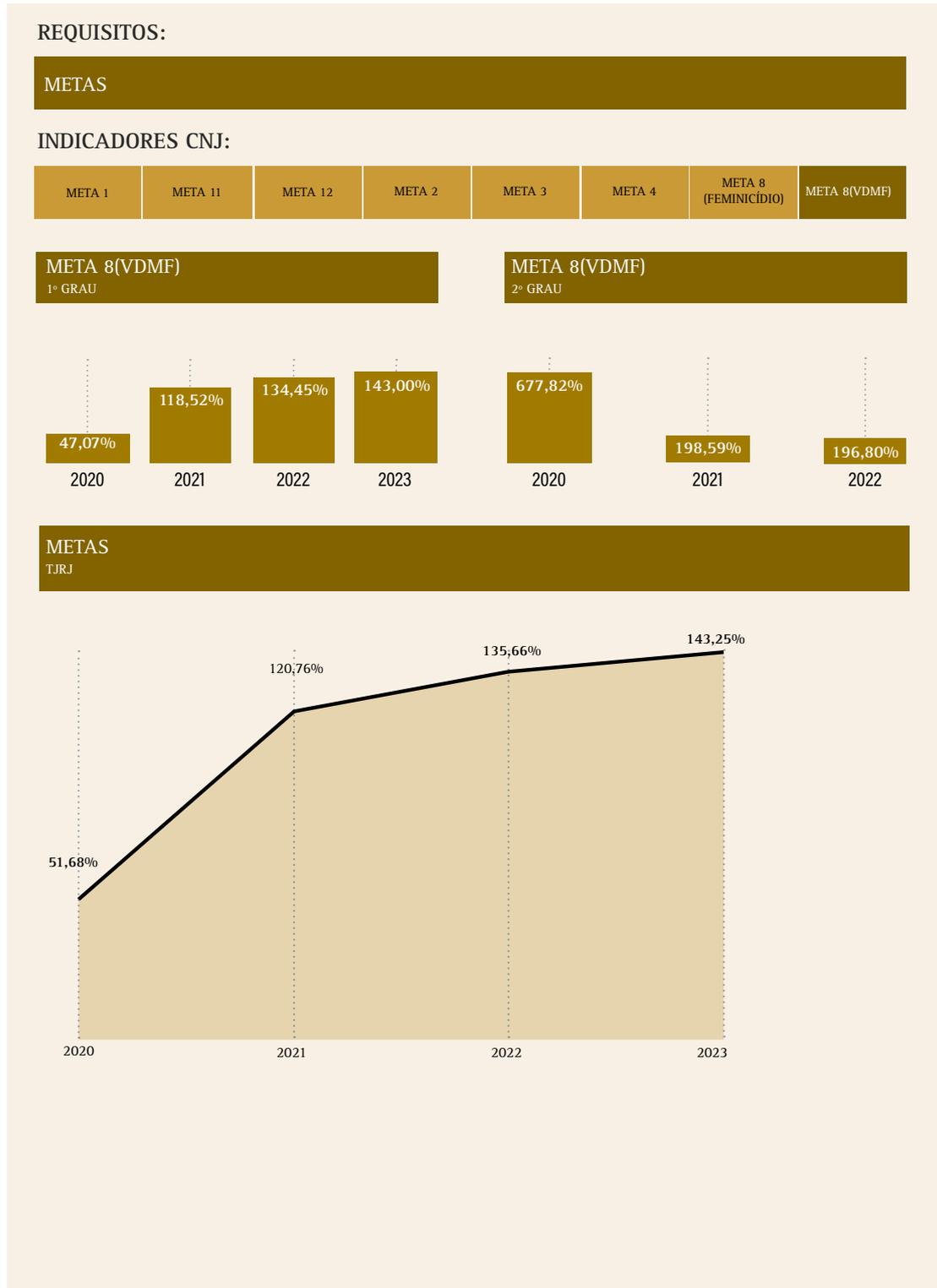


FONTE: Painel de Estatística DataJud -

<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 8 (VDMF)



FONTE: Painel de Estatística DataJud -

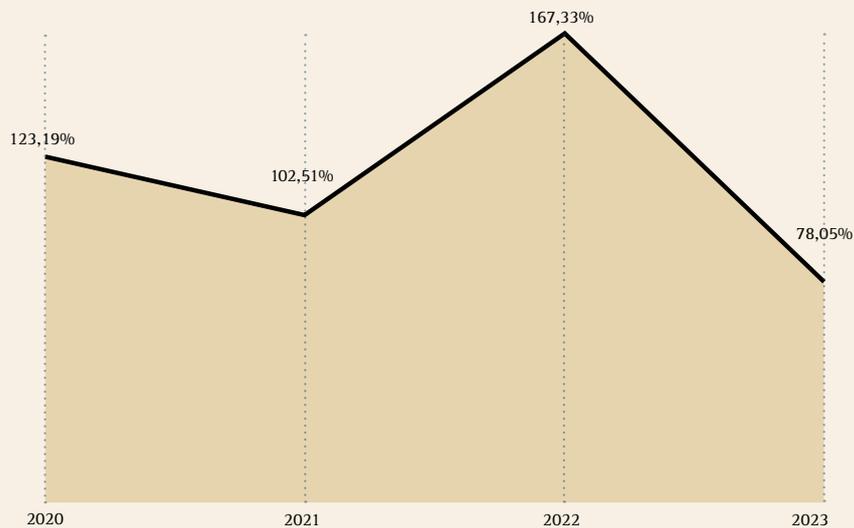
<https://https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

REQUISITOS:

METAS

INDICADORES CNJ:

META 1	META 11	META 12	META 2	META 3	META 4	META 8 (FEMINICÍDIO)	META 8 (VDMF)
--------	---------	---------	--------	--------	--------	----------------------	---------------

META 8(FEMINICÍDIO)
1º GRAUMETA 8(FEMINICÍDIO)
2º GRAUMETAS
TJRJ

FONTE: Painel de Estatística DataJud -

<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatistica.html>

Sistema Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: organização e competências

Comarcas	81	Regionais	14
----------	----	-----------	----

Câmaras	38
De Direito Público	8
De Direito Privado	22
Criminais	8

Total de Varas	527
Cível	198
Família	89
Criminal	87
Vara Única	37
1ª Vara	20
2ª Vara	20
Família, Infância, Juventude e Idoso	19
Fazenda Pública	17
Infância, Juventude e Idoso	14
Órfãos e Sucessões	9
Empresarial	7
Execuções Penais	1
Auditoria Militar	1
Infância e Juventude	1
Registros Públicos	1
Execuções e Medidas Socioeducativas	1
Vara Especializada em Organização Criminosa	3
Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas	1
Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente	1

Núcleos de Justiça 4.0	8
1º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
2º Núcleo de Justiça 4.0 – Futebol	1
3º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
4º Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Ambiental/Matéria Cível	1
5º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
6º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (Vara Cível)	1
7º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (JEC)	1
9º Núcleo de Justiça 4.0 – DETRAN	1

Juizados Especiais	149
Juizados Especiais Cíveis (73) e adjuntos (54)	127
Juizados Especiais Criminais (15) e adjuntos (1)	16
Juizado da Fazenda Pública	5
Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro (Adjunto)	1
Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM (03) e adjuntos (74)	77
Juizados de Violência contra a Mulher	11

Turmas Recursais	9
Cível	5
Criminal	2
Fazenda Pública	2
Turma de Uniformização	1

1ª Vice-Presidência

Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas pela 1ª Vice -Presidência:

- Em observância às modificações implementadas por este Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto à especialização de competências (Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023, Resoluções OE nº 01 e 03 de 2023), foram publicadas as Portarias 1VP nos 03 e 04 de 2023 criando rotinas para adequar a distribuição às novas diretrizes estabelecidas pelas Resoluções supracitadas. Destaca-se que os horários de distribuição passaram a figurar em Portaria própria;
- A Portaria 1VP nº 04/2023 manteve os mesmos horários de distribuição, apenas estabelecendo que nos horários de 15h e 16:30h somente serão distribuídos os agravos de instrumento e os demais feitos de natureza urgente;
- A Portaria 1VP nº 03/2023 manteve as mesmas diretrizes de trabalho da Portaria 1VP nº 01/20022, mantendo a celeridade na tramitação dos protocolos e distribuição dos feitos, apenas fazendo as devidas adequações e atualizações no que toca à especialização da matéria na forma da Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023 e das Resoluções OE nº 01 e 03 de 2023 ;
- Foi implementado um Plano de Ação junto à SGTEC visando solucionar com maior brevidade os problemas nos sistemas informatizados que ocasionam retardo na autuação e distribuição dos feitos. O contato é feito por um grupo composto pelas Diretorias do DECIV-1VP e técnicos da Informática pela plataforma TEAMS, com atendimento em tempo real. Com isso, conseguimos resolver com maior agilidade os problemas pontuais e alguns de forma definitiva;
- Foi mantida a criação de dias e horários adicionais de distribuição, especificamente para agilizar e garantir celeridade na distribuição dos acervos de processos de desembargadores eventualmente afastados ou aposentados recentemente. Neste ano de 2023, foram criadas as Portarias 1VP nos 01, 02 e 05 que dispuseram sobre a redistribuição de processos de relatoria de desembargadores aposentados, especificamente, da 12ª Câmara de Direito Privado e da 7ª Câmara de Direito Privado;
- Visando o aperfeiçoamento gerencial e dos servidores e/ou colaboradores que integram o Departamento de Autuação e Distribuição Cível (DECIV), foi ministrado o Curso de Atualização – Autuação e Prevenção Cível – realizado na ESAJ em abril de 2023, com turmas previstas para esse ano de 2024, com a atualização do Manual de Autuação. Além do que, mantemos reuniões periódicas com os servidores e colaboradores lotados na Divisão de Autuação para constantes atualizações;
- Por fim, diante do crescente número de protocolos a serem autuados e o quantitativo insuficiente de servidores e/ou colaboradores para atender a essa demanda, foram criados dois grupos de auxílio – GEAP. Ressalta-se que em 2022 foram distribuídos 178.317 processos e em 2023 chegamos a 205.651 processos, ou seja, 27.294 processos a mais do que no ano anterior.

3ª Vice-Presidência

Equipe Interdisciplinar

No início da gestão, implementou-se uma equipe interdisciplinar para auxiliar as unidades organizacionais da 3ª Vice-Presidência.

Redução de Acervo na Divisão de Comunicação Externa

Em continuidade ao trabalho de redução de acervo, foi realizado saneamento nos recursos que se encontravam aguardando julgamento nos Tribunais Superiores, cujas decisões remetidas em mídia física (CD-Rom) não haviam sido recebidas neste TJERJ.

Desse acervo, de 51.443 recursos em maio/2023, foi realizada análise individual dos processos, reduzindo o acervo para 41.429 recursos aguardando julgamento em dezembro/2023 no Superior Tribunal de Justiça, o que representa uma redução de 19,5%.

Já no Supremo Tribunal Federal, foram 1.525 decisões processadas no ano de 2023, restando um total de 308 processos pendentes de julgamento.

Manutenção no Tempo de Autuação dos Recursos/Agravos

O tempo médio de autuação de recursos/agravos encontra-se em 2,4 dias, mantendo a média alcançada na gestão anterior.

Redução no Tempo de Processamento dos Recursos/Agravos

O tempo médio de processamento de recursos foi reduzido de 31,6 dias (fevereiro/23) para 15,3 dias (dezembro/23) e o de agravos de 22,7 dias (fevereiro/23) para 10,1 dias (dezembro/23).

Implantação de Diretrizes com Foco na Melhoria da Prestação Jurisdicional

Visando à melhoria da gestão de recursos e produtividade dos servidores/colaboradores, passou-se a realizar reuniões periódicas de análise crítica com os diretores e chefes de serviço das divisões no âmbito do Departamento, objetivando a identificação de problemas que impactam a prestação jurisdicional.

Dessa forma, foi identificada a necessidade de aferição de produtos não conformes, tendo sido elaborada planilha de registro e controle, resultando em melhorias no processo de trabalho.

Desde a última medida de regularização, as intimações das decisões proferidas nos processos enviados à Divisão de Comunicação Externa são realizadas no dia seguinte ao seu recebimento, e os processos são remetidos às Cortes Superiores tão logo expire o prazo para interposição de embargos de declaração.

Representativos de Controvérsias

A 3ª Vice-Presidência indicou recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça, como representativos de controvérsias, visando à afetação de questões repetitivas no âmbito do TJRJ.

O Superior Tribunal de Justiça está avaliando a controvérsia 569 para possível afetação da seguinte questão: definição do critério adequado para aferir o valor de alçada de execução fiscal, envolvendo débitos da mesma natureza e tributo, para fins de cabimento do recurso de apelação.

Em dezembro de 2023, foram selecionados quatro recursos extraordinários como representativos de controvérsia para fins de afetação, pelo Supremo Tribunal Federal, de duas questões: (i) dever dos entes federados de promover a disponibilização de transporte especial e/ou individual a pacientes portadores de doença entre sua residência e o local de tratamento (processos 0145483-97.2016.8.19.0001 e 0210987-50.2016.8.19.0001); (ii) reafirmação de jurisprudência para formação de tema em repercussão geral quanto à constitucionalidade do Fundo de Equilíbrio Fiscal (FEEF) e Fundo Orçamentário Temporário (FOT) (processos 0095677-54.2020.8.19.0001 e 0123370-13.2020.8.19.0001). Os recursos indicados ainda estão em tramitação para remessa ao STF.

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça afetou a controvérsia oriunda do TJRJ ao Tema 1225 para decidir: (i) Tema principal: possibilidade de redirecionamento da execução a pessoa jurídica de direito público, em razão da insolvência de concessionária de serviço público, ainda que aquela não tenha participado da fase de conhecimento e não conste do título executivo judicial; (ii) Tema subsidiário: termo inicial do prazo prescricional quinquenal para fins de redirecionamento da execução contra o ente público.

Inteligência Artificial

Em 25/02/2021, foi solicitada ao Presidente do TJRJ a celebração de convênio de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de desenvolver e transferir tecnologia voltada à Inteligência Artificial e visando ao aprimoramento dos fluxos de processos judiciais, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à Justiça.

Assim, como o novo sistema interno EPROC, contratado pela atual gestão presidencial, o sistema de inteligência artificial está em fase de testes na Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados – SGTEC.

Com esse sistema de inteligência artificial, será possível realizar buscas por núcleos determinados, o que, por certo, representará importante avanço para a execução das atividades da 3ª Vice-presidência, seja na realização de juízo de admissibilidade, seja para a indicação de representativos de controvérsia.

Ajustes nos Processos Sobrestados no Tema 6

Foi realizado acordo, com a PGE, para tratamento dos recursos sobrestados no Tema 6 do STF, que trata do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo poder público. Por conta da análise da permanência do interesse processual, o NUGEPAC conseguiu reduzir o montante de recursos sobrestados, que era de 6.718 para 3.307 recursos. Na maioria deles, houve manifestação de desistência do recurso por parte do Estado do Rio de Janeiro.

Concluídos

1- Termo de cooperação técnica celebrado pela terceira vice-presidência com a procuradoria geral do estado do rio de janeiro para processamento diferenciado de demandas repetitivas envolvendo a administração pública estadual, em virtude de acordo, visando à redução dos litígios judiciais de que a fazenda pública estadual seja parte.

2- Implementação da central de indexação da 3ª vice-presidência;

Em andamento

1. Projeto de expansão, aos demais municípios do estado do rio de janeiro, de termos de cooperação técnica específicos, com objetivo de firmar pactos de interesse mútuo, visando à execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, dos qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

2. Elaboração de painel de dados da 3ª vice-presidência, a fim de extrair do sistema as estatísticas e números referenciais de modo automatizado.

3. Avançados estudos para promover a consolidação, a revisão e a atualização de todos os atos normativos da terceira vice-presidência.



8 Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios



8. Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Projeto de Melhoria na Interface do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

O novo portal do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes foi disponibilizado em novembro de 2023, contendo uma apresentação mais moderna, com facilidades para a utilização do usuário e informações atualizadas sobre o andamento dos precedentes do TJRJ (IRDR e IAC).

Adequação do Acervo dos Processos Sobrestados

- Concentrou-se o acervo dos processos sobrestados no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP.
- Foram encaminhados para digitalização e posterior indexação cerca de 2826 processos (5191 recursos).
- Também são realizadas checagens periódicas dos recursos sobrestados, com a finalidade de manter íntegras as informações, além da retomada de andamento daqueles cujas teses foram definitivamente definidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- No início desta gestão (fevereiro de 2023), o NUGEPAC possuía 26.544 recursos sobrestados em temas do STF e 35.133 recursos vinculados a temas do STJ. Em 31/12/2023, o NUGEPAC apresentou 23.353 recursos sobrestados por temas do STF e 36.984 recursos por temas no STJ. O aumento junto ao STJ decorreu da afetação de cerca de 40 controvérsias no ano de 2023.
- Foram sobrestados, durante o ano de 2023, 4.263 recursos extraordinários e 3.009 recursos especiais.

NUGEPAC/RJ

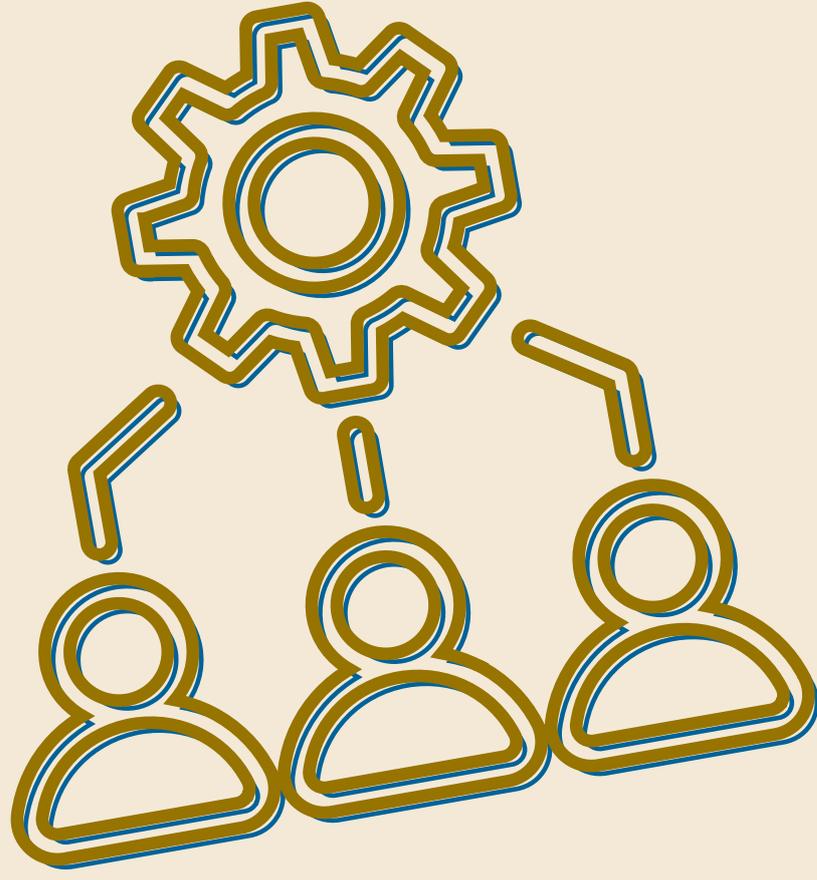
- Ato Executivo 40/2023 - Dispõe sobre a integração do Núcleo de Ações Coletivas ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, além da respectiva comissão gestora no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- A criação do NUGEPAC/RJ (NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS) visou a reorganização dos núcleos de gerenciamento de precedentes - NUGEP e de ações coletivas - NAC, além da própria comissão gestora de precedentes, para otimização das estruturas de forma a incrementar a prestação jurisdicional e a gestão dos precedentes qualificados e das ações coletivas.
- O NUGEPAC/RJ é responsável pela gestão da sistemática dos precedentes qualificados previstos no Código de Processo Civil de 2015 - repercussão geral, recursos

repetitivos, incidente de assunção de competência e incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como pela promoção do fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

Boletim Informativo

- Os boletins informativos (<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/precedentes/nugepac/boletim-informativo>) são produzidos pela equipe do NUGEPAC – Terceira Vice Presidência e condensam os movimentos processuais ocorridos nos recursos paradigmáticos vinculados ao sistema de precedentes judiciais, no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Os boletins são divulgados de forma bimestral e indicam a afetação, a publicação dos acórdãos e as datas de trânsito em julgado das teses fixadas em repercussão geral (STF), recursos repetitivos (STJ) e IRDR/IAC (TJRJ).

- Boletim Nugep - Apresentação
- Boletim Nugep 01 (01/01/2020 a 31/10/2020)
- Boletim Nugep 02 (01/11/2020 a 30/11/2020)
- Boletim Nugep 03 (01/12/2020 a 31/12/2020)
- Boletim Nugep 04 (01/01/2021 a 31/01/2021)
- Boletim Nugep 05 (01/02/2021 a 31/03/2021)
- Boletim Nugep 06 (01/04/2021 a 15/07/2021)
- Boletim Nugep 07 (01/08/2021 a 30/09/2021)
- Boletim Nugep 08 (01/10/2021 a 30/11/2021)
- Boletim Nugep 09 (01/12/2021 a 31/01/2022)
- Boletim Nugep 10 (01/02/2022 a 26/04/2022)
- Boletim Nugep 11 (27/04/2022 a 30/06/2022)
- Boletim Nugep 12 (01/07/2022 a 31/08/2022)
- Boletim Nugep 13 (01/09/2022 a 30/11/2022)
- Boletim Nugepac 14 (01/12/2022 a 15/04/2023)
- Boletim Nugepac 15 (16/04/2023 a 30/05/2023)
- Boletim Nugepac 16 (01/06/2023 a 31/07/2023)
- Boletim Nugepac 17 (01/08/2023 a 30/09/2023)



9. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária



9. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária

A Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) foi criada no 1º. Semestre de 2023, tendo sua composição e atribuições definidas nos arts. 280 e 281 da Resolução TJ/OE nº 04/2023. As atividades antes dispersas em vários departamentos foram concentradas num órgão cujo objetivo é apoiar o planejamento estratégico e coordenar os planos e modelos de gestão aprovados pela Administração Superior para serem adotados pelo Tribunal de Justiça.

Sua estrutura é formada por:

- Gabinete

- Departamento de Governança e Planejamento Estratégico – DEGEP:
 - * Divisão de Governança e Projetos Estratégico:
Serviço de Governança e Apoio ao Planejamento Estratégico e Serviço de Coordenação de Projetos Estratégicos;
 - * Divisão de Apoio à Gestão:
Serviço de Apoio à Gestão por Processos e Serviço de Apoio à Gestão por Resultado.

- Departamento de Informações Gerenciais – DEIGE:
 - * Divisão de Coleta e Tratamento de Dados:
Serviço de Extração de Informações Estatísticas;
 - * Divisão de Análise de Indicadores:
Serviço de Análise e Cadastro de Informações Gerenciais.

- Departamento de Inovação e Desenvolvimento – DEIND:
 - * Laboratório de Inovação IdeaRio:
Serviço de Prospecção e Soluções;
 - * Divisão de Desenvolvimento Estratégico:
Serviço de Aplicação de Projetos e Ferramentas de Inovação.

- Departamento de Compliance e Gestão de Risco – DEGER:
 - * Divisão de Compliance e Integridade Institucional:
 - * Serviço de Gestão de Risco e Serviço de Compliance.

Dentre as principais realizações no ano de 2023, destacam-se:

- Publicação de oito Atos de Governança: Institucional, Gestão da Inovação, Gestão de Risco, Estratégia, Contratação, Tecnologia da Informação e Comunicação, Sustentabilidade, Proteção de Dados Pessoais;
- Publicação das Normas de Conduta e Diretrizes Éticas aplicadas ao NAI e aos Contratos e Licitações;

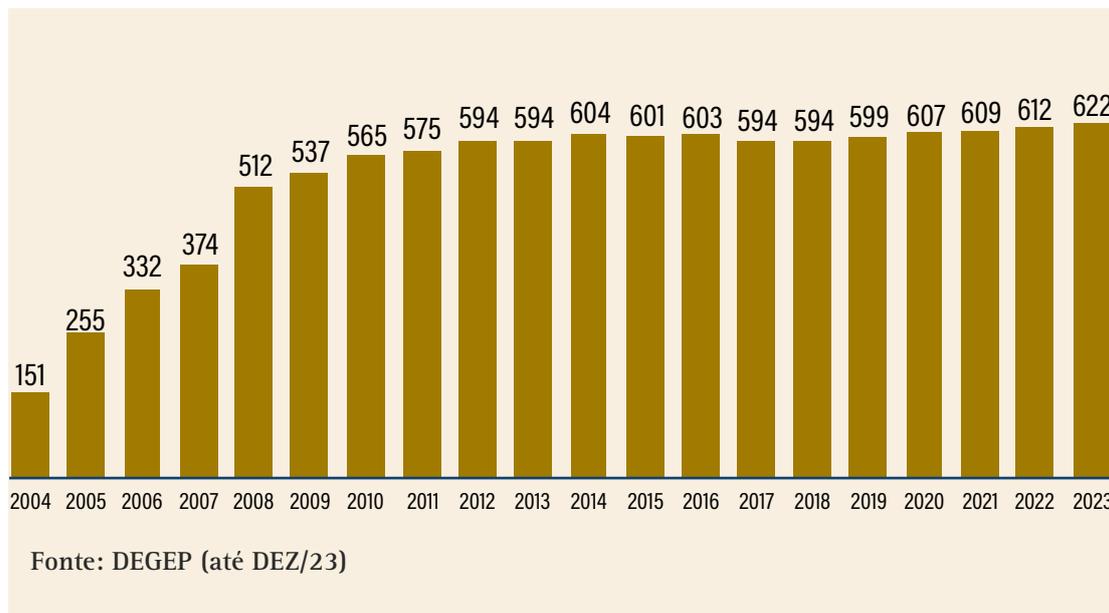
- Publicação da Cadeia de Valor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão, com publicação do ícone na página eletrônica do TJRJ;
- Divulgação do Manual para Construção de Indicadores;
- Curso de formação de laboratoristas através da oficina de “design thinking”;
- Formalização de convênio com o Município de Areal para instalação do Ponto de Inclusão Digital (PID) e abertura de processo SEI para assinatura de convênio com o Município de Comendador Levy Gasparian para instalação do segundo PID do TJRJ em outra Comarca;
- Publicação do Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 23/2023, sobre a disponibilização de acesso às informações pertinentes aos sistemas informatizados administrativos e judiciais de 1ª. e 2ª. Instância para elaboração de painéis estatísticos pelo DEIGE;
- Mapeamento dos processos de trabalho com tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD. A SGGIC foi escolhida como primeira unidade a ser mapeada;
- Elaboração do RIGER Anual pelo novo modelo implementado pelo DEGEP;
- Elaboração de minuta do Protocolo de intenções para criação de um Banco Nacional de Linguagem Simplificada e Imagens do Poder Judiciário, reunindo, até agora, mais de 50 órgãos do Poder Judiciário.

Gestão de processos – Rotinas administrativas (RAD)

As rotinas administrativas (RADs) são resultado do mapeamento dos diversos processos de trabalho do TJRJ, documentando-os detalhadamente. As RADs permitem a compreensão de cada etapa do processo, interações com outras áreas, padronização do procedimento a ser executado, transparência, treinamento de novos servidores, uso dos processos modelados como base para a construção de sistemas computadorizados, estudos para automação de sistemas de gestão, criação e mensuração de indicadores das atividades para melhor monitoramento e controle dos processos de trabalho da Instituição.

Até dezembro de 2023, o TJRJ somava 622 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas, o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos e Planos de Atividades Detalhadas, formam um acervo de 1.755 documentos. O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da Instituição, desde a sua implantação.

Acervo Anual de RADs do PJERJ



Em 2023, destacam-se:

- * Elaboração e implementação de novo modelo de RAD, mais resumido e com aparência mais amigável, visando estimular a utilização do documento.
- * 10 unidades do PJERJ têm RADs elaboradas ou revisadas no novo modelo.
- * Desenvolvimento do Plano de Atividades Detalhadas (PATs), instrumento de apoio às rotinas administrativas nos quais são descritas, em sequência, as tarefas de determinado processo de trabalho, oferecendo ao usuário informações adicionais e detalhadas sobre a atividade que ele realiza.
- * Elaboração e publicação da primeira RAD dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).
- * Elaboração e publicação da RAD que trata da atualização do Portal das Turmas Recursais e Turmas de Uniformização.
- * Mapeamento, elaboração e publicação de RADs relativas a processos de trabalho desenvolvidos pela Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), criada pela Resolução TJ/OE 04/2023.
- * Mapeamento, elaboração e publicação de RADs referentes a processos de trabalho realizados pela Secretaria-Geral de Administração (SGADM), criada pela Resolução TJ/OE.
- * Conclusão do mapeamento de todos os processos de trabalho do Museu da Justiça, com vistas à certificação pela NBR ISSO 9001.
- * Desenho de fluxos As Is de processos de trabalho da SGTEC visando ao desenvolvimento de melhores práticas de gestão.
- * Desenho de fluxo As Is de processo de trabalho do Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial objetivando celeridade processual e redução de acervo.

Gestão de resultado – Sistema de gestão de Qualidade – ISO 9001

O Tribunal de Justiça mantém 13 unidades certificadas pela NBR ISO 9001 que auxilia para uma melhor forma de gerenciamento de seus recursos tendo como principal objetivo identificar e atender as necessidades de seus clientes e atingir os resultados planejados.

Abaixo, segue a relação das unidades certificadas com posição em dezembro de 2023:

Unidades com Certificação ISO - 9001	
Vice-Presidência	1. 01VP/DECIV
Escolas	2. EMERJ
	3.ESAJ
Secretaria-Geral	4. SGCOL
Departamentos	5. DEDEP
	6.DEGEA
	7. DEGEP
	8. DEIOP
	9. DESEP
	10. DECON
Câmaras Cíveis	11. 03CPUB
	12. 03CPRIV
Gabinetes	13. DES NAGIB

Os sistemas de gestão são avaliados por auditorias, uma forma de aferir a efetividade dos sistemas adotados pelo Tribunal. Permitem identificar o grau de eficiência da própria operação e, também, identificar oportunidades de melhoria. Nos sistemas de gestão certificados de acordo com a norma ISO 148 9001, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e as internas conduzidas pela empresa Naturalle.

Em relação aos contratos acima citados, foi elaborado o aditivo para o contrato de auditoria interna de gestão com o objetivo do aumento de homem/dia (H/D) para atender a necessidades de realização das auditorias do PJERJ e foi prorrogado o contrato de auditoria externa.

Considerando o número reduzido de auditores internos para realizarem auditoria no PJERJ e a necessidade de novos olhares e novas ideias referentes a manutenção da certificação NBR ISO 9001, foram realizadas entrevistas com 7 auditores de gestão indicados pela empresa Naturele para atuar nas auditorias internas de certificação do PJERJ. Destes, três já participaram como auditor-líder.

No ano de 2023 foram realizadas 20 auditorias internas e 14 auditorias externas, com o objetivo de verificar a conformidade com a Norma ISO 9001, com gasto de R\$ 86.967,00 para auditoria externa e R\$ 71.543,00 para auditoria interna, perfazendo um total de R\$ 158.510,00.

Em relação a certificação ISO, o ano se encerra com a possibilidade de mais uma unidade certificada, o Museu de Justiça, que passou por auditoria interna em dezembro com previsão de certificação para abril de 2024.

Finalizando a gestão de resultados, foram realizados apoios para a elaboração da indicadores gerenciais para a SGCOL, SGLOG, SGPCF, SGGIC E NAI para a confecção da árvore de indicadores.

Inovação e Desenvolvimento Estratégico

O Departamento de Inovação e Desenvolvimento (SGGIC-DEIND) foi criado em 03/02/2023, com a publicação da nova estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Resolução TJ/OE nº 4/2023, art. 297 a 302).

O DEIND é composto pelo Laboratório de Inovação IdeaRio e pela Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) e tem como objetivo elaborar e implementar soluções originais para os problemas do TJRJ (identificados pelo Departamento ou solicitados por uma unidade) através do processo inovador, sejam elas incrementais ou disruptivas.

Projetos de inovação já implementados

- **Banco de Boas Práticas das Unidades Judiciais e Administrativas da 2ª Instância**

O Banco de Boas Práticas reúne experiências e atividades realizadas pelos servidores e gestores das unidades judiciais e administrativas que, através de enfoques simples e inovadores, geram alto impacto no desempenho das tarefas. O objetivo do projeto é que tais práticas sejam reconhecidas pelo Tribunal sob os prismas da eficiência, eficácia, celeridade, qualidade, inovação e praticidade, para, posteriormente, serem compartilhadas e replicadas/adaptadas pelas demais unidades do Tribunal.

Assim, com essa troca de conhecimento, há uma capacitação dos funcionários, com a aquisição de novos saberes, e a criação de um ambiente institucional de aprendizado contínuo em busca da excelência do serviço. Além disso, gera-se uma maior satisfação ao usuário final, melhoria da percepção do cidadão acerca da instituição e troca de experiência entre os demais Tribunais.

Ao longo de 2023, foram publicadas 21 (vinte e uma) Boas Práticas das unidades judiciais e 42 (quarenta e duas) Boas Práticas Administrativas, todas da 2ª instância, no Diário da Justiça Eletrônico. Ambos os Bancos de Boas Práticas constam no link <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/projeto-banco-de-boas-praticas>.

O Banco de Boas Práticas é periodicamente atualizado, através da incorporação das novas práticas que são recebidas.

Banco de Boas Práticas das Unidades Judiciais da 2ª Instância

EIXOS TEMÁTICOS
clique nos títulos para acessar a prática

GESTÃO PROCESSUAL

- 1 • Correlacionar previamente as peças das memorandas e ofícios
- 4 • A estratégia de criar modelos padronizados de documentos, para uso para pareceres, pedidos e elaborações dos expedientes pelos funcionários
- 5 • Ativar intencionalmente que possam ocasionar o retorno de um processo do estado de julgamento
- 7 • Separar todas as petições de recursos especiais e extraordinários em um só local
- 10 • Estabelecer uma rotina de frequente checagem das letras em transição na Câmara
- 12 • O primeiro passo para o tratamento eficiente das não conformidades
- 13 • Estabelecer um procedimento de reunião prévia das informações e pontos principais levantados no acórdão
- 16 • A distribuição de tarefas de forma compartilhada nas atividades permite ao gestor destacar os servidores para atuar nos demais processos
- 17 • Estabelecer um acompanhamento mais atento às conclusões e às devoluções dos processos com voto viciado, voto vencido ou designação de novo relator
- 20 • Agilidade no trâmite processual
- 21 • Acompanhamento de processos sigilosos

SUSTENTABILIDADE

- 8 • Pequenas medidas como incentivar a impressão das folhas de papel em frente e verso

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 2 • A utilização de pastas compartilhadas no computador
- 6 • A estratégia de concentrar as informações que guardem pertinência com as atividades da unidade
- 11 • A utilização do plataforma Teams viabiliza a participação a distância de advogados em sessões de julgamento presenciais
- 15 • A estratégia de cumprir as legislações, as atas oficiais e as publicações que regem os quadros de pendência com as atividades da unidade

GESTÃO DE PESSOAS

- 3 • A prática de verificar periodicamente com os funcionários o retorno de informações relevantes e atualizadas referentes ao desempenho de suas atividades
- 9 • A capacitação dos funcionários para a prática das diferentes atividades realizadas dentro da unidade
- 14 • O aperfeiçoamento das relações interpessoais é importante para que todos os funcionários concorram suas atividades da maneira adequada
- 18 • A avaliação contínua do desempenho
- 19 • A promoção de iniciativas como o celebração das aniversários da equipe e o comemoração em datas festivas

Banco de Boas Práticas das Unidades Administrativas da 2ª Instância

Para acessibilidade digital de todos clique aqui e acesse o descritivo >>>

EIXOS TEMÁTICOS
clique nos títulos para acessar a prática

GESTÃO DE PESSOAS

- 1 • Incentivação da equipe com metas e benefícios
- 6 • Capacitação dos integrantes da equipe por meio de cursos, palestras, seminários e fóruns
- 10 • Prática de promover e incentivar a comunicação entre os membros da equipe
- 11 • Livre acesso a qualquer chefe, diretor ou secretário
- 12 • Compartilhamento de informações e experiências por meio de reuniões com os gestores
- 13 • Realização de rodízios entre os membros da equipe a fim de disseminar o conhecimento
- 14 • Promoção de um ambiente harmônico
- 16 • Desenvolvimento do trabalho em equipe
- 18 • Uso de ferramentas de compartilhamento
- 19 • Utilização de brainstorming como ferramenta de trabalho
- 25 • Uso da prática do Feedback

RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACESSIBILIDADE

- 21 • Uso da linguagem de libras em eventos
- 24 • Desenvolver ações voltadas à inclusão social
- 28 • Desenvolver ações voltadas ao bem-estar da sociedade

GESTÃO PROCESSUAL

- 17 • Padronização de modelos de documentos nos Processos Administrativos Eletrônicos (PAE)
- 22 • Produtos Não Conformes (PNC)

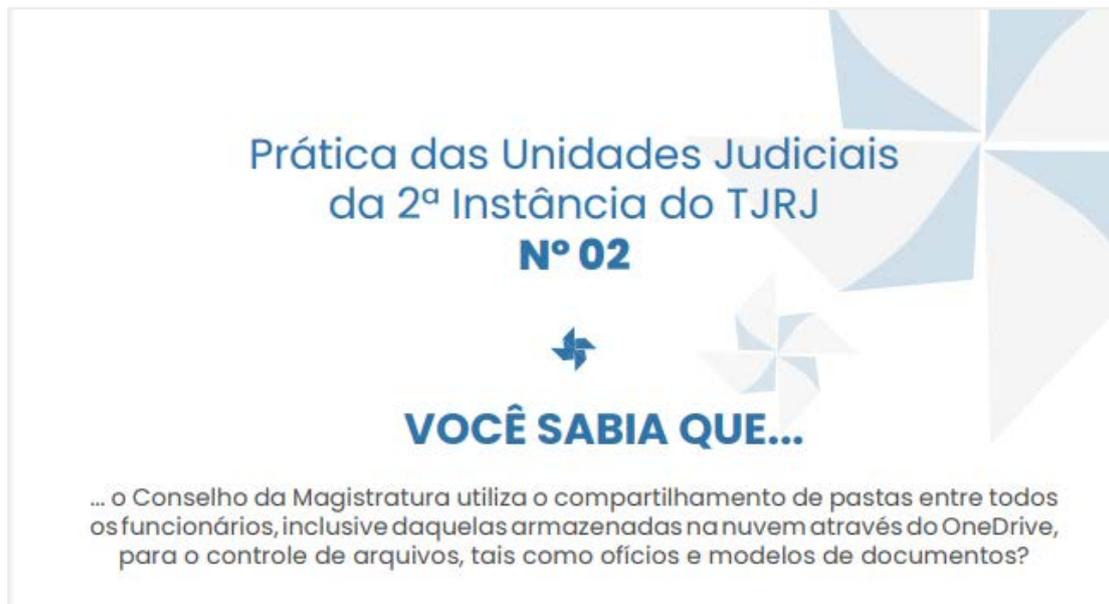
22 • Desenvolvimento da relação com órgãos externos

24 • Uso da escuta ativa

Dicas de Boas Práticas

O Programa Dicas de Boas Práticas disponibiliza as práticas, que constam no Banco de Boas Práticas, através do sistema eJUD, diariamente, sendo alteradas semanalmente. Todos que acessam o sistema visualizam as boas práticas, através de pequenas mensagens, divulgadas de forma resumida e podem consultá-las, na íntegra,

no site do TJRJ. A utilização desta ferramenta tem como objetivo, além de possibilitar uma melhora na prestação jurisdicional, inspirar outros gestores e servidores a implementarem novas práticas em suas unidades judiciais e encaminharem as que praticam para poderem ser replicadas.



O e-mail deind.dides@tjrj.jus.br e o telefone (21) 3133-7136 foram disponibilizados no sítio eletrônico a todos os interessados em comunicar suas ações, ideias e projetos ao TJRJ. E assim, também foram recebidos e-mails das unidades cartorárias e executoras de mandados que, espontaneamente, encaminharam boas práticas adotadas em suas unidades para serem analisadas.

- **Selo de Boas Práticas das Unidades Administrativas e Judiciais da 2ª Instância**

O Prêmio, criado e regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2023, busca incentivar o fomento e a disseminação de práticas que contribuam para a melhoria da prestação jurisdicional reconhecendo e premiando as iniciativas adotadas pelas unidades judiciais e administrativas, que promoveram o aprimoramento das suas rotinas de trabalho.

A premiação se difere de todas as demais realizadas no Poder Judiciário, porque não visa escolher a melhor prática, mas premiar todas as unidades que comprovaram suas práticas conforme determinado no Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 20/2023.

Com esta iniciativa, 10 unidades judiciárias da 2ª instância foram premiadas pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o Selo de Boas Práticas - ano 2023, na solenidade realizada em 29/11/2023.

Com o Selo Prática Inovadora foram premiadas a Secretária-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL) e Secretaria-Geral de Administração (SGADM).

Com o Selo Excelência, foi premiada a 7ª Câmara Criminal, com 14 boas práticas comprovadas.

Com o Selo Ouro, com 06 (seis) ou mais boas práticas comprovadas, foram premiados: Gabinete da Secretaria-Geral Judiciária, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura (SGJUD-DECON), Departamento de Processos do Tribunal Pleno do Órgão Especial (SGJUD-DETOE), Secretaria da 3ª Câmara Criminal, Secretaria da 7ª Câmara Criminal, Secretaria da 3ª Câmara de Direito Público e Secretaria da 6ª Câmara de Direito Público.

Com o Selo Prata, com 04 (quatro) ou 05 (cinco) boas práticas comprovadas, foram premiados: Divisão de Suporte às Sessões (SGJUC-DISES) e Departamento de Processos das Seções de Direito Público, de Direito Privado e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas (SGJUD-DEPSE).

Com o Selo Bronze, com 02 (duas) ou 03 (três) boas práticas comprovadas, foi premiada a Divisão de Processos Judiciais – SGJUD-DIPJU.

**Entrega do Prêmio
Selo de Boas Práticas
do Tribunal de Justiça do
Estado do Rio de Janeiro**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Des. Ricardo Rodrigues Cardozo e o Corregedor-Geral da Justiça, Des. Marcus Henrique Pinto Basílio, convidam Vossa Excelência para a solenidade de outorga do Prêmio Selo de Boas Práticas, a ser realizada no dia 29 de novembro, às 16h, no auditório Des. José Navega Cretton, no 7º andar da Lâmina I do Palácio da Justiça, Rua Dom Manuel, s/n, Centro, RJ.

Confirmação de presença:
decev.dieve@tjrj.jus.br | Telefone: 21 3133-2349

2023

• Linguagem Simples Para o Cidadão

Em razão de dados como ‘3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais’ (Inaf, 2018) e ‘65% dos cidadãos consideram a linguagem jurídica de difícil entendimento’ (CNJ, 2023), criamos o projeto Linguagem Simples para o Cidadão, que abordou as várias frentes abaixo apresentadas:

Ao desenvolver manuais de linguagem simples, um dicionário jurídico e promover cursos e palestras sobre o tema, o tribunal investe na capacitação da equipe, promovendo o aprimoramento das competências institucionais relacionadas à comunicação eficaz e ao entendimento das necessidades da sociedade.

Manual da Linguagem Simples e Manual Prático da Linguagem Simples

A criação do Manual da Linguagem Simples e sua versão reduzida, o Manual Prático da Linguagem Simples, tem como objetivo facilitar o entendimento da comunicação do judiciário destinada ao cidadão. Traz recomendações como a não utilização de siglas sem explicação, evitar palavras estrangeiras, do texto excessivamente formal e do uso do “juridiquês” (linguajar excessivamente técnico e rebuscado), dentre outros. Sugerimos ainda a utilização de algumas ferramentas tais como palavras simples, frases curtas e elementos visuais, propiciando uma comunicação clara, objetiva, acessível e inclusiva.

Conseqüentemente, a barreira de comunicação entre o judiciário e a população diminui, gerando um aumento da transparência e da confiança no sistema judiciário. Os cidadãos poderão compreender mais facilmente os seus direitos e deveres.

Dicionário Jurídico

O Dicionário Jurídico busca esclarecer, através da linguagem simples, os termos e conceitos jurídicos para pessoas que não possuem familiaridade com as expressões utilizadas nos Tribunais e que, por isso, acabam por se distanciar da busca por seus próprios direitos.

Deve-se ressaltar que as definições não devem ser consultadas como a de um dicionário especializado pois seu público alvo são as pessoas leigas e as acepções jurídicas foram sintetizadas a bem da simplificação da linguagem. Alguns verbetes



são acompanhados de ícones que constam no Vocabulário de Imagens, visando associá-los a uma imagem visual para facilitar ainda mais a compreensão.

Dicionário Jurídico  		
Todos A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z		
VERBETE	DEFINIÇÃO	ÍCONE
Decisão Judicial	Manifestação do Magistrado, feita no processo, que contém uma determinação.	
Decisão Monocrática	Decisão de um único Magistrado.	
Declínio de Competência	Ocorre quando o Magistrado envia o processo para distribuição a outro Juízo, que ele entende ser o competente para julgar o processo.	
Defensoria Pública	Órgão público que presta atendimento jurídico de forma gratuita a pessoas que não teriam condições de pagar pelos serviços de um advogado.	
Deferir	Atender a um pedido. Decisão favorável a quem pediu.	
Denegar	Negar um pedido. Decisão desfavorável a quem pediu.	
Denúncia	Petição inicial da ação penal pública, feita pelo Ministério Público para pedir a condenação de uma pessoa por fato criminoso.	
Denúncia do Contrato	Manifestação de vontade da parte de não permanecer no contrato, visando a seu encerramento.	

Vocabulário de Imagens

O Vocabulário de Imagens foi desenvolvido sob a abordagem do Visual Law ('Direito em Imagens'). Utiliza elementos visuais para representar conceitos e informações jurídicas de forma clara e objetiva, tornando o texto mais compreensível e acessível ao cidadão.

Foram selecionados termos, expressões e conceitos jurídicos mais comuns para comporem a versão inicial do banco de imagens. Os ícones têm como objetivo a assimilação rápida pelo destinatário da mensagem, evitando confusões em sua

interpretação. Devem ser padronizados como fonte única de imagem para todos os documentos produzidos pelo TJRJ, que venham a utilizar a técnica do Visual Law, constituindo assim uma identidade visual facilmente reconhecível.

Conceito	Ícone do Vocabulário de Imagens
Denegar	 Clique e Baixe o ícone
Desembargador	 Clique e Baixe o ícone
Detenção	 Clique e Baixe o ícone
Dias - Multa	 Clique e Baixe o ícone
Dúvida	 Clique e Baixe o ícone
Homologação do Acordo	 Clique e Baixe o ícone
Improcedência do Pedido	 Clique e Baixe o ícone
Intimação	 Clique e Baixe o ícone
Intimação Eletrônica	 Clique e Baixe o ícone
Juiz	 Clique e Baixe o ícone
Julgamento Monocrático	 Clique e Baixe o ícone

Tirinhas Jurídicas

As Tirinhas Jurídicas foram elaboradas como uma forma de ajudar o cidadão a compreender expressões e conceitos utilizados na Justiça, através de histórias em quadrinhos curtas e esclarecedoras utilizando as ferramentas que constam no Manual da Linguagem Simples do TJRJ.

A metodologia utilizada foi a do ‘Visual Thinking’ (‘Pensamento Visual’), que busca representar ideias e conceitos através de elementos gráficos simples, trazendo apenas traços básicos da figura humana. Assim, não constam, na representação do indivíduo, características físicas tais como gênero, etnia, idade, altura ou traços pessoais. Com isso, contorna-se a justa questão da representatividade da diversidade humana e todos podem se identificar com a imagem.

Autos conclusos



- **Contêiner de Ideias**

Inspirado na teoria do ‘Garbage Can Process’ (ou ‘Processo da Lata de lixo’), o Contêiner de Ideias armazena e disponibiliza ao público interno e externo os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação – IdeaRio que, por motivos de qualquer ordem (carência de recursos financeiros, tecnológicos ou humanos), tiveram seu desenvolvimento interrompido.

A importância de tal acervo advém justamente da possibilidade de que as circunstâncias impeditivas se modifiquem para um cenário enfim favorável à implementação daquelas ideias, em oportunidades futuras de inovação.

- **Menos é Mais**

Em razão de dificuldades encontradas pelo TJRJ para obtenção de mobiliário para compor a formatação de novos espaços, bem como reposição de materiais, foi criado o Menos é Mais. Trata-se de uma campanha para um consumo consciente nas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Foi solicitado aos servidores que avaliassem os materiais (de consumo, permanentes e de informática) realmente necessários para suas atividades e procedessem à devolução daqueles bens que estivessem em desuso ou subaproveitados; viabilizando a redistribuição desses móveis e materiais entre as unidades com carência.

A iniciativa buscou fomentar o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental entre os funcionários e a população em geral, contribuindo para a qualidade de vida e para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade.

A campanha foi iniciada em 30/06/2023 e acabou no dia 17/08/2023, tendo sido recolhidos 8.709 materiais, gerando uma economia para o TJRJ de R\$ 388.052,19.

Ressaltamos ainda que foram publicadas e divulgadas, aos servidores e cidadãos, dicas de sustentabilidade através do link: https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/242432223/Dicas_de_Sustentabilidade.pdf/



• Dados Certos

Por solicitação do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ), foi elaborado o projeto Dados Certos, a fim de conscientizar os servidores sobre a importância de alimentar adequadamente os sistemas de movimentação processual, com os códigos corretos, em razão de seu impacto na qualidade e confiabilidade dos dados do TJRJ e suas repercussões nas estatísticas produzidas.

A necessidade da campanha foi detectada pelo GPJ durante reunião que tratou do banco de dados do TJRJ, tendo sido destacado que, para a transmissão de dados ao CNJ, haveria dependência direta da parte operacional humana e que a alimentação inadequada impossibilitaria a obtenção de dados reais.

O projeto, então, previa campanha realizada através de cartazes apostos dentro das unidades ou halls de elevadores, comunicados na intranet (com publicação no DJERJ e notícias no site TJRJ), mensagens nos sistemas que enviassem dados ao DataJud, bem como informativos enviados aos e-mails aos funcionários em suas caixas pessoais.

O material dos Dados Certos ressaltaria a importância da fidedignidade e da confiabilidade do banco de dados do TJRJ para a alimentação do DataJud do CNJ e suas repercussões nas Metas e Premiações do CNJ, para a repercussão no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) na vida dos cidadãos, e para o embasamento estatístico para a gestão do tribunal pela Alta Administração.

• Adaptações de Materias para Linguagem Simples

Aproveitando a experiência adquirida durante o desenvolvimento do projeto 'Linguagem Simples para o Cidadão', o IdeaRio passou a oferecer às demais unidades do Tribunal a adaptação de seus materiais para a linguagem simples.

Assim, é realizada a simplificação de documentos, através de técnicas de redação, linguagem simples, utilização do vocabulário de imagens do TJRJ e Visual Thinking, de forma a tornar a leitura mais compreensíveis para o público em geral, aumentando sua capacidade de absorver os novos conhecimentos.

Em agosto, foi apresentada ao GT-Inovação a adaptação da Cartilha Maria da Penha, da COEM, em que foram realizadas mudanças no texto através de sua condensação e simplificação, enfoque nos pontos principais, melhoria de diagramação e utilização de recursos de imagens.

Além da aplicação da diretrizes da linguagem simples à referida cartilha, foram também criados novos folders, bem como 'Atividades de Reforço' (material produzido com a ferramenta da gamificação), a fim de ajudar, de forma mais leve e informal, na memorização de informações importantes sobre:

- * as instituições de assistência à mulher (como nomes, telefones e localização), tendo em vista serem em grande número;
- * os tipos de medidas protetivas a que a mulher pode dispor.

Em outubro, foi iniciada a adaptação à linguagem simples de seis materiais enviados pela SGCOL.

Projetos de inovação em andamento

• Assistente Virtual

O projeto prevê a utilização de um assistente virtual, no estilo chatbot (caixa de diálogo), em que o usuário escreveria sua pergunta e receberia uma resposta com a informação previamente cadastrada, após o sistema realizar uma busca de correspondência em uma planilha Excel, previamente alimentada pela unidade responsável pela matéria.

Com tal funcionalidade, o assistente virtual serviria para o esclarecimento das dúvidas dos usuários (sejam da população ou mesmo servidores) sobre procedimentos judiciais e/ou administrativos do TJRJ.

Ou seja, com a sua utilização, é esperada uma diminuição nos atendimentos realizados pelos funcionários, presenciais, por telefone ou e-mail. Conseqüentemente geraria a redução dos recursos (humanos e de tempo) empenhados pelas unidades para o atendimento ao público e a liberação da mão de obra para as demais atividades.

Por sua vez, o público externo teria uma melhoria no atendimento podendo tirar suas dúvidas fora do horário de expediente, além da maior segurança de que as respostas lhe sejam dadas da forma mais completa e correta, uma vez que sua redação teria sido previamente validada e aprovada pelas chefias das unidades.

• Gerador de Visual Law

O projeto visa adaptar, de forma automatizada, um documento jurídico para uma versão mais simplificada de Visual Law (ou, 'Direito em Imagens'), uma técnica que utiliza a linguagem simples, da diagramação alterada (de modo a destacar tópicos) e de elementos visuais intuitivos, facilitando a compreensão da leitura do cidadão.

De forma mais detalhada, o Gerador de Visual Law funcionaria analisando o texto originário e buscando nele correspondências de palavras que eventualmente existam no Dicionário Jurídico e no Vocabulário de Imagens. Uma vez encontradas as correspondências, o Gerador de Visual Law importaria as informações constantes dos referidos bancos de dados (Dicionário e Vocabulário), num esquema de-para e as incluiria na nova versão Visual Law.

Para a visualização on-line, resumidamente, as definições do Dicionário Jurídico apareceriam num balão 'pop-up' sobre a palavra ao passarmos o mouse sobre ela, e as imagens do Vocabulário de Imagens seriam inseridas no corpo do texto, à esquerda da palavra, conforme a seguir:



SENTENÇA

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em que o autor alega ter permanecido sem energia elétrica entre os dias 24 e 27 de dezembro de 2020, o que lhe teria causado prejuízo com a perda de alimentos.

Alega ainda que tanto o dano moral quanto o dano material foram potencializados por se tratar de fim de ano, período de festas, e que perdeu grande parte da ceia de Natal que já estava preparada, tendo que desmarcar a celebração em sua casa, o que já estaria combinado com a família, causando-lhe grande constrangimento.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 03/09.
 Gratuidade de Justiça deferida à fl. 11.

Documento pelo qual a parte ré se defende dos fatos apresentados pelo autor na petição inicial.

Regularmente citado, conforme  certidão de fl. 14, o réu apresentou contestação às fls. 15/22 alegando que a falta de luz da autora foi causada por uma queda de árvore, tratando-se de caso fortuito, nos termos do art. 393 do  Código Civil. Roga pela  improcedência do pedido. É o relatório (...)

Pelo exposto, julgo  **PROCEDENTE EM PARTE** os pedidos veiculados na inicial, para condenar a ré a pagar ao autor o valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) pelos danos morais.

Julgo  **IMPROCEDENTE** o pedido de danos materiais, eis que não comprovado o prejuízo.

Condeno, ainda, a ré ao pagamento de honorários de sucumbência no valor de **R\$ 1.200,00** (mil e duzentos reais).

 Custas pela parte ré.
 Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Projetos de inovação originários de unidades externas já implementados

• Video Wall

Durante visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, idealizou o projeto Video Wall, motivado pela Central Lapidar de Monitoramento Integrado, Inteligência e Inovação. Esta central é responsável pela coleta e tratamento de dados e informações, de maneira estratégica, permitindo o diagnóstico preciso e a tomada ágil e eficiente de decisões.

Diante da necessidade de implementar um serviço que desenvolva a capacidade de análise, interconexão e compartilhamento de informações institucionais, através de um ambiente dinâmico e unificado, foi realizada licitação com objetivo de contratar empresa especializada na prestação de serviços de plataforma analítica e de inteligência empresarial corporativa (solução de Video Wall). Através dessa inovação, buscamos alcançar uma maior eficiência à consulta das informações estatísticas gerenciais, aumentando sua qualidade e disponibilizando-as no menor tempo possível.

Neste projeto, atuamos em nível de gestão total, principalmente na elaboração de plano de ação para a execução do projeto; controle dos prazos; elaboração de Documento de Formalização de Demanda e minuta de Termo de Referência e seus anexos; coordenação das reuniões da equipe multisetorial; confecção de levantamento de mercado; elaboração de análise de risco e aprovação da minuta de edital e seus anexos em seus aspectos técnicos.

Ao final do procedimento licitatório foram instaladas 8 telas de 55 polegadas, bem como um gerenciador gráfico (servidor) para auxiliar a equipe de estatísticos no desempenho de suas funções em local próprio para o desenvolvimento de informações gerenciais.

Este projeto foi concluído no dia 14/09/2023, sendo 57,89% das tarefas concluídas antes do prazo planejado, o que significa que a execução do projeto foi feita de forma mais célere do que o foi planejamento.



Projetos de inovação originários de unidades externas em andamento

• Equipe de Dados

Foi constatada a necessidade de estruturação de uma unidade dedicada às estatísticas, dados gerenciais e análise de dados do TJRJ. Sua principal finalidade seria formar uma equipe técnica especializada, com atuação exclusiva nessa área, estrutura que, atualmente, inexistente no nosso organograma. Dessa forma, o entendimento foi de contratar uma empresa especializada na prestação destes serviços, com mão-de-obra para atuação no desenvolvimento e análise de dados, possibilitando a produção de dados de alta qualidade para o desempenho das atividades internas.

Tendo em vista a urgência do projeto em questão, foram desenvolvidas técnicas específicas no gerenciamento deste projeto no qual atuamos em nível de gestão total, principalmente na elaboração de plano de ação para a execução do projeto; controle dos prazos de entrega das tarefas planejadas; elaboração de minuta de Termo de Referência e seus anexos; coordenação das reuniões da equipe multisetorial para tratar dos requisitos da contratação e revisão do Termo de Referência e seus anexos e aprovação da minuta de edital e seus anexos em seus aspectos técnicos.

Foi realizada licitação com o objetivo de contratar 34 profissionais, ao longo de período de 06 meses, para compor os postos de trabalho previstos no Termo de Referência.

Este projeto está em fase final de conclusão, sendo certo que o certame foi homologado no dia 16/10/2023 e o contrato teve início no dia 27/11/2023.

• Funcionalidades do Sistema GPES - DEMOV

Foi constatada a necessidade de retomada das funcionalidades pertinentes aos magistrados no sistema Sistema de Gestão de Pessoas (GPES) utilizado pelo DEMOV (Departamento de Magistrados), no sentido de automatizar diversas demandas inclusive na migração do SHM que está obsoleto. Por este motivo, estão sendo desenvolvidas novas funcionalidades no sistema GPES, pela equipe da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), inclusive no que tange a sua automação.

Neste projeto, atuamos em nível de gestão parcial, participando ativamente nas reuniões de planejamento e elaboração de cronograma viabilizando o prazo de entrega do projeto piloto no prazo estabelecido.

Publicação de painéis judiciais e administrativos

O Departamento de Informações Gerenciais iniciou o ano de 2023 com a meta de desenvolver e publicar painéis com dados referentes a várias áreas do Tribunal, a fim de orientar a política de gestão e tomada de decisão pela Administração Superior. Neste ano, já foram publicados 23 (vinte e três) painéis e estão sendo desenvolvidos 08 (oito) novos painéis.

SGGIC-DEIGE-DICOL

Elaborado: 20/06/2023 - Última Atualização: 11/01/2024

Publicação de Painéis com Dados Estatísticos do TJRJ

Meta SGGIC-DEIGE-DICOL	
Iniciativa 1: Publicação de Painéis Estatísticos do TJRJ	
Indicador: 1.1 - Total de Painéis Estatísticos do TJRJ publicados	
Tipo de Indicador	Desempenho
Quem Mede	DEIGE/DICOL
Periodicidade	Trimestral
Finalidade	Visa monitorar o número de Painéis Estatísticos do PJERJ publicados durante o Biênio 2023/2024
Fórmula	(% de Painéis Estatísticos do PJERJ/Meta do Biênio)
Linha de Base	Meta do Biênio: mínimo de 12 Painéis Estatísticos Número de Painéis Estatísticos já publicados até junho de 2023: 6
Meta Anual	Concluir 2023 com 60% da meta estabelecida para o Biênio. META DE 2023 ALCANÇADA!

Ano/Valores	Metas e Resultados (a partir da linha base)							
	Resultado Jun/23	Resultado Set/23	Resultado Dez/23	-	-	-	-	-
Números Absolutos	6	+10 (Total: 16)	+7 (Total: 23)	-	-	-	-	-
Percentual (%)	50%	133,33%	191,66%	-	-	-	-	-

Principais realizações na área de informações gerenciais

1. Participação em capacitação ministrada pela empresa Toccato: Canvas & Análise de Negócios Data Drive, metodologia utilizada para mapear e planejar formulação de painéis;
2. Deflagração do Mutirão COMAQ nas Varas Cíveis das Regionais de Santa Cruz e de Bangu;
3. Edição e estudos de produtividade referentes ao Edital do Grupo de Sentença para o segundo e terceiro quadrimestres de 2023 e primeiro quadrimestre de 2024 (Resolução TJ/OE n.º 18/2022);
4. Formulação e publicação, no portal próprio, de painel de dados estatísticos referente ao Grupo de monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF;
5. Criação de ícone dedicado às “Estatísticas” no menu “Divulgação” do site do TJRJ, para conferir transparência em relação às informações de dados estatísticos;
6. Formulação e publicação, no portal próprio, de painel de dados estatísticos referente ao Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
7. Participação na demanda de definição de critérios para formulação, para o Video Wall, de painel sobre Licitações (SGCOL), em conjunto com a empresa Toccato, resultando na homologação do painel final;
8. Realização da palestra “Estatísticas da Prestação Jurisdicional: Impactos dos Cadastramentos dos Processos”, atinente com ações do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ) e da COMAQ;
9. Por determinação do GPJ e da COMAQ, edição do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n.º 05/2023, referente ao cadastramento dos feitos.
10. Participação na formulação de Estudo Técnico Preliminar e formulação e publicação do Termo de Referência do contrato de solução de Video Wall, referente à Sala de Monitoramento;
11. Aprovação de protótipo de painel de Gestão de Serventias do sistema PJe, que aprimora o conjunto de informações disponíveis atualmente;
12. Atuação na coleta, consolidação e lançamento dos dados sobre recursos humanos (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários), referentes à atualização do sistema Módulo de Produtividade Mensal para aquisição dos respectivos pontos no Selo CNJ;
13. Reuniões iniciais com o SGLOG-DETRA (Departamento de Transportes) para exposição e deflagração do processo de formulação de painel referente às atividades de gestão de frota;
14. Atuação na Inspeção CNJ 2023, com fornecimento de dados estatísticos para serventias, secretarias de Câmaras, gabinetes de Desembargadores, Presi-

dência e secretaria do Órgão Especial, além de atuação durante os trabalhos de inspeção, atendendo a chamados presenciais;

15. Formulação de Documento de Formalização de Demanda, de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência para contratação de Equipe Técnica de Estatísticas;

16. Atuação como fiscal demandante e “project owner” no contrato do Qlik Sense, com reuniões semanais de priorização de demandas junto à empresa contratada (Toccatto);

17. Formulação de painel referente ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, a pedido e seguindo as necessidades da CEVIJ;

18. Ministração de cursos de formação na utilização das Tabelas Processuais Unificadas – TPU, específicos para os servidores de cartórios e gabinetes de todas as competências;

19. Acompanhamento e coordenação, na qualidade de gestores e fiscais, da instalação pela empresa contratada do equipamento de Video Wall na Sala de Monitoramento;

20. Participação de comitiva técnica de avaliação do sistema Eproc, junto ao TJRS, responsável por parecer referente à área de estatísticas;

21. Participação na formulação do Projeto “Governança de Dados Gerenciais”, para atuação da Equipe Dedicada a Dados e Análise de Dados;

22. Formulação de estudo, baseado em dados estatísticos gerenciais, para alteração estrutural dos órgãos jurisdicionais vagos no TJRJ, resultando no acolhimento da transformação de cinco Varas.

Programa de Integridade e Gestão de Risco

A implementação de Programa de Integridade decorre da importância de disseminar boas práticas de governança e princípios morais e éticos que norteiam a instituição e sejam comuns à sociedade, promovendo o engajamento de magistrados, servidores e terceiros envolvidos na atividade do TJRJ. O programa de integridade possui, ainda, a capacidade de propiciar a melhora da percepção do público externo a respeito da seriedade da instituição, aumentando a confiabilidade que goza junto à opinião pública.

O desenvolvimento do Programa de Integridade está a cargo da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance por meio do Departamento de Compliance e Gestão de Risco. Foi feito um amplo trabalho de pesquisa e benchmarking, buscando-se, entre instituições públicas e privadas, boas práticas que pudessem servir de referência, com os devidos ajustes à realidade fática da nossa Instituição, bem como levou-se em consideração os ditames da Resolução CNJ 410/2021, que incentiva a adoção de sistemas de integridade e compliance.

O programa de Integridade proposto lastreia-se em três pilares, correlacionados entre si: Compliance, Gestão de Riscos e Transparência. O comprometimento com a ética, com a disponibilização de informações públicas aos cidadãos que favoreçam o controle social, com a identificação e controle de riscos significativos, com a detecção de eventual irregularidade ou necessidade de melhoria, com soluções justas, sensatas e imparciais, tem o condão de levar para sociedade a certeza de que a prestação jurisdicional será revestida de integridade em todas as suas fases até o provimento final. E incentivar que todos, individualmente, procurem pautar sua conduta na ética e moralidade.

Algumas ações já foram implementadas:

- * O Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pela Resolução OE nº 15/2003 e tem por finalidade precípua estabelecer princípios éticos e assegurar o alinhamento das ações dos seus servidores e colaboradores com a missão da Instituição.
- * O Canal de Denúncia de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi instituído e regulamentado pelo Ato Normativo TJ nº 43/2023 e o Canal de Acolhimento Feminino do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi instituído e regulamentado pelo Ato Normativo TJ nº 44/2023.
- * A Comissão Mista de Ética e Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foi instituída e regulamentada pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2023.
- * O Termo de Ajustamento de Conduta nos processos administrativos da Comissão Mista de Ética e Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foi instituído e regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2023.
- * O Ato Normativo TJ nº 11/2023 instituiu a Política de Gestão de Riscos no TJRJ.
- * Elaboração do Banco de Riscos.
- * Criação do Plano de Gestão de Riscos que é documento previsto no Ato Normativo nº 11/2023 e define método e critérios para gerenciamento de riscos em todo o TJRJ, bem como elaboração de um guia prático sobre o mapeamento de riscos.
- * O Aviso TJ nº 72/2023 estipulou cronograma para que as unidades administrativas do TJRJ realizem o mapeamento, com apoio do DEGER.

Importante frisar, ainda quanto ao Aviso TJ nº 72/2023, que após o cumprimento do cronograma e com o mapeamento por todas as unidades administrativas, será elaborado relatório apontando os riscos de integridade e outros com severidade alta e altíssima, permitindo à Alta Administração tomar decisão, fundamentada em dados, sobre quais medidas devem ser priorizadas no enfrentamento da questão. Além disso, será criado painel gerencial, que permitirá a visualização de forma muito mais simplificada dos eventos de riscos suportados pelas unidades.

Atuação dos colegiados administrativos

Os Órgãos Colegiados Administrativos, compostos por membros com experiência diferenciada relacionada à temática pertinente à sua atribuição, atuam, em auxílio à Presidência do TJRJ, no alcance dos objetivos estratégicos traçados pela Alta Administração para o biênio 2023-2024, como a promoção da responsabilidade socioambiental; a definição de ações com vistas à revitalização do Museu da Justiça, o aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI e dos sistemas institucionais; o incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau; o aprimoramento do modelo de gestão das Execuções Fiscais; entre outros.

Este Tribunal encerrou suas atividades no exercício de 2023 contabilizando a existência de **86 (oitenta e seis) Colegiados Administrativos** instituídos pela Presidência, incluindo 16 (dezesesseis) Grupos de Trabalho e 01 (uma) Subcomissão.

Em posse dos indicadores trimestrais do ano de 2023, produzidos pela Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO), observou-se que, desde a primeira medição ocorrida em março até a última medição efetuada no mês de dezembro, houve um aumento significativo no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, qual seja: de 59,21% para 87,21%. Tal evolução retrata o ritmo de atuação positivo nas atividades, e, por conseguinte, no alcance dos objetivos.

Por fim, insta salientar que, atualmente, as reuniões dos Colegiados ocorrem de forma híbrida, ou seja, presencialmente ou remotamente, na medida da necessidade do TJRJ ou da conveniência das comissões.

Movimentação processual da Presidência

No ano de 2023, o TJRJ encaminhou 05 (cinco) mensagens à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

- **Mensagem nº 01/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 112/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 9.983, de 28 de março de 2023 – D.O.E.R.J. de 29.03.2023**, que “PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 9.748, DE 29 DE JUNHO DE 2022, SEM AUMENTO DE DESPESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;
- **Mensagem nº 02/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1832/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.123, de 03 de outubro de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023**, que “DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 4.513, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, QUE CRIOU O FÓRUM REGIONAL DE ALCÂNTARA NA COMARCA DE SÃO GONÇALO.”;
- **Mensagem nº 03/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1833/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.124, de 03 de outubro de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023**, que “INCLUI DISPOSITIVOS E ALTERA

O ITEM 1 DO ARTIGO 98 DA RESOLUÇÃO OE/TJRJ Nº 5/77 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODJERJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

- **Mensagem nº 04/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1834/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.125, de 03 de outubro de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023**, que “DISPÕE SOBRE O FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – FETJ, REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 2.524/1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”;
- **Mensagem nº 05/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1835/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.234, de 12 de dezembro de 2023 – D.O.E.R.J. de 13.12.2023**, que “DISPÕE SOBRE O FUNDO DE APOIO AOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS – FUNARPEN/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Movimentação de Magistrados

No ano de 2023 foram publicados 22 Editais:

- 001/2023 – Remoção Entrância Única – 69 CARGOS;
- 002/2023 – Núcleo de Justiça 8º dívida ativa do estado e do município do RJ
- 003/2023 – Núcleo de Justiça 9º – DETRAN
- 005/2023 – Remoção de Desembargador;
- 006/2023 – Promoção de Desembargador- Cancelado
- 007/2023 – Plantão Noturno;
- 008/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 009/2023 – Remoção de Desembargador;
- 010/2023 – Promoção de Desembargador;
- 011/2023 – Plantão Noturno;
- 012/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 013/2022 – Remoção de Desembargador;
- 014/2023 – Promoção de Desembargador;
- 015/2023 – Remoção de Desembargador;
- 016/2023 – Remoção Desembargador;
- 017/2023 – Promoção Desembargador;
- 018/2023 – Núcleo de Justiça 1º

- 019/2023 – Núcleo de Justiça 2º
- 020/2023 – Plantão Noturno;
- 021/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 022/2023 – Núcleo de Justiça 10º– Direito do Consumidor
- 023/2023 – Núcleo de Justiça 11º– Direito do Consumidor

Foi realizada a publicitação de 22 Editais. Sendo 6 (seis) relativos a Justiça 4.0, Remoção Entrância Única 1(um) Edital com 69 vagas, Plantão Noturno 3 Editais, um a cada quadrimestre, Central de Audiência de Custódia 3 (três) Editais, e 9 Editais de remoção e promoção para desembargador, sendo que, o 006/2023 foi cancelado.

Destaque-se que o Edital 015/2023 refere-se à abertura para composição das novas Câmaras instaladas no Segundo Grau de Jurisdição, 7ª e 8ª Câmaras de Direito Público, com 5(cinco) vagas cada uma, criadas pela Resolução nº 002/2023 do E. Tribunal Pleno.

Por fim, realizou-se o acompanhamento, formalização e registro de 16 (dezesseis) permutas, 73 (setenta e três) remoções, 15 (quinze) aposentadorias, 4 (quatro) exonerações e 6 (seis) promoções de Desembargadores, todos da carreira.

Precatórios

O Tribunal possui um acervo geral de 50.187 precatórios.

No ano de 2023, foram autuados 20.747 precatórios, arquivados 10.357 precatórios e movimentados 9.381 processos de pagamento. Além disso, foram abertas 8.126 conclusões, tendo sido 4.311 somente no último quadrimestre do ano.

No 1º ano do biênio de Gestão do atual Juiz Gestor de precatórios, aferiu-se que, de 06/02/2023 a 18/12/2023, houve depósito em 8.154 precatórios com 12.468 pagamentos no valor total de R\$ 1.928.426.057,60. Foram, ainda, expedidos 11.917 mandados de pagamento (3.963 de prioridades legais) referentes a 6.416 precatórios, no valor total de R\$ 1.465.522.870,24 (R\$ 278.320.427,03 de prioridades legais), o que representa 76% do valor total depositado nesse período.

Somente no período de agosto a dezembro de 2023, foram realizados 8.785 atendimentos, sendo 6.027 atendimentos a advogados e 2.758 atendimentos a beneficiários, sendo 4.289 na modalidade presencial, o que gerou a necessidade de reorganização da área de atendimento ao público externo, com o intuito de garantir um atendimento mais humanizado e eficiente por este Departamento.

Foram implementadas diversas ações afirmativas voltadas para atendimento das prioridades constitucionais como a preferência na expedição de mandados de beneficiários com superprioridade (mais de 80 anos); a realização de videoconferências para prioridade mais de 80 anos em outubro de 2023, a fim de dar cumpri-

mento ao art. 7º, §3º do Ato Normativo nº 6/2023 para os beneficiários residentes em outros Estados da Federação; o controle e acompanhamento dos mandados expedidos por OJA para prioridade mais de 80 anos, urgentes e prioridade mais de 90 anos plantonista.

Dentro desse escopo, estima-se que o início do pagamento das prioridades dos precatórios inscritos no orçamento do próximo ano se dê em fevereiro de 2024.

Diversas melhorias nos processos de trabalho garantiram que as normativas constitucionais e do CNJ fossem atendidas. Podemos citar como exemplo, a quitação das prioridades constitucionais dos orçamentos anteriores a 2023 referentes a todos os entes devedores em regime especial e a regularização de aportes de provisionamento nos precatórios, especialmente do Estado do Rio de Janeiro.

As medidas de compliance antifraude implementadas pela nova gestão evitaram que mais de R\$ 36.773.827,58 fossem indevidamente sacados pelos fraudadores em 2023.

Em âmbito institucional, a criação e implementação do sistema OFREQ permitiu a uniformização e simplificação do processo de digitação dos precatórios pelas unidades judiciárias de 1ª e 2ª instâncias, garantindo maior agilidade na sua expedição diante da integração direta com os sistemas processuais DCP, EJUD e PJe.

Assuntos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Apoio prestado pela Assessoria para assuntos do CNJ no ano de 2023:

- Foram movimentados para processamento e resposta e/ou informações 2376 processos, incluídos os processos em curso e os novos. Desse total, foram autuados 222 novos processos;
- 88 Processos ajuizados no CNJ pelo PJe;
- 14 Processos ajuizados no CNJ pelo PJeCor
- Arquivamento/Conclusão de 534 processos administrativos, que cumpriram a sua finalidade e/ou tiveram seu arquivamento definitivo determinado pelo CNJ no procedimento próprio do Conselho, gerador de nosso PA;
- Foram elaborados 1913 informações, despachos e decisões.

Atividades de cerimonial

Eventos realizados em 2023		
MÊS	DIA	EVENTO
Janeiro	10	Cerimônia de Nomeação dos Novos Servidores em Cargos Efetivos na área de Técnico de Atividade Judiciária e Analista Judiciário.
	11	Cerimônia de Assinatura Simbólica de Termo de Compromisso entre o Tribunal de Justiça e as Entidades Contempladas no 3º Edital das Penas Pecuniárias.
	23	Sessão Solene de Posse no Cargo de Desembargador.
	24	Homenagem Póstuma ao Doutor Mário Henrique Mazza com a Nomeação da Sala do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.
		Lançamento do Livro "A Liderança na Gestão Contemporânea Empresarial".
	26	Solenidade de Posse dos Juízes nas Turmas Recursais.
	31	Cerimônia de Lançamento do Programa de Fidelidade Ambiental Retorna Machine e Inauguração do Equipamento de Coleta Seletiva.
Fevereiro	2	Solenidade de Posse da Doutora Raquel Gouveia da Cunha, como suplente das Turmas Recursais Cíveis, decidida em Sessão do Conselho da Magistratura do dia 26 de janeiro de 2023, de Permuta, aprovada em sessão do Órgão Especial realizada no dia 30 de janeiro de 2023, e Remoção de Juízes do 1º Edital de 2023, decidido em sessão extraordinária do Órgão Especial realizada no dia 2 de fevereiro de 2023.
	3	Sessão Solene de Posse da Nova Administração.
	28	Cerimônia de Inauguração da "Mostra de Quadros Restaurados"
Março	17	Seminário "Desafios à Proteção ao Consumidor"
	22	Cerimônia em Comemoração ao Dia Mundial da Água
	23	Reunião com os Juízes do 1º Núcleo Regional
	24	Solenidade de Posse de Membros Efetivos e da Nova Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
	31	Seminário "A Força Vinculante dos Precedentes e as Ações Coletivas"

Abril	17	Reunião Preparatória para o Colóquio da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU – FIPP e o Fórum do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime – COPLAD, Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente – ILANUD
		Cerimônia de Lançamento das Séries Atualizadas dos Temas de Direito Processual do Professor José Carlos Barbosa Moreira
	28	Visita ao 2º Núcleo Regional
Maio	5	Visita ao 3º Núcleo Regional
	9	Celebração da Páscoa da Justiça
	10	Encontro com os Procuradores-Gerais do Estado do Rio de Janeiro
	11	Cerimônia de Apresentação dos Resultados da Campanha “Semana Nacional do Registro Civil”;
	12	Visita ao 13º Núcleo Regional
	17	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre TJRJ e a Prefeitura de Petrópolis
		Cerimônia em Comemoração ao Dia Mundial da Reciclagem
		Lançamento da Obra “O Terceiro Informante na Recuperação de Ativos Públicos: o Papel do Whistleblower na Improbidade Administrativa
	18	Encontro com a Comissão da Corte Interamericana de Direitos Humanos
	22	Lançamento da Obra “Comentários à Lei do Inquilinato”
		Cerimônia em Comemoração ao Lançamento da Campanha “Juntos pela transparência: fortalecendo a cultura de auditoria interna no TJERJ”
26	Visita ao 4º Núcleo Regional	
29	Outorga da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Desembargador Celso Ferreira Filho	
Junho	2	Encontro Estadual dos Juizados Especiais Cíveis
	16	Visita ao 12º Núcleo Regional
	26	Cerimônia de Abertura dos trabalhos de Inspeção do Conselho Nacional de Justiça
	29	Lançamento da Obra “Desafios da Eficácia dos Direitos Humanos no Século XXI

Julho	4	Cerimônia de Assinatura do Termo de Doação e Empréstimo e do Protocolo de Intenções com a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro
	14	Reunião com os juízes do 11º Núcleo Regional
	17	Cerimônia de Inauguração do Retrato de Sua Excelência o Senhor Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos na Galeria de Retratos dos Terceiros Vice-Presidentes
	25	Inauguração das Novas Instalações do Centro de Condicionamento e Reabilitação da Mútua dos Magistrados
	26	Cerimônia de Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica e Material, celebrando entre o TJRJ e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
	27	Reunião com o 5º Núcleo Regional
	28	Celebração do 21 Aniversário do Coral dos Amigos do TJRJ
	31	Sessão Solene de Posse de Membros do TRE-RJ
	Agosto	7
10		Abertura da Exposição Maria Collares - Desembargadora Verde
11		Reunião com Juízes do 8º Núcleo Regional
21		Solenidade de Posse no cargo de Desembargador - Dra. Ana Cristina Dib Miguel e Dra. Maria Christina Berardo Rücker
22		Cerimônia de Instalação do Fórum Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro
23		Ato de Aposição de Retrato na Galeria da 1ª Vice-Previdência Reunião sobre o Projeto "Arenas Seguras"
25		Lançamento do Código de Ética do TJRJ
28		Ato de Aposição de Retrato na Galeria da Corregedoria
31		Reunião com os Juízes do 7º Núcleo Regional

Setembro	1	Reunião com os Juízes do 9º Núcleo Regional
	5	Ato de Aposição de Retrato na Galeria da 2ª Vice-Previdência
	14	Reunião com os Juízes do 10º Núcleo Regional
	15	Reunião com os Juízes do 6º Núcleo Regional
	22	4º Encontro de Mediadores “Inovação e Desafios na Mediação de Conflitos”
	29	Comemoração ao Centenário da Vara da Infância
Outubro	2	Solenidade de Posse no cargo de Desembargador - Doutora Rose Marie Pimentel Martins
	3	Reunião com a participação do Excelentíssimo Senhor Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro - Projeto de Lei 1834-2023
	9	Reunião Preparatória para o Colóquio da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU - FIPP e o Fórum do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime - COPLAD, Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente - ILANUD
	18	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Interinstitucional
	20	Visita Institucional - Juiz Yuji Iwasawa
	23	Cerimônia de Inauguração do Espaço de Arte Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira Filho Cerimônia de Nomeação dos seguintes espaços: Tribunal Pleno - Plenário Ministro Waldemar Zveiter, Sala de Sessões do Órgão Especial - Plenário Desembargador Estenio Cantarino Cardozo e Salão Nobre - Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos

Novembro	6	Cerimônia de Abertura da I Mostra Artística e Literária - COGEN
		12º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos
	14	Cerimônia de Nomeação dos Novos Servidores em Cargos Efetivos na área de Analista Judiciário
	27	Cerimônia de Abertura do Workshop Internacional “Direito e Tecnologia: Novas Perspectivas de Resolução de Conflitos”
	28	Cerimônia de Inauguração da Exposição “450 anos de Niterói - o Palácio da Justiça como testemunha do desenvolvimento humano”
	29	Cerimônia de Outorga do Prêmio Selo de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
	30	Cerimônia de Abertura do II Seminário da Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos
Dezembro	1	II Seminário da Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos
	7	Culto Inter-Religioso em Comemoração ao Dia da Justiça
	8	Inauguração da Praça da Justiça
		Comemorações do Dia da Justiça
		Lançamento do Projeto “Solo Seguro Favela”
	12	Lançamento das Obras “Execução Diferenciada nos Direitos Reconhecidos nos Julgamentos de Casos Repetitivos”, “Standards da Prova de Corroboração na Colaboração Premiada” e “Acordo de Não Persecução Civil”
	13	Cerimônia de Lançamento do livro “Complementando os registros históricos: Uma breve contribuição à história de Bom Jesus do Itabapoana”
18	Solenidade de Abertura do Lançamento do Guia e da Cartilha para Fortalecimento da Política Judiciária de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais	
	Cerimônia de Lançamento da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	

Aprimoramento das políticas de controle interno

A auditoria interna do Tribunal é conduzida pelo Núcleo de Auditoria Interna, visando auxiliar o Tribunal de Justiça no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e de governança. Com o compromisso de fortalecer a transparência e a eficiência do TJ, o Núcleo desenvolveu no exercício de 2023 as principais ações descritas nos tópicos abaixo.

- Cursos Realizados

Na área de Controle Interno, em 2023, foram oferecidos os seguintes cursos:

Curso	Público-alvo
Orcamento Público - Gestores	área judiciária e área administrativa

- Grupos de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Outrossim, objetivando desenvolver as competências técnicas e gerencias essenciais à formação do auditor, registre-se a participação de representantes do Núcleo de Auditoria Interna no Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário – Edição 2023 realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de videoconferência.

Ademais, como integrante do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-JUD, eleita para o biênio 2022/2024, a Secretária-Geral do Núcleo de Auditoria Interna integra dois Grupos de Trabalho criados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023:

Grupo de Trabalho – CNJ	Tema
Selo de Qualidade CNJ	GT para proposta de criação de um selo de qualidade para os Tribunais de acordo com o grau de atendimento as recomendações das unidades de auditoria.
Fórum de Auditoria CNJ	GT para organização do Fórum Permanente de Auditoria Interna – Edição 2024

A participação da Auditoria do TJRJ nos referidos grupos é uma oportunidade importante para fomentar o intercâmbio de experiências e boas práticas na área de auditoria com outros tribunais.

Especificamente, em relação aos temas tratados nos GT's, ressalta-se que a atuação deste Núcleo enseja a participação na definição de temas de ações de capacitação que serão oferecidas no Fórum de Auditoria buscando, assim, suprir eventuais lacunas de conhecimentos identificados pelos servidores na realização de suas atividades.

Quanto à criação do selo, trata-se de um importante mecanismo de promoção objetivando maior aderência das unidades auditadas na implementação das recomendações constantes das ações de auditoria, fortalecendo, portanto, os mecanismos de controle interno, com vistas à melhoria da gestão pública.

- Campanha – Mês de conscientização da Auditoria Interna

Outra atuação importante na busca pelo fortalecimento da política de controle interno, com foco em capacitação e disseminação de conhecimento, foi a promoção, durante todo o mês de maio de 2023 (mês da conscientização da auditoria interna), da campanha “Juntos pela transparência”.



Presidente do TCE-RJ ministrando para os servidores do TJRJ em evento promovido pelo NAI

A campanha em comento buscou, inclusive, fomentar a importância da transparência para garantir a confiança da sociedade no Poder Judiciário e que a Auditoria Interna é ferramenta essencial para promoção da transparência, reforçando o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ com uma atuação ética, eficiente e eficaz.

Nesse contexto, em parceria com a Escola de Administração Judiciária – ESAJ, foram realizadas palestras com os temas “Auditoria Interna e Compliance no PJRJ” e “Auditoria Interna: Um Pilar para a Transparência e Prestação de Contas”.

Com a colaboração do Departamento de Comunicação Interna – DECOI, foram elaborados informes internos e postagens nas redes sociais promovendo a atividade de auditoria interna, a campanha e o ciclo de palestras, bem como vídeo institucional, divulgando o trabalho do NAI na promoção da transparência e da eficiência dos serviços prestados pelo Poder Judiciário fluminense.

Com as ações desenvolvidas, o Núcleo de Auditoria do TJRJ participou do concurso promovido pelo Instituto Internacional dos Auditores Internos - IIA Brasil e, por conseguinte, conquistou o prêmio IIA May Brasil 2023, dedicado às organizações que realizam as melhores ações de conscientização sobre a atividade de auditoria interna.

- Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) e Questionário de Avaliação Contínua

Durante o exercício de 2023, foi iniciado o primeiro ciclo de avaliações internas previstas no Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) instituído pelo Ato Normativo nº 21/2021, em cumprimento às diretrizes estabelecidas nas Resoluções CNJ 308/2020 e 309/2020.

Assim, em cumprimento ao Ato Normativo nº 21/2021 que instituiu o referido programa, bem como de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RAD-NAI-010, foram aplicadas as avaliações internas (FRM-NAI-010-01) ao final de cada trabalho previsto no Plano Anual de Auditoria – PAA 2023, com o objetivo de verificar a eficiência dos processos de auditoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados e o monitoramento, avaliar a qualidade dos trabalhos, produzir informações gerenciais, promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento.

Com efeito, o PQA tem por objetivo verificar a conformidade dos trabalhos de auditoria com o Estatuto de Auditoria Interna, com as normas de conduta do NAI, com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 309/2020, bem como identificar possíveis fragilidades com potencial de comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, além de identificar oportunidades de melhorias.

Assim sendo, para cada auditoria realizada pelas Divisões de Auditoria Operacional e de Engenharia (DIAOP), de Auditoria de Finanças (DIAUF) e para cada monitoramento executado pela Divisão de Monitoramento de Auditoria (DIMON) foi aplicada uma autoavaliação. Após, os correspondentes questionários foram consolidados por Divisão, respectivamente, por meio dos processos SEI 2023-06142933, 2023-06145895 e 2023-06149901.

Ademais, as mencionadas unidades relacionaram os benefícios estimados em cada ação realizada, bem como registraram que não foram identificadas nas fases de planejamento, execução e comunicação dos resultados possíveis oportunidades de melhoria nos processos de trabalho, nem fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna em relação às ações realizadas pelas referidas Divisões durante o exercício de 2023.

As informações encaminhadas pela DIAOP, DIAUF e DIMON foram submetidas à Presidência deste Tribunal de Justiça por meio do Processo SEI 2023.06149147.

Ainda em cumprimento ao Ato Normativo TJ nº 21/2021 e de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RAD-NAI-010, a Divisão de Monitoramento de Auditoria (NAI/DIMON) realizou, ao longo do exercício de 2023, a avaliação contínua dos trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Auditoria (PAA),

mediante a aplicação do FRM-NAI-010-01 (Questionário de Avaliação Contínua - Unidades Auditadas) respondido pelos representantes das unidades auditadas, após o término das reuniões de encerramento dos respectivos trabalhos de auditoria.

Registre-se, por oportuno, que a avaliação contínua visa obter feedback das unidades auditadas para aferir a percepção sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna e a qualidade dos trabalhos de auditoria realizados.

Atividade Realizada	Público-alvo	Resultado Consolidado do Questionário
Questionário de Avaliação Contínua - FRM-NAI-010-01	Unidades Auditadas - respondido pelos representantes das unidades auditadas após o término das reuniões de encerramento dos respectivos trabalhos de auditoria.	As unidades auditadas expressam uma avaliação positiva em relação às atividades de Auditoria realizadas pelo NAI durante o ano de 2023, conforme evidenciado nos documentos indexados sob os números 7204381, 7204510, 7204560, 7204671, 7204753 e 7204807.

As informações foram consolidadas por meio do processo SEI 2024.06000184 e submetidas à Presidência deste Tribunal de Justiça.

Ressalte-se que, conforme manifestação da DIMON no mencionado processo, a percepção das unidades auditadas em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo NAI, no exercício de 2023, é 100% (cem por cento) positiva.

Cumprido esclarecer que, nos formulários preenchidos pelos representantes das unidades auditadas, não foram verificados questionamentos ou críticas aos trabalhos realizados.

- Normas de Conduta

Merece destaque, ainda, a aprovação das Normas de Conduta do Núcleo de Auditoria Interna instituídas por meio do Ato Normativo TJ nº 45/2023, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Resolução 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Com efeito, o referido normativo constitui um importante instrumento para redução da subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados na atividade de auditoria interna, bem como contribui para o alcance da missão da auditoria interna com fundamento em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo padrão de conduta ético-profissional.

- Plano Anual de Auditoria (PAA)

No Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2023, com atualização publicada no Diário Oficial Eletrônico – DJERJ em 30 de novembro de 2022, com alterações republicadas em 20/07/2023, foram previstas 19 ações/atividades distribuídas entre suas divisões, sendo estas classificadas em cinco auditorias de conformidade, cinco auditorias de gestão, uma auditoria coordenada pelo CNJ, três auditorias, duas ações/atividades de consultoria, uma ação/atividade de monitoramento e dois levantamentos.

Ação Realizada pelo NAI	Quantidade
Auditorias de Conformidade	5 atividades
Auditorias de Gestão	5 atividades
Auditorias Coordenadas	1 atividade
Auditorias	3 Atividades
Levantamentos	2 atividades
Consultorias	2 atividades
Monitoramento	1 atividade

Cumpra informar que algumas ações/atividades são executadas sob demanda contínua pelo NAI, como as ações de monitoramento e acompanhamento da gestão. Por este motivo, apesar de serem computadas no PAA como uma única ação/atividade, sua quantificação, ao final, se dará de acordo com o volume de trabalhos realizados.

- Monitoramentos Realizados

No ano de 2023, foram realizados 14 (quatorze) monitoramentos pela Divisão de Monitoramento de Auditoria - DIMON. Dentre os trabalhos concluídos destacam-se os monitoramentos das Prestações de Contas Anuais de Gestão do TJERJ e do Fundo Especial do TJERJ, processos SEI nº 2022-06031688 e 2022-06034016, respectivamente.

Das determinações presidenciais monitoradas, 31,25% foram implementadas, 31,25% encontram-se em fase de implementação e 21,87% não foram implementadas. No tocante as “Demais Situações” (15,63%), é importante esclarecer que o rótulo engloba situações de determinações com perda de objeto e de determinações a serem avaliadas em próximo monitoramento.

Por fim, informamos que o cálculo dos percentuais apresentados não contemplou ressalvas de prestações de contas, ou seja, tratou exclusivamente de determinações presidenciais oriundas de propostas de encaminhamento apresentadas em relatórios de auditoria.

Classificação do Monitoramento	Grau de Implementação
Determinações Implementadas	31,25%
Determinações em Implementação	31,25%
Determinações não implementadas	21,87%
Demais Situações	15,63%

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria, além da atuação na atividade pedagógica e de consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas em atenção às normas vigentes.

- Novo modelo de seleção de Auditorias

Cabe destacar que no corrente exercício o PAA foi baseado em critérios de riscos, atendendo às exigências da Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (alterada pela Resolução nº 422 de 28 de setembro de 2021), a qual estabelece as diretrizes técnicas relativas ao planejamento das auditorias.

A adoção do PAA baseado em critérios de riscos foi um ponto de grande relevância no aprimoramento das atividades de auditoria, contribuindo para a manutenção da objetividade e autonomia técnica indispensáveis à atuação do auditor.



Plano Anual de Auditoria 2024 do NAI

Dessa forma, espera-se que os resultados advindos das ações elencadas neste plano adicionem valor à gestão do Tribunal, bem como o aperfeiçoamento de aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão.

Com efeito, o NAI adotava como principal critério de seleção das ações a expertise do auditor interno acerca do Universo de Auditoria, no entanto, a partir do ano de 2023, uma nova metodologia de seleção foi aplicada. Soma-se à experiência do auditor interno uma abordagem de seleção de auditoria baseada em Fatores de Riscos, tais como:

- * Materialidade
- * Criticidade
- * Relevância

Nesse sentido, a adoção dessa nova sistemática de planejamento de auditoria permitiu uma visão panorâmica dos macroprocessos auditáveis do PJERJ, o que viabilizará uma atuação mais assertiva na tomada de decisão deste Núcleo de Auditoria.

- Prestação de Contas

Em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17, foram realizadas as avaliações substancial e de conformidade das prestações de contas da unidade gestora do TJRJ, do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ e do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN, bem como relacionados à documentação dos responsáveis por bens em almoxarifado do FEEMERJ e da unidade gestora do TJRJ; do responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ; dos responsáveis por tesouraria da unidade gestora do TJRJ, do FETJ, do FUNARPEN e do FEEMERJ.

Prestação de Contas Analisadas pelo Núcleo de Auditoria Interna
Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN
Responsável por bens em almoxarifado do FEEMERJ
Responsável por bens em almoxarifado da unidade gestora do TJRJ
Responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ
Responsável pela tesouraria do TJRJ
Responsável pela tesouraria do FETJ
Responsável pela tesouraria do FUNARPEN
Responsável pela tesouraria do FEEMERJ

Outrossim, em cumprimento à Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, o TJRJ encaminhou à Egrégia Corte de Contas, em 2023, um processo de PCA do ordenador de despesas do TJRJ, referente ao exercício de 2022. As demais PCAs não foram selecionadas para envio.

A PCA de 2022 foi autuada sob o número Proc. SEI TJ nº 2023/06029054 (ORDENADOR DE DESPESA TJ - REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS) e até a emissão do presente relatório ainda está pendente de julgamento na Egrégia Corte de Contas (Proc. TCE 106798-6/23).

- Tomada de Contas

O Núcleo de Auditoria Interna, em conformidade com a Deliberação nº 279 do TCE-RJ, exerce a função de elaborar certificados de auditoria com o objetivo de avaliar a conformidade das medidas administrativas adotadas pela autoridade competente no curso do processo de Tomada de Contas.

Cabe ao NAI assegurar o cumprimento das normas relacionadas à instauração da tomada de contas e, ao final do processo, apresentar uma opinião conclusiva sobre a regularidade ou irregularidade das contas de cada responsável arrolado na Tomada de Contas.

No exercício de 2023, o Núcleo de Auditoria Interna concentrou seus esforços em três tomadas de contas instauradas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Essas tomadas de contas foram iniciadas nos processos listados abaixo:

Instauração da Tomada de Contas	Nº do Processo SEI
Tomada de Contas em face de IBISS – projeto Pais trabalhando	2023-06096105
Tomada de Contas em face de IBISS – Justiça pelos Jovens	2023-06097572
Tomada de Contas em face de IBISS – projeto Começar de Novo	2023-06098730

- Informativos da Auditoria

Por fim, dando seguimento ao nosso compromisso pedagógico de disseminar entre as unidades administrativas que integram o TJRJ as atividades desenvolvidas por este NAI, foram divulgados, por meio de correspondência eletrônica, e disponibilizados no sítio deste Tribunal, informativos sobre os seguintes temas: Controle Interno, Compliance e monitoramento e Normas de Conduta do Núcleo de Auditoria Interna.

- Apoio ao Controle Externo

A Auditoria Interna, alinhada com seus objetivos constitucionais, desempenha um papel fundamental no apoio ao controle externo em sua missão institucional. Nessa perspectiva, o Núcleo de Auditoria Interna, com o auxílio do Serviço de Apoio ao Controle Externo (SEACE), presta apoio ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) no que diz respeito aos Termos de Solicitação de Informações e Documentos (TSID) encaminhados ao Tribunal de Justiça

do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para obtenção de informações essenciais ao TCE-RJ.

Nesse contexto, compete ao NAI colaborar com as unidades às quais as informações foram solicitadas pelo TCE-RJ, visando garantir que as respostas sejam fornecidas de maneira eficiente, bem como assegurando o cumprimento das exigências impostas pelo TCE-RJ. Destarte, ao longo do ano de 2023, foram encaminhados 10 TSDIs pelo TCE-RJ ao TJRJ, abrangendo diversas áreas de atuação.

Classe do Termo de Solicitação de Informações e Documentos (TSID)	Quantidade
Financeiro, Contábil, orçamentária e Patrimonial	7
Gestão e Transformação Digital	3

Ainda em relação ao apoio ao controle externo, tramitaram por este Núcleo de Auditoria Interna 279 (duzentos e setenta e nove) processos de pessoal, bem como 17 (dezesete) de contratos, os quais foram classificados com base no grau de relevância das decisões preliminares do TCE-RJ para a gestão do PJERJ, conforme tabelas abaixo.

* Atos de Pessoal:

Classificação	Natuerza
6 de alta relevância	Representação relativa à folha de pagamento de magistrados; recusa de registro de aposentadoria, por suposta violação legal
2 de média relevância	Reiteração de exigência para justificação pelo não enquadramento das aposentadorias no cargo de origem (ADI 3782 STF);
271 de baixa relevância	Diligências para solicitação de esclarecimentos referentes à incorporação de cargos comissionados; comprovação de forma de ingresso do servidor no cargo público;

* Atos e Contratos:

Classificação	Natuerza
9 de alta relevância	Auditorias financeiras; tomadas de contas especial; representação em face de licitação;
1 de média relevância	Exigência relativa ao relatório de gestão fiscal (1º quadrimestre);
7 de baixa relevância	Termos de solicitação de informações e documentos (TSIDs).

Aprimoramento da governança de TIC

Junto ao alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, o TJRJ reconheceu sua Governança de TIC como questão de importância estratégica, dando especial ênfase nas áreas de tecnologia da informação e comunicação de dados. Isso significou, em apertada síntese, a imposição de maiores controles estratégicos à área mais impactante para o processo de transformação digital do Tribunal.

Para demonstrar a importância e eficácia do conteúdo supracitado, trazemos abaixo listagem de algumas ações que estão sendo implementadas sob a coordenação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC):

- * Elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC 2023/2024), documento alinhado aos objetivos estratégicos do TJRJ, condição fundamental para planejar e executar as ações de forma coordenada em matéria de TIC;
- * Decisão estratégica no CGTIC sobre a implantação de solução de gestão de serviços gerenciados de TIC, atualmente em fase de contratação e que, quando estiver em funcionamento, proporcionará uma otimização de recursos e serviços a partir do estabelecimento e acompanhamento em tempo real de metas e indicadores, possibilitando a melhoria da qualidade;
- * Obtenção de resultado de destaque no IGOV – medição anual realizada pelo CNJ, com o objetivo de identificar o nível de maturidade de governança de TIC de cada tribunal. No ciclo de 2023, o CNJ revisou perguntas e pesos do questionário, além de criar uma nova seção a ser respondida pela área de negócios, tornando o índice mais rigoroso. No levantamento realizado neste ano, o TJRJ obteve a pontuação de 84,48 e se enquadrou no nível de maturidade “aprimorado”;
- * Elaboração do Plano de Transformação Digital, com o objetivo de promover a transformação digital no TJRJ e atender à Resolução CNJ 370/2021;
- * Elaboração e aprovação do Plano de Capacitação 2024 – documento que descreve o projeto de desenvolvimento das competências necessárias aos servidores

para operacionalização e gestão dos serviços de TIC e SI. Para se chegar à versão final do documento, foi previamente realizado levantamento de demandas de capacitação junto aos servidores/gestores da SGTEC e, após consolidação, foi elaborado o Plano de Capacitação para o ano de 2024, que conta com o total de 33 cursos. O Plano de Capacitação da SGTEC foi aprovado pelo CGTIC na reunião de 07/11/2023;

- * Revisão do Plano Anual de Contratações 2023 - ainda durante o ano de 2023 e a vigência da execução do documento, foi realizada análise crítica de todas as contratações previstas e executadas no PAC 2023, bem como da necessidade de inclusão de novas demandas. A análise abordou vários tópicos, tais como atualização da memória de cálculo, mudanças de perspectivas de datas e valores e adequação ao planejamento das unidades demandantes, observando as normas orçamentárias vigentes para tornar o documento e sua execução tão hígidos quanto possível.

- * Elaboração e aprovação do Plano Anual de Contratações 2024 - Elaboração do PAC 2024, documento que consolida todas as contratações que se pretende realizar ou prorrogar no exercício financeiro. Sua criação tem por objetivo racionalizar as contratações, de forma a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias e assim gerar maior retorno em valor aos usuários da estrutura de tecnologia da informação gastando somente o necessário, em atendimento ao princípio da eficiência.

- * Elaboração do Plano Plurianual (PPA 2024-2027) - Elaboração do PPA, instrumento de Planejamento e Gestão, que contém todas as contratações planejadas para o período de 2024 a 2027 e que estejam no escopo dos Projetos Estratégicos do TJRJ.

- * Estudo, regulamentação e aprovação de Gratificação de TIC, visando a valorização e retenção dos recursos humanos de TIC. A medida almeja como resultado a manutenção e o crescimento da qualidade do quadro de profissionais de TIC atendendo o TJRJ, que serão os responsáveis por viabilizar que a instituição tenha os meios digitais adequados para a prestação do melhor serviço jurisdicional possível, em constante melhoria, no curto, médio e longo prazo.

- * Institucionalização da Política de Governança de TIC - Elaboração do Ato Normativo Nº 32/2023, que estabelece a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJRJ. Visa-se com isso aprimorar todos os processos relacionados a TIC no Tribunal pelos próximos anos, permitindo maior controle de riscos e geração de valor para os usuários no longo prazo.

- * Mapeamento de Riscos e Processos de TIC - projeto iniciado no processo de Atendimento, com o objetivo de mapear riscos e controles, atualizar / desenhar as rotinas administrativas (RADs) associadas e identificar oportunidades de melhoria, com foco na melhoria da organização e da experiência dos demandantes junto ao Atendimento.



10. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal



10. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

2ª Vice-Presidência

Abaixo estão descritas as principais atividades desenvolvidas por esta Segunda Vice-Presidência, incluindo os aspectos quantitativos, estatísticos e de efetividade, principalmente em relação às ações do Programa FAZENDO JUSTIÇA, gerido pelo CNJ.

Quando do início da gestão, foi montada uma secretaria física para o GMF, o que inexistia, com mobiliário apropriado e uniformizado, além de dez computadores modernos, com nomeação de chefia, assessoria e estagiários, incluindo em tal estrutura a agente do PNUD/CNJ e equipe multidisciplinar.

Em relação aos demais departamentos do órgão, já havia estrutura e diversos funcionários, sendo alguns admitidos e outros realocados, havendo ainda a nomeação/manutenção dos respectivos chefes de setor.

No concernente à ASCRI, foram gerados na Unidade 5.552 registros, movimentados 4.193 registros, recebidos 2.037 registros e concluídos 6.142 registros.

No atinente à DEARE - Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal, que engloba os serviços de autuação; processamento e de Comunicação Externa e Gestão, cujas competências estão expressas nos artigos 192/196 da Resolução TJ/OE 04, de 07 de fevereiro de 2023, foram movimentados diversos Recursos Especiais e Extraordinários.

Quanto às estatísticas do Serviço de Autuação, seguem os números:

Ano	2022	2023
Recurso Ordinário com Agravo – Criminal	220	236
Agravo em Recurso Especial – Criminal	1306	1559
Recurso Especial – Cível	-	1
Recurso Extraordinário – Criminal	522	593
Recurso Especial – Criminal	2191	2594

Deve ser ressaltado que houve relevante aumento no quantitativo de feitos distribuídos até 30 de novembro de 2023.

Apesar do notório e substancial incremento no quantitativo de processos distribuídos à Segunda Vice-Presidência, o compromisso com a celeridade aliada à eficiência e à qualidade das decisões mantém-se inalterado. Tanto é assim, que o tempo médio para que sejam proferidas as decisões é de menos de 72 horas.

Como vem destacando a Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Segunda Vice-Presidente, o desafio para 2024 é manter o padrão alcançado, não obstante o significativo aumento da demanda, sempre de acordo com os ditames constitucionais, legais e jurisprudenciais vigentes.

No setor de distribuição, que engloba os serviços de Autuação e Distribuição de Feitos Urgentes; de Autuação e Distribuição de Feitos Ordinários e de Autuação e Distribuição de Feitos Extraordinários, com suas atribuições contidas nos artigos 187/191 da Resolução TJ/OE 04 de -7 de fevereiro de 2023, a contar da posse da Des. Suely Lopes Magalhães foram distribuídos 35.594 recursos para as Câmaras Criminais.

No âmbito do Gabinete, foram publicados 36 Atos Administrativos, ora em conjunto com outros órgãos da Alta Administração, ora isoladamente, dentre eles destacam-se os seguintes: Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ/2VP 05/2023 Criação da Central de Higienização e Saneamento do BNMP; Ato Executivo 02/2023 Cria, no âmbito do GMF, quatro subgrupos de desenvolvimento temático.

No tocante ao PNUD, que possui muitas atribuições em comum com o GMF, foram realizadas as gestões de governança quanto ao Programa Fazendo Justiça, conforme principais ações listadas abaixo no que diz respeito ao sistema prisional:

- Estruturação, organização e funcionamento do GMF nos moldes propostos pela Resolução 368/2021 do CNJ.
- Lançamento do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário (Ceimpa).
- Participação do GMF na mediação de painel no Encontro Nacional de Gestores de Leitura em Ambientes Prisionais, evento organizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) com apoio do Programa Fazendo Justiça.
- Instalação da Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões do Sistema Prisional, da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), com apoio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).
- Representantes do GMF participaram presencialmente do ciclo de debates no Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Brasília.
- Apresentação Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional - representantes do GMF e do CNJ reuniram com representantes dos municípios, Deputados e Deputadas e órgãos públicos para debater a expansão e fortalecimento dos Escritórios Sociais no Estado.
- Inauguração dos Escritórios Sociais de Campos dos Goytacazes e Bangu - os equipamentos integram a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional do CNJ, estabelecida pela Resolução Nº 307/2019. A expansão e qualificação desses serviços é trabalhada com o Programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ

em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com apoio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

- Manifestação de interesse assinadas pelos secretários dos municípios de Volta Redonda, Japeri, Itaboraí, Magé e Cabo Frio, encaminhadas ao GMF e CNJ para implantação de novos Escritórios Sociais.
- Diálogo iniciais para implantação de novos Escritórios Sociais com as Prefeituras do Rio de Janeiro (Escritório Social do Centro da Cidade) Macaé, Bom Jesus de Itabapoana, Miracema, São Gonçalo e Nilópolis.
- Monitoramento dos Escritórios Sociais de Maricá, Niterói, Campos dos Goytacazes e Bangu, com foco no fortalecimento das ações e expansão da atuação e sustentabilidade dos Escritórios Sociais.
- Realizadas tratativas com Promotores do Ministério Público do Trabalho e com Juízes da Justiça Federal/TRF2 para alinhamento da parceria, e assinatura de convênio para implementação dos Escritórios Sociais.
- Missão teste de coleta biométrica na Central de Audiência de Custódia de Volta Redonda, com representantes do eixo 4/ Núcleo de Biometria e Documentação do Programa Fazendo Justiça.
- Apoio a SEAP na interlocução com a SENAPPEN, para destravar os convênios de contratação das equipes multidisciplinares para o fortalecimento da Central de Alternativa Penal, Monitoração Eletrônica e Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional.
- Encontros formativos com equipes multidisciplinares dos serviços de atenção às pessoas custodiadas - APECS de Benfica no acompanhamento das atividades realizadas.
- Apoio ao CNJ no lançamento das duas publicações; Guia para a Estruturação da Política Judiciária de Atenção e Apoio às Vítimas e Cartilha para Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, para fortalecer a Política Judiciária de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais.

Quanto ao sistema socioeducativo, seguem as principais ações realizadas em 2023:

- Disseminação dos Manuais do Programa Fazendo Justiça/ eixo Socioeducativo para os atores do Sistema de Garantia de Direitos.
- Divulgação dos Encontros Formativos para os representantes do judiciário e executivo.
- Visita às unidades socioeducativas de internação e semiliberdade.
- Reuniões com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT).
- Reuniões com a Juíza titular da VEMSE da capital, com a pauta de elaboração do projeto piloto das Audiências Concentradas.
- Reuniões com a juíza titular da VIJ com pauta para implementação do NAI.

- Reuniões com gestores das unidades do DEGASE para participação em evento do CNJ de fomento à leitura (Caminhos Literários).
- Composição no GT do PNAISARI para discutir a política de saúde mental no Sistema Socioeducativo.
- Reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social da capital do estado, com vistas a compreender as ações realizadas no âmbito do meio aberto;
- Celebrado acordo com o SENAC e DEGASE para cursos profissionalizantes aos adolescentes em cumprimento de MSE e seus familiares.

Vale destacar que o eixo socioeducativo integra o Programa Fazendo Justiça do CNJ e é de responsabilidade do GMF, subordinado à Segunda Vice-Presidência, tendo merecido especial atenção.

Com efeito, foram realizadas articulações interinstitucionais junto aos Poderes Executivos Municipal da Capital e Estadual, o que resultou, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, a liberação de recursos financeiros para a retomada do programa “passo a passo”, que visa a fiscalização do cumprimento da MSE de liberdade assistida, inclusive já com edital publicado; na esfera do Estado tivemos a aprovação de cursos de capacitação para a adolescentes em conflito com a lei e submetidos à internação e semiliberdade, inclusive com a participação do SENAC.

O Programa pretende capacitar os jovens em medidas socioeducativas de internação e internação provisória, visando o mercado de trabalho com o foco na empregabilidade e a geração de renda e uma reflexão sobre a importância do trabalho na melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, chegamos às ações do GMF propriamente ditas.

O GMF se destaca pela importante atuação na execução de políticas judiciais destinadas aos sistemas prisional e socioeducativo, visando diagnosticar e programar melhorias, promover medidas para erradicar o tratamento degradante e tornar efetiva a aplicação de medidas alternativas, seguindo as diretrizes do CNJ.

Entre suas principais atribuições, estão o planejamento e execução de atividades voltadas para diagnosticar e implementar melhorias no sistema prisional do Estado, visando promover medidas para erradicar o tratamento degradante e tornar efetivas a ressocialização e a aplicação de medidas alternativas, dentre outras. Ademais, as atribuições atinentes às medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro também fazem parte de suas atividades.

Sendo assim, em primeiro lugar cumpre informar que os membros e colaboradores do GMF foram nomeados pela Portaria 976/2023 de 14/02/2023, complementada pela Portaria 2066/2023, de 23/05/2023

Paralelamente, registra-se que foi publicado o Ato Executivo 2VP 02/2023 , de 28/06/2023, que criou os quatro Subgrupos de Desenvolvimento Temático da Segunda Vice-Presidência, cada qual sob a coordenação de um dos juizes (as) mem-

bros(as) ou colaboradores(as) do GMF, objetivando simplificar a gestão e os atos de governança, sendo que cada magistrado(a) coordenador(a) passou a ter total autonomia para decidir e solucionar, no âmbito de suas atribuições, todas as demandas que não necessitassem, sob o critério de cada um, de deliberação do Colegiado.

Desta maneira, objetivando cumprir as metas e programas do CNJ, no Fazendo Justiça, e ainda solucionar as demandas afetas à competência do GMF, foram realizadas 31 reuniões do Grupo durante ao ano de 2023.

O TJRJ também esteve presente no encontro anual do DMF, na sede do CNJ, nos dias 13 e 14 de julho, sendo representado pelo Exmo. Juiz André Ricardo De Francisca Ramos, Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, e pelo Dr. Roberto Martins Soares, Diretor do GMF/RJ, onde foram tratados diversos temas ligados à execução penal e sistema socioeducativo.

Outra atividade constante foi a fiscalização dos estabelecimentos carcerários da SEAP/RJ, em complementação àquelas já feitas pela VEP, na forma da Resolução 47, do CNJ.

Em conformidade com a resolução 04/2023, expedida pelo Egrégio Órgão Especial do TJRJ, foi determinada a realização de inspeção nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2023.

Designou-se para a realização dos trabalhos de inspeção o Magistrado André Ricardo De Francisca Ramos, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, e o Doutor Roberto Martins Soares, Diretor do GMF, ambos integrantes do GMF.

As entrevistas com a direção de cada unidade prisional e demais funcionários dos estabelecimentos de privação de liberdade possibilitaram o acúmulo de informações, tanto por meio da resposta aos questionários padronizados, quanto das respostas obtidas pelos questionamentos efetivados. Também resultou exitosa a entrega dos documentos solicitados, que foram fornecidos, em sua maioria, impressos ou por meio eletrônico no momento da visita. Os trabalhos transcorreram dentro da normalidade, utilizando-se a metodologia de diálogo com os gestores e equipe de unidades, preenchimento de formulários encaminhados previamente às unidades, visita às alas e diálogo com os presos, com registros fotográficos e anotações.

Visando cumprir a finalidade, as vistorias resultaram em recomendações e providências, com o objetivo de contribuir para a melhoria da prestação do serviço prisional no Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, o caráter presencial permitiu o contato direto com celas, pavilhões e pátios, facilitando a constatação de problemas como, por exemplo, superlotação de celas, a eventual não observância das normativas ligadas à remição de pena pelo trabalho/estudo/leitura, irregularidades na distribuição de água, alimentação, uniformes e energia elétrica, enfermidades não tratadas e degradação das Unidades Prisionais vistoriadas.

Mediante o exposto, o GMF/TJRJ solicitou à Secretaria de Administração Penitenciária as seguintes providências emergenciais: entrega de colchões; produtos de

higiene pessoal; colheres e copos a cada custodiado; assegurar a assistência social aos custodiados; assegurar a assistência à saúde e a imediata retomada das medicações prescritas com o atendimento aos casos graves de saúde; levantamento do número de presos, portadores de moléstias graves, para avaliação da possibilidade de concessão de prisão domiciliar humanitária.

Houve, ainda, a Inspeção nas Unidades Penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro, para mapeamento do das Pessoas LGBTQIA+ Privadas de Liberdade – PROCESSO SEI Nº 2023-06042689

Com o objetivo de facilitar a implementação das diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ 348/2020, para garantia de direitos das pessoas acusadas, réis, condenadas, privadas de liberdade pertencente à população LGBTQIA+, no sistema de justiça carioca, o procedimento, em epígrafe, produzido por este Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas - GMF, acompanha a situação prisional das pessoas autodeclaradas com aquela orientação sexual.

O GMF sediou ainda a instalação de Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões Prisionais. No dia 05 de outubro de 2023, integrantes do Judiciário, do Legislativo e do Estado em um relevante encontro no Tribunal de Justiça do Rio.

Foi instalada a Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões do Sistema Prisional, da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), com a presença da 2ª vice-presidente do TJRJ e supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Desembargadora Suely Lopes Magalhães.

A criação da frente foi articulada pelo GMF com o escopo de permitir a continuidade das políticas públicas implantadas no âmbito do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro.

Vale destacar que uma das iniciativas da Frente Parlamentar será a criação de uma lei específica que cuide da implantação e manutenção dos escritórios sociais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Passamos aqui, a abordar a higienização do BNMP2.0.

Inicialmente, cumpre esclarecer que foi publicado o Ato Executivo Conjunto TJ CGJ 2VP 05/2023, que autorizou a instalação da Central de Higienização do BNMP 2.0, funcionando em regime de GEAP-C.

O número de servidores consolidado alcançou o total de 47 na data de hoje, que estão efetivamente participando do referido GEAP-C, inicialmente de maneira presencial e atualmente de forma remota.

O BNMP 2.0, no dia do início do GEAP-C, ou seja, 16/03/2023, possuía quase oitenta mil registros de pessoas presas, contrastando com os cerca de quarenta e três mil e quinhentos internos efetivamente encarcerados na SEAP.

Era esta, portanto, a missão a ser cumprida, ou seja, o saneamento de cerca de trinta e sete mil registros de mandados de prisão que não mais deveriam existir no BNMP 2.0, incluindo-se também a necessidade de eventual unificação de RJIs e expedição

de guias de recolhimento (cartas de execução de sentença) dentro do ambiente do BNMP 2.0, saneando-se também um número de presos que ainda constavam como provisórios, isto sem se falar no levantamento dos óbitos, que deveriam ser sanados com a certidão de extinção de punibilidade por morte.

Paralelamente, ainda devem ser higienizados atualmente cerca de 970 mandados de prisão em contingência e a verificação de um total aproximado de dez mil e quatrocentos mandados de prisão no BNMP2.0 que constam como pendentes de cumprimento e outras peças pendentes de assinaturas.

Foi feita uma listagem com todos os registros a serem saneados, a SGTEC realizou treinamento online com os servidores e, dentro da referida listagem, cada servidor teve seu nome atrelado inicialmente a setecentos registros que deveriam ser verificados.

Para a atividade de saneamento há necessidade de acesso a sete sistemas, a saber: SIPEN; SEI; SEEU; BNMP 2.0; DCP; EJUD e PJE.

Como se podia ver da planilha então enviada pelo CNJ, a qual recebia atualizações diárias, existiam registros de presos provisórios há mais de quatro anos, três anos, dois anos, um ano, seis meses e três meses, além de também podermos encontrar os registros a serem saneados por unidades judiciárias. Por orientação do CNJ e da Egrégia CGJ, o trabalho inicial teve por foco os presos provisórios há mais de quatro anos, que contavam com total de vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro registros.

Sendo assim, e sempre visando aumentar a velocidade do saneamento, foram publicados, além do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ/2VP nº 05/2023, que criou a Central de Higienização, foram publicados dois outros, a saber: 08/2023 e 10/2023, sendo que ambos otimizaram a atividade de saneamento. Também houve autorização do aumento do efetivo do GEAP-C para os 47 servidores hoje em atividade. Em 2023 atingimos o total de 47.652 presos no BNMP.

Foi realizada reunião com a SEAP e concluiu-se que a SEAP tem 43.017 presos, porque o BNMP somente entende como preso quem está efetivamente encarcerado em uma unidade prisional, ficando de fora deste efetivo os presos em semiaberto harmonizado e prisão albergue domiciliar.

Sendo assim, obtivemos uma relação de cerca de 2.805 apenados fora de unidade. Partindo-se da premissa de que serão mais 2.805 alvarás, o número a ser alcançado no BNMP, sem contar as novas prisões, será de cerca de 44.953. Dividindo-se este total pelos 43.017 encarcerados teremos uma convergência de 104,5%, ou seja apenas 1,5% acima da margem aceita pelo CNJ.

Estima-se que já higienizamos cerca de 32 mil registros indevidos desde o início dos trabalhos, em 16 de março de 2023, o que nos dá uma média de 3.200 registros por mês.

Desenvolvimento Temático do eixo Identificação Civil no Sistema Penal

O Subgrupo de Desenvolvimento Temático do eixo Identificação Civil no Sistema Penal, criado pelo Ato Executivo 2/2023 da 2ª Vice-Presidência, cuja atuação está vinculada ao Eixo Cidadania do Programa Fazendo Justiça do CNJ, realizou seis reuniões no ano de 2023. Participaram das reuniões representantes da Polícia Civil, incluindo Tecnologia da Informação e Diretoria do Instituto Felix Pacheco, representantes da Diretoria de Identificação Civil do Detran, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Secretaria de Administração Penitenciária, incluindo Superintendente de Tratamento e Coordenador da Classificação, além do diretor da Unidade Prisional Frederico Marques.

O trabalho do subgrupo aborda quatro frentes diversas, a saber: procedimento de verificação de identidade junto à Polícia Civil diante do grande percentual de pessoas presas em flagrante que chegam a audiência de custódia sem confirmação de identidade; identificação junto à audiência de custódia e providências que devem ser fomentadas para que o procedimento judicial seja instruído com as informações corretas da pessoa presa, além do acompanhamento do Convênio entre o TSE e RJ e o mapeamento do Fluxo de Atendimento de Identificação na Custódia (Benfica); cadastramento e identificação do passivo, pois cerca de 6% da população carcerária não tem identificação civil no Estado do Rio de Janeiro, o que muito dificulta a emissão de documentação civil básica para estes internos; e acesso aos documentos básicos, inclusive CPF, pelas pessoas privadas de liberdade até a porta de saída, com levantamento psicossocial das pessoas privadas de liberdade com RG Criminal e sem visitas cadastradas, por serem as pessoas mais vulneráveis e que devem ter prioridade no atendimento.

Alternativas Penais

A VEPEMA verificou que as Penas de Multa pagas espontaneamente pelos apenados estão sendo recolhidas para o Fundo Penitenciário Federal e não para o Fundo Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - FUESP, criado pela Lei Estadual nº 1.125/1987, o que implica numa evasão de receitas para a SEAP, a qual encontra-se carente de recursos.

Assim, em atuação conjunta com a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos, buscou-se contato com a Secretaria de Administração (SGAPADM) e a Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ) para a criação de um fluxo, com código de depósito, para a emissão de guias de pagamento diretamente pelo site da Fazenda Estadual, com o propósito de facilitar a emissão de guias de pagamento das penas de multa pelos Cartórios Judiciais e pelos apenados e seus advogados.

Atualmente, o pedido de criação de código para a emissão de guias de pagamento encontra-se na SEFAZ.

Quanto ao cumprimento da Resolução CNJ 487/2023, que trata da Política Antimanicomial para a Desinstitucionalização de Pessoas com Distúrbios Mentais em Conflito com a Lei Penal, esta encontra-se em andamento, conforme diagnóstico e plano de implementação enviados ao CNJ (SEI nº 2023-06044576).

Após solicitação da SEAP, diligenciou-se junto à Secretaria Geral de Contratos e Licitações do TJ (SGCOL) para dar impulso a Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre TJ/RJ, MP/RJ, DP/RJ, SEAP e SENAPPEN, que tem como finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas para o acompanhamento e avaliação de políticas penais no Estado, conforme procedimento SEI nº 2019-0604780, que aguarda manifestação da SENAPPEN ao Plano de Trabalho e à minuta de Termo para a sua assinatura e formalização.

Vale destacar, quanto à VEPEMA, que, devido a uma nova linha de gestão e aos esforços dos funcionários, o acevo cartorário foi reduzido de fevereiro para outubro de 2023 de cerca de 8.500 feitos para cerca de 6.300, como também que os mais de 2.000 processos paralisados há mais de 100 dias, em início de maio de 2023, foram saneados e, atualmente, o número de feitos paralisados há mais de 100 dias é zero.

Além disso, objetivando melhorar e ampliar as alternativas para o cumprimento de condições do Livramento Condicional e da Pena Alternativa de Limitação de Final de Semana, com maior oferta de palestras e de oficinas de trabalho para as pessoas apenadas.

Por iniciativa do GMF, buscou-se parceria com a ALERJ e a SEAP para a obtenção de financiamento de reformas nos Patronatos do Centro e de Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, e de Campos de Goytacazes, projeto que se encontra em andamento.

Por fim, os serventuários e a equipe técnica da VEPEMA participaram dos Cursos de Qualificação e Capacitação promovidos pelo CNJ, pela ESAJ e pela SENAPPEN, bem como que, atualmente, a Equipe Técnica da VEPEMA atua exclusivamente em seus respectivos perfis técnicos e deixou de realizar serviços cartorários.

GT Central de Custódia

O GT - Central de Custódia foi instituído a partir da edição do Ato Executivo 2ªVP nº 2/2023, publicado em 28/06/2023. Foi criado com o escopo de viabilizar a troca de informações e experiências entre as três Centrais de Custódia do Estado, de forma a mapear problemas e dar tratamento uniformizado as soluções.

Em 2023, foram realizadas quatro reuniões do GT – Central de Custódia, tendo sido examinados temas diversos acerca das rotinas de trabalho implementadas nas centrais de custódia, dentre eles a possibilidade do reconhecimento da prescrição pelo Juiz, no momento da realização da audiência de custódia, em hipóteses de

cumprimento de mandado de prisão e o fluxo a ser adotado quando o custodiado é encaminhado para central de custódia distinta daquela para a qual foi distribuído o procedimento.

No âmbito do GMF foram tratados alguns temas relevantes como o fluxo para a realização da identificação civil na porta de entrada do sistema, nas Centrais de Custódia do Estado; a necessidade da Polícia Civil determinar que os peritos juntem aos autos, no prazo máximo de vinte e quatro horas, os laudos referentes aos custodiados submetidos ao exame de corpo de delito; a necessidade de que a Polícia Civil distribua tempestivamente os procedimentos de cumprimento de mandado de prisão, de forma a possibilitar a realização da audiência de custódia no prazo legal.

Foram também tratados no GMF temas como o acesso dos Defensores Públicos, que atuam nas Centrais de Custódia, a processos sigilosos, distribuídos no sistema PJE de forma a viabilizar a realização das audiências de custódia.

Restou, ainda, levado ao GMF pleito de definição de uma rotina para inclusão no “Kit Obrigatório” de documentos apresentados pela Polícia Civil à SEAP a informação acerca do número CNJ de distribuição do procedimento de forma a evitar que a pessoa presa ingresse no sistema sem a devida comunicação da prisão à Central de Custódia.

Por fim, no âmbito do GMF, foi solicitado que fosse definido um email exclusivo para comunicação entre as Centrais de Custódia e a Polícia Civil, no intuito de viabilizar a comunicação rápida e eficaz, em especial, nos casos em que a pessoa presa ingressa no sistema sem que a comunicação da prisão tenha sido realizada à Central de Custódia, o que acaba por provocar atraso na realização da audiência no prazo legal.

É de se ressaltar ainda que o GMF disponibilizou uma estagiária que se dedica, de forma exclusiva, à análise das estatísticas das Centrais de Custódia, no intuito de monitorar, dentre outros aspectos, os relatos de tortura ou mal tratos trazidos pelos custodiados e os encaminhamentos de tais relatos para apuração pelos órgãos competentes, quais sejam Ministério Público e Corregedorias.

Por derradeiro, temos o Observatório Criminológico, na porta de entrada do Sistema Penal, no Presídio Frederico Marques, que é uma iniciativa da Segunda Vice-Presidência, com o apoio incondicional da Presidência em parceria com o DETRAN, a SEAP, o Estado e o Município do RJ.



11. Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa



11. Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa

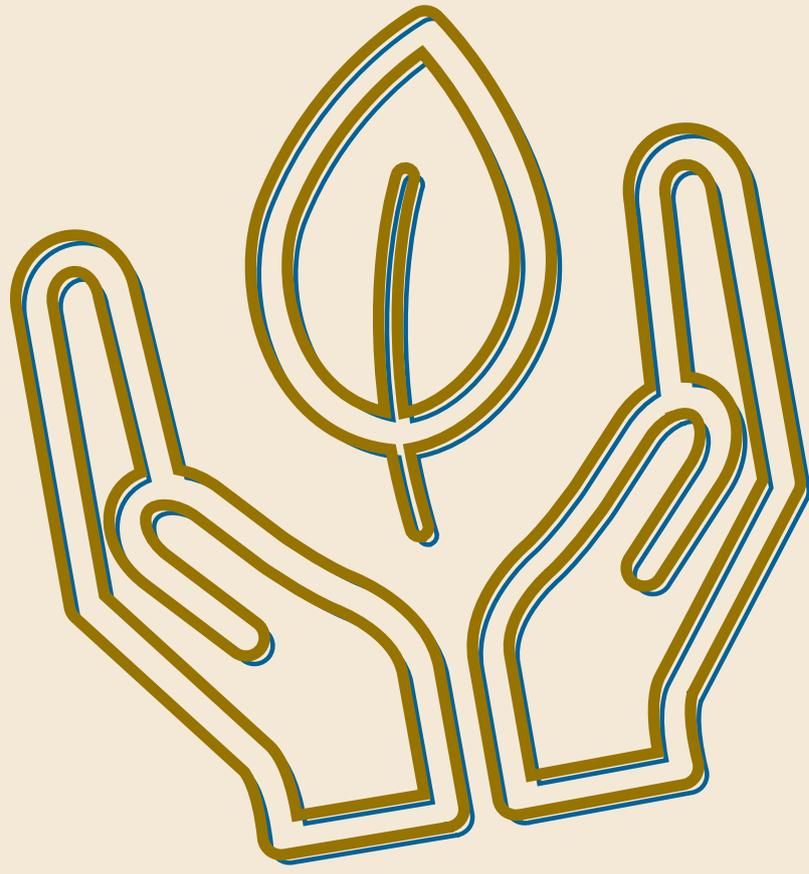
O TJRJ participa do Programa Nacional de Combate à Corrupção desde o ano de 2021. O PNPC é coordenado pela Rede de Controle dos Estados e voltado aos gestores de todas as esferas de governo e poderes, tem por objetivo proporcionar diagnóstico de pontos vulneráveis e sugerir ações (roteiro de atuação) que se adotadas poderiam, em tese, diminuir a fragilidade e melhorar o nível de segurança no tocante à fraude e corrupção. Em 2023, a participação do TJRJ foi atualizada, isto é, novo questionário foi respondido incluindo ações que foram implementadas no período, gerando por conseguinte novo roteiro de atuação.

O TJRJ implementou ou tem previsão de implementação de diversas ações que vão ao encontro de ações sugeridas no PNPC, como a criação do Código de Ética do Servidor e Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, instituição do Canal de Denúncia de Integridade, levantamento, controle e monitoramento de riscos de integridade, criação de política de conflito de interesses, entre outros.

Processos do Conselho da Magistratura

Foram distribuídos 22 recursos administrativos hierárquicos interpostos em processos administrativos disciplinares e foram baixados definitivamente 71 processos dessa natureza, quantitativo que representa 85,54% do total de processos dessa natureza que tramitaram perante o Conselho da Magistratura no ano de 2023.

Em cumprimento ao Provimento nº 130/2022 da Corregedoria Nacional de Justiça, foram inseridos no sistema PJeCOR, no Fluxo Colegiado Alternativo, todos os recursos administrativos hierárquicos interpostos em processos administrativos disciplinares em face de delegatários em tramitação na unidade. O referido sistema é utilizado pelo Departamento para o recebimento de processos administrativos disciplinares da Corregedoria ou da Presidência, bem como para a realização mais célere e eficaz das comunicações necessárias ao CNJ.



12, Promoção da Sustentabilidade



12. Promoção da Sustentabilidade

A promoção da sustentabilidade configura um dos macrodesafios estabelecidos no Planejamento Estratégico, com o propósito de aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Plano de Logística Sustentável – PLS, de acordo com o artigo 5º da Resolução nº 347-2020, CNJ, é um instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário e trata-se de uma ferramenta essencial para promover o planejamento sustentável e a racionalização dos gastos dos recursos naturais pelos órgãos do Poder Judiciário, bem como estimula uma gestão inovadora, com fundamento na transparência e na informação.

A PLS no TJRJ foi elaborada em conjunto pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) e as demais unidades organizacionais, sob as diretrizes da COSUS. A edição do PLS 2021-2023 no TJRJ foi instituída pelo Ato Executivo 130/2021, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS). Em complemento, foi publicada a Portaria 2467/2021, que estabelece as diretrizes para o cumprimento do PLS.



*Cerimônia de plantio de árvore no fórum central
em Comemoração ao Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas*

A SGSUS coordena e monitora o cumprimento do Plano de Ação Socioambiental, ferramenta auxiliar do PLS, com detalhamento das ações, responsáveis e prazos, além de avaliar os resultados dos indicadores previstos na Resolução CNJ 400/2021.

No ano de 2023, foram 6 reuniões com grupos de trabalho nos diversos eixos temáticos.

No que tange ao monitoramento do Plano de Ação Socioambiental, destacam-se a implementação das seguintes ações realizadas pelas unidades executoras do PLS:

Energia

- Em outubro foram retirados da frota ativa 41 veículos e encaminhados ao leiloeiro com o intuito de renovar a frota.
- Prosseguem as licitações para fornecimento de energia fotovoltaica par prédios de fóruns de diversas comarcas.



O PJERJ possui 11 prédios com teto verde telhado verde que permitem um melhor controle da temperatura interna, diminuindo o calor do prédio, minimiza o uso do sistema de climatização e gera, assim, economia no consumo de energia elétrica.

Gestão de resíduos

- Implementado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em parceria com a UERJ;
- Cerimônia de entrega do PGRS (elaborado em conjunto com as áreas do TJ) pelo reitor da UERJ ao presidente do TJ.
- Realizada Palestra, ministrada pela síndica do 5º NUR, de treinamento dos Síndicos dos Núcleos Regionais para orientação quanto à implementação da coleta seletiva nas comarcas do interior;
- Ampliação da coleta seletiva nas comarcas do interior 5º e 3º NUR;
- Coleta seletiva implantada em todos os prédios da Capital e Fóruns Regionais por meio de cooperativas;
- Coleta seletiva implementada no 5º Núcleo Regional de Volta Redonda (Volta Redonda, Barra do Piraí, Piraí, Porto Real Quatis entre outras).

Reformas/Qualidade de vida

- em estímulo à saúde e redução da emissão de CO₂, segue em andamento o processo (2022-06064505) para a instalação de bicicletários nas Comarcas ainda sem o serviço.

Convênios

- Implementado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em parceria com a UERJ;
- TJRJ é conveniado ao Programa Agenda Ambiental na Administração PÚBLICA (A3P) do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de estimular a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais;

Campanhas

- DOE LACRES - Doação dos lacres de alumínio, destinados ao Núcleo de Apoio a Projetos Educacionais e Culturais do Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ para troca por cadeiras de rodas a serem entregues a crianças e adolescentes atendidos por aquele Instituto;
- INCA SOLIDÁRIO - doação de tampinhas em parceria com o Instituto Soul Ambiental, responsável pela separação, destinação do material coletado para as recicladoras e transformação do plástico, coletado e reciclado, em financiamento para aquisição de cadeiras de rodas destinadas ao Instituto Nacional do Câncer (INCA/RJ).



Além do fórum Central na Capital, participam de ambos projetos os fóruns da Barra, Méier, Gávea, Santa Cruz, Volta Redonda e o I Juizado da Infância e Juventude e Idosos.

Cerimônias

- plantio de muda nativa da Mata Atlântica pelo Exmo. Presidente do TJ Des. Ricardo Rodrigues Cardozo em 16/03/2023 em comemoração ao dia “Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas”.

Exposições

- exposição “Animais Marinhos – combate à poluição no mar”, do artista André Rongo.
- Exposição “Arte + Sustentabilidade”, do artista Marcos Lanzieiro.

Palestras

- 22/03/2023 – Dia Mundial da Água – Palestra “Sustentabilidade e as Políticas de Intervenção para enfrentar o Desafio da Poluição do Mar” com a Bióloga Natalia de Miranda Grilli, com 85 participantes.
- 17/05/2023 – Palestra “A importância da reciclagem na redução do uso dos recursos naturais”, com 85 participantes.



Seminário: “Judiciário e Sustentabilidade”



Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: aplicações

- 13/06/2023 – Seminário: “Judiciário e Sustentabilidade”, com 20 participantes.
- 14/06/2023 – Encontro da Rede A3P no TJRJ com representantes do Ministério do Meio Ambiente e o Coordenador da rede, Sr. Pablo Saldo.
- 22/06/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: aplicações e desafios” - Dra. Gabriella Amorim, com 8 participantes presenciais.
- 31/08/2023 – Palestra “13 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - o Plano de Gerenciamento de Resíduos do TJRJ” – Palestrante: Prof. Fernando Altino, com 50 participantes.
- 29/09/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: Aplicações e Desafios” – Palestrante: Dra. Gabriella Amorim, com 500 participantes.
- 11/10/2023 – Palestra “Consumo Consciente – Alternativas Sustentáveis” – Palestrante: Desa. Aposentada Eunice Caldas, com 492 participantes.
- 19 a 25/10/2023 – Exposição “Animais Marinhos – combate à poluição no mar”.
- 23/11/2023 - Palestra “Sustentabilidade Financeira” - Palestrante: Yuri Fernandes da Cruz, com 121 participantes.
- 24/11/2023 novembro – Palestra “Amamentação Sustentável”- Dra. Abilene do Nascimento Gouvêa, com 102 participantes.
- 30/11/2023 – Palestra “Altruísmo Eficaz e Sustentabilidade: enfrentando os problemas da humanidade” - Palestrantes: Pedro Araujo, Juana Maria Martinez, Thiago Gomes Marcílio, Bruno Sterenberg, Ana Carolina Rossetini, Leo Arruda, com 173 participantes.



Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: Aplicações e Desafios”



Exposição “Animais Marinhos – combate à poluição no mar”



Palestra “Amamentação Sustentável”



Palestra “Altruísmo Eficaz e Sustentabilidade: enfrentando os problemas da humanidade”

Outros Eventos e Ações

- iluminação da fachada do Museu da Justiça na cor verde em alusão ao mês do Meio Ambiente em junho;



- Debate sobre “Justiça Climática” em celebração do Dia Mundial do meio Ambiente, realizada em 05/06/2023, no Museu da Justiça.



- Inclusão do painel de indicadores do CNJ no site do TJRJ;

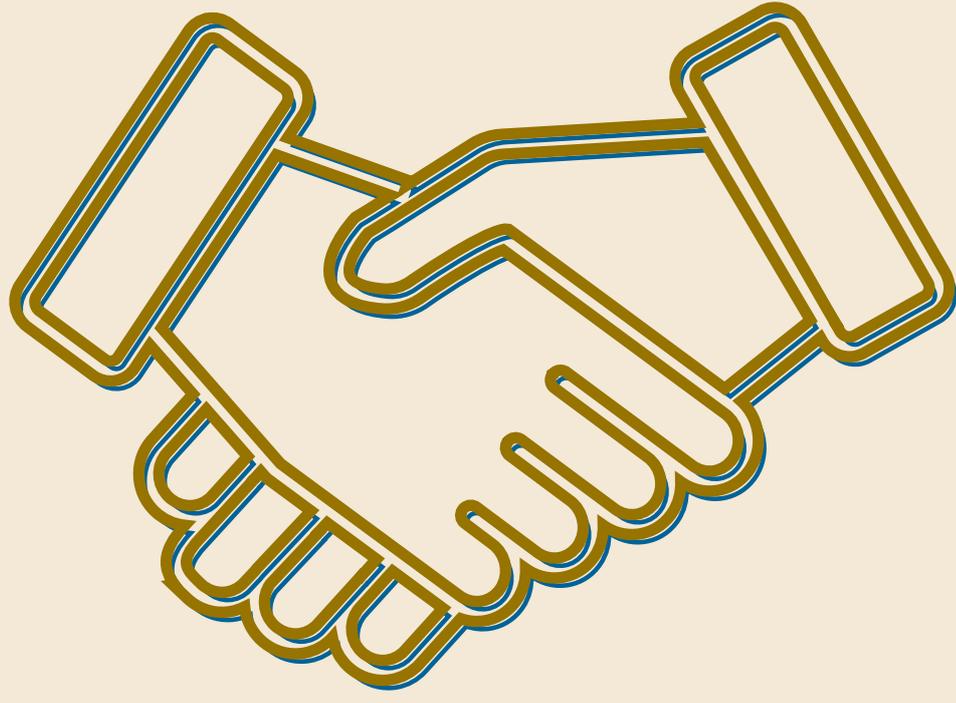
- Criação de calendário com as atividades do mês do meio ambiente;
- Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, realizada distribuição de 200 mudas de Jacarandá da Bahia e goiaba branca no dia 05/06/2023.

Outra frente importante que tange a sustentabilidade foi a operação de novas vistorias e medições de consumo de água, com fundamental parceria da empresa Águas do Rio, onde as equipes da SGLOG e SGSUS deram suporte logístico e operacional para o êxito da empreitada, visando aferir dados mais precisos que subsidiem a tomada de decisões. Foram instalados hidrômetros temporários em pontos específicos, realizadas medições de vazão (entrada/saída) de água para verificação de eventuais vazamentos e/ou desperdícios etc.

Na limpeza, práticas sustentáveis no trato com utilização do quantitativo de água e energia elétrica, otimizando os recursos para declínio do consumo observado.



Instalação de hidrômetro



13, Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos



13. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro incentiva o tratamento adequado dos problemas jurídicos e conflitos de interesses que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a oferecer mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a conciliação e a mediação, que se configuram instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Na atual administração o foco no desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de conflitos busca reduzir a excessiva judicialização, a quantidade de recursos e de execução de sentenças, estando em sintonia com os princípios da eficiência e da celeridade que, dentre outros, norteiam o processo, com o intuito de entregar uma efetiva prestação jurisdicional e em tempo razoável.

A Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos visa consolidar o subsistema autocompositivo, que se estrutura a partir do modelo Multiportas de acesso à justiça, cujo conceito é disponibilizar várias opções de mecanismos de tratamento de conflito, dando primazia à solução consensual, em especial, a mediação, a conciliação e a justiça restaurativa.

A porta de entrada do subsistema autocompositivo são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc's - unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

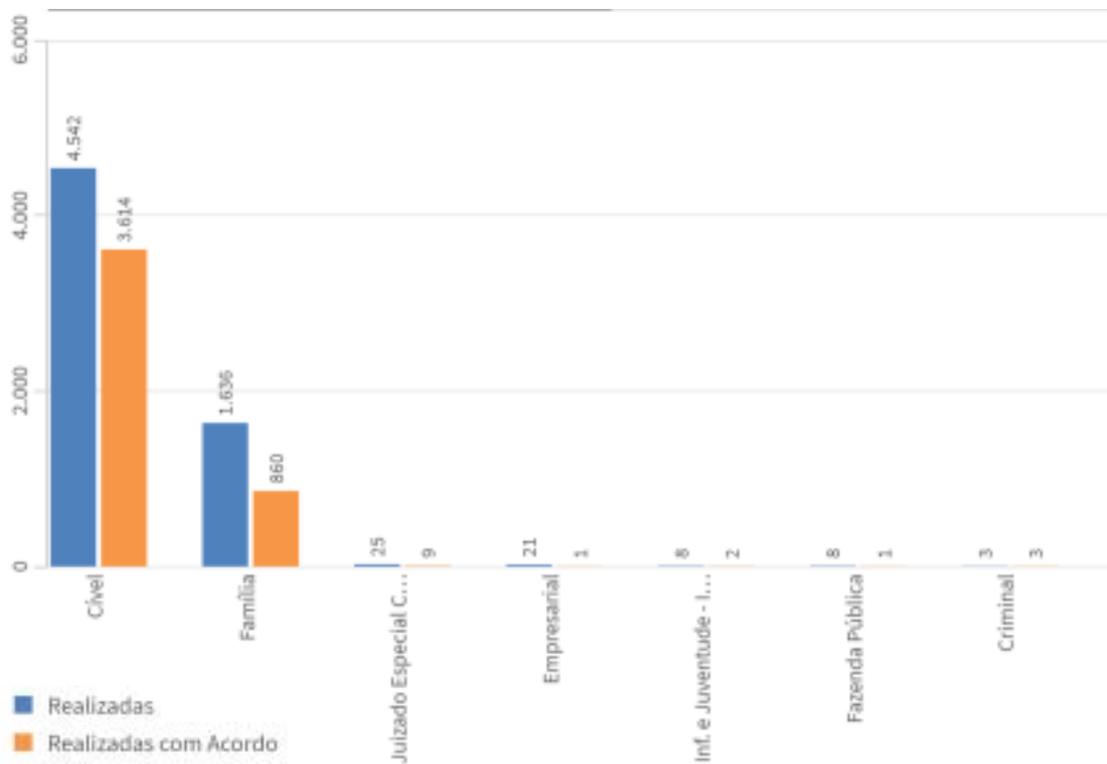
Em 2023, foi instalado o Cejusc da Comarca de Japeri e foi criado o Cejusc Especializado em Demandas Atinentes ao Superendividamento. Apesar de ter iniciado suas atividades no segundo semestre de 2023 o Cejusc Especializado em Demandas atinentes ao Superendividamento já recebeu 89 solicitações de mediação para renegociação de dívidas e, em parceria com Universidade Federal Fluminense, desenvolveu com professores e alunos do curso de Ciências Atuariais as Oficinas de Educação Financeira, como parte dos procedimentos adotados pela unidade.

Importante assinalar que as estatísticas demonstram o empenho e o compromisso com o desenvolvimento da política pública, bem como a acertada opção pela adequação do tratamento, já que, como se verifica, os índices de acordo são significativos.

Estatísticas dos CEJUSC's:

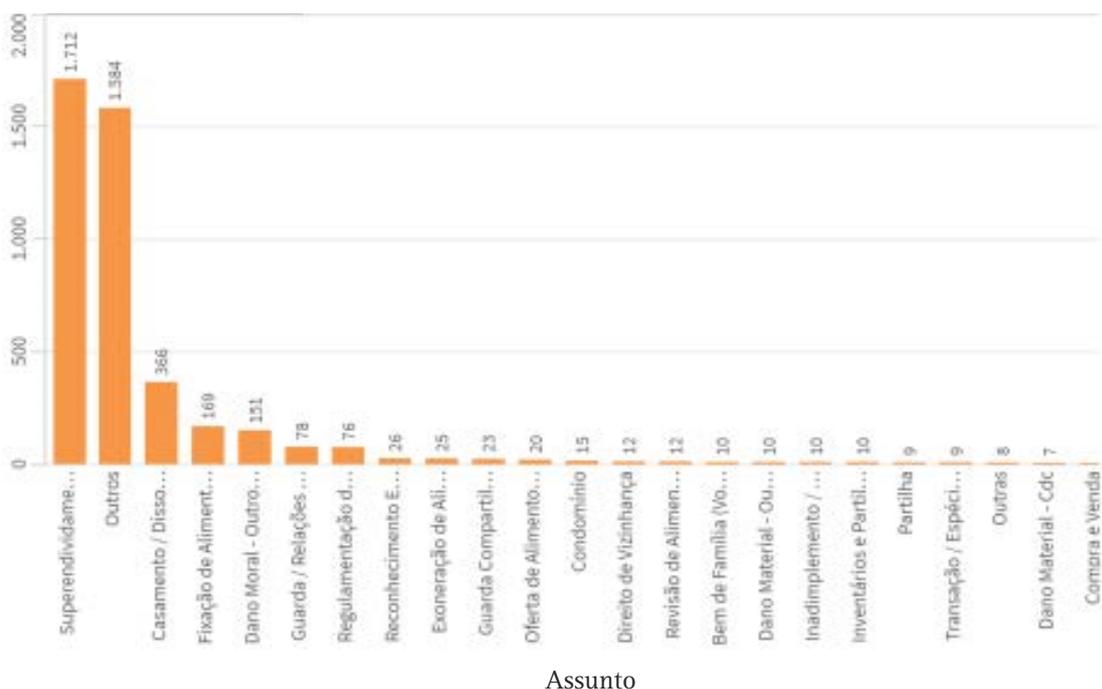
CEJUSC - Pré-Processual - 2023

Audiências por Competência - 2023

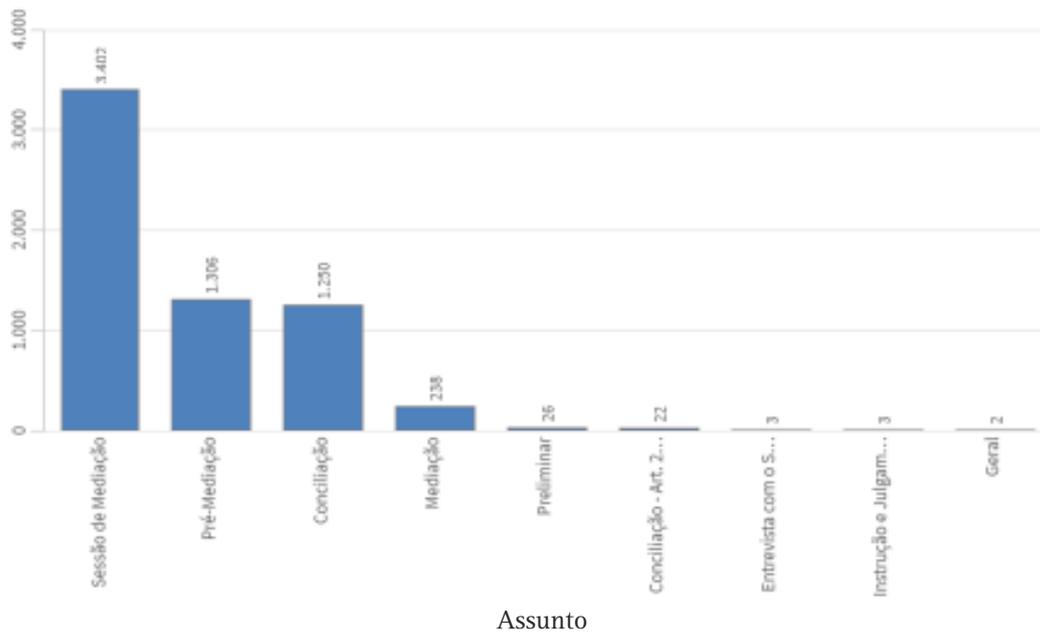


Audiências por Assunto - 2023

Realizadas com Acordo

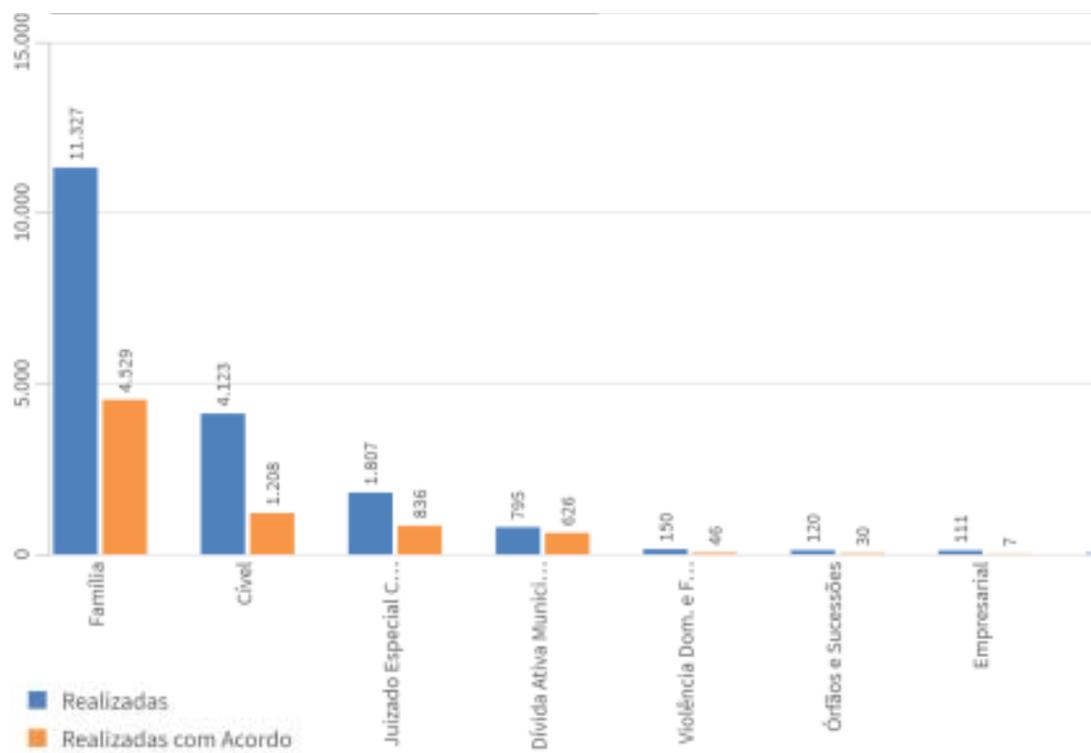


Audiências por Tipo - 2023

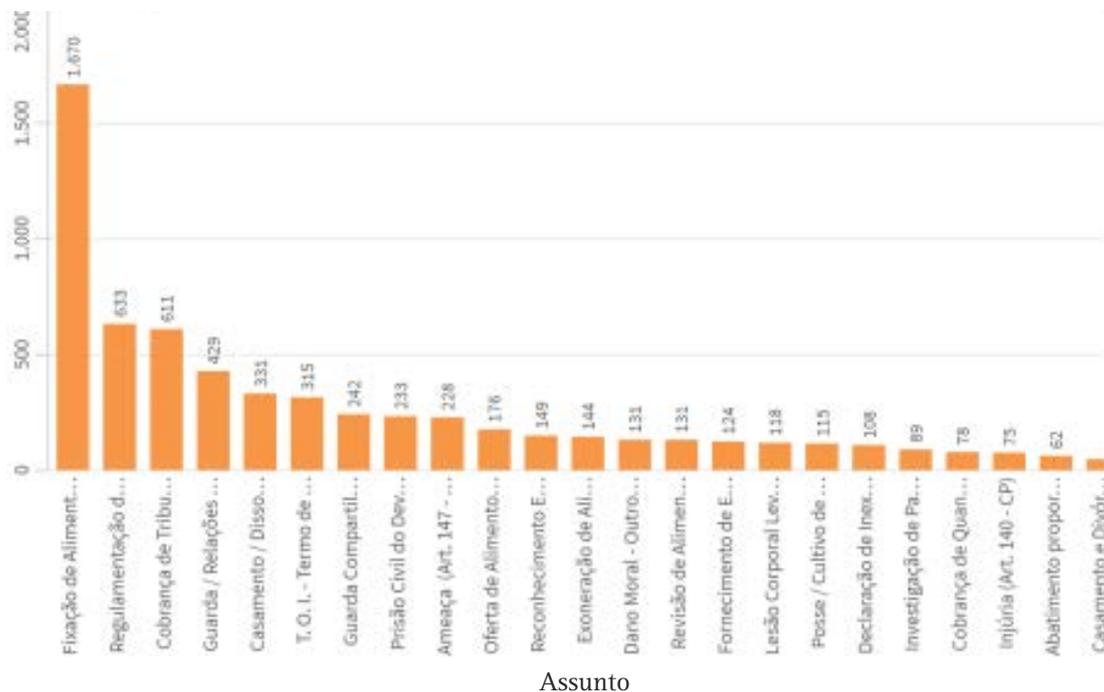


CEJUSC - Processual - 2023

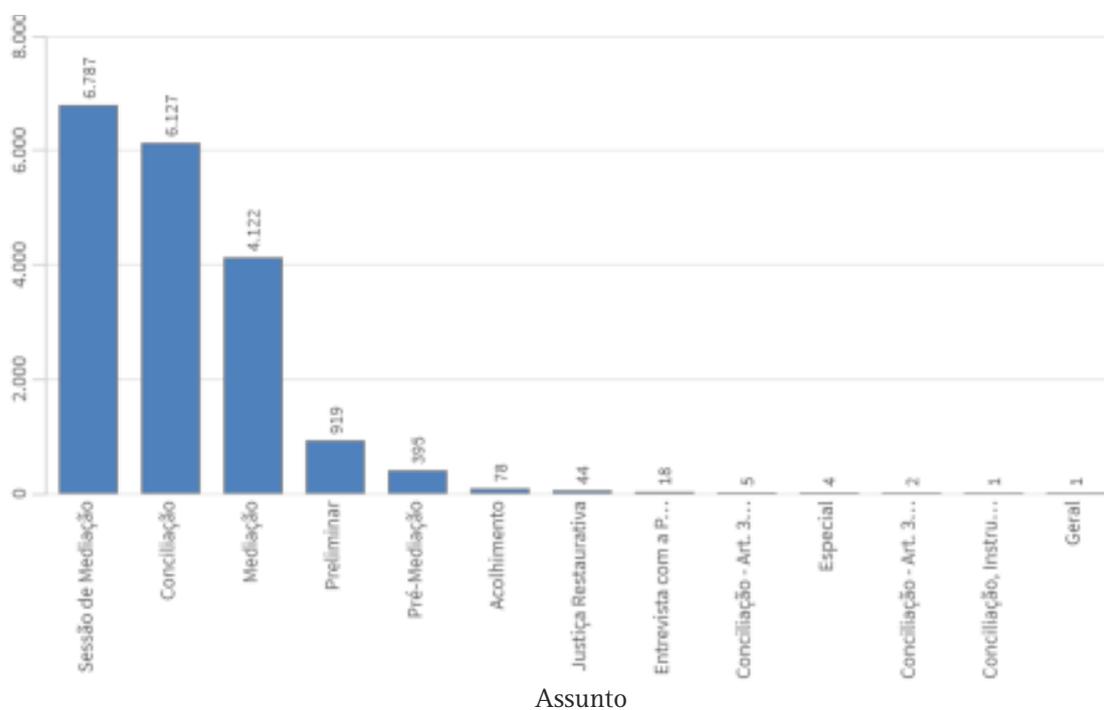
Audiências por Competência - 2023



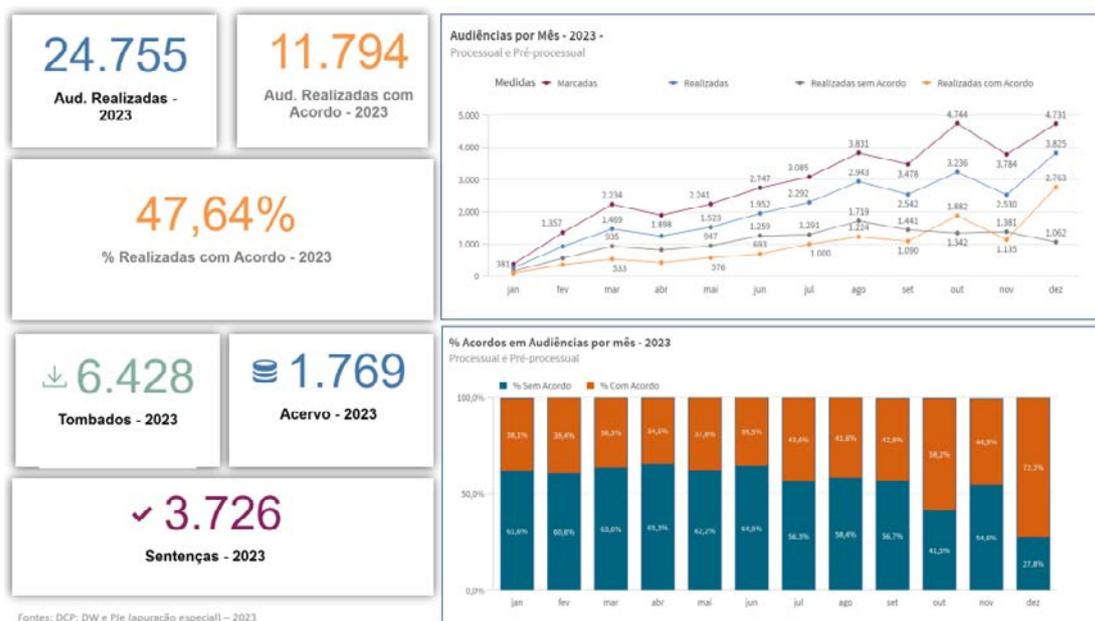
Audiências por Assunto - 2023 Realizadas com Acordo



Audiências por Tipo - 2023



CEJUSC - Processual e Pré-Processual 2023



A busca constante pelo aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a necessidade de aumentar a produtividade e entregar ao cidadão uma Justiça mais ágil e eficaz orientou a realização das Agendas Concentradas, iniciativa que reúne uma força tarefa de mediadores para atuar em demandas de consumo ou tributárias e assim contribuir para reduzir as taxas de congestionamento e cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2023, foram realizadas as seguintes agendas concentradas:

- Cejusc Japeri – 220 processos da Dívida Ativa, Cíveis e Família
- Porciúncula – 25 processos Cíveis e de Família.
- Cejusc Madureira – 126 processos com a Light.
- Cejusc Búzios – 143 processo Bancos e Enel.
- Cejusc Jacarepagua – 100 processos com a Light.

Na esteira da promoção da consensualidade, o Nupemec participou da XVIII Semana Nacional da Conciliação promovida pelo CNJ com processos envolvendo os Bancos Itaú e Inter, as empresas Latam, Hyundai, a Eletrobrás e a Associação Santa Catarina.

Em relação ao setor de cidadania, diversas ações foram empreendidas pelos Cejusc's, como as "Oficinas de Parentalidade". As oficinas são oferecidas nas modalidades presencial e on-line, e delas participaram no ano de 2023 partes de 715 (setecentos e quinze) processos que tramitam nas Varas de Família, oportunizando a reflexão acerca da coparentalidade. As oficinas recebem encaminhamento dos juízes, por recomen-

dação das Equipes Técnicas ou por indicação dos próprios mediadores, quando a temática do conflito versa sobre a convivência familiar e os cuidados com os filhos.

Ao longo de 2023, o NUPEMEC viabilizou que 10 (dez) comarcas e/ou fóruns regionais tivessem suas solicitações atendidas, já tendo sido realizadas 48 (quarenta e oito) oficinas presenciais e 11 (onze) on-line. Além disso, cabe acrescentar que foram promovidas 2 (duas) edições, restritas a convidados, majoritariamente advogados, com o intuito de divulgar as oficinas.

Atualmente, o NUPEMEC conta com, aproximadamente, 20 (vinte) expositores voluntários ativos e para 2024 está prevista capacitação na Escola de Mediação (EMEDI) para formação de novos expositores nos moldes do sistema Conciliajud do CNJ.

De outro ângulo, observando a necessidade de desenvolver projetos de melhoria da comunicação e da convivência em relação a conflitos nos processos dos Juizados Especiais Criminais, especialmente envolvendo os feitos atinentes a relações de vizinhança, o NUPEMEC desenvolveu o projeto da “Oficina de Convivência: Desenvolvendo Habilidades de Comunicação e Convívio”. Voltada para a reflexão em prol da melhoria da comunicação, a iniciativa foi contemplada em 2º lugar no Prêmio Cultura da Paz 2022, em homenagem a Maria Tereza Sadek, idealizado pela Comissão de Mediação de Conflitos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro, na categoria Mediação e Conciliação tendo a premiação ocorrido no dia 03/05/2023.

Outra iniciativa no campo da cidadania foi a participação do NUPEMEC na Ação Social “Registre-se”, na qual os Cejusc’s participantes realizaram 933 atendimentos, da mesma forma que na Semana do Idoso, com a realização de 83 atendimentos.

As ações de cidadania também foram voltadas para a negociação e pagamento de dívidas, oportunizando o resgate da cidadania pela recuperação do crédito dos consumidores, com a realização do Feirão Limpa Nome, do qual participaram instituições financeiras e concessionárias de água e de energia elétrica, sempre na esfera pré-processual.

- Feirão Limpa Nome CEJUSC Três Rios – 1300 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Vassouras – 286 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Angra dos Reis – 617 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Petrópolis – 617 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Campos dos Goytacazes – 662 acordos.

A Política Judiciária de tratamento dos conflitos de interesses proposta pela Resolução 125/2010 tem o propósito de oferecer múltiplas formas de acesso à justiça, concebendo um subsistema autocompositivo do qual fazem parte as Câmaras Pri-

vadas credenciadas junto ao NUPEMEC, aptas ao trabalho em solução consensual judicial e pré-processual, nos moldes do artigo 168 do CPC.

O TJRJ credenciou 15 Câmaras Privadas de Mediação:

- AB Câmara de Mediação e Arbitragem RJ
- ABRH – Associação Brasileira de Recursos Humanos
- CAMES – Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada
- CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem
- CASA – Centro de Atendimento de Soluções Alternativas Câmara Privada de Mediação e Arbitragem.
- CMIRB – Centro de Mediação do Instituto Recupera Brasil
- CONCILIE ON LINE – Centro de Negociação, Mediação e Arbitragem On-Line Ltda.
- CMCA – Câmara de Mediação de Conflitos e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil – 2ª Subsecção – Duque de Caxias - RJ
- EQUILIBRE – Gestão de Conflitos Ltda
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- MEDIAR 360 – Gestão Inteligente de Conflitos Ltda.
- MEDIARE- Diálogos e Processos Decisórios
- MEDIATI – Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem Ltda.
- MEDIATUM – Câmara Privada de Mediação.
- PAX – Mediação e Arbitragem.

Com o intuito de aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas, o NUPEMEC desenvolve projeto de cooperação mútua entre o TJRJ e os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades visando à criação, instalação e funcionamento de Polos Avançados de Solução de Conflito Extrajudiciais – PASCE's, objetivando a realização de sessões de autocomposição sem a necessidade do ajuizamento de ações judiciais, com a possibilidade de posterior homologação judicial dos acordos obtidos, de forma a contribuir para a pacificação social, para a democratização do acesso à justiça e para a promoção da cultura da construção do consenso.

Em 2023 foi criado o PASCE da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO /Termo nº 003/0376/2023, que se soma aos Pasce's já em funcionamento:

- PUC (RIO) – Pontifícia Universidade Católica (Termo nº 003/146/2022)
- UERJ – Universidade do Estadual do Rio de Janeiro (Termo nº 003/090/2022)
- UNISIGNORELLI – Centro Universitário Internacional (Termo nº 003/0543/2022)
- UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira (Termo nº 003/0554/2022)

- A iniciativa do NUPEMEC em desenvolver os PASCES vem sendo bem acolhida pelas universidades, tanto que se encontram em processo de implantação os seguintes Polos Avançados:
- UFF- Universidade Federal Fluminense - MACAÉ: em processo de formalização (SEI nº 2022-06123723);
- UNESA – Universidade Estácio de Sá: em processo de formalização (SEI nº 2022-06123736).
- UCAM - Universidade Candido Mendes - Unidade Ipanema (SEI nº 2023-06047489).
- UNESA - Universidade Estácio de Sá - Unidade de Santa Cruz (SEI nº 2023-060432950)
- INFAA - Fundação Educacional Dom André Arcoverde (SEI nº 2023-06068529)
- FUSVE - Fundação Educacional Severino Sombra (SEI nº 2023-06073727)
- UCP - Universidade Católica de Petrópolis (SEI nº 2022-06139712)

Ressalte-se que em 2023 foram firmados os seguintes convênios:

- PROCON - Superendividados (SEI nº 2021-0687531) – Capacitação dos funcionários do PROCON em mediação, para atendimento dos superendividados e seus credores;
- PUC - LIGHT - Plataforma de inteligência artificial para realização de mediação e conciliação on-line (SEI nº 2021-0649378);
- ANS (SEI nº 2021-0691616)
- Secretaria Especial de Cidadania – Programa Comunitário de Solução de Conflitos (SEI nº 2022-06116836) – em fase de formalização da avença;
- Humana Arte (SEI nº 2020-0661831 - Termo nº 003/0503/2023)– realização de práticas restaurativas nas Casas da Família;
- Práxis Sistêmica (SEI nº 2020-0658187 – Termo nº 003/394/2021) – convênio para a realização de sessões de constelação familiar nos CEJUSC's e nas Casas de Família;
- PROCON-RJ (SEI nº 2021-0697197 – Termo nº 003/069/2022) – convênio para a facilitação do acesso à justiça, visando à proteção ao tratamento extrajudicial do superendividamento;
- CNEN – Acordo de Cooperação Técnica visando à capacitação dos servidores para integrar a Câmara de Mediação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Termo nº 003/496/2022 – SEI nº 2022-06001197);
- OAB/RJ - Convênio a ser celebrado visando à parceria, através da Comissão de Mediação e Métodos Consensuais (CMC da OAB/RJ), para apoio às sessões de mediação, sob a coordenação do NUPEMEC/TJRJ.

- UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta: em processo de formalização - SEI nº 2020-0646998 - Termo nº 003/0365/2022; CELEBRAÇÃO: Em 04/08/2022; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência referente ao Acordo de Cooperação Técnica nº 003/434/2021, para encaminhamento de alunos e professores voluntários dos cursos de graduação, pós-graduação “lato-sensu”, mestrado e doutorado, das faculdades de Direito, Assistência Social e Psicologia, ministrados pelo Centro Universitário Augusto Motta -UNISUAM, mantido pelo parceiro, visando auxiliar na solução extrajudicial de conflitos familiares.

No exercício de 2023 foi firmado convênio para Implantação da Mediação Escolar no Município de Petrópolis - 2023-06043728 - Termo nº 003/251/2023 e encontram-se em tratativas as parcerias com:

- DEGASE - Projetos para ministrar cursos voltados às pautas socioeducativas do DEGASE (SEI nº2023-06090905)
- Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro - Para implantar a Mediação Comunitária - em trâmite - SEI nº 2023-06120018
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - Mediação Comunitária por meio da Secretaria Especial de Cidadania - SECID - em trâmite - SEI nº 2022-06116836
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - por meio do Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON CARIOCA - - em trâmite - SEI nº 2022-06123663
- PREFEITURA DE NITERÓI - “PROGRAMA PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA” - em trâmite - SEI nº 2020-0655951
- ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ARPENRJ - Capacitação em Mediação para funcionários dos cartórios extrajudiciais em trâmite - SEI nº 2023-06084720
- CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - Realização de Mediação - em trâmite - SEI nº 2023-06044280
- Comissão de Círculos de Paz e Justiça Restaurativa da OAB/RJ - Seccional Rio de Janeiro - parcerias com o tema da Justiça Restaurativa - em trâmite - SEI nº 2023-06143040
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - para mediações de conflitos envolvendo animais - em trâmite - SEI nº 2023-06114380
- Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro / CRA-RJ - realização de mediação - em trâmite - SEI nº 2023-06121480

A crescente demanda pela capacitação de conciliadores, mediadores, expositores de Oficinas de Parentalidade, facilitadores de Justiça Restaurativa justificou a criação da Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro - EMEDI, cuja solenidade de inauguração ocorreu em agosto deste ano. Em parceria com a EMEDI foram realizadas 07 (sete) turmas do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, sendo 04 (quatro) na modalidade telepresencial e 03 (três) turmas na modalidade presencial, com cerca de 165 (cento e sessenta e cinco) alunos inscritos.

Ademais, foram realizadas 05 (cinco) turmas do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais, perfazendo um total de cerca de 155 (cento e cinquenta e cinco) inscritos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs do Estado do Rio de Janeiro, para respectiva formação no ano de 2023, igualmente, em parceria com a Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro – EMEDI.

Para atender aos Cejusc's foram realizados cursos de capacitação para os Chefes das unidades, com foco no aperfeiçoamento na utilização dos sistemas informatizados DCP e PJe.

Também em parceria com a EMEDI, em 2023, foram realizadas 04 (quatro) turmas do Curso de Mediação Organizacional, 02 (duas) na modalidade presencial e 02 (duas) na modalidade on-line, com cerca de 117 (cento e dezessete) alunos indicados pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE/RJ.

Outrossim, em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, o Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais em referência se constituiu como um dos módulos do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Justiça Multiportas 2 (SEI nº 2023.06076610), sendo que todos os alunos concluintes da parte teórica do referido curso foram encaminhados ao estágio supervisionado nos Cejusc's, como parte da 2ª etapa da formação. Cabe sublinhar que o NUPEMEC oferece também aos alunos capacitados pelas escolas privadas de mediação, mediante convênio, a oportunidade de realização do estágio supervisionado nos Cejusc's.

O NUPEMEC tem especial foco na qualificação dos mediadores judiciais, envidando esforços para oferecer capacitação contínua e supervisão. Com esse objetivo foi criado o Programa de Aprimoramento de Mediadores – PAM. Os encontros propiciam o debate de temas de atualização e consolidação de conhecimentos necessários para uma prática qualificada dos mediadores que atuam nos Cejusc's.

Ao longo de 2023 foram realizados 5 encontros, sendo 1 na modalidade virtual e 4 de forma presencial, conduzidos por especialistas nacionais e internacionais, conforme abaixo elencado:

- Empreendendo na Mediação - Palestrante: Andrea Maia
- Inteligência artificial na resolução de conflitos? Realidade ou fantasia? - Palestrante: Alberto Elisavetsky - AR (Palestra on-line com convidado internacional)
- Jogos de conexão - Palestrante: Hellen Faria

- Empresas Familiares: como tratar conflitos que envolvem relações profissionais e afetivas? - Palestrante: Jennifer Brandt - EUA (Palestra presencial com convidada internacional)
- Os conflitos desde o olhar da antropologia. Diálogos com a mediação - Palestrante: Juan Pablo Matta. AR (Palestra presencial com convidado internacional).

Considerando a necessidade de atendimento ao determinado no processo administrativo SEI nº 2021.0641721, relativo às normativas de designação, atuação e remuneração dos Juízes Coordenadores de CEJUSCs, cargo instituído pela Resolução CNJ nº 125 de 29 de novembro de 2010, em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, foi oferecida 01 (uma) turma de capacitação de magistrados em mediação judicial (SEI nº 2023.06059839), com um total de 40 (quarenta) magistrados cursistas, no ano de 2023.

Por fim, com vistas, ao aprimoramento da dinâmica de designação, prorrogação e cadastro de conciliadores judiciais, por solicitação do NUPEMEC, está em desenvolvimento pela Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – SGTEC/TJERJ, o Sistema CONCI-LIADORWEB, que facilitará a apresentação e a entrega dos documentos exigidos no artigo 17 do Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos do Comitê Gestor da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, pelas serventias judiciais, quando da indicação dos interessados para o Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, bem como possibilitará maior agilidade no procedimento de formação e cadastro dos conciliadores judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O referido sistema também já se encontra em estudos para viabilizar a mesma dinâmica para fins de inclusão dos mediadores judiciais em formação e dos próprios mediadores judiciais quando da indicação dos interessados para o curso pertinente.

Considerando as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a disponibilidade de recursos materiais e humanos, a implantação de atividades e projetos de Justiça Restaurativa são irradiados através dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc's, respeitando-se as particularidades de cada região. Também os servidores, colaboradores e estagiários do TJRJ foram contemplados nos projetos envolvendo a Justiça Restaurativa.

Em 2023, destacam-se os seguintes projetos:

- Protocolo “Eu te Vejo”, voltado à prevenção da violência escolar e elaborado pela Juíza Coordenadora do CEJUSC da Vara da Infância, da Juventude da Capital. Ao longo de 2023 foram organizadas reuniões para a implementação do protocolo, com a participação de representantes dos segmentos da saúde, da educação além do Ministério Público e Guarda Municipal.
- Projeto Cultivando o Cuidado, implementado em duas unidades de acolhimento institucional indicadas pelo CEJUSC da 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (medidas protetivas). Objetiva contribuir para o fortalecimento do senso de comuni-

dade na instituição por meio de pertencimento, conexão emocional e integração em vista do bem comum para prevenir a judicialização dos conflitos.

- **Círculo de Autocuidado**, para mulheres em situação de violência doméstica - desenvolvido no Cejusc Rio das Ostras. Objetiva auxiliar na redução dos indicadores de violência doméstica, através da modificação de sua visão acerca da violência e consequente realinhamento comportamental.
- **Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar**, desenvolvido no Cejusc Rio das Ostras, objetiva oferecer espaço de apoio emocional e reflexão para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- **Círculos de diálogo**- busca propiciar interações pautadas em escuta profunda e norteadas pela ética do cuidado, que reverberam para além do espaço do diálogo compartilhado com o grupo. Ao oferecerem oportunidade de trocas de ideias e ampliação das habilidades de escuta qualificadas, os círculos de diálogo favorecem a construção, pela comunidade, de uma cultura de paz. Os círculos de diálogo abordam uma temática específica, escolhida pelo CEJUSC que propõe a atividade. Em 2024 foram desenvolvidas atividades no Cejusc Méier, no Cejusc Bangu e Cejusc Capital.
- **Projeto Motivação e Talento - Círculo de Diálogo com Estagiários do TJRJ**, desenvolvido pela Divisão de Indexação da 1ª Vice-Presidência do TJRJ. Objetivo: levar os Círculos de Construção de Paz aos estagiários lotados da Divisão de Indexação da 1ª Vice-Presidência do TJRJ e auxiliar na conscientização, responsabilização, capacitação e fortalecimento de talentos e habilidades dos estagiários no setor bem como agregar diferentes perspectivas para execução de tarefas novas.
- **Projeto “Conexão e cuidado: Fortalecendo os Servidores do Tribunal de Justiça Através da Justiça Restaurativa”**, já aprovado pelo presidente do NUPEMEC, será iniciado em 2024.

Além dos projetos, foram realizadas diversas atividades e atendimentos aos processos encaminhados pelos Cejusc's para a intervenção baseada nos princípios restaurativos, após a necessária concordância das partes:

- Implementação do Projeto de Prevenção à violência nas escolas através do convênio de parceria com a Prefeitura de Petrópolis;
- Organização de círculos em escolas, através do protocolo “Eu Te Vejo”;
- Projeto Cultivando o Cuidado, em instituições de acolhimento indicadas pelo CEJUSC da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso;
- Círculo de Construção de Paz – Justiça Restaurativa em situações de violência doméstica (círculos realizados em separado para homens e para mulheres) no Cejusc Rio das Ostras
- Círculos de diálogo (CEJUSC Méier, CEJUSC Bangu, CEJUSC Capital)
- Convênio com o instituto Humana Arte, no CEJUSC Leopoldina, para a implementação de práticas restaurativas;

- Encaminhamento das partes em processos judiciais nos CEJUSC Vara da Infância e da Juventude (matéria infracional), Friburgo, Leopoldina, Méier e Itaboraí.
- Atendimento de processo derivado da VEMSE;
- Realização de círculos para dirimir dificuldades relacionais de equipes de trabalho, quando solicitado.
- Disponibilização da abordagem de JR nas solicitações de mediações pré-processuais encaminhadas ao NUPEMEC e no Polo avançado da PUC-Rio.

Considerando a necessidade de divulgação das iniciativas envolvendo a Justiça Restaurativa, foram realizados os seguintes eventos:

- Palestra: Justiça Restaurativa em tempos estranhos. 31 de março de 2023, no auditório da EMERJ, com mais de 100 inscritos.
- Palestra: Justiça Restaurativa o que, para que, por que e como? 15 de agosto de 2023, com mais de 200 participantes, via teams
- Circulando e celebrando- Evento em atenção à semana internacional de Justiça Restaurativa- Dia 29 de novembro na EMEDI
- Palestra on line - Prevenção à violência escolar: Protocolo "Eu te vejo" 4 de dezembro de 2023, com mais de 250 participantes, via teams

Com o objetivo de divulgar os projetos do TJRJ e conhecer as iniciativas de outros tribunais, juízes Coordenadores de Cejusc e servidores participaram de congressos:

- Participação no 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins nos dias 27, 28 e 29 de agosto.
- Participação no Workshop sobre Círculos de Construção de Paz com Kay Prannis, organizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em parceria com a AJURIS.
- Justiça Restaurativa: uma alternativa ao sistema Penal, ocorrido nos dias 6 e 7 de dezembro no TJMG.
- I Encontro Nacional de Justiça Restaurativa e a Transformação da Cultura Institucional", realizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Cuiabá, nos dias 18 e 19 de outubro.

Evidencia-se no Tribunal o avanço da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses na atual administração do TJRJ, tendo como resultado o fortalecimento da cidadania e a efetiva pacificação social.



14. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



14. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Principais realizações em administração de pessoal

Adicional de Qualificação

Implementação do Adicional de Qualificação, instituído pela Lei Estadual 9.748, de 29 de junho de 2022, concedendo importantes avanço na remuneração dos servidores das carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária.

O Adicional foi concedido aos servidores a partir da folha de pagamento de dezembro de 2023, trazendo incremento a cerca de 9.000 servidores, entre ativos e inativos.

O Adicional incidiu sobre a remuneração do servidor da seguinte forma:

- I – 15% (quinze por cento), em se tratando de título de Doutor;
- II – 12,5% (doze e meio por cento), em se tratando de título de Mestre;
- III – 10% (dez por cento), em se tratando de certificado de Especialização;
- IV – 7,5% (sete e meio por cento), em se tratando de título de Graduação.

Promoções por Temporalidade

Com a edição da Lei Estadual nº 8.627, de 19 de novembro de 2019, os critérios de desenvolvimento funcional dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foram alterados. Com a vigência da lei, os servidores passaram a progredir na carreira a cada dois anos, sem necessidade de aguardar vacância nos padrões superiores.

Dessa forma, foi possível realizar a promoção/progressão automática dos servidores do Quadro Único do TJRJ no biênio, com o desenvolvimento de servidores nas carreiras, conforme tabela a seguir:

	2023
Analista Judiciário	2.102
Técnico de Atividade Judiciária	1.957
Total	4.059

A partir de 2024, as regras de promoção do novo plano de carreira entram em vigor, com o tempo de promoção reduzindo para 18 meses e os novos padrões remuneratórios sendo ocupados.

Reajustes de Benefícios

Buscando valorizar o trabalho desenvolvido pelos servidores, a Administração Superior do TJRJ implementou reajustes nos benefícios, conforme tabela a seguir:

Benefícios	Valor em 2022	Valor em 2023	% de Reajuste
Auxílio Alimentação / Refeição	1.620,00	1.710,00	5,56%
Auxílio Locomoção	23,00	24,00	4,35%
Auxílio Saúde	346,00	361,00	4,34%
Auxílio Creche / Educação	1.555,44	1.630,40	4,82%
Auxílio Alimentação de Natal	2.852,20	3.000,00	5,18%

Conversão de Saldo de Férias e Licença Prêmio em Pecúnia

É necessário destacar a concessão aos servidores do direito de conversão em pecúnia de até 90 dias de saldos de licença-prêmio e férias não gozados.

Além do benefício financeiro concedido aos servidores, a medida trouxe elevado incremento na produtividade, visto que os servidores deixaram de se afastar pelos períodos que tinham disponíveis.

Mais de 7.500 servidores aderiram e cerca de 280.000 dias foram convertidos.

Avaliação Especial de Desempenho

Em 2023, foi realizada a primeira reunião com os novos membros da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho (CPAED), na qual foram apresentados o histórico, a legislação e os processos de trabalho pertinentes à Avaliação Especial de Desempenho (AED).

Concluindo o 2º semestre de 2023, o indicador de servidores disponibilizados para avaliação atingiu 93,33%, devendo-se avaliar os remanescentes após o retorno do recesso forense.

O curso AED, durante o ano de 2023, foi reformulado. A videoaula foi atualizada, tendo sido gravada novamente com as legislações atualizadas. O módulo comportamental voltou a ser oferecido, mas na modalidade a distância (aula ao vivo). Assim, fechando o ano, concluíram o módulo de legislação 446 (quatrocentos e quarenta e seis) gestores e servidores. Quanto ao módulo comportamental, 42 (quarenta e dois) servidores o concluíram, e houve 26 (vinte e seis) gestores concluintes do módulo.

Foram avaliados 350 (trezentos e cinquenta) servidores, entre os quais 109 (cento e nove) concluíram o estágio probatório.

Em virtude da convocação de novos servidores efetivos, há 362 (trezentos e sessenta e dois) servidores em estágio probatório.

Pesquisa do Clima Organizacional

A pesquisa de Clima Organizacional, no âmbito do Tribunal de Justiça, tem como objetivo mapear o grau de satisfação dos servidores em relação à Instituição, sua estrutura, sua organização, as relações interpessoais e comportamentos percebidos no ambiente de trabalho, identificando e compreendendo os aspectos positivos e negativos que possam impactar as relações e o clima organizacional.

A presente pesquisa foi realizada no período de 06/11/2023 a 06/12/2023, com o envio de e-mail e disponibilização de link no sítio eletrônico do PJERJ para acesso ao formulário pelos servidores efetivos, comissionados e requisitados que atuam na atividade jurisdicional das primeira e segunda instâncias e nas suas respectivas áreas administrativas. Desta forma, a pesquisa registrou a participação de um total de 2.183 (dois mil cento e oitenta e três) respondentes, de um universo de 12.722 (doze mil e setecentos e vinte e dois) servidores, entre efetivos (11.323), comissionados (447) e requisitados (952), público-alvo desta pesquisa, perfazendo o percentual de 17,16% de participantes.

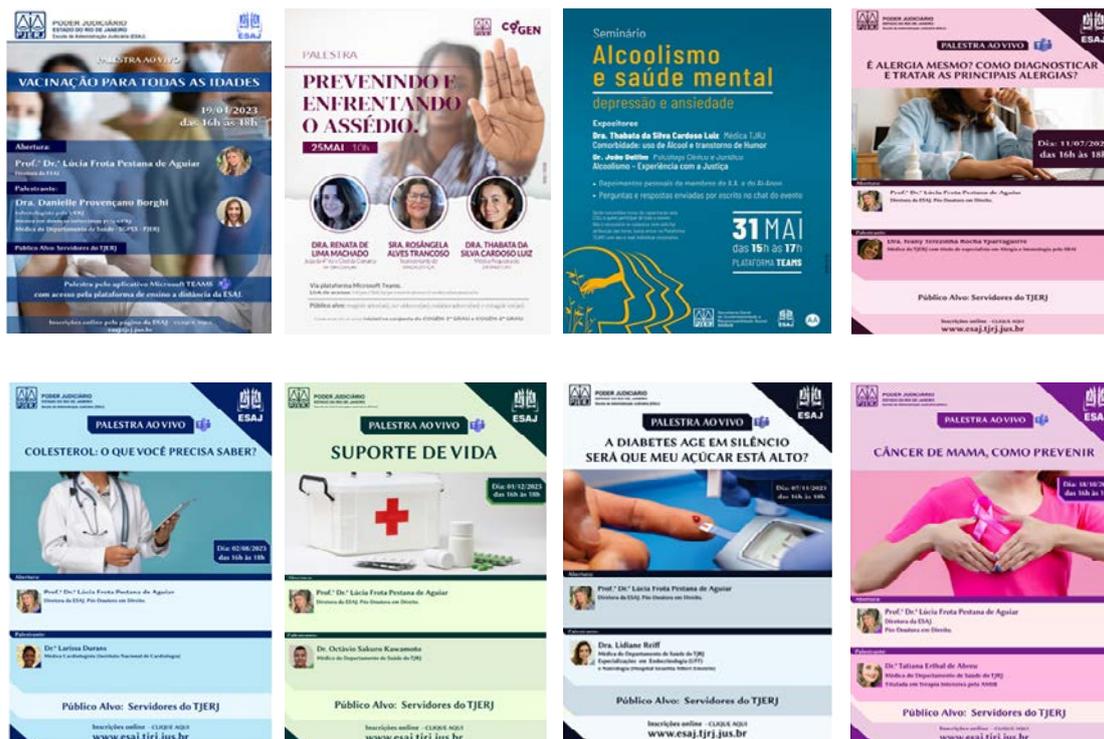
Assim como em outras pesquisas de mesma natureza, o relatório apresenta os principais resultados obtidos, e aponta caminhos para a possibilidade de cruzamentos de informações para outras análises. As informações mais detalhadas, contidas no relatório poderão servir de base à tomada de decisões, análises mais aprofundadas, diagnósticos e sugestões de ações de melhorias trazidas por aquele instrumento.

A partir dos resultados apurados, torna-se imperiosa a análise quanto à possibilidade de implementação de ações que propiciem condições para maior satisfação dos servidores nos ambientes laborais do PJERJ, além do fortalecimento dos vínculos institucionais, das relações humanas e a almejada melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, contribuindo assim, para o processo de planejamento organizacional a curto, médio e longo prazo.

Principais realizações em saúde de magistrados e servidores

Ao longo de 2023 foram realizadas diversas ações de promoção de saúde e educação continuada.

Vinte e quatro (24) ações, entre cursos e palestras, ministrados dentro do escopo do PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DE TEMAS MÉDICOS/ ERGONOMIA /QUALIDADE de VIDA no TRABALHO, em parceria com ESAJ/EMERJ/Amil. A seguir exemplos de algumas peças de divulgação de ações para servidores e magistrados:



ESAJ – Principais Realizações em Capacitação de Servidores e Auxiliares da Justiça

- Desenvolvidas 67 Palestras ao Vivo e 32 Palestras Gravadas.
- Palestra Transição para Novos Sistemas no TJRJ – PVPSIS
- Desenvolvidos 25 Cursos regulares ao vivo, 31 Workshops ao vivo, 11 Mini-cursos ao vivo e 9 cursos à distância com interação em padrão SCORM e 17 Ações de Capacitação Rápida.
- Desenvolvidos 8 cursos para público externo.
- Desenvolvido 1 novo curso para o Programa de Formação Integral de Gestores da área administrativa e jurisdicional.
- Atualizados 49 Cursos para público interno e externo.
- Desenvolvimento do evento em comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
- Publicação do informativo FIQUE SABENDO.
- Seleção de instrutores habilitados nos cursos de PJe para servidores, para ministrar as aulas dos cursos de capacitação de magistrados da EMERJ.

- Reuniões com a CGJ para decidir sobre convocação de servidores para os cursos de PJE nas serventias já implementadas.
- Organização, junto à CGJ, das turmas de PJE Gestão para capacitar chefes de serventia e servidores lotados no gabinete de juízo.
- Desenvolvimento da cartilha de boas práticas para instrutores e alunos.
- Projeto Piloto de legendagem de ações de capacitação promovendo acessibilidade às PCD.
- Projeto Piloto de Capacitação com instrutores da ESAJ em parceria com a EMERJ e AMAERJ para capacitar magistrados em PJE.
- Desenvolvidas diversas ações de capacitação em parceria com o DESAU, como por exemplo:
 - PVVAC – Palestra ao vivo: vacinação para todas as idades,
 - PVROL – Palestra ao vivo: Colesterol: O Que Você Precisa Saber?
 - PVALE – Palestra ao vivo: É alergia mesmo? como diagnosticar e tratar as principais alergias?
 - PVSUU – Palestra ao vivo: suicídio: como prevenir?
 - PVSON – Palestra ao vivo: O sono - impacto na qualidade de vida,
 - PGSDE – Palestra gravada: Desafios à saúde mental num mundo em transformação



- Desenvolvidas diversas ações de capacitação de Gênero e Violência Doméstica, como por exemplo:

- PVMOS – Palestra ao vivo: Violência contra a mulher e feminismos;
- PVCIA – Palestra ao vivo: A cultura da violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil;
- PVPOR – Palestra ao vivo: A responsabilidade civil decorrente da pornografia de vingança como violência de gênero.



- Conclusão da primeira turma do curso de Pós-graduação em INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, com 32 formandos, com destaque pela concorrência ao Prêmio Innovare 2023.



- Iniciada a segunda turma do curso de Pós-graduação em INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS com 19 participantes. Conclusão prevista para julho de 2024.
- Dando continuidade às ações de aprimoramento de Instrutores foi ofertado o curso AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - FOFIN - AHFOF, com destaque pela concorrência ao Prêmio Innovare 2023.

- Desenvolvidos e ofertados cursos EAD/Híbridos, inéditos na programação, cuja disponibilização ao final do ano auxiliou servidores a completarem ou adquirirem as 30 horas de capacitação:
 - Aula Híbrida - Deficiências Ocultas e Direitos Humanos
 - EAD - Compreendendo o Discurso de Ódio
 - EAD - Improbidade Administrativa
 - EAD -Temas Atuais no Poder Judiciário pelo Ministro Luis Felipe Salomão: Governança Socioambiental

Turmas Especiais Realizadas em 2023

- Formação de Peritos - Áreas de Psiquiatria, Medicina, Engenharia e Contábil/Financeira/Administrativa - arrecadação líquida: R\$ 148.162,80;
- Custas Processuais e GRERJ Eletrônica - AVCTG 01/2023 - arrecadação líquida: R\$ 5.573,40;
- GRERJ Eletrônica Inclusive em Juizados - AVCTR 01/2023 - arrecadação líquida: R\$ 5.265,52;

Total arrecadado em 2023: R\$ 159.001,72

Cursos Externos Realizados em 2023

- Formação em Justiça e Práticas Restaurativas e Facilitação de Procedimentos Restaurativos – modalidade presencial;
- 40 Questões para a aplicação segura da Nova Lei de Licitações – modalidade online;

- Plano de ação para implantar a nova lei de licitações pelos estados, DF, municípios e Poderes Judiciário e Legislativo – modalidade online;
- Pós-graduação em Licitações e Contratos – modalidade online;
- Treinamento do Software Volare – modalidade presencial;
- Acessibilidade Aplicada – modalidade online;
- Ciclo de Formação de Laboratoristas - ENCANTAR – modalidade presencial;
- Treinamento POSTGRESQL DBA – modalidade online;
- Seguros de Riscos Patrimoniais, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais e Ramos Diversos – modalidade online;
- Normas Gerais de Direito Tributário – modalidade online;
- Impostos Estaduais e Municipais – modalidade online;
- Curadoria e Produção de Exposição: Estratégias e Dinâmicas – modalidade online;
- Dialética do Fazer do Psicólogo: Entre a Proteção e a Judicialização – modalidade presencial;
- MS Project - Planejando Cronogramas de Projeto – modalidade online;
- Direito Previdenciário Estadual – modalidade presencial;
- III Congresso Brasileiro de Psiquiatria Ocupacional & I Congresso De Saúde Mental Ocupacional – modalidade presencial;
- XVII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça – CONBRASCOM - Edição 2023 – modalidade presencial;
- Como elaborar e julgar a planilha de preços dos serviços com mão de obra exclusiva: passo a passo da elaboração e memorial de cálculo da planilha de custos da in nº 05/2017 – aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários – modalidade online.

Convênios Realizados em 2023

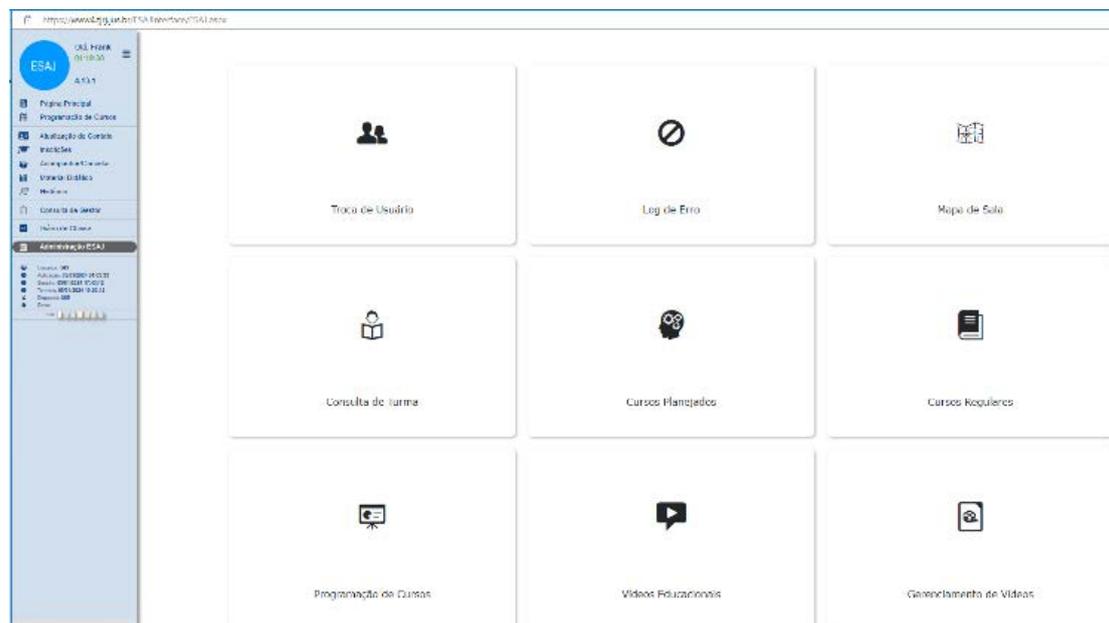
- Convênio para descontos nas mensalidades dos cursos de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado no Instituto Universitário do Rio de Janeiro Ltda., mantenedora da Faculdade Instituto Rio de Janeiro – FIURJ;
- Convênio para descontos nas mensalidades dos cursos de Graduação da Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, mantenedora do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE

Site público da ESAJ:

Modernização de todas as páginas com melhoria visual e de usabilidade;



Sistema web cooperativo ESAJ INTERNET:



- Criação de uma nova página que permite a disponibilização e o gerenciamento dos vídeos educacionais da ESAJ;
- Mudança de layout na área de ADMINISTRAÇÃO da ESAJ para melhor a usabilidade com redirecionamento para diferentes funcionalidades através de cartões;
- Disponibilização de material didático possa que possa ser acessado pelos participantes e instrutores em grupos distintos;

- Criação de novas categorias de cursos (Híbridos e PJE), além da criação de carrossel de cartazes na página da ESAJ de inscrição;
- Melhoria na responsividade da página para dispositivos móveis;
- Modernização do visual da página da Internet utilizada pelos agentes de capacitação;

Criação de funcionalidade de impressão e validação do Certificado FIG (Formação Integral de Gestores) através de um QRCODE gerado pelo sistema ESAJ;

Sistema Web Cooperativo ESAJ CESPE:

Modernização da aplicação na internet que contempla as inscrições nos cursos especiais (Curso de Peritos, Custas e Programa de Aperfeiçoamento Judicial), com mudança de todo o layout e migração para a linguagem de programação C#;

Sistema de Controle de Cursos – SCC:

Criação de relatórios com gráficos para consolidar os resultados das pesquisas de reação;

Aumento de desempenho na geração de relatórios e consultas.

Os dados estatísticos das manutenções realizadas nos sistemas cooperativos são:

- Manutenção Evolutivas: 54
- Manutenção Corretivas: 05
- Apurações Especiais: 37

Criação de DASHBORD com os Dados Estatísticos e Relevantes para Gestão da ESAJ como:

- Total de capacitações: 68.573
- Total de capacitações através de cursos: 10.525
- Total de capacitações através de palestras: 58.048
- Total de capacitações em FIG: 1.699
- Total de capacitações em PJe: 3.219
- Total de capacitações em Direito: 33.042
- Total de capacitações em Informática: 11.721



EMERJ – Escola da Magistratura do Estado Do Rio De Janeiro

- Realização de eventos institucionais: Prêmio Mulheres do ano - Entrega do Troféu Romy Medeiros; NEDIMA – Núcleo EMERJ de Diálogos entre Magistratura e Advocacia; Prêmio Melhor Monografia; Prêmio EMERJ Consciência Negra – Troféu Esperança Garcia; Formaturas dos Cursos de Especialização da EMERJ.
- Implementação da Assessoria Técnico-Jurídica: realizada obra para instalação física da assessoria e equipe. Redefinição dos fluxos de trabalho com elaboração de pareceres jurídicos e orientações as equipes da EMERJ para realização de convênios e aquisições.
- Iniciativas de fomento à cultura: foi realizado um Café Filosófico no Auditório da EMERJ porém, o Salão dos Magistrados tem sido bastante utilizado para diversos eventos, como por exemplo: Roda de Conversa em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com deficiência; vários eventos NUPEMEC, doação de sangue - HEMORIO;
- Observatório de Pesquisa Bryant Garth: produção das pesquisas realizadas e apresentação dos seguintes relatórios: - Relatório de Pesquisa NUPETEIJU 2 - maio 23, Relatório de Pesquisa NUPEMASC 2 - novembro 23 e Relatório de Pesquisa NUPEPAJ 2 - dezembro 23.
- Revistas publicadas: Revista da EMERJ - volume 25, n. 1 - abril 23; Revista da EMERJ - volume 25, n. 2 - novembro 23; Revista Direito em Movimento - volume 21, n.1 - julho 23; Revista Direito em Movimento - volume 21, n.2 - dezembro 23;

- Lançamento do Curso de Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde. o curso, criado a partir do convênio entre a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), oferece 25 vagas;
- Diagnóstico do SGQ para alinhamento da nova estrutura e dos novos Objetivos da Qualidade para o período de 2021 a 2026;
- Revisão dos Direcionadores Estratégicos da EMERJ, aprovada pelo Conselho Consultivo;
- Manutenção do certificado do Sistema de Gestão da EMERJ na NBR ISO 9001:2015;
- Projeto Portas abertas - EMERJ: Em 2023 foram 24 visitas (9 visitas na instituição de ensino + 15 visitas na EMERJ). Resultou na participação 1.410 alunos do curso de direito.
- Reativado o Programa de Integridade da EMERJ: instituída a nova comissão de Ética, a qual revisou o Código de Ética da EMERJ e elaborou e divulgou as cartilhas do Código de Ética, de Mídias Sociais e de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e às discriminações no âmbito da EMERJ.
- Ampliação dos acordos de cooperação com instituições parceiras: SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, COMITÊ BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO HENRI CAPITANT (AHC-BR), TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTEZ (TGMC), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – ABPI, ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO – EMARF, UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, DORAVANTE DENOMINADO UPÁ; CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS – CES; ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL – ABDC; INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB; ESCOLA DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ENOREG; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO – TRE, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – EMERJ, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO – EJERJ, ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO – EJUD1, com o objetivo de promover atividades e programas científicos, educacionais e, principalmente, de formação permanente de magistrados, bem como o fomento e apoio institucional aos cursos e eventos realizados pela EMERJ;
- Inauguração do Bistrô-Escola EMERJ SENAC RJ, por meio da realização de Acordo de Parceria;
- Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados: Foram oferecidos 38 cursos, sendo 32 Cursos realizados nas modalidades presencial e EAD; os quais contaram com

- 396 participações de magistrados fluminenses, 58 juízes externos e 175 juízes em vitaliciamento; os cursos obtiveram a média de satisfação de 98,96%;
- Pós-Graduação Lato Sensu – 360h/aula: foram realizados 6 cursos de Especialização no ano de 2023 à saber: - Curso de Especialização em Direito Constitucional – Turma 1, Curso de Especialização em Justiça Multiportas - Turma 2, Curso de Especialização em Direito Educacional – Turma 1, Curso de Especialização em Gênero e Direito – Turma 4, Curso de Especialização em Direito Processual Civil – Turma 10, Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal – Turma 3;
 - Fóruns Permanentes: 43 Fóruns Permanentes, realização de 193 eventos com 38.195 participantes totais;
 - Cursos de Extensão: Realização de 9 Cursos de Extensão com um total de 1.050 alunos matriculados.
 - Curso de Especialização em Direito público e privado: Implementação dos simulados para os alunos do curso; Implementação novo formato das provas regulares; processo seletivo para ingresso de professores - 27 novos professores admitidos; foram selecionados 13 monitores acadêmicos, foram elaborados os manuais para os discentes e docentes; total de 742 alunos, produzidos 175 artigos científicos e 35 monografias defendidas;
 - Cursos preparatórios para a Prova de Ingresso: PREMERJ: 5 turmas ofertadas na modalidade presencial;
 - Cursos Livre: Técnica de sentença – 92 alunos;
 - Incremento da comunicação interna e externa: por meio de 90 informativos, 7 campanhas. Foram realizadas 574 coberturas (jornalísticas, fotográficas e midiática) o que resultou em 518 notícias publicadas.
 - Implementada a governança em TIC - destaca-se as principais inovações e melhorias: no WIFI ampliando a quantidade de atendimento aos usuários e a estabilidade do sinal, o desenvolvimento do APPWEB – Magistrados <https://app.emerj.com.br/>, modernização da Ilha de Edição do Áudio e Vídeo, inscrição para Estrangeiros nos Eventos, Sistema de Cursos Magistrado totalmente adaptado para smartphones – (responsivo), Sistema Eletrônico para Editoração de Revistas OJS + OAI – versão 3.0.2.0 para 3.3.0.16, Acessibilidade Site EMERJ e Portal do Aluno – VLIBRAS, Relatório de Inscritos nos Eventos Detalhado: Inscrições, frequência dos participantes acima de 75% webinar e presencial, certificados emitidos, participantes estrangeiros no evento, Portal de Serviço DETEC – Gestão (controles e dashboard), Portal do Aluno (EMERJ.TJRJ.JUS.BR), Requerimento de Inscrição on-line do Fórum OEA – Internacional, planejamento estruturado para compras de equipamentos para 2024.

Escola de Mediação



A EMEDI é uma iniciativa pioneira do TJERJ e visa contemplar a formação, a atualização, o aprofundamento e a expansão da cultura dos diversos meios adequados de resolução de conflitos que compõem o sistema multiportas, atendendo as premissas da Resolução CNJ 125/2010 com a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos.

É um espaço de atuação técnica com um qualificado corpo de gestores, docentes e pesquisadores com experiência multidisciplinar para oferta de cursos para o público interno

do Poder Judiciário e o público externo de instituições públicas e privadas com capacitações no âmbito da mediação, da conciliação, de inovações tecnológicas, práticas colaborativas e outras atividades afetas à Consensualidade.

História da EMEDI

Linha do tempo

Dezembro 2022	Criação da Escola
Maio 2023	Estruturação Organizacional
Agosto 2023	Início das Atividades Acadêmicas (cursos)
Outubro 2023	Internacionalização (CUEMYC) - 1ª Parceria Institucional
Dezembro 2023	Curso Preparatório - 1º Concurso Mediador Judicial/Criação das Comissões Temáticas

Conselho de Administração

Presidente - Desembargador CESAR FELIPE CURY

Membros

Juíza de Direito ANA PAULA MONTE FIGUEIREDO PENA BARROS, Auxiliar da Presidência;

Juiz de Direito DANIEL KONDER DE ALMEIDA;

Juiz de Direito FRANCISCO EMILIO DE CARVALHO POSADA;

Senhor GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO, Secretário-Geral de Gestão de Pessoas;

Senhora CLAUDIA MARIA FERREIRA DE SOUZA, Assessora III do Gabinete do NUPEMEC;

Senhor ADRIANO MOURA DA FONSECA PINTO, Diretor de Departamento da EMEDI

Escola de Mediação em números – Cursos

Curso	Alunos
Capacitação em sistemas informatizados dos CEJUSCs Público: 21 Magistrados; 37 Servidores	58
Curso de Formação de Conciliadores Judiciais	187
Curso de Nivelamento de Justiça Restaurativa	22
Curso Básico de Formação de Facilitador em Justiça Restaurativa	82
Curso Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais	155
Curso de Formação em Mediação Organizacional	177
Curso Preparatório - 1º Processo Seletivo de Mediador Judicial (2 primeiros módulos)	60
Total de alunos	741

Eventos

- Atividade Nacional
 - Setembro - 4º Encontro de Mediadores de Petrópolis
- Atividades internacionais
 - Outubro - 1ª Parceria Internacional da EMEDI - VIII Congresso Internacional CUEMYC “Mediación y convivencia: nuevos retos y nuevas oportunidades”, em Santander (Espanha);
 - Novembro - “Como selecionar os casos a serem encaminhados para mediação: estratégias para juízes”, evento com o Dr. Vic Schachter, mediador (Estados Unidos);
 - Novembro - “Empresas familiares: como tratar os conflitos que envolvem relações profissionais e afetivas?”, evento com a Dra. Jennifer Brandt, mediadora (Estados Unidos);
 - Novembro - “Direito e tecnologia: novas perspectivas de solução de conflitos”, com juristas da América Latina e América Central.
- Próximos passos
 - Consolidação do calendário de cursos;
 - Ampliação dos cursos ofertados (150%);
 - Instituição das Comissões Temáticas;
 - Instituição dos Grupos de Pesquisa.
 - Eventos Institucionais de âmbito nacional e internacional;
 - Projeto Cadernos da EMEDI (Publicação Institucional);
 - Construção de novas parcerias internacionais e nacionais;
 - Diálogos Institucionais (Parcerias públicas e privadas).



15 Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



15. Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Na área de tecnologia da informação e comunicação de dados, o objetivo foi contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia do TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), merecendo destaque:

Aprimoramento da infraestrutura institucional de TIC

Atualização do Parque Tecnológico do TJRJ

A fim de garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) prestados para os usuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) vem, de forma contínua, realizando ações de atualização e modernização do seu parque tecnológico, permitindo, dessa forma, a melhor utilização dos recursos computacionais e sistêmicos.

Uma dessas ações de atualização foi a implantação de balanceadores de carga em sistemas corporativos e judiciais. Esses balanceadores têm a função de distribuir os acessos dos usuários aos sistemas, visando garantir que os sistemas não fiquem sobrecarregados por excesso de acessos (muitos usuários requisitando os mesmos recursos ao mesmo tempo). O objetivo final é que se agregue resiliência à infraestrutura e se aumente a disponibilidade e continuidade dos sistemas corporativos, de modo que nenhum usuário fique sem acesso quando mais precisar.

Também importa, para essa manutenção do acesso aos sistemas, a proteção contra ataques que os deixam indisponíveis. A melhor forma de se resguardar desse tipo de situação é fortalecer a segurança da informação. Com esse intuito, foi ativado recurso de segurança adicional ao firewall (dispositivo de segurança que se comporta como uma parede de proteção contra ameaças externas) para monitoramento do tráfego de dados de aplicações, implantado nos sistemas SGEMERJ, EVOTO, MAPA, disponibilidade e GRERJ. Espera-se, com isso, que os sistemas em comento não sofram de indisponibilidade por tentativas de acessos indevidas.

Outra questão importante para garantir aos usuários o acesso aos recursos técnicos é a disponibilidade de conexão com a internet. Para garanti-la, o projeto de instalação de pontos de rede de acesso à internet sem fio (wifi) segue avançando nas instalações das lâminas III, IV, e V do edifício-sede do TJRJ, bem como do museu da Justiça.

Ainda, para garantir que a infraestrutura de TIC esteja adequada para atender às necessidades do TJRJ, foram realizadas aquisições de equipamentos e contratações de serviços, conforme listados a seguir:

- Troca dos equipamentos de uso pessoal fora do período de garantia: foram adquiridos 10.400 (dez mil e quatrocentos) computadores e 2.000 notebooks. O número é muito considerável, pois o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conta com mais de 22.000 usuários e cerca de 29.000 computadores na rede corporativa. Em 2023, foram distribuídos 3.965 desses equipamentos, incluindo 369 notebooks destinados à juízes e desembargadores. A previsão é de que todo o processo de substituição seja concluído até o primeiro semestre de 2024;
- Novos equipamentos para execução de cópias de segurança dos sistemas e serviços de tecnologia da informação (backup), tais como unidades de gravação em fita e servidores de gravação em disco. Essa iniciativa tem como objetivo reduzir o tempo de execução das rotinas e proteger os dados armazenados;
- Transição de dados e metadados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para nuvem própria do TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), permitindo diminuição de custos na manutenção do funcionamento adequado de sistemas e no cumprimento de obrigações normativas de controle de qualidade dos serviços disponibilizados pelo TJRJ ao público;
- Contratação e instalação de nova rede de dados de longa distância, com aumento de capacidade e velocidade (de 100Mbps para 200Mbps) em 57 localidades.

Aprimoramento da Infraestrutura de Hospedagem de Aplicações

Continuidade na implantação de ferramentas voltadas para desenvolvimento de software (programas de computador), visando a utilização de modernas técnicas de desenvolvimento. Essas ferramentas utilizam recursos para disponibilizar as aplicações, garantindo flexibilidade, resiliência e automação ao ambiente. Essa nova infraestrutura permitirá os ciclos de desenvolvimento e de entrega de sistemas da informação mais rápidos.

Estabilização da Infraestrutura do Sistema PJE

No início do ano de 2023, era comum a ocorrência de incidentes de lentidão no PJe, que afetavam de modo direto a experiência do usuário do sistema. Ao longo do ano, foram tomadas ações em diferentes áreas, visando tornar o sistema mais estável. Ao final, os resultados obtidos de ganho de velocidade foram notáveis.

Para que isso fosse possível, foi necessário planejar e priorizar medidas eficientes. A arquitetura do sistema PJe é complexa, mas dois tipos de elementos possuem impacto maior no desempenho do sistema: (1) o banco de dados, ferramenta responsável por armazenar e gerenciar os dados criados no sistema; e (2) os servidores virtuais (pods), espécies de computadores onde são instalados o sistema.

No início do ano, o banco de dados estava sobrecarregado, o que gerava lentidão

na resposta aos usuários e impedia o aumento do número de pods (o que acarretaria ainda maior sobrecarga). Nesse sentido, foram necessárias ações para otimizar o uso dos recursos computacionais do banco de dados:

- Remoção da ferramenta pgbouncer (responsável pela comunicação dos servidores virtuais com o banco de dados), possibilitando melhor utilização dos recursos computacionais do banco de dados do sistema PJe;
- Identificação e ajustes nas consultas mais custosas;
- Melhoria de desempenho no banco de log (responsável pelos registros de uso do sistema), com a consequente melhora no PJe;
- Alteração da política de execução de programação de limpeza de dados obsoletos de fluxos, reduzindo o tempo de indisponibilidade do banco nos fins de semana.

Com essas alterações, foi possível aumentar o número de servidores virtuais de 24 para 55, proporcionando uma experiência sensivelmente melhor para os usuários do sistema. Além disso, esse aumento não provocou acréscimo de custos gerais do contrato, uma vez que foi acompanhado por outras otimizações na arquitetura da infraestrutura, como a separação dos ambientes de produção (funcionamento para o usuário) e homologação (ambiente de testes e validações) e a utilização de elementos da infraestrutura em nuvem com melhor custo-benefício.

Além dessas mudanças, foram feitas correções e melhorias com o objetivo de aprimorar o desempenho das ferramentas de visualização de dados (BI - Business Intelligence), tornando os dados na Plataforma de Gestão de Serventias mais confiáveis e atualizados.

Para além dessas medidas, as contratações Microsoft trouxeram um bom número de ações com foco no atendimento e experiência do usuário, conforme se verá a seguir.

Infraestrutura de Estações de Trabalho e Usuários

Ações foram realizadas visando à modernização do trabalho – especialmente o trabalho remoto – e da prestação jurisdicional.

Foram ampliados os recursos e utilização do Office 365:

- Teams – hub de colaboração com funcionalidades de reuniões on-line (inclusive audiências e sessões judiciais), equipes de colaboração com chats próprios, compartilhamento de arquivos;
- Disponibilização de cartões de perfil dos usuários no Microsoft Teams, facilitando encontrar informações importantes sobre colegas de Tribunal;

- Implantação do Company Communicator – TJRJ Informa;
- Migração dos seguintes aplicativos do TEAMS para o Microsoft Azure Marketplace, ganhando em atualizações e suporte:
 - Balcão Virtual: Atualização da versão com melhorias da experiência dos usuários do TJRJ, encerramento automático e informações do atendimento disponíveis dentro da reunião;
 - TJRJ Informa: Implementação de um canal de comunicação para todos os usuários internos;
 - IETE ChatBot: Atualização técnica da interface de conteúdo para os gestores que alimentam a aplicação;
 - DEATE-SGTEC: Atualização da identidade visual e realização do processo de automatização de backup (cópia de segurança) do banco de dados.
- Contratação de plataforma em nuvem, Microsoft Azure, e licenciamento de produtos Microsoft, incluindo tecnologias de segurança da informação;
- Programa de apoio Fast Track como benefício do contrato de licenciamento Microsoft para implantar soluções e melhorias no ambiente da nuvem Microsoft 365, com capacitação das equipes;
- Migração do ambiente do SharePoint instalado em servidores locais para o ambiente da nuvem Microsoft;
- POC (prova de conceito) do VDI (Virtual Desktop Infrastructure): utilização de desktops virtuais dentro e fora de rede do TJRJ. As estações de trabalho ficam hospedadas na nuvem Microsoft e podem ser acessadas por dispositivos remotos, dentro e fora da rede corporativa. Centraliza a administração, facilita o gerenciamento de estações e proporciona maior flexibilidade e segurança ao usuário final e à rede corporativa;
- Contratação do Serviço Microsoft Unified para suporte reativo e proativo em produtos Microsoft, como o Teams, e-mail e outros, gerenciamento de conta e disponibilização de engenheiro dedicado para atendimento personalizado;
- Atualização remota do sistema operacional Windows, de 10 para 11 nas estações compatíveis e, nas máquinas incompatíveis, para a versão mais recente do 10, fornecendo mais segurança e qualidade no uso das máquinas;
- Atualização do sistema operacional dos servidores departamentais e nas localidades remotas para Windows Server 2022, fornecendo mais segurança e qualidade no uso das máquinas;
- Alteração dos sistemas operacionais Windows Pro para a versão Enterprise, que fornece novos recursos de segurança, como o Credential Guard (virtualização para isolar senhas e evitar que um agente mal-intencionado tenha acesso às credenciais do usuário);

- Amplantação e manutenção de ambiente Linux para equipe de desenvolvimento do DESOL-SGTEC, facilitando o trabalho de desenvolvimento de novas soluções;
- Apoio ao projeto de inteligência artificial (IA) com suporte de acesso à assinatura que hospeda o serviço OpenAI e deploy (implantação) de aplicações criadas pela equipe de desenvolvimento de IA, auxiliando essa atividade capaz de gerar tantos benefícios para a atividade jurisdicional.

Além da infraestrutura de trabalho, também houve incremento da infraestrutura de segurança, iniciando pelas estações de trabalho e proteção dos usuários.

Segurança de Estações e Usuários

As atividades relacionadas à segurança da informação são executadas de modo permanente. Diante do aumento de ataques cibernéticos e crimes digitais vitimando órgãos públicos – que podem causar vazamento ou perdas, quase sempre irrecuperáveis, de informações corporativas – mais do que nunca, é indispensável manter o ambiente saudável e seguro.

A fim de garantir a segurança necessária, foram realizadas atividades como:

- Início da implantação do Windows Hello: autenticação por biometria (digital, reconhecimento facial) ou código PIN, para fortalecer a segurança das máquinas dos usuários do TJRJ;
- Implementação do recurso “esqueci minha senha” (SSPR), para permitir ao usuário alterar a própria senha a partir do portal Office;
- Implementação dos recursos adquiridos com a contratação de licenciamento Microsoft: Intune, Defender, LAPS (Local Administrator Password Solution) e Bitlocker nos novos notebooks entregues:
 - Intune – permite gerenciar os dispositivos, distribuir políticas, instalar e atualizar aplicativos e sistema operacional em equipamentos que estejam fora da rede corporativa;
 - Microsoft Defender – monitorar continuamente e tratar atividades suspeitas de forma centralizada, mesmo fora da rede corporativa;
 - LAPS – senha de administrador local temporária, a ser utilizada pelo técnico apenas durante o atendimento;
 - Bitlocker – criptografa todo o conteúdo da unidade de disco, tornando os dados ilegíveis sem a chave de descryptografia apropriada. Protege os dados armazenados em unidades de disco contra acessos não autorizados, como perda ou roubo de notebooks.
- Projetos para melhoria contínua do método de autenticação multifatorial (mais de um meio, como senha, telefone, digital etc.) de usuários (MFA), como a implantação do MFA por desafio numérico;

- Bloqueio da autenticação básica e imposição da imposição da autenticação multifatorial (MFA) por política, para todos os grupos de usuários, garantindo assim maior segurança de acesso indistintamente;
- Atualização permanente das estações e servidores departamentais e de localidades remotas. Essa tarefa é composta por várias outras menores, como homologação, distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos e de segurança – inclusive antivírus – disponibilizadas pelos fabricantes, todas com o intuito único de manter o TJRJ atualizado com a tecnologia do momento contra ameaças de segurança;
- Configuração e aplicação do Safelinks (ferramenta que aumenta a proteção do Teams, e-mails e Office 365 contra links maliciosos);
- Proteção baseada em reputação – configurações que protegem o dispositivo contra aplicativos, arquivos e sites identificados como mal-intencionados ou potencialmente indesejados;
- Configuração e aplicação do Safeattachments (recurso adicional de segurança para anexos de e-mail);
- Configuração, aplicação, conformidade e refinamento de políticas antispam e anti-phishing (e-mails indesejados e fraudes digitais), empregando inteligência para proteção, aviso de primeiro contato e contato externo;
- Habilitação do firewall (dispositivo de segurança que se comporta como uma parede de proteção contra ameaças externas);
- Implantação de soluções avançadas de segurança da informação Microsoft 365 Defender (XDR), com uso de inteligência artificial, proteção em tempo real a usuários, estações de trabalho e servidores, capacidade de análise, correlação de eventos, detecção e resposta;
- Assessment Exchange Protection: Microsoft Defender para Office e Cloud Apps, identificando melhorias de segurança da informação.
- Implantação do Microsoft Sentinel: centralização de logs (registros de acesso, usuário e uso de cada sistema) de múltiplas origens, correlação de eventos nos ambientes Microsoft para identificação de alertas e incidentes, aplicação de inteligências adicionais, investigação de atividades suspeitas e automação de ações em resposta;
- Ativação da proteção avançada do Windows para combater ataques de ransomware (software malicioso que criptografa arquivos de um dispositivo exigindo um resgate para desbloqueá-los), com isolamento do dispositivo para evitar disseminação em toda a rede corporativa;
- Habilitação do recurso de Cloud Protection do Windows Defender, responsável por verificar a assinatura de arquivos executados por computador na nuvem Microsoft e bloquear execução caso algum problema de segurança seja detectado;

- Melhorias no controle e gerenciamento dos acessos de administradores aos recursos do Microsoft 365 (PIM – Privileged Identity Manager);
- Gestão de usuários convidados: usuários externos que ganham acesso ao ambiente do TJRJ através de convites e compartilhamentos do Teams, Sharepoint, Onedrive, que permaneceriam habilitados se não fossem gerenciados;
- Aplicação de regras a usuários e estações para “reduzir a superfície de ataque” (“ASR”). Trata-se de protocolo aplicado com o objetivo de reduzir ameaças cibernéticas, como arquivos maliciosos, phishing (fraude online para obter informações confidenciais), dentre outros, minimizando as áreas potenciais de vulnerabilidade e fortalecendo a segurança global do ambiente corporativo do TJRJ;
- Identificação e remoção de protocolos e aplicativos vulneráveis e obsoletos;
- Configuração do Sensitive Accounts, que permite identificar ativos de alto valor como dispositivos, grupos ou usuários, ativos que contêm informações confidenciais ou sensíveis e exigem medidas de segurança aumentadas, construindo maior proteção em seu entorno;
- Regras de acesso condicional específicas baseadas em geolocalização (bloqueio de acesso oriundo de países incomuns aos aplicativos de nuvem);
- Identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação, como vazamento ou roubo de credenciais e informações dos usuários do TJRJ;
- Integração do ambiente Microsoft com a ferramenta DarkTrace (solução de segurança de rede que identifica e combate ameaças cibernéticas de forma proativa);
- Integração do ambiente Microsoft com ferramenta de categorização de dados para avaliação de conformidade com a LGPD (Securiti.ai), em atendimento aos preceitos normativos de proteção de dados pessoais.

Além da segurança das estações, houve também a promoção da proteção dos dados organizacionais.

Promoção da Proteção de Dados Organizacionais

A transformação digital ocorrendo no Poder Judiciário proporciona benefícios como celeridade e confiabilidade de resultados, mas traz também os perigos do mundo cibernético, como ataques virtuais frequentes. Portanto, é imprescindível cuidar da segurança e proteção dos dados e informações processuais. As ações de segurança da informação estão sendo coordenadas pelo comitê gestor de segurança da informação, destacando-se:

Segurança das Aplicações

A segurança das aplicações foi aprimorada em 2023, com diversas iniciativas e apoios, a saber:

Apoios à iniciativa do TJRJ para integrar desenvolvimento, segurança e operações (DevSecOps):

- Adoção do processo de modelagem de ameaças: uma prática do ciclo de vida do desenvolvimento seguro que permite identificar e mitigar possíveis falhas de segurança no início do projeto;
- Inclusão e reforço na adoção de requisitos de segurança para sistemas, tais como: múltiplo fator de autenticação em sistemas internos para uma melhor proteção contra o acesso não autorizado e possíveis fraudes.

Testes de Segurança

São realizadas avaliações de segurança com o apoio de equipe especializada em inteligência de ameaças cibernéticas (Threat Intelligence), com testes de intrusão (pentests) executados semestralmente e sob demanda, em todo o ambiente do TJRJ. Por meio desses testes, é possível identificar e sanar vulnerabilidades diversas como: execução remota de código, uso indevido de privilégios, bypass de antivírus (evasão de detecção do ataque pela ferramenta de antivírus), vazamento de dados pessoais etc.

Além dos pentests (testes de intrusão), também são cobertos testes de aplicação, como a análise estática (SAST – teste que analisa o código-fonte da aplicação), a análise dinâmica (DAST - teste que analisa a aplicação no momento que ela está em execução para encontrar vulnerabilidades que um atacante poderia explorar), a verificação de componentes de terceiros (SCA), a infraestrutura como código (IaC) e aplicativos móveis (MAST).

Principais projetos:

- +Acordo (convênio TJRJ-PUC-Light): pentest (teste de intrusão) na plataforma, análise estática de código-fonte e verificação de dependências vulneráveis;
- Sistema de Cadastro de Torcedores (SCT): além da modelagem de ameaças, nos testes foram apontadas melhorias para implantação do sistema na posterior migração ao ambiente de nuvem;
- Vida Compartilhada: testes de segurança no aplicativo móvel e no sistema administrativo interno, com aplicação de patches (são atualizações que sistemas ou softwares recebem para aprimorar seu funcionamento e segurança) no back-end (o código do que está por trás das aplicações, ou seja, o que trata e entrega as informações que são exibidas em tela) para corrigir vulnerabilidades críticas;
- Identidade Funcional Digital (convênio TJRJ-DETRAN): testes de segurança no aplicativo móvel e no webservice (serviço de conexão e transmissão de dados utilizando a rede mundial de computadores) interno do TJRJ, com aplicação de correções;

- AD Metas (sistema de controle de metas do CNJ para a Corregedoria): análise estática de código-fonte e atualização de bibliotecas que sanaram vulnerabilidades de risco crítico e alto.

Além disso, são executadas rotinas para verificação de vulnerabilidades em aplicações web através da ferramenta Tenable.

Apoio em projetos para arquiteturas, configurações e desenvolvimento seguros:

- Antivírus para aplicações com integração através de APIs;
- Apoio técnico para a elaboração e execução da política de cookies (pequenos pacotes de arquivos de texto que informam ao navegador que já foi acessado determinado link, otimizando o funcionamento a partir do segundo acesso) no portal do TJRJ;
- Projeto Sustentação Oral: modelagem de ameaças ao sistema e testes de sua integração com solução antivírus, para obter o melhor resultado de segurança possível;
- Projeto WAF (firewall de aplicação web): implantação das aplicações no WAF (protege aplicações web, abertas por navegador, contra ataques mal-intencionados e tráfego de internet indesejado, incluindo injeção de código, negação de serviço da camada de aplicações etc.) conforme priorização das análises de criticidade;
- QLIK (plataforma de visualização de dados/Business Intelligence): apoio na implantação da nova versão do serviço, que também trouxe patches (atualizações) de segurança;
- Acervo TJRJ (AtoM Rio): correção de vulnerabilidade de segurança crítica no ambiente do sistema;
- SIDOC (controle de RADs – rotinas administrativas): adequação às práticas de desenvolvimento seguro;
- Pentest (teste de intrusão) de rede wireless Wi-Fi 6 que forneceu melhorias aos pontos de acesso da contratada.

Proteção de Dados

No cenário atual, o TJRJ opera com vasta quantidade de informações e dados pessoais, os quais são processados e armazenados em diferentes sistemas internos e externos. Esses dados são essenciais para o correto funcionamento da instituição, mas também representam um desafio para garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pois há que se manter equilíbrio entre a privacidade

e a publicização dos atos processuais e das informações públicas estipuladas por outros marcos normativos, em especial a Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação.

A LGPD representa um marco legal importante para a privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil. No âmbito do TJRJ, a LGPD possui implicações significativas para o tratamento de informações, tanto no que diz respeito aos dados dos servidores e magistrados quanto aos dados dos cidadãos envolvidos em processos judiciais. Assim, para garantir o cumprimento adequado da LGPD e a proteção de dados, não só dos usuários, mas também do próprio Tribunal, diversas iniciativas foram desenvolvidas, a saber:

- **Data Mapping:** este projeto tem por objetivo o mapeamento dos dados pessoais tratados pelo TJRJ, para fins de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A realização do mapeamento exige a identificação de todos os dados pessoais, sensíveis ou não, tratados durante a realização de cada atividade, em todas as áreas do Tribunal. São identificados também os compartilhamentos eventualmente realizados, os ativos utilizados no processamento dos dados e os mecanismos de segurança utilizados na proteção dos dados.

A Identificação dos dados está finalizada em 52 áreas do Tribunal. Na sequência, serão realizadas as tarefas para identificação da lista de ativos de tecnologia, lista de fornecedores e finalmente importar as informações para a Securiti (ferramenta utilizada para o mapeamento de dados), bem como a continuação do projeto nas outras áreas restantes;

- **Data Loss Prevention (DLP) e Cloud Access Security Broker (CASB):** dados sensíveis, documentos sigilosos e em segredo de justiça precisam ser protegidos contra o vazamento indevido. Para a mitigação desse risco, o Departamento de Segurança da Informação está implantando as soluções de DLP e CASB, que visam evitar a exfiltração de dados e documentos confidenciais. Elas o fazem a partir de monitoramento, detecção e bloqueio das transmissões dos dados e documentos, impedindo assim possíveis violações.

Já está implementada a infraestrutura necessária para o funcionamento do serviço de DLP, sendo já iniciada a distribuição dos agentes para as estações de trabalho e notebooks corporativos. CASB está em fase de integração com o serviço Microsoft Office 365;

- **Melhoria na interação com o titular dos dados pessoais:** criação de políticas de privacidade, cookies (pequenos pacotes de arquivos de texto que informam ao navegador que já foi acessado determinado link, otimizando o funcionamento a partir do segundo acesso), programa de governança em privacidade, termo de uso, relatório de impacto a dados pessoais e atividades de desenvolvimento em relação à proteção de dados.

Gestão de incidentes

O tratamento de incidentes no TJRJ vem sendo executado com a disponibilização de uma equipe dedicada 24 horas por dia, 7 dias na semana (24/7), e conta com a ferramenta Darktrace como destaque.

Podemos definir o Darktrace como uma ferramenta de segurança cibernética que utiliza inteligência artificial e aprendizado de máquina para monitorar e detectar ameaças em tempo real dentro de ambientes digitais. Com base no exposto, levando em conta o objetivo de reforçar continuamente a camada de proteção do TJRJ, torna-se imprescindível a inspeção contínua do tráfego na rede, durante 24 horas ininterruptas, algo que a ferramenta auxilia a cumprir. A equipe de segurança da informação, responsável pela gestão de incidentes, adota o Darktrace como instrumento para tomar medidas preventivas, visando mitigar potenciais danos decorrentes de ataques cibernéticos que têm impactado diversas instituições, incluindo tribunais em todo o país. O Darktrace do TJRJ está integrado a outras ferramentas de segurança já existentes, como o Defender do Office 365 da Microsoft, e o firewall de borda CheckPoint, fortalecendo assim as defesas da instituição.

Desde sua implementação, o Tribunal teve bons ganhos, pois, aliando a maturidade das equipes ao conhecimento da ferramenta, o potencial de ambos aumenta. Na prática, o Darktrace desempenhou papel crucial, em 2023, ao aliviar a carga sobre outras ferramentas de segurança. Ao detectar qualquer atividade suspeita no ambiente, a ferramenta notifica imediatamente a equipe de gestão de incidentes, criando rotina que proporciona ganhos significativos em termos de velocidade na resolução de incidentes, potencialmente evitando paralisações nos sistemas do TJRJ.

O monitoramento abrangente do Darktrace inclui computadores, servidores, equipamentos de rede, além de quaisquer equipamentos que utilizam a rede corporativa do TJRJ. Dada a natureza preventiva da ferramenta, é possível afirmar que o Tribunal mantém um elevado nível de proteção, reduzindo substancialmente as probabilidades de ocorrências graves. Essa estrutura não apenas fortalece a segurança da instituição, mas também otimiza a eficiência e produtividade da equipe, permitindo que os analistas atuem prontamente nas ocorrências, sem interrupções significativas em suas demais responsabilidades. A implementação do Darktrace representa, assim, uma estratégia eficaz para garantir a segurança da informação no âmbito do Tribunal.

Gestão de vulnerabilidades

Para um ambiente tecnológico seguro, é fundamental que haja preocupação com as vulnerabilidades existentes no parque. Para atender essa necessidade, foi contratado um sistema de descoberta e gestão de vulnerabilidades, no fim do ano de 2022, cujos resultados têm sido colhidos no ano de 2023. A ferramenta se chama Tenable e está posicionada com destaque nos quadrantes da Gartner.

Concomitantemente, o Departamento de Segurança da Informação (DESEG) vem atuando com apoio dos diversos departamentos da SGTEC para que as vulnerabilidades descobertas sejam tratadas, diminuindo assim o risco de exposição do Tribunal. Para materializar o ganho em termos de segurança, segue abaixo o score de exposição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, colhido na ferramenta Lumim, dentro do Tenable.

Cyber Exposure Score (CES)



Percebe-se acima que o TJRJ se destaca em relação a outros órgãos governamentais (mais de 100 pontos de risco abaixo, em uma escala entre 0 a 1000) e está mais bem organizado que a média dos usuários de Tenable, sendo classificado como instituição com baixo risco de exposição a ataques de segurança da informação. Esclarece-se que, quanto menor o índice, menor o risco de exposição.

Gestão de Comunicação e Educação

Em setembro de 2023, foi lançado o programa “você protegido, todos protegidos!”, que tem como objetivo a conscientização dos magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal sobre diversos temas de segurança da informação e proteção de dados. A cada mês, um conteúdo novo. Entre setembro e dezembro de 2023, foram criadas quatro campanhas: e-mail institucional, cookies (pequenos pacotes de arquivos de texto que informam ao navegador que já foi acessado determinado link, otimizando o funcionamento a partir do segundo acesso), backup (cópia de segurança) e phishing (fraude online para obter informações confidenciais).

Procedimentos de Segurança no Portal

- Instalação de script (roteiro seguido por sistema computacional que traz informações que são processadas e transformadas em ações) de gerenciamento de cookies (pequenos pacotes de arquivos de texto que informam ao navegador que já foi acessado determinado link, otimizando o funcionamento a partir do segundo acesso), com nova barra de consentimento, atendo requisitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

- Instalação de script de monitoramento do portal para evitar ataques de phishing scam (tentativa de roubar informações confidenciais).

Como se nota, muitas foram as ações de segurança e proteção de dados, que tornaram o ambiente virtual do TJRJ mais seguro durante o ano de 2023. Essa ênfase na segurança, além de manter os sistemas e máquinas em funcionamento, ainda almejava algo mais: criar um ambiente favorável para o aprimoramento dos sistemas institucionais, seu uso e a germinação de inovações tecnológicas.

Aprimoramento dos Sistemas Institucionais de Geração de Inovações Tecnológicas

Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos

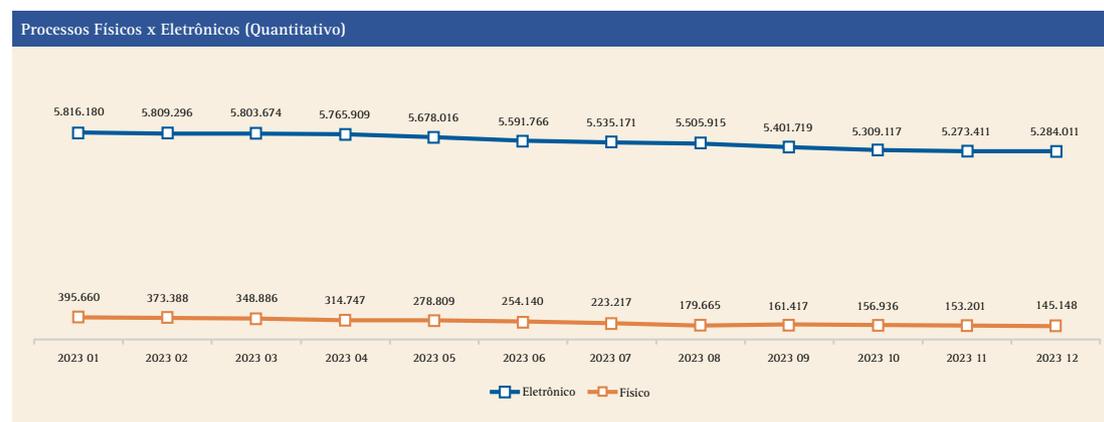
O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro historicamente controlou o acesso aos seus sistemas corporativos utilizando uma solução desenvolvida internamente, buscando maior confiabilidade e correta identificação de quem está acessando determinado sistema. A ideia era limitar o acesso dos usuários unicamente às atividades inerentes ao seu trabalho e dificultar possíveis desvios.

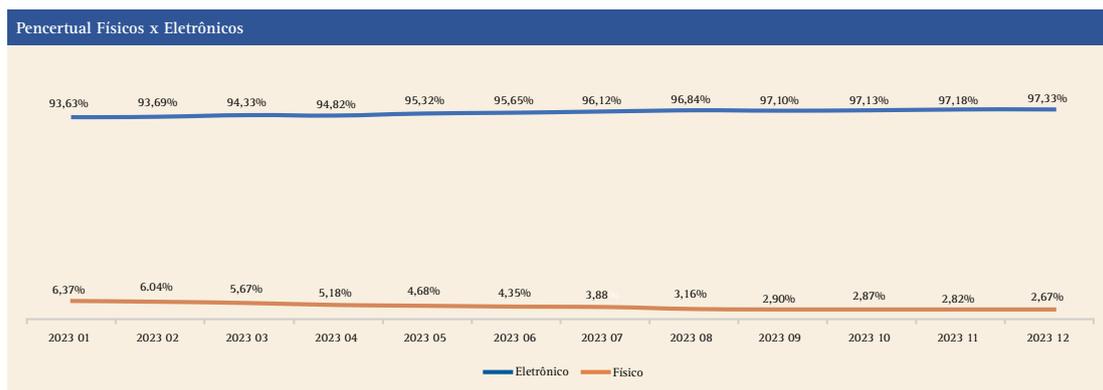
Entretanto, a evolução tecnológica e o aumento significativo de sistemas corporativos fizeram com que o sistema atual ficasse defasado e sem as integrações necessárias para um funcionamento adequado. Assim, tornou-se estratégico, para o TJRJ, o desenvolvimento de uma nova solução que atenda aos requisitos atualmente impostos.

Um novo sistema de controle de acesso dos usuários aos sistemas corporativos foi desenvolvido e implantado com sucesso em janeiro de 2023. Atualmente, estamos na segunda fase do projeto, aprimorando e adaptando os sistemas existentes para maximizar os benefícios e funcionalidades que o novo controlador de acessos oferece.

Digitalização do Acervo de Processos Judiciais

Acervo geral em trâmite TJRJ





Outras Realizações na Área de Tecnologia da Informação

- AD Metas (Sistema de controle de Metas do CNJ- Conselho Nacional de Justiça para a Corregedoria) - Em novembro de 2023, foi celebrado convênio com o TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) para cooperação técnica e cessão de fontes do sistema AD METAS, que tem por finalidade gerir as informações disponibilizadas pelo CNJ. A partir do seu uso, torna-se possível que os setores que integram as corregedorias dos tribunais possam realizar uma gestão diária mais eficiente dos procedimentos, com foco na celeridade e no cumprimento das metas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Em dezembro de 2023, o AD Metas foi disponibilizado em produção.
- Painéis QLIK – Ao longo de 2023, prosseguiu-se com a implementação e o uso da ferramenta QLIK. A partir do seu uso, foram entregues as seguintes demandas:
 - Novo protótipo do painel de gestão de serventias;
 - Melhorias diversas nas aplicações, como inclusão de dimensões, medidas e filtros;
 - Consolidação no painel de cumulação, relativo à produtividade, das informações do sistema DCP (sistema judicial legado de 1º grau);
 - Desenvolvimento e disponibilização do relatório de acompanhamento de indicadores do TJRJ – processos do sistema PJe (sistema judicial de 1º grau) no painel de gestão de serventias do sistema PJe;
 - Desenvolvimento de aplicação self-service de Indicadores de tempo médio, com tempo médio em dias do tombamento à sentença e do tombamento ao arquivamento;
 - Desenvolvimento do painel de licitações;
 - Desenvolvimento de diversos indicadores (conclusões, desarquivamentos, interrogatórios, redistribuídos / remetidos, retornados, projetos de sentença, cancelamento das distribuições, remessa central arquivamento, retornados outro tribunal, redistribuídos recebidos, sobrestados e suspensos, arquivados provisório);

- Melhorias no painel de gestão de serventias do sistema PJe (filtro de não sentenciados, mudança na nomenclatura das pastas/abas, atualização do indicador de remessa em grau de recurso, ajuste da data de atualização, automação da carga dos painéis);
- Inclusão da “sala de audiência” e do indicador “Audiência mais remota” na aplicação self-service de audiências.
- Criação da Assessoria de IA (Inteligência Artificial) – Área responsável por coordenar todas as atividades e projetos envolvendo inovações com inteligência artificial (IA).
- Realização de parcerias com Microsoft, Google e AWS – Projetos em parceria com empresas líderes em seus segmentos para desenvolvimento de Inteligência Artificial (IA), visando automação na verificação de teses e temas vinculantes dos tribunais superiores e automação na minuta de sentenças e decisões.

Área de Gestão de Pessoas

SDS (Sistema do Departamento de Saúde)

- Implementação da funcionalidade de registro de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho);
- Implementação da funcionalidade de registro de Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco para servidores comissionados;
- Integração com novo sistema de segurança.

GPES/GPESWEB

- Integração entre sistemas GPES e FOLHA, trazendo agilidade, confiabilidade e segurança nas operações de pagamento de valores relacionados a cargo de confiança e função gratificada;
- Implementação de funcionalidade para cadastramento de plantões em lote, promovendo agilidade ao setor responsável por essas operações na CGJ;
- Implementação de funcionalidade, que permite o tratamento de situações excepcionais no cadastro de lotação, dando autonomia e agilidade às operações do setor;
- Integração GPESWEB e PASEP, gerando agilidade para o TJRJ no fornecimento de informações obrigatórias sobre servidores;
- Implementação de funcionalidade para permitir emissão automática da certidão de histórico funcional para pedidos de aposentadoria;
- Implementação do Mapa de Tempo de Serviço (efeitos para triênio, licença especial, disponibilidade e certidão), viabilizando assim a desativação de relatório idêntico em sistema legado que utilizava linguagem de programação defasada e descontinuada (MUMPS).

SCIM (Sistema de Concurso para o Ingresso na Magistratura)

- Diversas melhorias para atender exigências do último concurso para ingresso na magistratura, como considerar candidatos não habilitados na importação de informações da banca organizadora, inclusão de campos indicando se o candidato é cotista ou ampla concorrência (e as respectivas implicações em outros módulos do sistema) e demais melhorias em relatórios gerenciais do sistema.

Portal de Magistrados e Servidores

- Implementação de sistema no portal para candidatura a Câmaras;
- Implementação de sistema no portal para venda de plantões de magistrados.

GEAUX (Sistema de Controle de Auxiliares da Justiça)

- Melhorias nos mecanismos de integração com o PJe para assegurar que processos já pagos não sejam pagos novamente.

MPS-ESOCIAL (Sistema de Comunicação com o E-SOCIAL - Ambiente Nacional)

- Implantação e evolução do sistema, que recebe, consolida e envia os eventos dos sistemas do TJRJ para o e-Social. Após, recebe e processa as informações de retorno e as disponibiliza para os demais sistemas.

Gestão de Benefícios

- Implementação de módulo administrativo no GPESWEB para registrar comprovação de auxílio creche;
- Implementação de relatório de extrato comparativo (recebido x devido) a ser encaminhado à folha de pagamento;
- Implementação de integração entre GPESWEB e FOLHA para pagamento de indenização de transporte de magistrados.

APPTJRJ (Aplicativo Funcional TJRJ)

- Desenvolvido por meio de convênio com o DETRAN.

Folha (Sistema Folha de Pagamento)

- Implementação do comprovante de rendimentos no sistema FOLHAWEB, promovendo a desativação de rotina com objetivo idêntico em sistema legado que utilizava linguagem de programação defasada e descontinuada (MUMPS).
- Implementação de funcionalidade que permite a geração de relatórios solicitados pelo RioPrevidência;

- Implementação de mecanismo que automatiza pagamento de diferenças de gratificação de férias ao integrar informações de pagamento de triênio. Anteriormente, esse processo era feito manualmente;
- Implementação do mecanismo de integração de pagamento de plantão e licença especial de magistrados;
- Disponibilização de consulta de contracheque de folha de ajuda de custo na web;
- Implementação de mecanismo de integração de comprovação de auxílio creche;
- Migração tecnológica de 33% das funcionalidades do sistema legado (FOLHA) para o sistema que irá substituí-lo (FOLHAWEB).

E-Social

- Adequação dos Sistemas Administrativos às exigências do e-Social e envio das informações cadastrais, de pagamento, financeiras e de saúde do trabalhador ao Governo Federal.

Área Extrajudicial

- Ajuste na Distribuição Eletrônica de atos de RCPJ (Registro Civil das Pessoas Jurídicas) e RTD (Registro de Títulos e Documentos) em comarca com ofício único da atribuição;
- Permissionamento do sistema Link Selo Ato (Perfil CGJ) no MAC (Módulo de apoio à CGJ (Corregedoria Geral de Justiça));
- Nova opção de requerimento de certidões Fazendárias da Capital por imóveis;
- Implantação de API (Interface de Programação de Aplicação, que define a forma como sistemas se comunicam entre si) para integração com os cartórios distribuidores, com a finalidade de obter requerimentos feitos no Portal Extrajudicial. A medida visa permitir a requisição do serviço diretamente pelos cidadãos, diminuindo os custos dos jurisdicionados;
- Ajuste na distribuição eletrônica para distribuição de habilitações de casamento dos RCPNs (Registro Civil das Pessoas Naturais) para o 5º e 6º Ofícios do Registro de Distribuição;
- Integração para consulta de Óbitos com Sistema de Precatórios.

Área Financeira

Satidegar/Satiweb (Sistema de Apoio e Tratamento de Informações de Dívida Ativa)

- Possibilidade de parcelamento direto do pagamento no sistema, em até 60 vezes, sem atualização da UFIR (Unidade Fiscal de Referência), além da viabilização de se qualificar uma parte como beneficiário de justiça gratuita (nos processos que não têm custas, somente os custos da dívida ativa com os municípios).

Sistema GRP (Sistema de Gestão Contábil, Financeira e Orçamento da DGPCF)

- Módulos Orçamentário / Execução Financeira
 - EFD-Reinf fase II (Família R-4000): retenções de IR e relatórios de acompanhamentos e conferências;
 - Nova solução de Pedido de Adiantamentos;
 - Novos desenvolvimentos de relatórios para Indicadores (Defin), apropriação da folha (edital 135), relatório CNJ - Conselho Nacional de Justiça (resolução 195/propostas), novos relatórios para PPA (Plano Plurianual) e novos relatórios para EMERJ (ex. cadastro de contas bancárias);
 - Desenvolvimento de solução para importação de retenção de encargos externos de herdeiros;
 - Módulo de Gestão de Custos;
 - Foram desenvolvidos relatórios com visões diferentes dos valores de custos, podendo, assim, responder inúmeras questões vindas da Administração Superior, além de auxiliar nas informações que devem ser prestadas ao CNJ;
 - Funcionalidade entregue visando a realização do rateio dos valores de custos das unidades administrativas para as unidades finalísticas, possibilitando a apuração mais acertada dos custos dos serviços ofertados.

ARRECINTEGRA WEB (Sistema de Arrecadação Integrada)

- Módulo de cadastro e envio de certidão de débitos judiciais on-line pelo sistema SEEU ao DEGAR.

GRERJ Eletrônica

- Novo layout do documento GRERJ;
- Integração com o sistema SEEU.

SGEMERJ (Sistema de Gestão Da EMERJ)

- Controle de pagamentos realizados com cartão em todos os sistemas-satélites.

SGEMERJ Web e SIEM Acadêmico

- Criação do controle de frequência no Módulo Colaborador, para atender aos quesitos do e-Social;
- Cadastro de Professores, beneficiários e colaboradores da EMERJ como insumo para o sistema GRP enviar eventos não periódicos para o e-Social;
- Pagamento de inscrição com cartão de crédito.

SIEM (Sistema Integrado da EMERJ)

- Frequência em lote;
- Lançamento da presença manual na funcionalidade de frequência de alunos – insumos para e-Social;
- Pagamento de inscrição com cartão;
- Criação de controle de documentos dos cotistas.

SIEM Internet

- Relatório Diário de Aula para o perfil Assistente de Turma criar registros de Relatório Diário de Aula On-line, para acesso e controle de aulas ministradas.

SIEM Eventos Web

- Criação do cadastro de desobrigação, para o magistrado informar quando estiver fazendo algum curso e ser desobrigado de fazer os cursos de aperfeiçoamento da EMERJ.

Área de Logística, Contratos e Demais Áreas Administrativas

SCOLWEB (Controle de Órgãos e Localizações)

- Criação de webservice para disponibilização de informações.

Integração dos Sistemas de Logística

- Integração com o GRP (novo sistema financeiro).

SISCAN (Sistema de Contratos e Atos Negociais)

- Projeto conta vinculada - controle dos valores retidos a serem resgatados pelas empresas.

SISCOR (Sistema de Correspondências)

- Integração com o PJe para atendimento ao Projeto DÍVIDA ATIVA. Envio automático de milhares de processos/intimações, em que o PJe - eCarta faz comunicação direta com o Correios;
- Digitalização e armazenamento da imagem do Avisos de Recebimento (ARs) das correspondências físicas que foram expedidas pelas diversas U.O. (Unidades Organizacionais) integrantes do TJRJ, para ciência e providências de estilo;
- Implantados os relatórios de controle do contrato com os Correios por período e automatizados, enviados por e-mail à DIMEX.

SISPAT (Sistema de Controle de Patrimônio)

- Integração com o SEI, com a inclusão no SEI de termo de baixa gerado no SISPAT.

SISLIC (Sistema de Licitações)

- Integração com o PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) - implantada a primeira etapa e ampliação da integração.

SISTRANSP Web (Sistema de Transportes)

- Migração do módulo de solicitação de transporte e BDTs (Boletins Diários de Transporte);
- Implantação do módulo de agendamento de viaturas para a Justiça Itinerante.

Modernização dos Sistemas Legados

Também foi elaborado e executado um processo de modernização de sistemas, visando atualizar sua linguagem de programação para uma mais atual. Essa mudança foi necessária para garantir melhores segurança dos sistemas e experiência de usuário. Os sistemas modernizados são:

- UNIVWEB (NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTAGIÁRIOS – WEB);
- MAGPROMREM (SISTEMA DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO DE MAGISTRADOS), incluindo melhorias no gerador de termos de posse e de minutas de portarias;
- NOVO SISTEMA DE CONCILIADORES;
- NOVO SISTEMA DE VOLUNTÁRIOS;
- NOVO SISTEMA DE FACILITADORES;
- SAF (SISTEMA ADMINISTRATIVO FISCAL);
- SISTEMA DE ARRECADAÇÃO;
- SIACONTGRERJ (SISTEMA DE CONTROLE DE GRERJS ADMINISTRATIVAS);
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - DADOS FINANCEIROS;
- SPGE INSCRIÇÃO WEB (SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO);
- SCPE INSCRIÇÃO ON-LINE (SISTEMA DE CONCURSO) SIDOC (CONTROLE DE RADS);
- SCOL (Sistema de Controle de Órgãos e Localizações)
- SOU (Sistema de Ouvidoria);
- PROT (Processo Administrativo Físico);
- CPI (Sistema de Controle de Processo Disciplinar);
- GMAT (substituto do SISMAT).

SEI (Sistema Eletrônico de Informações)

- Disponibilização de dashboard na ferramenta QLIK de Homologação;
- Integração com o SEI Federação, para tramitação de processos entre órgãos;
- Atualização para versão 4.0.12 em ambiente de produção.

SOPHIA (Sistema da Biblioteca)

- Habilitação de protocolo para integração à BDJur (Biblioteca Digital Jurídica) do STJ.

Área de Sistemas Corporativos, Business Intelligence e Portal

Aplicativo Maria da Penha Virtual – Expansão

- Sistema web, integrado ao DCP, destinado às vítimas de violência doméstica que, por meio do aplicativo, poderão fazer pedidos de medidas protetivas, que serão enviados diretamente para o(a) juiz(a).

Portal de Serviços

- Reconstrução e atualização tecnológica do portal de serviços, principal forma de comunicação do usuário externo com o Tribunal, no controle dos processos judiciais eletrônicos.

SISTUSU (Sistema de Controle de Usuários)

- Rotina de inativação automática com a inclusão de outras origens, como Juízes Leigos e estagiários;
- Criação de uma nova DLL (biblioteca de autenticação de usuários) para DCP e eJUD, para que fiquem aderentes à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário). A nova biblioteca traz mais segurança na definição das senhas dos usuários e lhes permite integração com o MarketPlace do CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

IDSERVERJUS (Sistema de Autenticação para Aplicações Web do TJRJ)

- Desativação do SEGWEB (antigo) e implementação do novo sistema de autenticação, aderente aos novos padrões do TJRJ de interface de sistemas e segurança da informação.

SPEDOADM (Sistema de Publicação Eletrônica para o Diário Oficial – Módulo Administrativo) e DJE (Diário da Justiça Eletrônico)

- Possibilitar a publicação em formato de errata;
- Publicação de edições suplementares dos cadernos do DJE;
- Integração sistema SPEDOADM com SEI, DCP, DJEN e ConsultaDJE para que as matérias passem a ser publicadas no DJEN.

Domicílio Eletrônico

- Em outubro de 2023 foi implementada a integração de DCP e EJUD com o Domicílio Eletrônico do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, para o envio de comunicações processuais de forma eletrônica. Tal integração tem por finalidade modernizar, agilizar e tornar mais eficiente o envio de comunicações processuais às empresas, privadas e públicas, de forma centralizada, seguindo as diretrizes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para adesão à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).

Portal Institucional do TJRJ – Atividades e Criação de Novos Portais

Portal dos Precedentes

- Responsável pela divulgação de informações e acesso a artigos sobre o tema dos precedentes. O portal apresenta também referências aos boletins de repercussão geral e recursos repetitivos dos Tribunais superiores (STF e STJ).

Portal de Acessibilidade

- Adoção de recursos de legenda e audiodescrição nos sites e redes sociais do TJRJ com o fim de facilitar o acesso aos usuários com dificuldades visuais e auditivas.

Área Judicial

DCP (Distribuição e Controle de Processos de 1ª Instância)

- Criação do 8º Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Fazendário – Dívida Ativa do Estado e do Município do Rio de Janeiro;
- Criação do 9º Núcleo de Justiça 4.0 – DETRAN;
- Alteração da tela de andamento de arquivamento para que os processos possam ser arquivados somente com o tipo de arquivamento definitivo;
- Inclusão de novos motivos no arquivamento definitivo;
- Processos de violência doméstica sinalizando para processos de família que tem processos com as mesmas partes (pedido do Presidente).

MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade)

- Implementação da distribuição de processos para os cartórios da justiça itinerante.

EJUD (Sistema Eletrônico de Movimentação Processual de 2ª Instância)

- Implementação das novas competências pública e privada;
- Devolução de processos ao PJe que não serão autuados na segunda instância;
- Migração para HTTPS (camada adicional de segurança que permite que os dados sejam transmitidos por meio de uma conexão criptografada);

- Implantação do Núcleo de Execuções Individuais das Ações Coletivas Originárias do TJRJ – NEIAC;
- Relatório de produtividade de lançamentos no gabinete;
- Possibilidade de encaminhar Agravos Cíveis para saída de acervo.

Precatórios

- Criação do sistema OFREQ (ofício requisitório), que permite a criação e envio dos ofícios requisitórios via web para o Setor de Precatórios;
- Tratamento diferenciado para beneficiários com mais de 80 anos para fins da expedição de “mandado de pagamento”;
- Inclusão de campo “urgente” para custas a serem ressarcidas no sistema OFREQ - Ofício Requisitório;
- Criação de um novo tipo de processo para precatórios federais;
- Visualização de locais virtuais para poder observar a mesa de cada assessor separadamente;
- Implementação da certidão automática nos processos conclusos.

SCM (Sistema Central de Mandados)

- Integração do SCM com o sistema EJUD;
- Integração do SCM com o sistema PJE.

SCT (Sistema de Cadastro de Torcedores)

- Sistema que visa o cadastramento de torcedores/torcida organizada e seus impedimentos de acesso aos estádios de futebol, por determinação judicial. As informações do impedimento ficarão disponíveis para consulta de forma pública e nos estádios antes das partidas.

PJE

- Em novembro de 2022, foi implantado o piloto PJe na competência de Dívida Ativa, na comarca de Niterói. Em janeiro e fevereiro de 2023, o piloto foi expandido para 16 novas comarcas e em setembro e outubro de 2023 para mais 5 comarcas.
- Foram realizadas melhorias e alterações no sistema PJe de forma a melhorar seu desempenho:
 - Otimização no carregamento de partes de processos volumosos;
 - Otimização no verificador periódico e no verificador de prazos não processuais;
 - Otimização na funcionalidade de atualização de advogados da OAB;

- Ajustes no MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) para evitar atualizações desnecessárias no cadastro do MP (Ministério Público);
- Melhoria de desempenho no filtro de tarefas;
- Parametrização do agendamento das atividades automatizadas relacionadas ao Domicílio Eletrônico e PUSH;
- Melhoria de desempenho da consulta processual por CPF/CPNJ;
- Otimização nas validações de disponibilidade do serviço da Receita Federal;
- Otimização da busca de processo por número completo no Peticionamento/Habilitação nos autos;
- Otimização de consulta na aba acervo do Painel do Usuário Externo;
- Alteração de diversos fluxos forçando a exclusão e evitando a propagação de variáveis desnecessárias, visando melhoria na performance do PJe;
- Aumento do tamanho da requisição do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) para 100 MB, possibilitando aos órgãos parceiros a distribuição de processos mais volumosos de forma integrada;
- Melhoria no procedimento de consolidação de documentos, executado pelo MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) sempre que uma manifestação processual é recebida;
- Ajustes em tarefas automatizadas para evitar contenções no banco, melhorando o desempenho para o usuário final;
- Criação de fluxo de reclassificação de documentos para todas as competências;
- Integração ao Sistema SCM (Sistema Central de Mandados);
- Desenvolvimento de funcionalidades para remessa a Juiz Leigo no JEF – Juizado Especial Federal;
- Funcionalidades Mini Pac (ferramenta para criação de intimações nas tarefas de conclusão ao Juiz) e intimação automática em todas as competências;
- Disponibilização de fluxos para controle de prazos na competência VIJI (Vara de Infância, Juventude e Idoso);
- Automação de lançamento de movimentos de certidões;
- Adequação dos fluxos de suspensão processual aos novos movimentos SGT (suspensão passou a ser movimento do Magistrado);
- Automação da atualização das TPUs (Tabelas Processuais Unificadas), que são o padrão que garante que seja possível tratar os dados processuais em qualquer sistema processual eletrônico;
- Atualização na exibição das partes no recibo de manifestação do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade);

- Alteração de movimento ao retificar classe;
- Desenvolvimento de visualizador de processos no PJe para aplicativo móvel;
- Liberar a possibilidade de o chefe de serventia cancelar a remessa ao juiz leigo;
- Adequação do fluxo criminal após o recebimento da denúncia, enviando o processo para tarefa, a fim de que o cartório faça a retificação da classe;
- Adequação no fluxo para impedir a realização de audiência com data futura no JEC – Juizado Especial Cível.

Considerações Finais

Ante todo o exposto, observa-se que os esforços das equipes de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicação de Dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 2023 foram consideráveis, sempre almejando o melhor resultado para a experiência dos usuários e a segurança da informação, pautas tão importantes para a Administração Superior.

Por fim, deseja-se que o ano de 2024, já planejado durante 2023, seja ainda melhor, com foco no aprimoramento contínuo da qualidade dos sistemas processuais eletrônicos e na criação dos sistemas de inteligência artificial que poderão revolucionar a atividade jurisdicional em um futuro breve.



16, Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança



16. Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança

O TJRJ tem foco constante na **promoção de sustentabilidade e economicidade**, com vistas a contratações de compras, serviços, obras, entre outros, merecendo destaque:

- A aquisição e instalação de sistema de geração de energia solar, processo que captura a **luz solar** através de placas solares para a produção de energia elétrica, com o levantamento de dados técnicos e desenvolvimento de diagrama unifilar para instalações elétricas, nos prédios do TJRJ.
- O desenvolvimento de projeto executivo de modernização da **Central da Água Gelada (CAG)** do sistema de ar condicionado do prédio do Lâmina I do Complexo do Fórum Central, para a substituição de 12 (doze) torres de resfriamento em virtude do desgaste existente. O projeto foi elaborado considerando a especificação de equipamentos modernos, mais adequados ao meio ambiente e que permitem uma maior economicidade no consumo da água.
- O desenvolvimento do projeto executivo para **construção de prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI)**, Vara da Infância e da Juventude (VIJ), Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE) e Departamento de Transportes (DETRA), contemplando iniciativas de sustentabilidade por meio dos projetos de instalações hidrossanitárias e instalações mecânicas, como:
 - **Captação das águas pluviais** dos telhados das edificações para reaproveitamento nos banheiros;
 - **Projeto de esgoto sanitário** dividido em esgoto primário e esgoto secundário, o que possibilita futuramente o tratamento de águas cinzas;
 - **Projeto de jardins de chuva no terreno do Complexo**, que tem como função captar, filtrar e infiltrar a água pluvial no solo, contribuindo para o reabastecimento dos lençóis freáticos;
 - **Uso de sistemas de ar-condicionado tipo VRF**, que visa economizar energia elétrica, espaço e custos. O referido sistema utiliza gás refrigerante ecológico, o que atende às exigências do Protocolo de Montreal (1989);
 - **Uso de elevadores dotados de novas tecnologias**, visando à economia de energia, espaço e custos, com a utilização de elevadores sem casa de máquinas e dotados de componentes altamente eficientes, a fim de minimizar o consumo de energia tanto na operação do elevador quanto na iluminação.

Resíduos

No período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, 87.405 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo, assim, para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos

naturais, na medida em que abastecem as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgens.

Gráfico - Resultado da Coleta Seletiva - 2023 (Kg)



Fonte: SGLOG

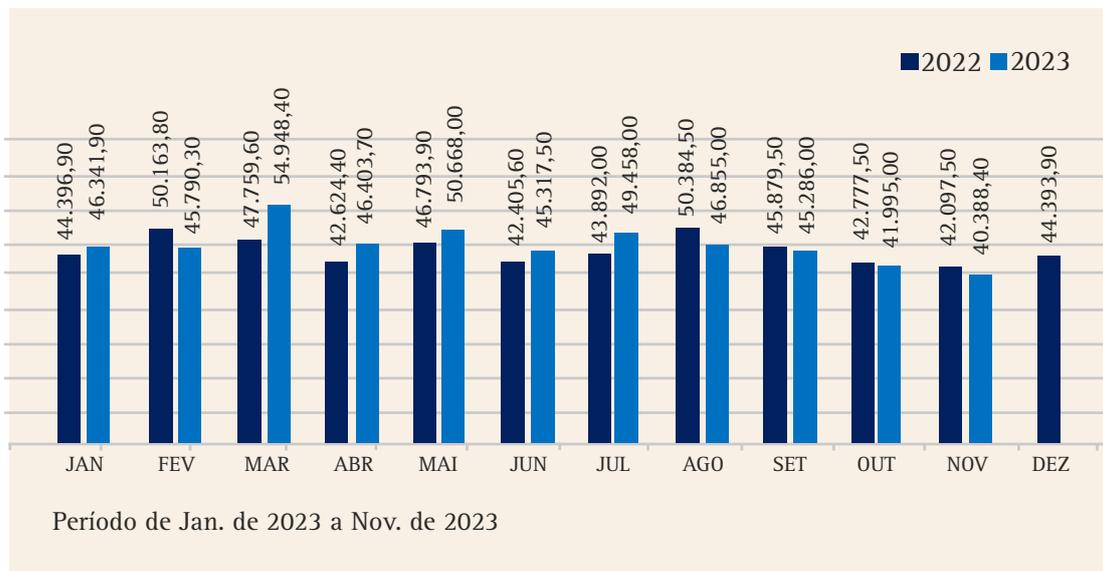
Os resíduos recicláveis são destinados às Cooperativas de Catadores, que formalizaram termo de compromisso com o TJRJ, realizando a inclusão socioeconômica desses profissionais.

Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o TJRJ propicia condições de trabalho adequadas e renda digna por seu trabalho, apresentando um exemplo de desenvolvimento sustentável ao proporcionar o equilíbrio das questões econômicas com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Consumo de água e energia

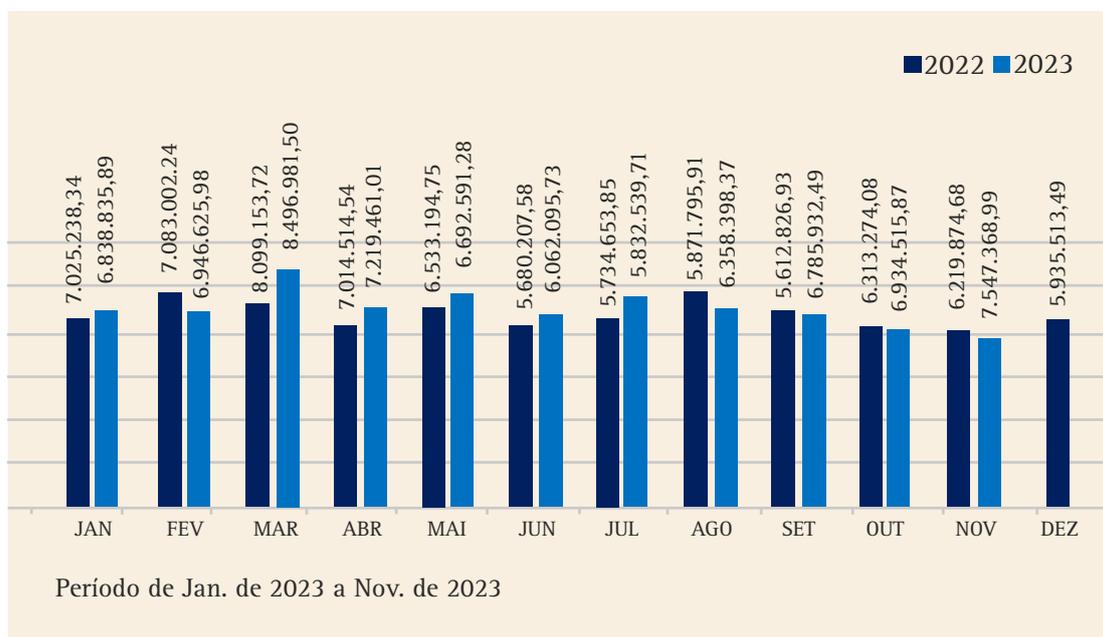
O TJRJ busca a economicidade dos custos de água, energia elétrica e gás, intensificando os critérios para a análise das faturas de consumo. Essa análise é realizada por meio do exame de conjuntos de resultados numéricos, mediante a observação de valores instantâneos e tendências, comparando-os com referências estabelecidas em períodos anteriores, a fim de fundamentar a tomada de decisão pela administração superior.

Comparando-se o período de janeiro a novembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, houve um aumento de 2,86% (14.277,00 m³) no consumo de água.

Gráfico - Consumo de Água (m³)

Fonte: SGLOG

Gráfico - Consumo de Energia Elétrica (kWh)



Fonte: SGLOG

Já o consumo de energia elétrica apresentou aumento de 6,36% (4.527.610,18 kWh) para o período de janeiro a novembro de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Embora não tenham ocorrido registros de multas em 2023, as cobranças por demandas reativas e energia reativa ainda ocorreram no ano de 2023.

No mês de novembro, mês com maior número de cobranças por energia reativa registradas, as cobranças ocorreram em 40% das unidades para o período denominado hora ponta. E em 46% as unidades para o período denominado horários fora ponta.

No mês de novembro também foram registradas cobrança por demanda reativa nos horários fora ponta em 4% das unidades.

Consumo de papel A4

A compra de papel representa um dos maiores gastos de materiais de consumo do TJRJ, juntamente com os insumos de informática, razão pela qual o Tribunal tem adotado continuamente medidas preventivas, visando à redução do consumo e do desperdício.

A migração da maioria das serventias para o sistema eletrônico, a edição do Ato 87/2019, a divulgação de campanhas de redução e de consumo consciente têm se mostrado ferramentas essenciais para a diminuição da demanda e das compras desse material.

Em termos de economia, a redução pode ser observada adotando-se o ano de 2019 como parâmetro, já que foi o último ano de consumo regular antes da edição do Ato 87. Assim, quando comparado o consumo de resmas em 2019, na ordem de 210.122 com o total de resmas distribuídas em 2023, que atingiu o total de 106.811 resmas, afere-se a expressiva redução de 49,16%.

Logística reversa de cartuchos

No ano de 2023, 13.833 (treze mil oitocentos e trinta e três) cartuchos de toners e cilindros foram devolvidos aos fabricantes/contratados, incluindo marcas, cumprindo-se, assim, o compromisso da Instituição com a sustentabilidade por meio da logística reversa de insumos.

Logística reversa de cabos lógicos e reversos

No ano de 2023, foram descartados 700,8 kg de cabos elétricos através do convênio firmado com a Empresa FURUKAWA sob nº 003/0014/2022, processo SEI nº 2021-0672747, que consiste em permitir o descarte adequado dos cabos lógicos e elétricos usados, da marca FURUKAWA ou não, oriundos de obras realizadas nos prédios do TJRJ, alinhando-se desta forma à Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos e as novas regras de sustentabilidade ambiental.

Logística reversa de lâmpadas

Com foco na responsabilidade socioambiental, o Tribunal fez o descarte adequado de 46.350 (quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta) lâmpadas através de empresa contratada para realização da logística reversa dos insumos.

Guia Verde

O Guia Verde do TJRJ conta, atualmente, com 938 (novecentos e trinta e oito) itens, tendo havido um incremento se comparado ao ano anterior (2022), quando constavam 877 (oitocentos e setenta e sete) itens cadastrados como sustentáveis, atingindo a meta anual de 2% (dois por cento) estabelecida no PLS – Plano de Logística Sustentável. A atualização do guia foi fruto do aprimoramento da equipe e dos novos estudos realizados, que englobam, inclusive, entendimentos mantidos com órgãos públicos signatários da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), implementada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Reprografia

Devido a crescente digitalização dos processos administrativos e judiciais, houve uma redução nas solicitações de toner e visita técnica.

O contrato de locação e manutenção de copiadoras, foi licitado no ano de 2023 com uma redução significativa do quantitativo de equipamentos de 380 para 115, uma redução de 69,75%, e redução na franquia de 620.000 cópias para 74.750, redução de 87,95%.

Bens permanentes inventariados nas unidades patrimoniais

A realidade física dos bens permanentes no PJERJ foi demonstrada por meio da realização das fases de lançamento, ratificação e ajustamento do inventário geral de 2023 (art. 42, §§ 1º a 3º, da Resolução nº. 10/2021 do Egrégio Órgão Especial).

Por meio do inventário, são disponibilizadas informações estratégicas ao Tribunal de Justiça para o planejamento de compras de novos bens, assim como para a sua prestação de contas anual na forma determinada pelo (TCE-RJ).

No relatório 6415581 do 2023-06089562, o agente patrimonial principal do PJERJ e diretor da DIPAT (Divisão de Controle Patrimonial) manifestou-se com relação ao encerramento da fase de lançamento. As informações pertinentes à conclusão da fase de ratificação foram indicadas por meio do relatório 6774474 do processo 2023-06118218. Por fim, o Relatório de Encerramento do Inventário Geral 2023 (documento 7070971 do 2023-06089564) tratou do encerramento da fase de ajustamento e do inventário geral como um todo.

O total de 347.910 bens foi inventariado pelos agentes patrimoniais do PJERJ.

O atendimento realizado pela Central de Apoio aos Agentes Patrimoniais foi avaliado como ótimo ou bom por 98% dos 583 agentes patrimoniais que participaram da pesquisa anônima de satisfação, em outubro. Apenas 2% consideraram o serviço regular. Nenhum agente avaliou o atendimento como ruim ou péssimo.

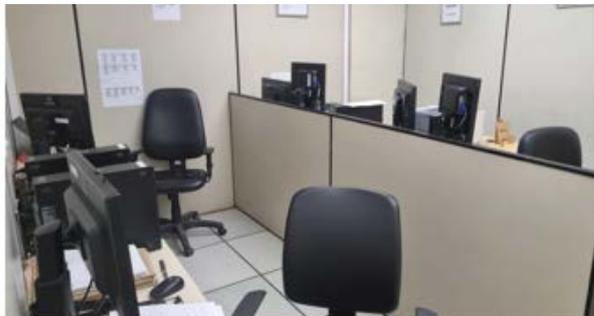
No que tange à fiscalização patrimonial, seja em apoio aos agentes responsáveis por bens que guarnecem espaços do PJERJ ou em cumprimento de diligências nas fases de ratificação e de ajustamento do inventário geral 2023, foram visitadas 1.338 unidades/subunidades no período de janeiro a novembro de 2023. Por meio de indicador próprio, verificou-se 100% de satisfação dos agentes que receberam a mencionada visita.

Projetos e obras concluídos

- Energia Solar – Arquivo de São Cristóvão



- Oficinas DIMAN na Lâmina I – Novas Instalações para Digitação de Ordens de Serviços



- Sala Video Wall



- DEIGE (Processo nº 2023-06028014)



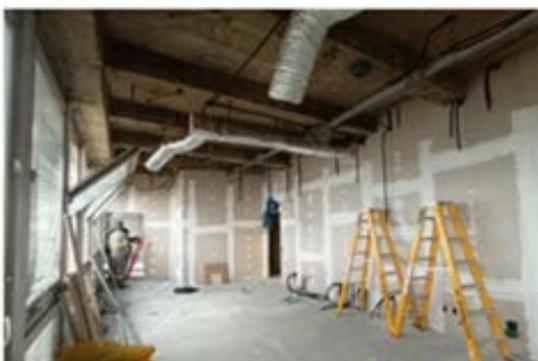
- Estúdio de Podcast



- Laboratório de Inovações (Processo nº 2023-06043595)



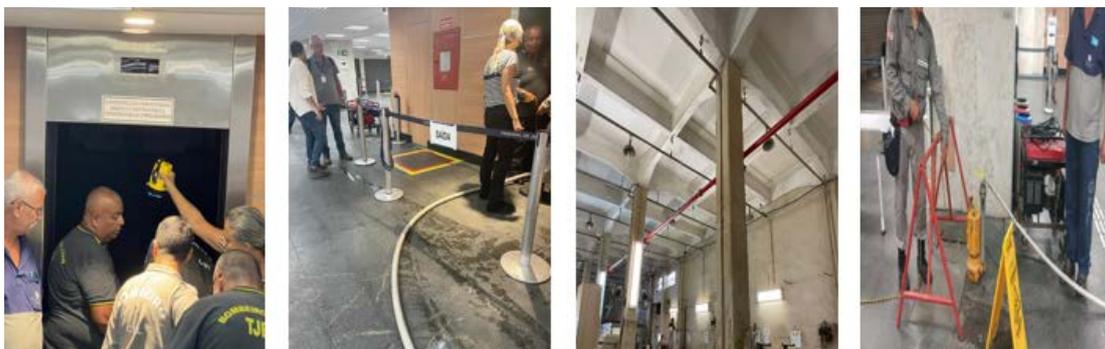
- Presidência do TJRJ



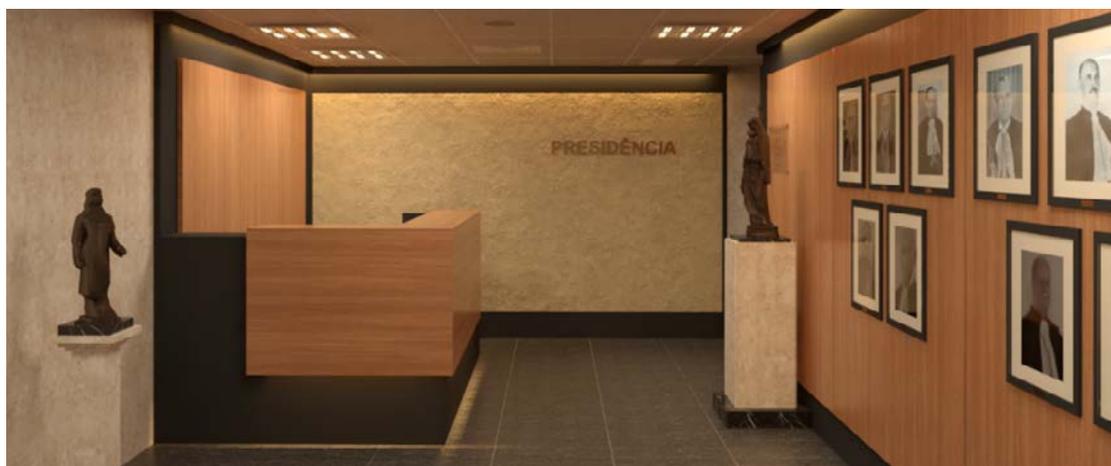
- Instalação do Sistema de Hidrante e Sinalização de Segurança – DIALM



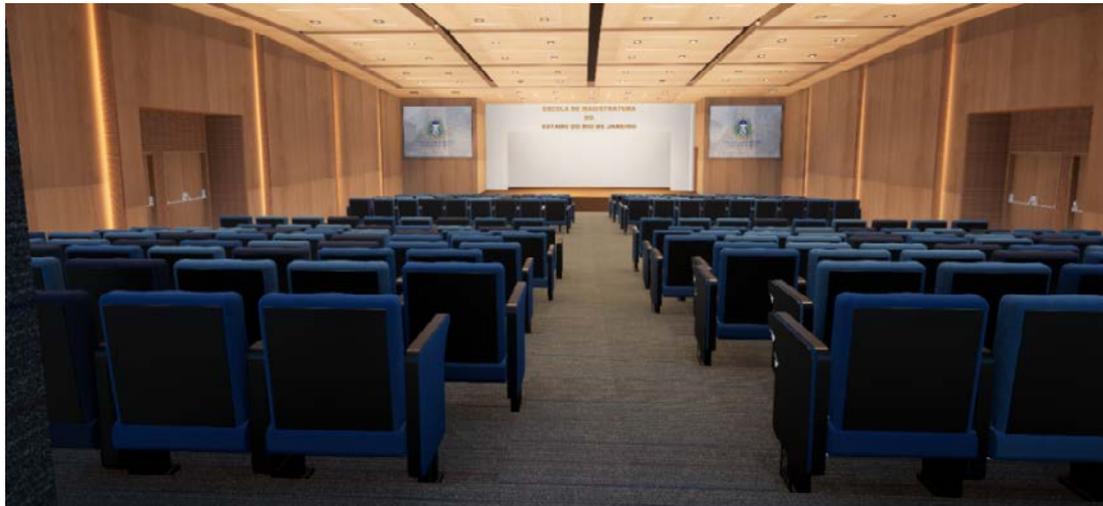
- Gestão de Eventos de Risco



- Projeto de Modernização da Galeria de Fotos dos Presidentes do TJ (Processo nº 2023-06037504)



- Projeto de Reforma dos Auditórios da EMERJ e Hall de Acesso (Processo nº 2023-06072752)



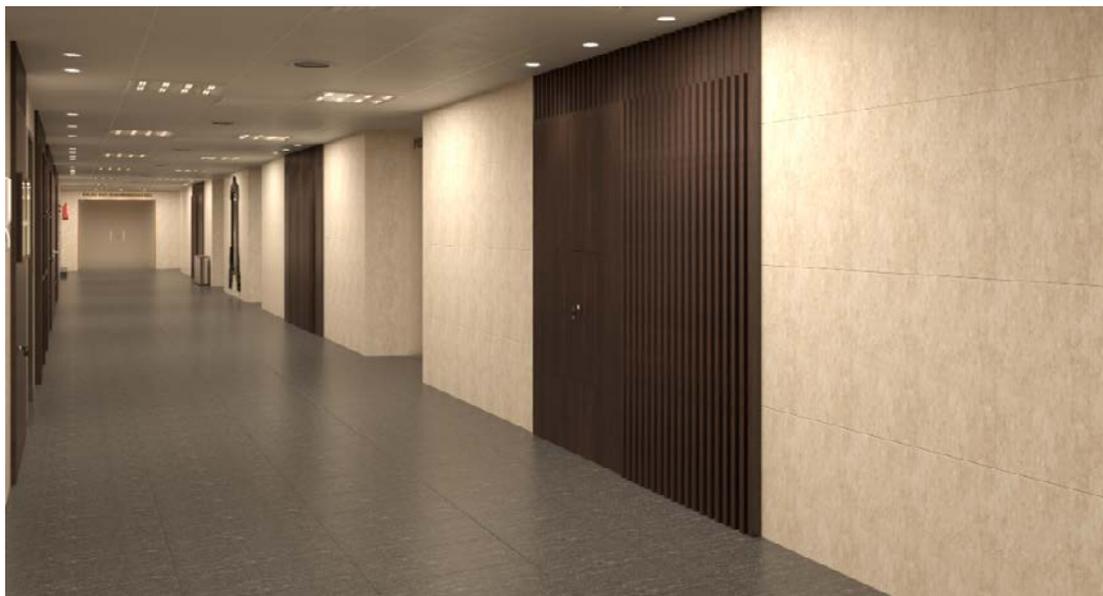
- Projeto Hall dos Desembargadores (Processo nº 2023-06084984)



- Projeto Letreiros do Plenário – 10º Pavimento (Processo nº 2023-06097181)



- Projeto Reforma dos Corredores da Presidência (Processo nº 2023-06112393)



- Projeto Controle de Acesso Hall da Lâmina III (Processo nº 2023-06113711)



- Projeto Museu da Justiça (Processo nº 2023-06049391)



- Projeto Bar dos Magistrados



- Projeto Executivo de Construção do Prédio do Fórum de Seropédica (Processo nº 2023-06028351)



- Estudo Preliminar para Construção do novo Prédio do Fórum de Maricá (Processo nº 2020-0648821)
- Anteprojeto da Construção do novo Prédio do Fórum de Miguel Pereira (SEI 2023-06026452)

Readequações:

- Juizados Especiais Fazendários (Processo nº 2023-06081469)
- DEMAG - Departamento Pessoal de Magistratura (Processo nº 2023-06052643)
- SGJUD - Secretaria Geral Judiciária (Processo nº 2023-06039677)
- ASMAJ - Assessoria às Comissões dos Concursos da Magistratura e Juizes Leigos (Processo nº 2023-06031702)

- Antigas Vídeo Conferências no 9º pavimento (Processo nº 2023-06031247)
- SGADM - Foram executados diversos layouts provisórios em diversos ambientes, para viabilizar o definitivo (Processo nº 2023-06013584)
- DECOI - Foram executados alguns layouts provisórios em alguns ambientes distintos, para viabilizar o definitivo (Processo nº 2023-06008069)
- Layout da Presidência (Processo nº 2023-06011401)
- Layout do Cerimonial da Presidência (Processo nº 2023-06018220)
- Layout do Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP), em virtude da publicação em 07/02/2023 da Resolução OE nº 04/2023, que alterou a estrutura do DECOP, criando 02 (dois) novos serviços, 01 na DICON e 01 DICOV (Processo nº 2023-06021846)
- Estudos / levantamentos SGTEC - Secretaria Geral de Tecnologia da Informação (Processo nº 2023-06017830)
- Estudo de Readequação do Fórum de Magé buscando adaptá-lo às necessidades atuais. Sem apresentação e paralisado pela possibilidade de compra de novo terreno. Área Fórum Existente 1796,50 m² / Área Fórum Proposto 2.542,53 m² - Demolição do edifício anexo com construção de novo anexo
- Solicitação de estudo para instalação da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (Processo nº 2023-06011924)
- Modificação do layout do gabinete da 3ª Vara de Fazenda Pública (Processo nº 2023-06023763)
- Layout da Galeria de Retratos dos Segundos Vice-Presidentes (Processo nº 2023-06081099)
- Projeto de implantação do Salão Escola Beleza Solidária - SGSUS (Processo nº 2023-06105671)
- Realocação de quadros de resina, distribuídos em distintos locais do Complexo do Fórum Central da Capital para o Hall da Lâmina III (Processo nº 2023-06071102)
- Mudança de layout do gabinete do DEGAR - Centro Administrativo (Processo nº 2023-06065592)
- Projeto de Climatização das Centrais de Água Gelada - CAG (torres de arrefecimento) - Lâmina I.
- Projetos de Energia Solar dando continuidade ao Plano de Logística Sustentável 2021-2023 do TJRJ, foram desenvolvidos os processos para licitação de geração de energia solar dos seguintes Fóruns: Fórum de São João de Meriti, Fórum de Queimados, Fórum de Belford Roxo, Fórum de Madureira, Fórum de Jacarepaguá, Fórum de Itaboraí, Fórum da Ilha do Governador, Fórum de Macaé, Fórum de São Gonçalo, Arquivo Geral de Rio Bonito, Fórum de Rio Bonito, Fórum de Vila Inhomirim, e Fórum de Bangu, Fórum da Barra da Tijuca, Fórum de Duque de Caxias, Fórum de Nova Iguaçu, Fórum de Campos dos Goytacazes, Fórum de Santa Cruz, Lâmina I e II, Lâmina IV, Fórum do Almoxarifado de Niterói e Arquivo de São Cristóvão

- Projetos de Sistema de Prevenção e ao Combate ao Incêndio. Nos prédios do Fórum da Comarca de Sapucaia, do Fórum da Comarca de São Fidélis, do Fórum Regional da Ilha do Governador da Comarca da Capital e do Fórum Regional da Região Oceânica da Comarca de Niterói
- Projeto de Estudo de Viabilidade para a construção do novo Fórum da Comarca de Miguel Pereira



Perspectiva do projeto de Estudo de Viabilidade

- Projeto para substituição das telhas e revisão da estrutura metálica - Polo 5º NUR
- Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio (extintores e sinalização de emergência) referente ao plano de abandono nos prédios do Fórum Regional do Méier e do Fórum Regional de Madureira
- Elaboração de 57 projetos e diagramas elétricos para diversas edificações do TJRJ Fórum Iguaba Grande, Fórum Cantagalo, Fórum de Itaguaí, Fórum de Sapucaí, Fórum de Sumidouro, Fórum de Duas Barras, Fórum de Miguel Pereira, Fórum de Rio das Flores, Fórum de Nova Friburgo, Fórum de São Fidélis, Fórum de São Francisco de Itabapoana, Fórum de Pirai, Fórum Engenheiro Paulo de Frontin, Fórum de Rio Claro, Fórum de Vassouras, Fórum Santa Maria Madalena, Fórum Trajano de Moraes, Fórum de Resende, Fórum Regional de Jacarepaguá, Fórum de Guapimirim, Fórum de Valença, Anexo de Valença, Secretarias de Niterói, Fórum Regional do Méier, Arquivo de Rio Bonito, Fórum de São Gonçalo, Fórum de Italva, Fórum de Laje do Muriaé, Fórum de Saquarema, Fórum de Porto Real, Fórum de Maricá, Oficina do DETRA (Santo Cristo), Vara da Infância (Praça Onze), Pinheiral, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Arquivo de São Cristóvão, Praça da Bandeira, Magé, Vila Inhomirim, Bom Jesus, São Sebastião do Alto, Vara da Infância Santo Cristo, Oficina do Estácio, Queimados, V JEC de Copacabana, I JECRIM de Botafogo, Fórum da Comarca de Silva Jardim, IV JECRIM do Leblon, VIII JEC da Tijuca, DETRA - Garagem do Santo Cristo, Fórum da Ilha do Governador e Seropédica

- Projeto de Instalação de equipamentos de monitoramento por vídeo (CFTV) nos interiores dos galpões destinados ao armazenamento de bens em estoque do Almoxarifado de Niterói
- Projeto de Sinalização de Segurança contra Incêndio e Pânico - Fórum de Campos dos Goytacazes
- Projeto de instalações hidrossanitárias para o sistema de tratamento de esgoto do Fórum de Paraty
- Projeto para Implantação de Sala Passiva no Foro Central
- Elaboração de Diagramas Unifilares de entrada de energia para os prédios de São João de Meriti, Vila Inhomirim, São Gonçalo, Ilha do Governador, Jacarepaguá, Arquivo Geral de Rio Bonito, Madureira, Bangu, Queimados, Belford Roxo, Itaboraí, Macaé e Rio Bonito

Projeto Legal do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e aprovação junto ao CBMERJ do:

- Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos - Engenhão (Processo nº 2020-0605064)
- XX Juizado Especial Cível (Aeroporto Santos Dumont) (Processo nº 2020-0000086)
- Fórum da Região Oceânica (Processo nº 2020-0644267)

Projeto executivo de estruturas para:

- Contenção na fachada principal do Fórum de Rio das Flores (Processo nº 2021-0682385)
- Proteção contra inundações - novo muro da fachada principal do Fórum de Petrópolis (Processo nº 2022-06028400)
- Reforma do monta carga da Biblioteca - Lâmina III (Processo nº 2019-0615557)
- Guarita do Fórum de Vila Inhomirim (Processo nº 2023-06029867)

Projeto de alteração do layout:

- 28ª Câmara Cível (Capital - Lâmina III)
- Cerimonial (sala 1004 - Capital - Lâmina II)
- DGAPE (sala 716 - Capital - Lâmina I)
- Presidência

Projeto de readequação:

- Layout SGJUD
- Salas 911, 913, 915 e 917 - Videoconferências (Capital - Lâmina II)
- Instalação do Departamento de Comunicação Interna / Estúdio de Podcast (mezanino do 10º pavimento)
- Projeto Vídeo Wall - readequação (salas 1014, 1016 e 1018)
- Projeto de modernização da galeria de fotos dos Presidentes (Capital - Corredor da Presidência)

Projeto de instalação:

- Cartórios 1º, 2º, 3º, 4º e 9º Ofício de Distribuição Judicial (Capital – Rua do Carmo, nº 08)
- 2ª Vice-Presidência (sala 209 - Capital - Lâmina IV)
- Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance (Capital - CATJ - T06)

Projetos e obras em andamento

- Construção do Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e Juventude, Vara de Medidas Socioeducativas e DETRA.

Três blocos, sendo o primeiro para receber o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), o segundo para abrigar a Vara de Infância e Juventude (VIJ) e a Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE), e o terceiro para instalar o Departamento de Transporte do Tribunal de Justiça (DETRA).



Perspectiva de Projeto



Vista aérea da construção do Projeto do NAI

Contratação de empresa especializada para execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico durante as obras de construção do Complexo do NAI



Achados arqueológicos



Monitoramento arqueológico

- Reforma para modernização do sistema de refrigeração da Lâmina I do Fórum Central da Comarca da Capital



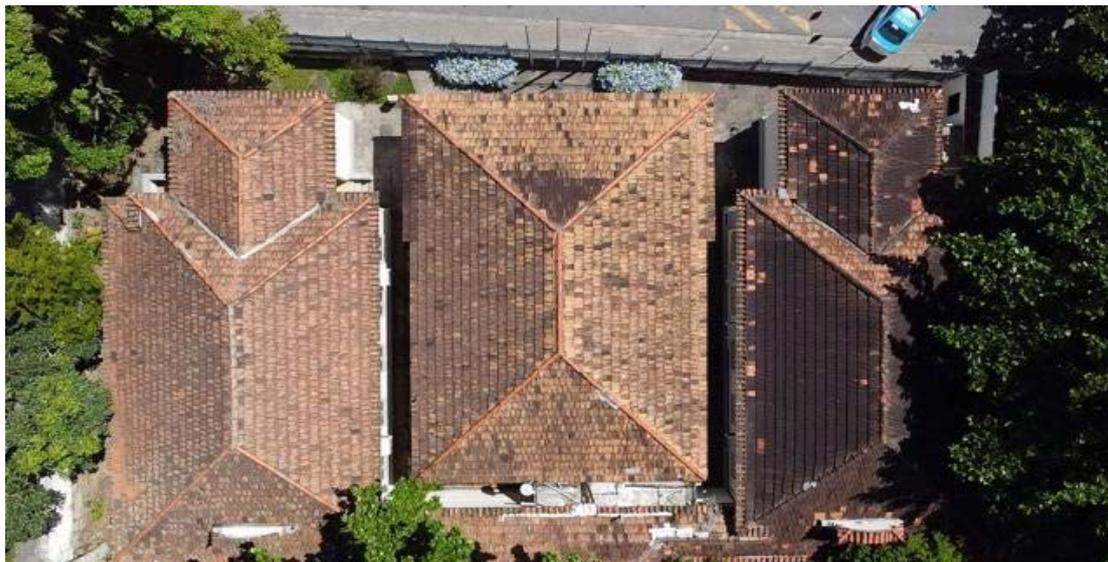
Torres de arrefecimento provisórias do Sistema de Refrigeração

- Energia Solar – Lâmina IV



Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Santa Cruz



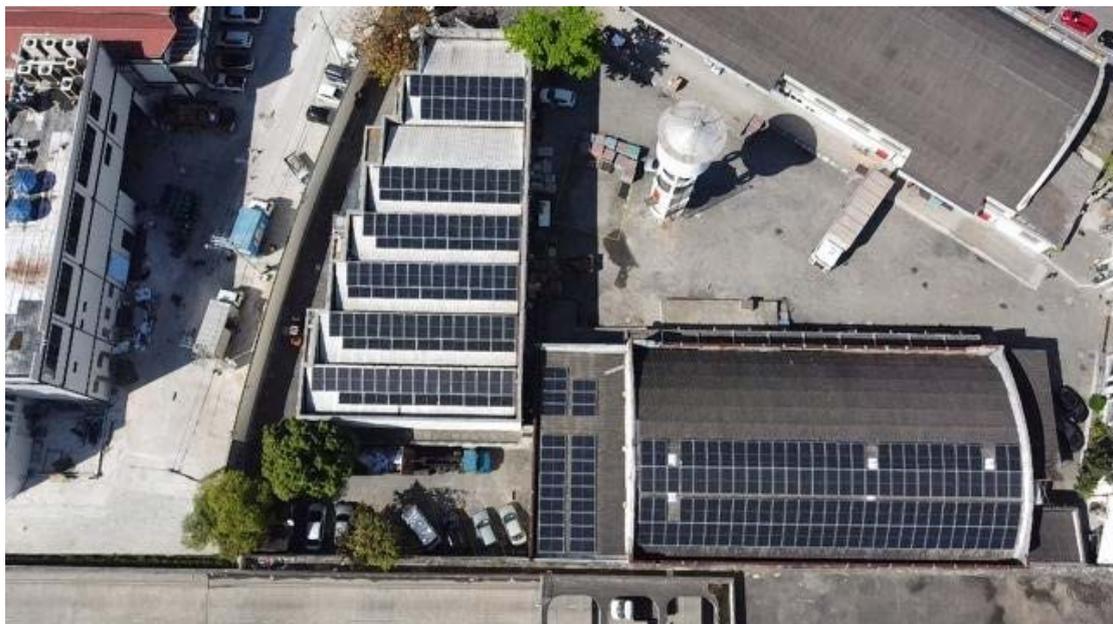
Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Campos dos Goytacazes



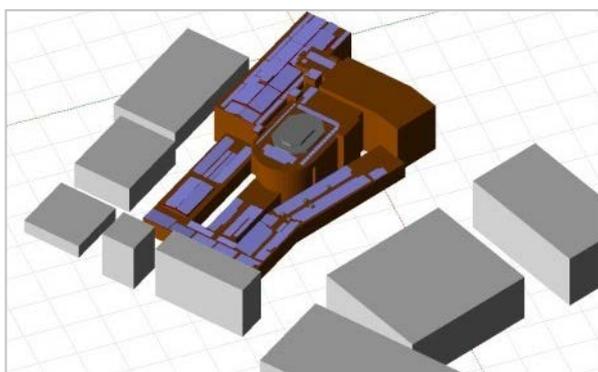
Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Almojarifado de Niterói



Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Complexo Central – Lâminas I e II



Simulação do projeto



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Itaboraí

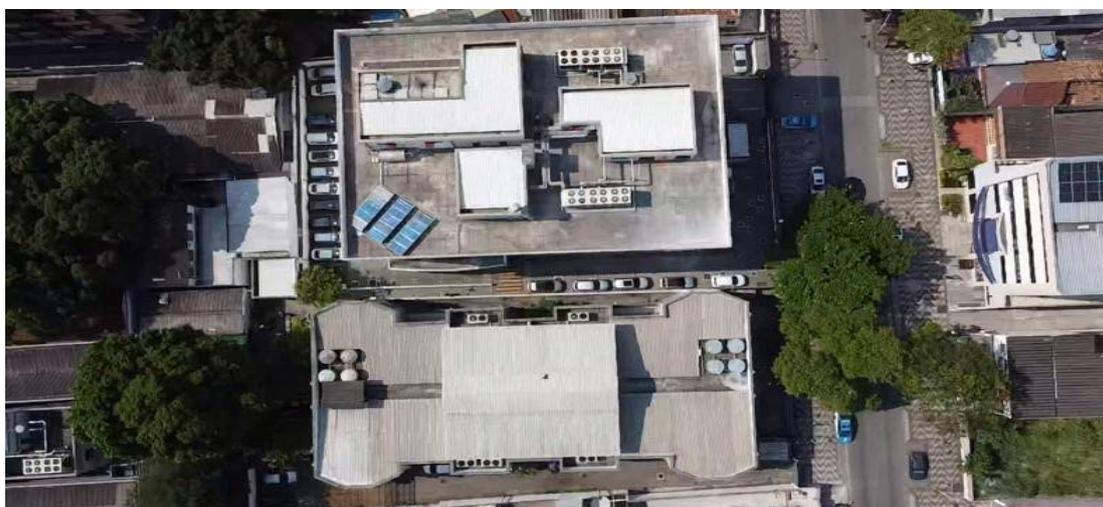


- Energia Solar – Belford Roxo



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Bangu



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Queimados



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Macaé



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Madureira



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Arquivo de Rio de Bonito



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – São Gonçalo



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Jacarepaguá



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Rio Bonito



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

- Energia Solar – Vila Inhomirim



- Energia Solar – Ilha do Governador



Cobertura - local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas

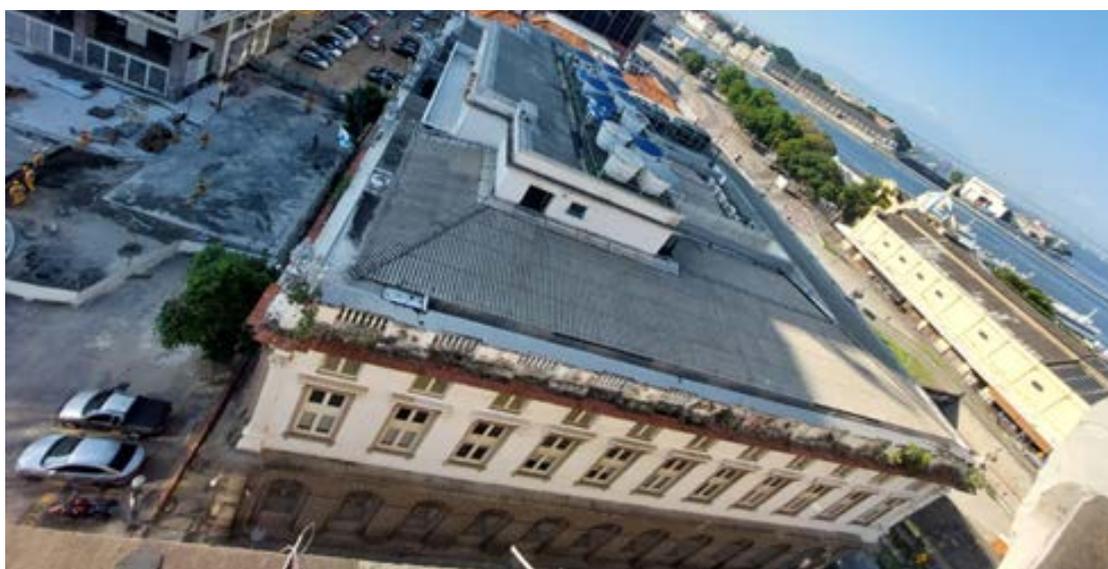
Modernização dos Letreiros Luminosos existentes na Lâmina I e no Embasamento do Complexo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Manutenção dos letreiros, melhorando o funcionamento do equipamento, bem como reduzindo os custos de consumo com o uso de lâmpadas led.

Contratação de empresa especializada na locação, instalação e manutenção de equipamentos de proteção coletiva das 4 (quatro) fachadas externas do edifício do Antigo Palácio da Justiça - Tribunal de Alçada Criminal (TACRIM)



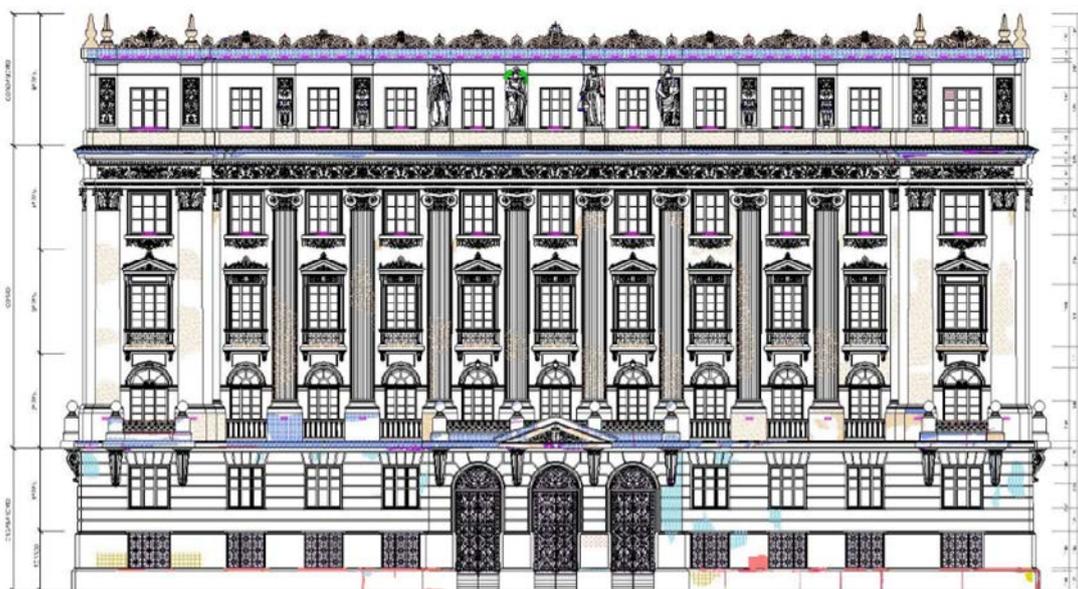
Contratação de empresa especializada na locação, instalação e inspeção periódica de equipamentos de proteção coletiva das 4 (quatro) fachadas externas do edifício da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ



Contratação de empresa especializada na locação, instalação e inspeção periódica de equipamentos de proteção coletiva das 4 (quatro) fachadas externas do edifício do Fórum da Comarca de Volta Redonda.



- Projeto Executivo para Intervenção Corretiva nas Fachadas do Antigo Palácio da Justiça – TACRIM



- Projeto de Substituição de 06 (seis) torres de resfriamento de água do sistema de ar-condicionado do prédio do Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital (Processo nº 2022-06043052).
- Atualização do orçamento para substituição de equipamento de ar-condicionado e construção de telhado (Processo nº 2020-0686546)

- Projeto Executivo para Intervenção Corretiva nas Fachadas da EMERJ (Processo nº 2022-06135050)
- Projeto de Estudo de Viabilidade para a construção do novo Fórum Comarca de Maricá (Processo nº 2020-0648821)
- Projeto de Segurança e Acessibilidade do Fórum e Prédio dos Juizados da Comarca de Duque de Caxias (Processo nº 2019-0615270)
- Projeto de Segurança do:
 - Fórum da Comarca de São Pedro da Aldeia (Processo nº 2021-0679411)
 - Fórum da Comarca de Saquarema (Processo nº 2021-0679001)
 - Fórum da Comarca de Cambuci (Processo nº 2021-0672621)
 - Depósito Geral - Praça da Bandeira
- Instalação de plataformas elevatórias de acessibilidade – Prédio dos Juizados – Barra do Pirai (Processo nº 2019-0600488)
- Estudo de viabilidade para instalação de elevador externo ou qualquer outra solução de acessibilidade no Fórum de São João Barra (Processo nº 2023-06112523)
- Projeto de acessibilidade para o Fórum Regional de Santa Cruz (Processo nº 2019-0630267)
- Instalação de piso podotátil, a fim de facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência visual que utilizam as dependências do Fórum (Processo nº 2023-06111908)
- Projeto para instalação de controle de acesso no:
 - Fórum de Porciúncula (Processo nº 2023-06042751)
 - Fórum de Laje de Muriaé (Processo nº 2023-06042747)
 - Fórum de Paty do Alferes (Processo nº 2023-06042761)
 - Fórum de Italva (Processo nº 2023-06042736)
 - Fórum de Itaocara (Processo nº 2023-06042748)
 - Fórum de Sumidouro (Processo nº 2023-06042758)
 - Fórum de Sapucaia (Processo nº 2023-06042757)
- Análise e avaliação do Laudo de Recuperação Estrutural do subsolo da Praça dos Expedicionários (Processo nº 202-0628829)
- Análise e avaliação do projeto de complementação do muro de divisa existente entre a Central de Audiência de Custódia de Benfica com a Comunidade do Arará (Processo nº 2022-06124744)
- Análise e avaliação dos projetos de montagem e fabricação das estruturas pré-moldadas dos prédios do:
 - DETRA (Processo nº 2023-06001134)
 - NAI (Processo nº 2023-06006233)
 - Justiça (Processo nº 2023-06000091)
- Projeto de Segurança do Fórum da Comarca de Armação dos Búzios (Processo nº 2021-0679351)
- Elaboração do Projeto Legal do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio para aprovação junto ao CBMERJ do Fórum da Comarca de São Pedro D’Aldeia (Processo nº 2022-06130664)

- Estudo da memória de cálculo de perda da CAG – Fórum da Comarca de Belford Roxo (Processo nº 2020-0676895)
- Reformas dos auditórios, readequação do hall de acesso e elevadores da EMERJ – Lâmina I (Processo nº 2023-06072752)
- Projeto Executivo para a Construção do Novo Fórum de Seropédica (Processo nº 2023-06104914)
- SGJUD – Remanejamento da equipe da SGJUD, ocupando as salas 1001 e 1003 da Lâmina II, para as salas 904, 906 e 910 (Processo nº 2023-06039677)
- SGSUS – Alteração de layout para as instalações da SGSUS – salas 911, 913 e 915 – Comarca da Capital – Lâmina I (Processo nº 2023-06044392)
- Projeto Salão Escola Beleza Solidária – Layout para ocupação da sala 117C - SGSUS (Processo nº 2023-06105671)
- SGADM – Mudança de layout – Lâmina I (Processo nº 2023-06013584)
- Alteração de layout do I, II, III – Juizados Especiais Fazendários (Processo nº 2023-06081469)
- Elaboração de 14 projetos de instalações complementares para sistema de aterramento das entradas de energia dos seguintes Fóruns:
 - Arquivo de Rio Bonito (Processo nº 2021-0681264)
 - Fórum de Magé (Processo nº 2021-0681275)
 - Fórum de São Fidélis (Processo nº 2021-0662963)
 - Fórum de Porciúncula (Processo nº 2021-0681273)
 - Fórum da Comarca de Carapaus / Quissamã (Processo nº 2021-0661681)
 - Fórum da Comarca de Itaperuna (Processo nº 2021-0681265)
 - Fórum de Saquarema (Processo nº 2021-0681259)
 - Fórum da Comarca de Engenheiro Paulo de Frontin (Processo nº 2021-0681252)
 - Fórum de Japeri (Processo nº 2021-0681206)
 - Fórum da Comarca de Paracambi (Processo nº 2021-0681261)
 - Fórum da Comarca de Trajano de Moraes (Processo nº 2021-0661677)
 - Fórum de Nova Friburgo (Processo nº 2021-0662953)
 - Fórum de Pavuna (Processo nº 2021-0681274)
 - Fórum de Maricá (Processo nº 2021-0681200)
- Elaboração de 20 novos projetos para bancos de capacitores, visando à correção do fator de potência dos sistemas existentes, para 20 edificações que apresentaram maiores valores de multas em função do consumo excedente de energia reativa, junto à concessionária de energia elétrica dos seguintes Fóruns:
 - Fórum de Porto Real (Processo nº 2023-06048883)
 - Fórum de Mangaratiba (Processo nº 2023-06048808)
 - Fórum da Região Oceânica de Niterói (Processo nº 2023-06048825)
 - Fórum da Comarca de Cordeiro (Processo nº 2023-06048754)
 - Fórum de Resende (Processo nº 2023-06048893)
 - Fórum da Comarca de Italva (Processo nº 2023-06048779)
 - Fórum de Petrópolis (Processo nº 2023-06048861)
 - Fórum de Itaipava (Processo nº 2023-06048773)

- Fórum de Porciúncula (Processo nº 2023-06048871)
- Fórum de Laje de Muriaé (Processo nº 2023-06048791)
- Fórum de Duas Barras (Processo nº 2023-06048763)
- Fórum de Nova Friburgo (Processo nº 2023-06048876)
- Fórum de Volta Redonda (Processo nº 2023-06048900)
- Fórum de Méier (Processo nº 2023-06048858)
- Fórum Regional de Jacarepaguá (Processo nº 2023-06048830)
- Fórum de Engenheiro Paulo de Frontin (Processo nº 2023-06048782)
- Fórum de Barra Mansa (Processo nº 2023-06048746)
- Museu da Justiça da Capital (Processo nº 2023-06048752)
- Fórum de Japeri (Processo nº 2023-06048844)
- Fórum de Três Rios (Processo nº 2023-06048887)
- Elaboração de projeto do sistema de saneamento do Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2020-0644264)
- Projeto para canteiro de obras das intervenções nas fachadas da EMERJ (Processo nº 2022-06135050)
- Regularização junto ao CBMERJ do remanejamento dos espaços ocupados pela equipe técnica e NUDECA do Fórum de São Fidélis (Processo nº 2022-06090729)
- Regularização junto ao CBMERJ das Instalações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico:
 - Fórum de Laje do Muriaé (Processo nº 2020-0000080)
 - Fórum da Comarca de Pirai (Processo nº 2020-0697160)
 - Fórum da Comarca de Pinheiral (Processo nº 2020-0697158)
 - Fórum da Comarca de Silva Jardim (Processo nº 2020-0697138)
 - Fórum da Comarca de São José do Vale do Rio Preto (Processo nº 2020-0695145)
- Projeto de Instalações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – Fórum São Pedro da Aldeia (Processo nº 2022-06130664)
- Elaboração de projetos executivos de Instalações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do sistema de segurança das edificações das Lâminas I, II e Fórum Central do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2020-0670072)
- Solicitação de aprovação dos Projetos dos Cubículos (Processo nº 2023-06120769)
- Reforma das fachadas – 1ª e 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso – Praça XI (Processo nº 2023-06087982)
- Revisão do Projeto de Instalações Hidrossanitárias para reforma do sistema de tratamento de esgoto do Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2020-0644264)
- Solicitação de Laudo de Exigências, Manual de Segurança e Plano de Escape do Prédio da Dom Manuel, nº 25 - EMERJ (Processo nº 2023-06096253)
- Aprovação dos Quadros Elétricos - Obra de reforma para modernização do Sistema de Refrigeração da Lâmina I do Fórum Central da Comarca da Capital (Processo nº 2023-06093193)

- Análise e Aprovação dos Projetos dos Quadros Elétricos DETRA, Justiça e NAI (Processo nº 2023-06037137)
- Readequação de Layout – Instituto Dara - Vara da Infância, Juventude e do Idoso (Processo nº 2022-06134541)
- Solicitação TRE: Informações acerca da existência de Laudo do Corpo de Bombeiros para distintas edificações (Processo nº 2023-06077115)

Garantia de Obras

- Energia Solar – Arquivo de São Cristóvão
Limpeza das placas de captação de energia solar.



Antes da limpeza



Depois da limpeza

Termos de Referência/Projetos e pesquisas de mercado

- Serviço de modernização dos letreiros luminosos existentes na Lâmina I e no Embasamento do Complexo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)
- Laudo geotécnico, com vistas à avaliação da estabilidade do talude da margem direita do Rio Barra Mansa, no trecho contíguo à área da cantina do Fórum da Comarca de Barra Mansa
- Laudo técnico das fachadas do prédio da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
- Locação de contêineres, no total de 05 (cinco) unidades, a serem instalados em endereços do Grande Rio para abrigar efetivo da COMLURB (em andamento em 28/06/22)

- Serviço de Proteção de Fachada Antigo Palácio da Justiça (TACRIM)
- Serviço de Proteção da Fachada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMERJ
- Serviço de Proteção da Fachada Fórum de Volta Redonda
- Projeto Básico para licitar a reformar do sistema da estação de tratamento de esgoto do Fórum de Rio das Ostras
- Projeto Básico para licitar a obra de reforma dos auditórios Antônio Carlos Amorim e Nelson Ribeiro Alves e do hall de acesso aos elevadores da EMERJ
- Projeto Básico para licitar a obra de construção do Novo Fórum de Seropédica

A Divisão de Planejamento, Cotação e Orçamento (DIPCO), para atender as demandas do Departamento de Engenharia (DEENG), de forma direta ou indireta, elaborou Termo de Referência visando à contratação direta:

- Empresa especializada na Assinatura eletrônica do INFORMATIVO SBC – REVISTA ELETRÔNICA
- Empresa especializada para ministrar treinamento do software volare
- Empresa especializada para ministrar o curso MS-PROJECT
- Empresa especializada para ministrar curso de acessibilidade
- Serviço de assinatura Sistema Banco de Preços
- Contratação de empresa especializada para implementar o Sistema Building Information Modeling (BIM)

Renovação parcial da frota de veículos

Aquisição e recebimento, em fevereiro de 2023, de 12 (doze) utilitários tipo furgão cargo (processo SEI n. 2022-06012649), e em julho de 2023, de 279 unidades do segmento hatch compacto (fiat argo), 3 unidades do segmento picape compacta (fiat strada) para renovação da frota de serviços, mediante a substituição dos veículos modelos Gol, Kombi e Saveiro (Processo SEI n. 2022-06012649), visando à redução do consumo de combustível e da emissão de gases poluentes a partir da introdução de tecnologia que propicia maior eficiência energética, de modo a atender às diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável - PLS/TJRJ – 2021/2025. É importante ressaltar que os veículos VW GOL, motor 1.6, possuíam eficiência de 10 Km/l e idade entre 8 e 14 anos, foram substituídos por veículos FIAT Argo, motor 1.0, que apresentam eficiência de 14 Km/l e tecnologia mais moderna.

Objetivando medir a economia gerada pela substituição dos veículos VW GOL pelos FIAT ARGO, foi efetuado um levantamento de consumo de gasolina no período de fevereiro a junho de 2023 (com veículos Gol), verificando-se uma média de 40.555 litros. Após o recebimento dos veículos FIAT ARGO, no período de julho a novembro de 2023, observou-se um consumo médio de 37.423 litros. Ao compararmos os períodos, constatamos uma economia de combustível na ordem de 3.132 litros/

mês, representando uma redução de -7,72% no consumo, bem como de 87,62% de redução em relação aos custos com manutenções dos fiat argo entre o período de julho a novembro de 2023, comparados com os gastos, de fevereiro a junho do mesmo ano, com relação ao modelo Gol.

No segundo semestre de 2023, em decorrência da renovação parcial da frota, foram leiloados, do lote de 100 (cem) veículos, efetivamente 71 (setenta e um) foram arrematados, totalizando a importância de R\$1.502.300,00, ou seja, 36% acima do valor pretendido, resultando no valor de R\$397.300,00 em favor do Fundo Especial deste Tribunal de Justiça – FETJ. Além disso, ressaltamos que 22 (vinte e dois) veículos não foram arrematados, tendo em vista que os lances não alcançaram o valor mínimo avaliados e 07 (sete) veículos restantes não receberam lances.

Sistema para solicitação de transporte

Em fevereiro de 2023, foi implementado um módulo para atendimento às solicitações de transportes no SISTRANSPWEB.

O módulo permite aos usuários realizarem suas solicitações de transportes à distância, inclusive com a utilização de dispositivos móveis fora da rede interna, proporcionando mais celeridade e agilidade. Além disso, esse módulo fornece informações/relatórios importantes na construção de uma gestão cada vez mais eficiente.

Aquisição de Unidades Móveis para o Programa Justiça Itinerante

O Programa Justiça Itinerante surgiu de uma iniciativa pioneira do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que se antecipou à “Reforma do Judiciário” (Emenda Constitucional nº 45 de 31/12/2004), que determinou aos tribunais de todo o país a obrigatoriedade de implantar referido programa com realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional nos limites territoriais da respectiva jurisdição, utilizando, para tal fim, equipamentos públicos e comunitários.

O Poder Judiciário Fluminense iniciou o projeto Justiça Itinerante no ano de 2004 no Município de Tanguá, interior do estado. Atualmente o programa dispõe de vinte e seis postos de atendimento no Estado do Rio de Janeiro.

Para atender às diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro (interior, periferias da Baixada Fluminense e comunidades da Capital), o Tribunal de Justiça optou pela aquisição de ônibus, adaptando-os em unidades móveis para tal fim. Por serem mais funcionais, podem viajar pelas rodovias, como é o caso das Justiças Itinerantes de Macuco, Areal, Comendador Levy Gasparian, Campos dos Goytacazes, Varre-sai, São Francisco do Itabapoana e Quatis. Além disso, há ainda a facilidade de estacionar em espaços pequenos nas comunidades atendidas, tais como: Vila Cruzeiro/Alemão, Rocinha, Cidade de Deus e Maré/Manguinhos, o que é impossível na hipótese de utilização de caminhões ou de veículos de maior porte.

Em setembro de 2023, foram entregues 2 (duas) unidades móveis adquiridas por intermédio do contrato nº 003/535/2022, formalizado no processo administrativo SEI 2020-0607037.

Tramita no processo SEI 2023-06113977, novo procedimento visando adquirir mais 2 (duas) novas unidades móveis para atender à Justiça Itinerante.

Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça, primando por uma prestação de serviços de excelência na segurança dos prédios, instalações de Foros, Varas e Juizados, Depósitos, Arquivos e demais Órgãos do Poder Judiciário, e das pessoas que lá transitam, por meio de emprego especial de proteção, celebrou convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Entre as ações previstas no Plano de Trabalho, merece especial atenção a recuperação de 2 (duas) viaturas da PMERJ no período de janeiro a novembro de 2023.

Novas metodologias no planejamento das contratações do PJERJ

No ano de 2023, houve inúmeros esforços para a recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA) no PJERJ, foco do projeto estratégico coordenado pela Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL). Nessa trajetória de regulamentações internas e estudos para a implantação das inovações trazidas pelo novo marco legal, a SGCOL identificou a necessidade de prestar auxílio direto às unidades requisitantes, de forma contínua, desde o início da identificação das demandas, coordenando e impulsionando as atividades dessa etapa das contratações.

A prática estabelecida incluiu a aplicação da metodologia SQUAD, como forma de desenvolvimento dos projetos de contratação, o que associado à comunicação diária por meio de chats criados para cada planejamento no Teams, permitiu uma tramitação processual dinâmica, ágil e efetiva na fase de planejamento das contratações prioritárias, reduzindo o tempo do ciclo processual da fase interna.

Padronização de documentos para contratações do PJERJ

Foram desenvolvidas minutas padronizadas e listas de verificação para todos os tipos de contratação, de forma a garantir agilidade, qualidade e segurança ao PJERJ em suas contratações:



- Documento de formalização da Demanda (DFD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termos de referência (TR);
- Editais
- Contratos

Plano Anual de Contratações elaborado no módulo PGC do sistema Compras.gov



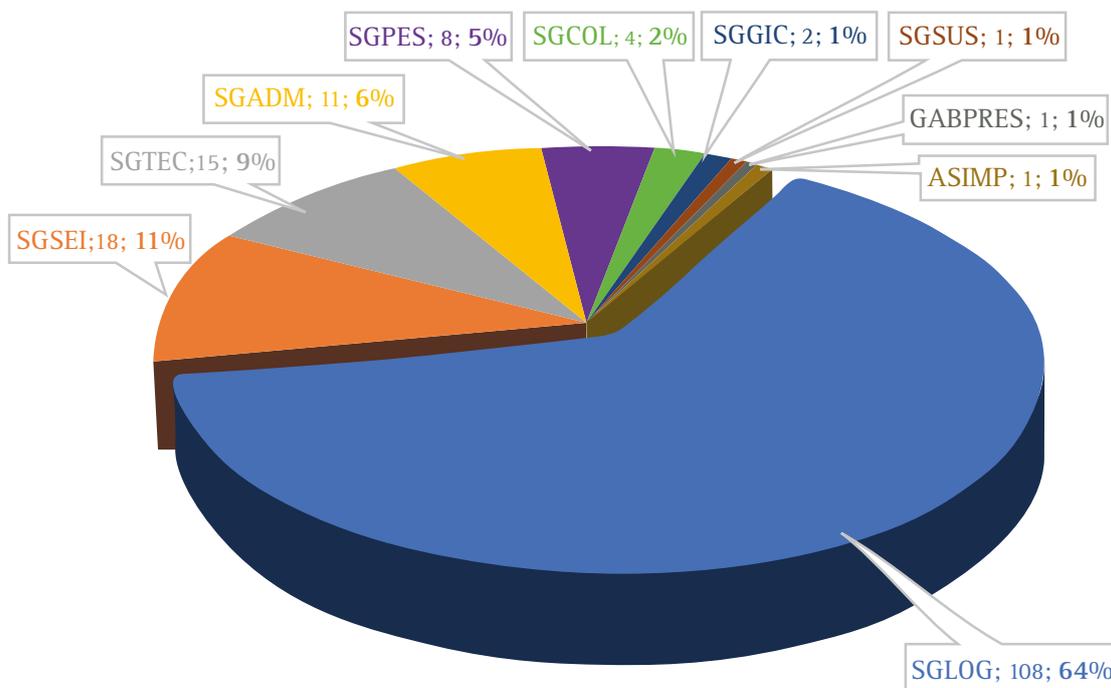
O Plano Anual de Contratações foi elaborado pela primeira vez com o uso do sistema Compras.gov, que possui um módulo de Planejamento e Gerenciamento das Contratações (PGC), por meio do qual é possível garantir a publicação automática no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de forma ágil, organizada e transparente à sociedade.

A elaboração do PAC – 2024, que ocorreu ao longo do ano de 2023, envolveu todas as unidades administrativas do PJERJ. Mais de duzentos profissionais que atuam no planejamento das contratações em toda a área administrativa do PJERJ participaram das reuniões orientativas por meio do Teams.

Os benefícios desse processo incluem a disponibilização de uma das principais ferramentas de governança das contratações, que se traduz no calendário das contratações do PJERJ para cada ano, com identificação das datas para o início do planejamento e para o fim da etapa de formalização dos contratos, permitindo uma maior previsibilidade às atividades nessa área.

Além disso, o processo de construção do PAC fomenta a cultura do planejamento das contratações e auxilia a Instituição na definição de suas prioridades e estratégias de contratação.

PAC 2014 - Contratações Previstas



169 Contratações previstas para 2024

Dispensas de licitação eletrônicas

Implantado o sistema de dispensas de licitação eletrônicas, que aumentam a transparência, competitividade, agilidade (com a pesquisa de preços concomitante à coleta de propostas), economicidade e dão maior dinamismo na participação dos fornecedores, que podem participar das disputas pelo celular, com uso do aplicativo Compras.gov.br



Criação da Assessoria de Planejamento das Contratações do PJERJ

O sucesso das novas metodologias implantadas culminou na criação da Assessoria de Planejamento das Contratações (ASPLA), que foi pensada para garantir uma equipe integralmente dedicada à fase de planejamento das contratações, que não apenas apoia, mas constrói junto com as unidades requisitantes todos os documentos necessários à contratação pretendida.

Atualmente, a ASPLA iniciou as suas atividades, mas ainda está em fase de implantação e construção de procedimentos. Seu objetivo é garantir que os processos de contratação do PJERJ tenham o seu ciclo de vida reduzido de forma significativa.

Telefonia

Durante o ano de 2023 houve uma ampliação de 447 ramais na rede telefônica do TJRJ, considerando todas as comarcas, chegando a 13.151 ramais. O crescimento de 3,5% deve-se a criação de novas serventias e/ou novos serviços.

Houve redução de 1,2% da quantidade de linhas telefônicas fixas, passando de 3193 para 3152 linhas, atendendo as 109 centrais telefônicas instaladas nos Fóruns, tanto da Capital quanto do Interior.

Em relação a linhas móveis que atendem Magistrados, motoristas dos Desembargadores e área de segurança houve redução de 0,2% no quantitativo, passando de 1026 para 1024.

Atendimento telefônico

Operação de atendimento telefônico por equipe de telefonistas no Complexo do Fórum Central, Fóruns Regionais e Fóruns do Interior de maior porte, transferindo a ligação para a serventia solicitada ou prestando informações dentro da sua alçada.

Total de ligações atendidas em 2023 no complexo da Capital em torno de 1.000.000 (um milhão) com taxa de atendimento de 99,99%.

Total de ligações atendidas em 2023 no complexo da Capital em torno de 1.000.000 (um milhão) com taxa de atendimento de 99,99%.

Mês	Ligações			
	Recebidas	Atendidas	Perdidas	% Atendidas
Janeiro	75030	75011	19	99,975%
Fevereiro	79508	79460	48	99,940%
Março	104438	104430	8	99,992%
Abril	75107	75103	4	99,995%
Maio	92608	92606	2	99,998%
Junho	83871	83866	5	99,994%
Julho	82334	82332	2	99,998%
Agosto	91675	91669	6	99,993%
Setembro	76060	76059	1	99,999%
Outubro	86409	86406	3	99,997%
Novembro	79507	79505	2	99,997%
Dezembro *	84230	84222	8	99,991%
Total	1.010.777	1.010.669	108	99,989%

(*dezembro estimado)

Manutenção do Sistema Telefônico

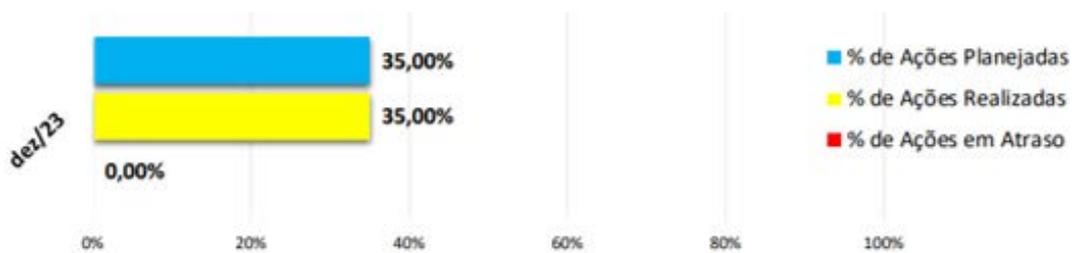
Ordens de Serviço / 2023					
Mês	Telefonia	Mês	Telefonia	Mês	Telefonia
Janeiro	2839	Maio	3596	Setembro	2179
Fevereiro	2793	Junho	2729	Outubro	2051
Março	3420	Julho	2157	Novembro	1598
Abril	2288	Agosto	2366	Dezembro*	2546
Total			30562		

Segurança eletrônica e telecomunicações

Projeto Estratégico – Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ através da expansão na implementação do Sistema de Controle de Acesso.

Esse projeto visa impedir que armas de fogo e objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários acessem as instalações físicas do PJERJ.

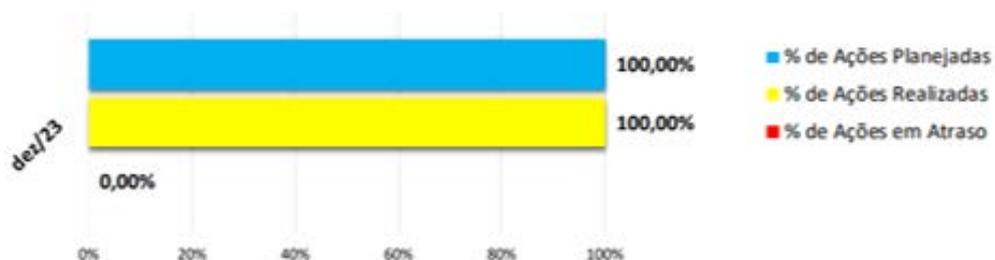
Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso - GRP 91



Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA
Objetivo estratégico	Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações
Gerente	William Ricardo Alves
Síntese do escopo	Unidades do PIERJ com acesso controlado; Acautelamento de armas de fogo nas unidades do PIERJ; Acautelamento de objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PIERJ.
Status	NO PRAZO

Projeto Estratégico – Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro

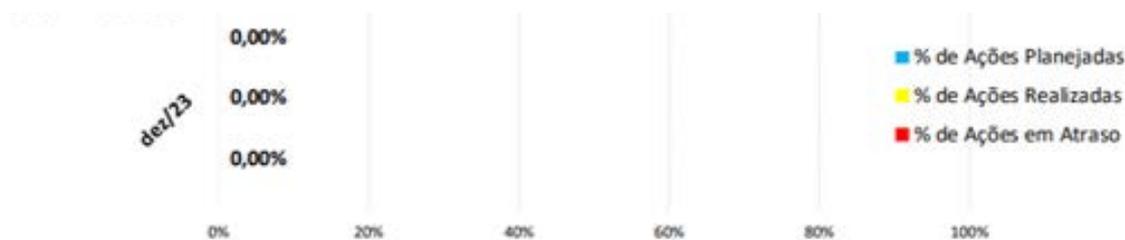
Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade) - GRP 74



Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA
Objetivo estratégico	Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações
Gerente	Ricardo Paz Vila
Síntese do escopo	Segurança para os Magistrados nas audiências presenciais.
Status	CONCLUÍDO

Projeto Estratégico – Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas

Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas - GRP 98



Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA
Objetivo estratégico	Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações
Gerente	Ricardo Paz Vila
Síntese do escopo	Segurança para os Desembargadores e Magistrados nos acessos e corredores privativos selecionados.
Status	NO PRAZO

Análise crítica

- Projeto em fase de entrega de equipamentos.
- O prazo para o início da operação do sistema é de até 90 dias (20/02/2024).

Indicadores

OS - Quantidade de Atendimentos por mês

Mês	Labo- ratório	CATV	Sonori- zação	Total	CFTV	Alar- me	Filmagem e Edição	Núcleo de Segurança	Total
Jan.	92	27	558	677	450	458	273	106	1.964
Fev.	191	44	512	747	377	420	258	80	1.882
Mar.	234	82	805	1.121	765	789	371	139	3.185
Abr.	208	64	550	822	415	402	319	139	2.097
Mai.	283	43	660	986	599	475	552	152	2.764
Jun.	341	51	620	1.012	575	280	547	155	2.569
Jul.	267	51	722	1.040	544	500	555	178	2.817
Ago.	260	55	768	1.083	617	386	542	197	2.825
Set.	136	66	837	1.039	401	205	709	183	2.538
Out.	254	58	913	1.225	548	463	756	181	3.173
Nov.	159	54	726	939	482	191	506	172	2.290
Dez.									0
Total	2.425	595	7.671	10.691	5.773	4.570	5.388	1.682	28.104
%				38,0%	20,5%	16,3%	19,2%	6,0%	

OS - Quantidade de Atendimentos por mês

CFTV	Total de câmeras	5.058
	Monitoramento por CFTV	241
	Atendimento de solicitações de OSs eletrônica no mês	673
	Edificações monitoradas	107
Alarme	Sistemas de Alarmes Presenciais	126
	Sistemas de Alarmes de Pânico - Capital	217
	Sistemas de Alarmes de Pânico - Interior	859
	Comarcas com Controle de Acesso	77

Levantamento: novembro/23

Total de Eventos Atendidos

2023	Sonorização		Filmagem e Edição	
	Quantidade de Eventos	Quantidade de Colaboradores Envolvidos	Quantidade de Eventos	Quantidade de Colaboradores Envolvidos
Jan./23	21	53	8	25
Fev./23	35	62	13	29
Mar./23	70	111	25	51
Abr./23	60	95	25	46
Mai./23	92	135	44	75
Jun./23	108	148	46	84
Jul./23	102	144	41	64
Ago./23	139	206	47	81
Set./23	105	155	54	81
Out./23	113	159	40	58
Nov./23	135	210	40	67
Dez./23				
Total	980	1.478	383	661
Média mês	89	134	35	60

Escortas e segurança institucional

Equipes de segurança formadas pelo efetivo do Departamento de Segurança Institucional e inteligência para atendimento em situações contingenciais, atendimentos a ministros e autoridades do Judiciário, atendimentos e escoltas em grandes eventos, gestão de medidas protetivas institucionais, excepcionais e por risco ou ameaça instituídas pela COSEI, difusão de informativos de segurança preventiva para magistrados e servidores, entre outros.

Atendimentos e escoltas:

- 853 atendimentos a ministros do STJ, STF, autoridades do CNJ e de outros estados;
- 427 atendimentos a eventos especiais;
- 669 atendimentos à Justiça Itinerante;
- 999 audiências de custódia. C

Plantão

Atendimento 24h – 7 dias da semana:

- Canal direto para atendimentos contingenciais a magistrados e serventuários;
- Atendimentos emergenciais, mediante interface com órgãos públicos e privados;
- Ação imediata com emprego de equipes de segurança;
- Confecção de relatórios registrando cada atendimento contingencial.
- 638 Contingências geradas em 2023

Cursos e treinamentos

Capacitação, aprimoramento e reciclagem do efetivo da Secretaria-Geral de Segurança Institucional, além do treinamento de magistrados, servidores do TJRJ, oficiais de justiça e de órgãos conveniados.

Programa de Proteção Feminina

No Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2023, a SGSEI deu início ao Programa de Proteção Feminina, o projeto de defesa pessoal, com teoria e prática, voltado às magistradas e servidoras do TJRJ.

O projeto tem como objetivo transmitir noções básicas de defesa pessoal. Durante as aulas, as participantes aprendem a observar detalhes e adotar medidas simples, mas eficazes, que podem impedir o resultado da violência. São desenvolvidas competências de leitura comportamental, controle de distância, percepção de ambiente e os procedimentos relativos ao protocolo de prioridade de ação.

- Turmas: 10 (dez) – Total de 146 alunas entre Magistradas, Servidoras e Terceirizadas.

Instrução de atendimento pré-hospitalar (APH) tático para agentes da SGSEI

A instrução de APH tem como objetivo capacitar os agentes da SGSEI para realizarem atendimentos pré-hospitalares táticos em si mesmos e/ou em terceiros em situações de emergências clínicas e traumáticas.

- 17 agentes capacitados.

Capacitação do efetivo de segurança

- 11 (onze) turmas de instruções e treinamentos para nivelamento dos agentes da SGSEI.
- Total de agentes capacitados: 82.

Capacitação de Magistrados

- 17 (dezesete) magistrados(as) que participaram das capacitações de tiro e de Defesa Pessoal Feminina.

Interação com órgãos externos

Com o intuito de facilitar a interação entre magistrados e serventuários com órgãos externos, o DESIN atuou como facilitador e promoveu 9.618 atendimentos em 2023.

Controle de acesso

O controle de acesso de usuários às unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, constitui-se em estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física dos Magistrados, serventuários e do público em geral.

Total de Unidades Judiciais	107	%
Controle de Acesso Implementado	77	71,96
Previsão para Biênio 2023/2024	12	11,22

* Prevista a implementação do controle de acesso em 12 (doze) fóruns no biênio 2023-2024, o que representa 11,22% do total de 107 (cento e sete) edificações.

Acautelamento e apreensões de materiais

Em 2023, 25.482 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois) armas de fogo foram acauteladas e 39.665 (trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco) objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletos) foram apreendidos.

Unidades	Objetos Apreendidos	Armas de Fogo Acauteladas
Capital	3.748	6.718
Bangu	1.418	1.271
Barra da Tijuca	801	327
Campo Grande	390	230
Jacarepaguá	3.133	760
Leopoldina	1.604	483
Madureira	1.110	507
Meier	307	146
Comarcas do Interior	27.154	15.040
Total	39.665	25.482

Atuação do policiamento externo

No policiamento da área externa do TJERJ, diga-se, entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários, são usados como apoio logístico 4 (quatro) veículos elétricos, fornecidos pelo TJERJ.

Além disso, compõe o policiamento externo 3 (três) viaturas policial militar, durante o período de 24 horas, para atender as ocorrências de prisão geradas pelo efetivo policial da SGSEI e demais demandas inerentes ao PJERJ.

Viaturas cedidas ao convênio

Em 2023 foram distribuídas viaturas 04 (quatro) operacionais da PMERJ, junto as unidades do PJERJ, conforme a Resolução Conjunta TJRJ/SEPM Nº 01, de 22 de março de 2021.

O baseamento das viaturas visa proporcionar maior sensação de segurança não só a Magistrados, servidores e jurisdicionados, como também para todos os que estejam no entorno das edificações do Tribunal de Justiça.

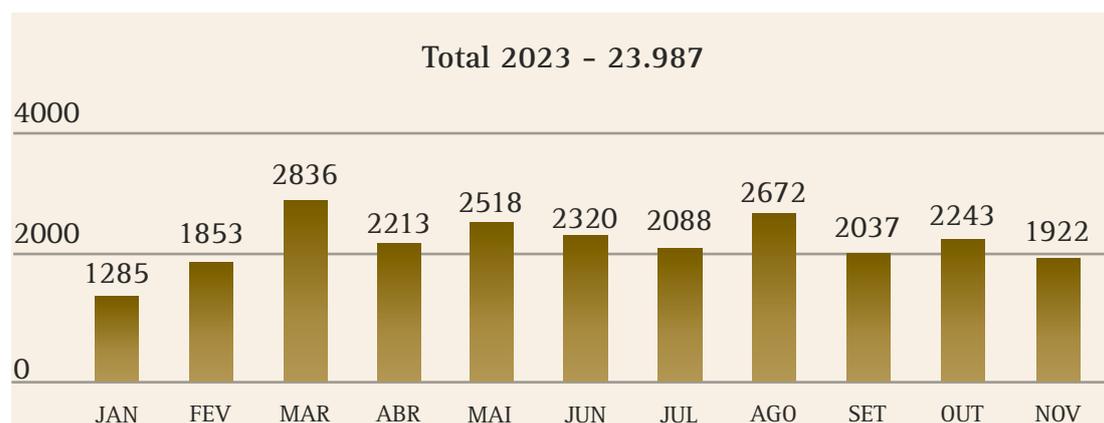
Ordem	OPM de Origem	Comarca	NUR	Data
01	2ªCIPM	Paraty	8º	06/03/2023
02	30ºBPM	Teresópolis	7º	20/03/2023
03	26ºBPM	Itaipava	7º	10/04/2023
04	32ºBPM	Macaé	6º	16/05/2023

Movimentação de Presos na Carceragem

Movimentação de Presos em dependências do TJRJ



Movimentação de Presos em Comarcas e Regionais do PJERJ

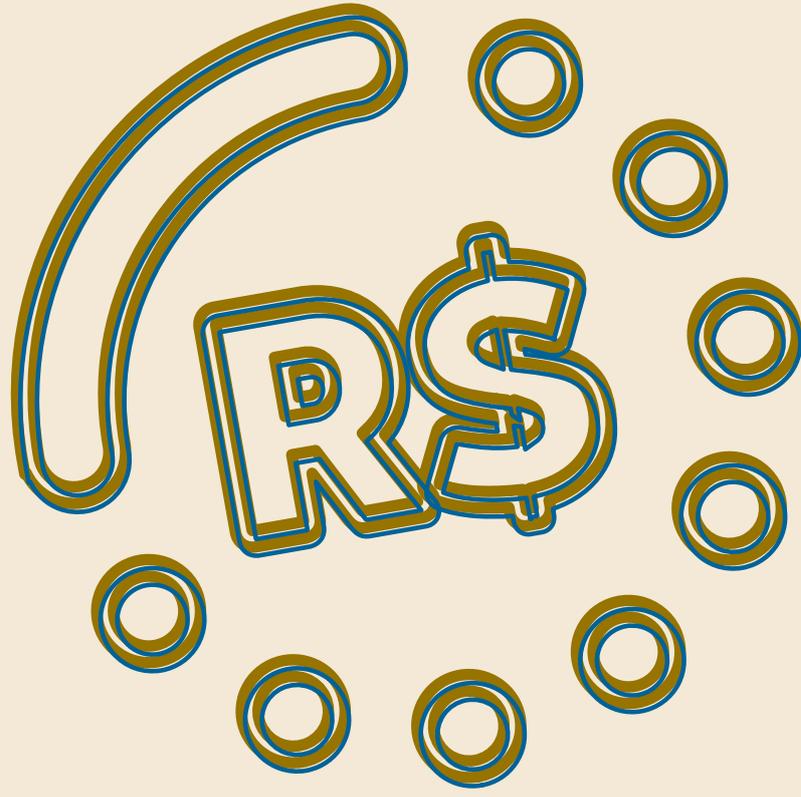


Ocorrências atendidas

Ocorrências Atendidas	
Tipo	Ano 2023
Arrombamento	00
Aviso falso de ocorrência (aviso e/ou salvamento)	55
Auxílio Técnico	01
Desabamento	00
Escapamento de Gás	00
Falso aviso de ocorrência (trote)	00
Resgate em elevador	68
Prevenção	03
Salvamento em edificação	84
Salvamento em via pública	01
Incêndio	03
Outros	50
Total de Atendimentos	265

Combate a incêndio

Palestras e Exercícios Simulados de Abandono de Área			
Ano	Ato Executivo	Edificações Atendidas	Público Treinado
2023	08/2023	19	390



17. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira



17. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Política de Austeridade do Poder Judiciário

No ano de 2023, foi dada continuidade à gestão financeira e orçamentária responsável, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo TJRJ, tendo em vista o estado de calamidade pública financeira do Estado do Rio de Janeiro e a pandemia provocada pela Covid-19, que alteraram todos os cenários econômicos e financeiros não apenas do TJRJ, mas de todos os entes da federação.

Despesas com Pessoal – Responsabilidade Fiscal

Exercício 2023 (até o 2º quadrimestre)

A Despesa Líquida com Pessoal Ativo do PJERJ apresentou uma elevação de 13,23%, na comparação do 2º quadrimestre de 2023 com o 3º quadrimestre de 2022. Esse resultado pode ser justificado, dentre outros motivos, pelo reajuste praticado no subsídio dos Magistrados, conforme Lei Federal 14.520 de 09 de janeiro de 2023, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e na remuneração dos servidores, conforme Leis Estaduais nº 9.952, de 04 de janeiro de 2023, e 9.436, de 14 de outubro de 2021. Além dos mencionados reajustes, o aumento na despesa também se justifica pelas novas nomeações, a partir de janeiro de 2023, de servidores aprovados no último concurso público, bem como pelos efeitos da implementação do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores, conforme Lei Estadual nº 9.748, de 29 de junho de 2022.

Além das medidas citadas no parágrafo precedente, outras realizações em prol dos servidores foram alcançadas como a autorização para conversão em pecúnia do saldo de até 90 dias de férias e licença especial no 2º quadrimestre de 2023, autorizada pela Presidência desta Egrégia Corte, após comprovação de viabilidade financeira em estudos detalhados e aprofundados elaborados pela Assessoria Técnica da SGPCF. Tais estudos consideraram a relação nominal de todos os servidores, o cargo efetivo ocupado, a classe/padrão, a eventual ocupação – por mais de cinco anos – de cargo em comissão ou função gratificada, o saldo de licença prêmio e férias, a existência ou não de direito pessoal, a percepção ou não de abono de permanência, bem como todas as premissas pré-estabelecidas para a implementação da medida.

Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou um decréscimo de 5,31% no comparativo do 2º quadrimestre de 2023 com o 3º quadrimestre de 2022, resultado da redução das receitas com Royalties do Petróleo e das perdas de arrecadação decorrentes da redução de alíquotas do ICMS.

Sendo assim, o percentual de gastos com pessoal do PJERJ de 4,93%, alcançado no 2º quadrimestre de 2023, está dentro do estabelecido como meta para o ano de 2023, que é um resultado menor que 5,70% (Limite Prudencial - par. único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Cabe lembrar que, a partir do 3º quadrimestre de 2021, a despesa com pessoal inativo do PJERJ passou a ser absorvida no cálculo para fins de apuração dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No quadro abaixo, apresentamos a evolução da Receita Corrente Líquida, da Despesa Líquida com Pessoal e do percentual de gastos com pessoal do PJERJ nos quadrimestres que abrangem os exercícios de 2022 e 2023, com exceção do 3º quadrimestre de 2023, que ainda será objeto de elaboração e divulgação:

Tabela – Gestão Fiscal do PJERJ

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R \$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada – R \$		% de (b) em relação a (a)
		Inativos	Ativos	
1º Quadrimestre 2022	91.067.422.328,56	Inativos	438.213.381,92	3,66%
		Ativos	2.895.180.635,67	
		TOTAL	3.333.394.017,59	
2º Quadrimestre 2022	89.303.759.557,31	Inativos	334.227.980,62	3,85%
		Ativos	3.100.205.728,03	
		TOTAL	3.434.433.708,65	
3º Quadrimestre 2022	89.631.905.200,18	Inativos	290.256.161,48	4,06%
		Ativos	3.345.649.737,41	
		TOTAL	3.635.905.898,89	
1º Quadrimestre 2023	88.124.953.386,50	Inativos	238.542.877,78	4,30%
		Ativos	3.554.834.002,01	
		TOTAL	3.793.376.879,79	
2º Quadrimestre 2023	84.873.412.855,17	Inativos	391.758.769,29	4,93%
		Ativos	3.788.392.341,67	
		TOTAL	4.180.151.110,96	

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2023, foi implementado o benefício Adicional de Qualificação em favor dos servidores ativos e inativos que estejam aptos ao seu recebimento, também após comprovação de viabilidade financeira em estudos detalhados e aprofundados elaborados pela Assessoria Técnica da SGPCF, cuja repercussão financeira poderá ser observada a partir do 3º quadrimestre de 2023.

Despesas com Benefícios – Ações

- Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;

- Monitoramento dos efeitos gerados pela reversão de tendência da Taxa Selic com as últimas baixas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração na tomada de decisão com relação à recomposição inflacionária dos benefícios recebidos por servidores e magistrados;
- Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à recomposição inflacionária dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida.

Execução Orçamentária

O orçamento autorizado para o exercício de 2023, Lei nº 9.970 de 12 de janeiro de 2023, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça, em consonância com o Plano de Ação Governamental, aprovado pela Resolução OE nº 16/2023, em conjunto com o Plano Estratégico do TJRJ e em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Assim, a execução orçamentária do exercício de 2023 está dividida em quatro unidades:

1 - UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA, responsável pelas despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fontes 100 e 101 (Tesouro) e fonte 230 (Recursos Próprios) – provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais:

Unidade Orçamentária – UO 03010 – TJRJ Execução de Despesa – Exercício 2023

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro					
Execução da Despesa - Exercício 2023					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
100	Pessoal e Encargos Sociais	4.689.986.000,00	4.758.686.000,00	4.752.426.297,55	4.752.426.297,55
	Outras Despesas Correntes	132.000.000,00	105.300.000,00	105.012.854,62	105.012.854,62
	Total	4.821.986.000,00	4.863.986.000,00	4.857.439.152,17	4.857.439.152,17
230	Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	947.588.000,00	655.901.192,99	655.003.342,63	655.003.342,63
	Total	947.588.000,00	655.901.192,99	655.003.342,63	655.003.342,63

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

2 - UO – FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 232 (custas, taxas judiciais e extrajudiciais etc.).

Unidade Orçamentária – UO 03010 – FETJ Execução de Despesa – Exercício 2023

Unidade Orçamentária - UO 03610 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça					
Execução da Despesa - Exercício 2023					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	Custeio	-	291.686.807,01	243.557.417,09	212.056.217,68
	Investimento	-	-	-	-
	Inversão	-	-	-	-
	Total	-	291.686.807,01	243.557.417,09	212.056.217,68
232	Custeio	1.026.425.100,00	1.117.925.100,00	1.016.568.872,71	903.734.594,31
	Investimento	299.207.900,00	246.507.900,00	173.324.347,90	162.043.844,29
	Inversão	500.000,00	11.700.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00
	Total	1.326.133.000,00	1.376.133.000,00	1.201.393.220,61	1.077.278.438,60

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

3 - UO - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMERJ, destinado às despesas com o seu funcionamento - Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária – UO 03020 – FEEMERJ Execução de Despesa – Exercício 2023

Unidade Orçamentária - UO 03620 - Fundo Especial da Escola da Magistratura RJ					
Execução da Despesa - Exercício 2023					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	Custeio	7.870.000,00	11.870.000,00	11.628.270,68	10.545.525,81
	Investimento	1.000.000,00	1.000.000,00	222.276,87	116.436,90
	Inversão	-	-	-	-
	Total	8.870.000,00	12.870.000,00	11.850.547,55	10.661.962,71

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

4 - UO - FUNDO DE APOIO AOS REGISTRADORES – FUNARPEN, destinado ao ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais (Lei 6.281/2012) - Fonte 232 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária – UO 03030 – FUNARPEN Execução de Despesa – Exercício 2023

Unidade Orçamentária - UO 03630 - Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - FUNARPEN					
Execução da Despesa - Exercício 2023					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	Custeio	65.642.000,00	74.607.634,66	74.398.155,22	69.351.329,29
	Investimento	-	-	-	-
	Inversão	-	-	-	-
	Total	65.642.000,00	74.607.634,66	74.398.155,22	69.351.329,29

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

Das Despesas a cargo do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ (FONTE 1.760.232)

A experiência construída na Instituição quanto à análise de economicidade, desde maio/2016, sobre os processos de aquisição e de contratação de serviços, tem contribuído na adoção de práticas cada vez mais eficazes, que, em última análise, resultam em aquisições/contratações mais econômicas.

A atuação colaborativa com as mais diversas unidades demandantes, para tratativas e/ou ajustes de metodologias, tem sido importante para um melhor planejamento da despesa.

Como destaques de economicidade, seguem abaixo os resultados efetivos relacionados a esse trabalho, a partir de levantamento da economia gerada em decorrência de diligências propostas em processos administrativos:

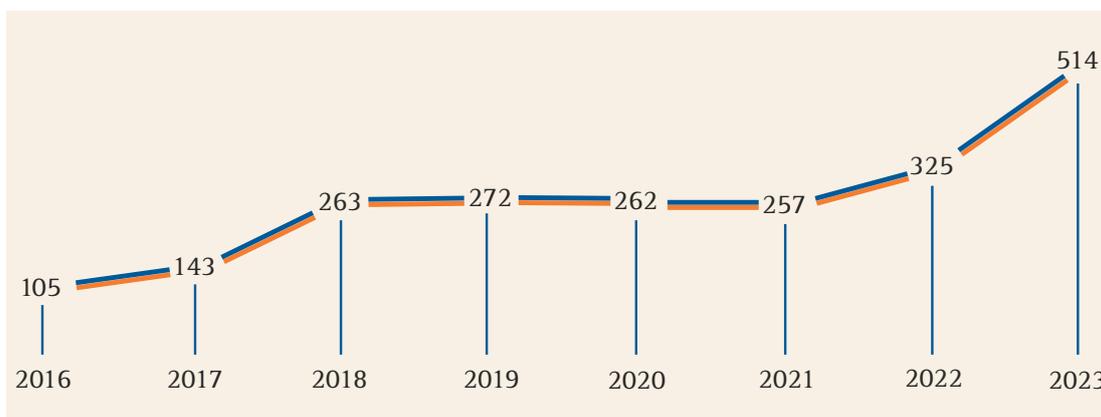
Tabela - Período 01/01/2023 a 31/12/2023

SGPCF-ASTEC					
PROCESSOS PARA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE EM 2023					
PERÍODO 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO					
Diligências Realizadas			Redução / Economia		
Quantidade de processos diligenciados *	Valor Agregado (Antes das diligências)	Valor Agregado (Após as diligências)	Valor Total	%	
33	R\$ 391.531.909,80	R\$ 357.749.279,25	R\$ 33.782.630,55	8,63%	

* Diligências Concluídas

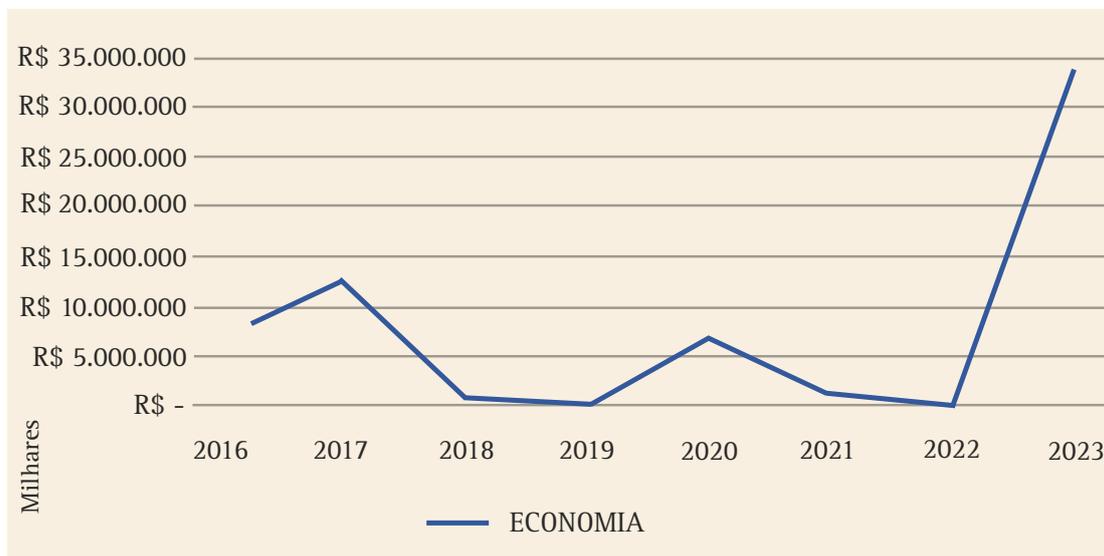
Da análise do gráfico a seguir, é possível observar que a quantidade de processos submetidos à análise de economicidade vem crescendo e atingiu o seu ápice no exercício de 2023, quando registrou uma variação aproximada de 58% em relação ao quantitativo verificado no exercício anterior.

Quantidade de Processos Recebidos para Análise da Economicidade



Quanto à economia alcançada na atividade contínua de análise da economicidade, o exercício de 2023 se apresenta como destaque, conforme gráfico abaixo:

Economia



Relatório de Acompanhamento de Custos

O novo Sistema de Gestão Fiscal da SGPCF (GRP- Government Resource Planning) contempla um módulo de custos, substituindo assim o antigo Sistema de Custos-RAC da SGPCF.

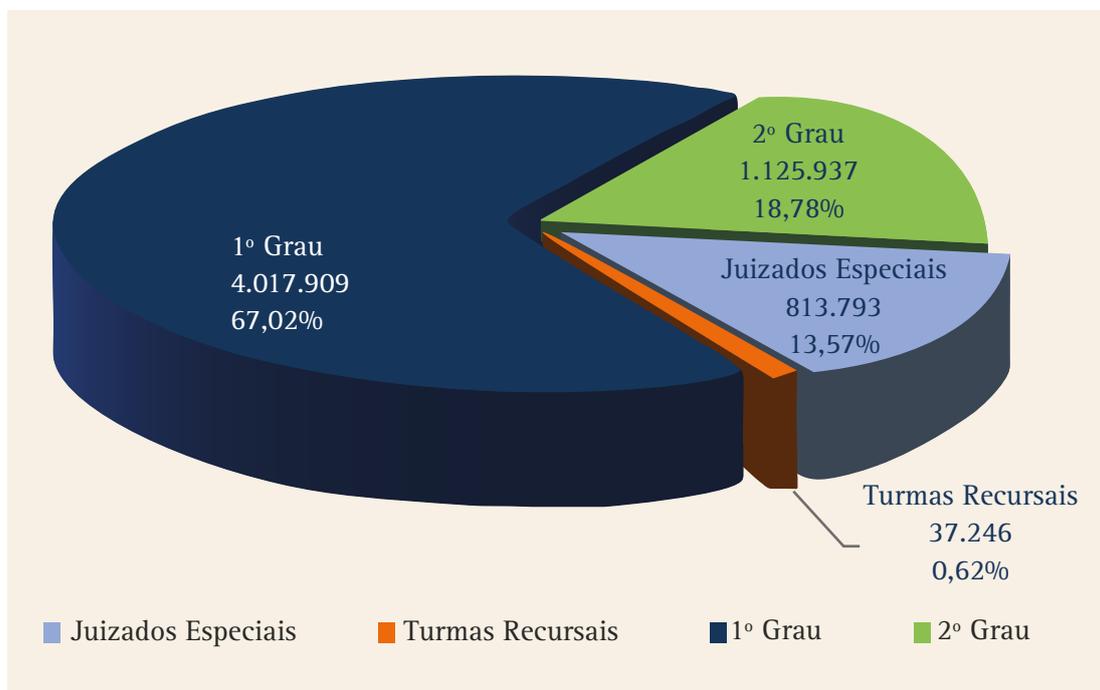
Com a publicação do Aviso TJ n° 38, entrou em produção o GRP da SGPCF, em 02 de maio de 2022, incluindo em suas funcionalidades o GRP-CUSTOS.

O GRP-CUSTOS atende à resolução CFC n° 1.366, de novembro de 2011, permitindo a efetiva mensuração dos objetos de custos, a partir de parametrizações, alocações, rateios, métricas, calculando o custo de forma automática, possibilitando o monitoramento, a confecção de indicadores e a emissão de relatórios gerenciais para auxílio à tomada de decisões do gestor.

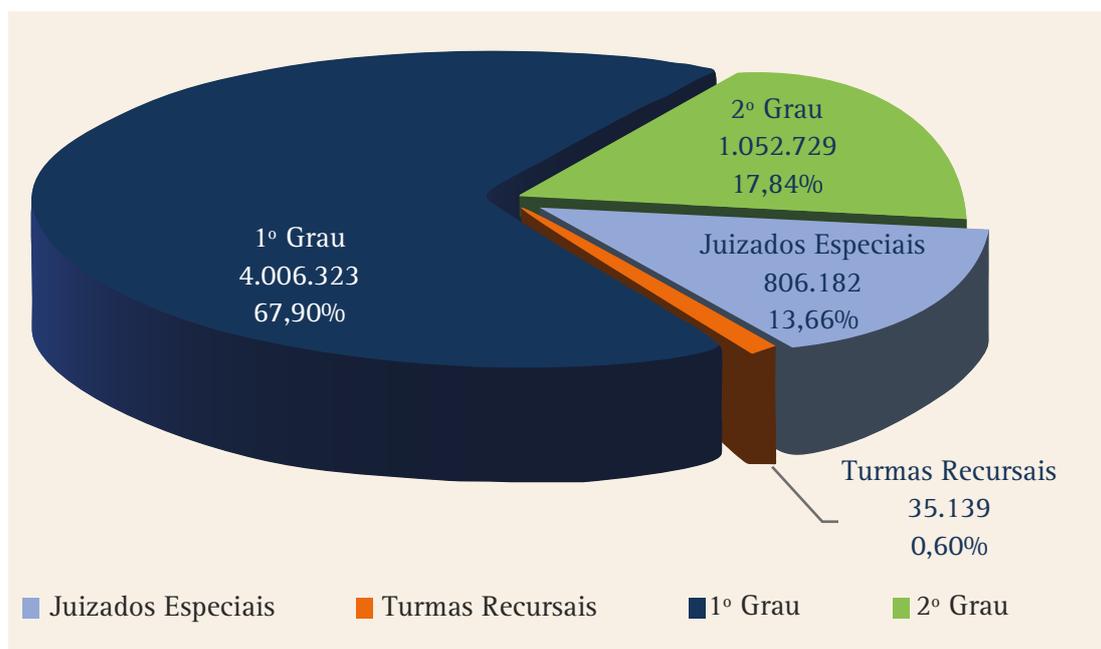
Com o início das operações do Novo Sistema de Custos (GRP-CUSTOS), seguem os primeiros resultados da retomada das apurações de custos das unidades organizacionais do PJERJ, em uma versão consolidada. Cabe ressaltar que, no que diz respeito ao custo da gestão administrativa (atividade meio), este foi absorvido pela atividade fim através de critério de rateio previamente estipulado.

CUSTO POR EXERCÍCIO				
Unidade	Valores em milhares			
	2022 - Janeiro a Dezembro		2023 - Janeiro a Novembro	
	Custo Acumulado	% Participação no Total	Custo Acumulado	% Participação no Total
1ª Instância				
Juizados Especiais	813.793	13,57 %	806.182	13,66 %
Turmas Recursais	37.246	0,62 %	35.139	0,60 %
1º Grau	4.017.909	67,02 %	4.006.323	67,90 %
Total 1ª Instância	4.868.948	81,22 %	4.847.645	82,16 %
2ª Instância				
2º Grau	1.125.937	18,78 %	1.052.729	17,84 %
Total 2ª Instância	1.125.937	18,78 %	1.052.729	17,84 %
TOTAL PIERJ	5.994.885	100,00 %	5.900.374	100,00 %

Custo por Instância - 2022 (Jan a Dez)



Custo por Instância - 2023 (Jan a Nov)



Das informações acima, é possível observar que a participação dos custos por instância não apresenta uma variação significativa de um exercício para o outro, representando, percentualmente, proporções similares.

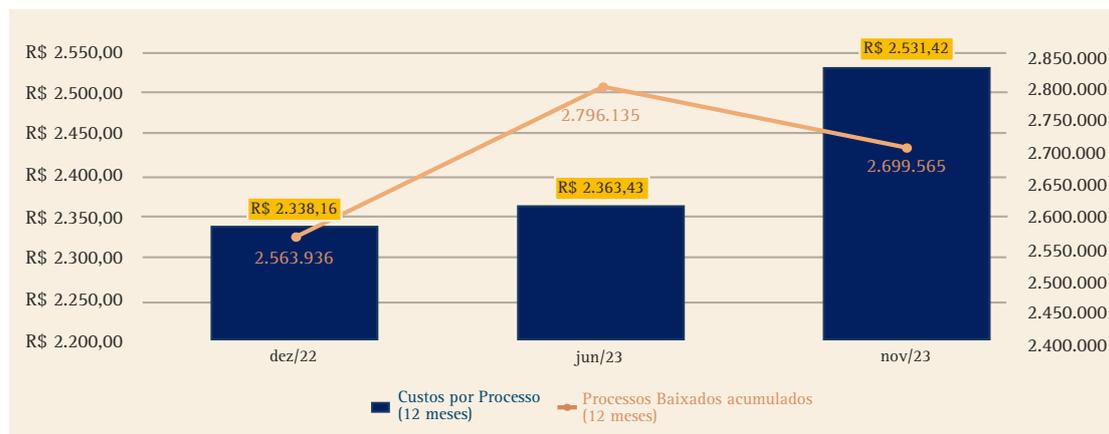
Os recursos consumidos pela 1ª Instância se mantêm em torno de 82%, o que representa aderência à realidade, haja vista que é o segmento que mais demanda a entrega da prestação jurisdicional, seja pelo atendimento via Juizados Especiais e Turmas Recursais, que representa aproximadamente 14% dos recursos, seja pelo 1º Grau com os demais 67% dos recursos, distribuídos em suas 81 comarcas. A 2ª Instância consome em torno de 18% dos recursos e trata-se de uma justiça especializada por concentrar a atividade de âmbito recursal de todo Estado do Rio de Janeiro.

Custo da Prestação Jurisdicional do PJERJ

O indicador denominado “Custo por Processo” é uma forma de apurar o custo da prestação jurisdicional. Trata-se do custo unitário por processo, que considera a razão do custo total do PJERJ pela quantidade de processos judiciais baixados em um período de doze meses, contemplando o mês de referência e os onze imediatamente anteriores.

O gráfico e a tabela que se seguem demonstram a evolução do referido custo de forma pontual nos meses assinalados:

Custo por Processo



Custo por Processo

Semestre anterior x atual	jun/23	* nov/23	Variação	↑ ↓
Custo Acumulado	6.608.470	6.833.728	3,41%	↑
Processos Baixados Acumulados	2.796.135	2.699.565	-3,45%	
Custo por Processo	2.363,43	2.531,42	7,11%	

* Nov/23 - dezembro/22 a novembro/23.

O custo por processo apurado no mês de novembro de 2023 em relação ao apurado em junho de 2023 apresenta um aumento de 7,11%. Isso se deve ao fato de que especificamente nesse recorte há um crescimento do custo acumulado (+3,41%) e uma redução na quantidade de processos baixados acumulados (-3,45%). Fatores como o aumento no custo com pessoal, investimentos em tecnologia da informação, aumento nos contratos de terceirização, dentre outros, sensibilizam o custo acumulado e, conseqüentemente, o resultado apurado.

Das Receitas Orçamentárias (2023)

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Execução da Receita - Exercício 2023

2023			
	Receitas	Previsão	Realizada
	Correntes	947.588.000,00	1.003.247.593,10
Fonte de Recurso 230	Aplicações Financeiras	-	251.348.799,91
	Capital	-	-
	Total.	947.588.000,00	1.254.596.393,01

Unidade Orçamentária - UO 03610 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça
Execução da Receita - Exercício 2023

2023			
	Receitas	Previsão	Realizada
Fonte de	Correntes	-	204.610.662,31
Recurso	Aplicações Financeiras	-	40.595.477,22
230	Capital	-	-
	Total	-	245.206.139,53

2023			
	Receitas	Previsão	Realizada
Fonte de	Correntes	1.326.133.000,00	1.674.751.366,47
Recurso	Aplicações Financeiras	-	245.834.537,66
232	Capital	-	771.000,00
	Total	1.326.133.000,00	1.921.356.904,13

Unidade Orçamentária - UO 03630 - Fundo de Apoio aos Registradores Civis
das Pessoas Naturais
Execução da Receita - Exercício 2023

2023			
	Receitas	Previsão	Realizada
Fonte de	Correntes	65.642.000,00	71.621.278,33
Recurso	Aplicações Financeiras	-	2.776.876,89
230	Capital	-	-
	Total	65.642.000,00	74.398.155,22

Outras iniciativas de arrecadação e incrementos de receitas

Arrecadação – Cobrança

No ano de 2023, continuamos tendo uma recuperação da arrecadação da cobrança administrativa, havendo um aumento de aproximadamente 107,08%, demonstrando um aumento de 148,37%, somente na cobrança de débitos judiciais.

Tabela - Valores recebidos pela realização da Cobrança Administrativa

Anual	2023	2022	Variação %
Arrecadação SECOB - Judicial	39.405.228,45	15.865.809,95	148,37%
Arrecadação SECAE - Extrajudicial	3.449.914,08	4.829.507,66	-28,57%
Total	42.855.142,53	20.695.317,61	107,08%

Arrecadação – Dívida Ativa

Visando à efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: O DARM, compartilhado com o Município do RJ; o DARJ, compartilhado com o Estado do RJ; um boleto bancário compartilhado e a GRERJ compartilhada. No ano de 2023, tivemos um aumento de 40,24% na arrecadação deste segmento, em comparação com o ano de 2022.

Tabela - Receitas recuperadas provenientes da Execução Fiscal

Anual	2023	2022	Variação %
TOTAL	126.758.999,73	90.384.404,92	40,24%

Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que apresentam arrecadação compartilhada com este TJERJ.

Ressalte-se que no ano de 2023, foram desenvolvidas ações coordenadas com as demais unidades organizacionais, visando ao aprimoramento contínuo e permanente dos procedimentos relacionados às contratações celebradas pelo TJRJ, destacando-se os valores percebidos em razão de multas administrativas aplicadas em autos de procedimentos apuratórios por inexecução ou inadimplemento das obrigações contratuais.

Disponibilidades financeiras

Cabe acrescentar que os dados abaixo são parciais, portanto, sujeitos a novas alterações, tendo em vista que o exercício financeiro de 2023 deverá ser encerrado somente no início do mês de janeiro de 2024, pelo Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro SIAFE-RIO.

Tabela - Disponibilidades financeiras (TJRJ)

Fontes de Recursos 232 e 230 Descrição	Disponibilidade Total 2023 - R\$		
	FETJ	TJRJ	TOTAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	576.938,96	34,00	576.972,96
Aplicações Financeiras	2.714.790.682,05	2.193.418.779,51	4.908.209.461,56
Caixa e Equivalentes Intra	1.031.450,24	-	1.031.450,24
TOTAL	2.716.399.071,25	2.193.418.813,51	4.909.817.884,76



18, Palavras Finais



18. Palavras Finais

2023 foi um ano de realizações e desafios significativos para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A criação do Laboratório de Inovação – IdeaRio representa um marco na área de governança, proporcionando soluções criativas e eficientes para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Destaco, ainda, as iniciativas para valorização dos recursos humanos do TJRJ, como a implementação do adicional de qualificação, reajustes nos benefícios, a conversão de saldo de férias e licença prêmio em pecúnia, bem como a avaliação especial de desempenho e diversas ações voltadas à promoção da saúde e da educação continuada.

Reforço a necessidade de definir metas para o Judiciário fluminense e encontrar soluções para zerar o passivo de processos antigos – sobretudo aqueles relacionados à execução fiscal. Ademais, como destacado no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, é importante que a Justiça esteja cada vez mais comprometida em estabelecer uma comunicação eficaz com a sociedade, por meio de uma linguagem simples, objetiva e direta.

Por fim, ressalto o considerável avanço na área de tecnologia e segurança da informação, condição essencial ao alcance de maior efetividade da prestação jurisdicional, seja pelo aprimoramento contínuo dos sistemas processuais eletrônicos ou pela utilização de sistemas de inteligência artificial.

Agradeço imensamente aos magistrados e servidores pelo esforço despendido neste ano. Contarei com a mesma dedicação no ano que se inicia para que possamos dar continuidade aos projetos, alcançando resultados ainda mais satisfatórios.

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ELABORAÇÃO

Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)

PROJETO GRÁFICO

Departamento de Comunicação Interna (DECOI)

Divisão de Identidade Visual (DIVIS)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO